UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

ROSEMARY PERES MIYAHARA

**Abuso sexual de crianças e adolescentes: um estudo psicanalítico sobre o
trabalho de escuta aos sujeitos envolvidos na trama incestuosa**

São Paulo

2018

ROSEMARY PERES MIYAHARA

**Abuso sexual de crianças e adolescentes: um estudo psicanalítico sobre o
trabalho de escuta aos sujeitos envolvidos na trama incestuosa**

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo para a obtenção do
título de Doutora em Psicologia

Área de Concentração:
Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano

Orientador:
Prof. Dr. Paulo Cesar Endo

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo

2018

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTES
TRABALHOS, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA
FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação Biblioteca
Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

PERES MIYAHARA, ROSEMARY

Abuso sexual de crianças e adolescentes: um estudo psicanalítico sobre o trabalho de escuta aos sujeitos envolvidos na trama incestuosa / ROSEMARY PERES MIYAHARA; orientador Paulo Cesar Endo. -- São Paulo, 2018.

256 f.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) -- Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2018.

1. Abuso sexual. 2. Crianças e adolescentes. 3. Escuta psicanalítica. 4. Incesto. I. Endo, Paulo Cesar, orient. II. Título.

Nome: MIYAHARA, Rosemary Peres

Título: Abuso sexual de crianças e adolescentes: um estudo psicanalítico sobre o trabalho de escuta aos sujeitos envolvidos na trama incestuosa

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo para a obtenção do
título de Doutora em Psicologia

Aprovado em: ____/____/____

Banca examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Dedico este trabalho

Pela via da admiração e do respeito,

A todos os profissionais que, ao
confiarem em minhas orientações, me
instigam a navegar por águas revoltas.

Pela via do amor,

Ao Edson, à Thaísa e à Tassane, que
representam o porto seguro para onde
sempre quero voltar.

AGRADECIMENTOS

Chegado o momento de agradecer, constato que a tese está concluída! Um turbilhão de emoções me envolve. Reedição de muitos outros momentos também carregados de afetos. Alguns bons, outros não tão bons, mas todos eles trazendo o semblante vivido deste percurso. Por isso, aqueles que de alguma forma estiveram ao meu lado, certamente deixaram marcas que guardarei no compartimento especial da bagagem com que caminho na vida.

Ao meu querido orientador Paulo Cesar Endo, grande incentivador e inspiração de minha inserção acadêmica, para além das ideias que direcionam meu caminhar, agradeço as palavras de confirmação e incentivo em todos os momentos de tropeço.

Aos meus companheiros do grupo de orientação. Aos que estão: Adriana, André, Heloísa, Juliana, Luciano, Paulo K. e Tânia, e aos que não mais estão: Ana Cecília, Gabriela, Pedro e Wilson, amorosos e atenciosos, co-construtores do meu texto, sem dúvida alguma vocês alimentaram positivamente meu percurso.

Aos professores do Instituto de Psicologia com os quais tive o privilégio de aprender nas disciplinas e discussões de meu tema de pesquisa.

À Cassandra França, professora da UFMG e coordenadora do CAVAS, agradeço sua disponibilidade e gentileza em sempre acolher minhas demandas.

A todos os profissionais que se enveredam pelo universo do atendimento às famílias em situação de violência. Elencá-los me traria o sério risco da injustiça por alguma falha da memória. Elejo então como representantes os colegas do grupo de estudo e supervisão sobre o atendimento dos autores de agressão sexual, verdadeiros parceiros nos debates que alimentam este estudo: Ana, Antônio, Bruna, Manuela, Patrícia, Tadeu e, em especial, Lílían, que foi minha companheira de discussão de caso, digitação, formatação, sufoco com a exiguidade dos prazos. Muito obrigada, querida, por sua dedicação e disponibilidade.

Às minhas parceiras na coordenação do CNRVV/ Sedes Sapientiae, com quem comungo os insistentes ideais em defesa das crianças e adolescentes em situação de violência, Ana Cristina, Beatriz, Dalka, Michelli, Rivaldo, particularmente à Arlete, que abarcou as demandas da área de formação. Agradeço toda a compreensão e apoio por minha ausência neste período.

À Carina, que, secretariando as ações de formação, me poupou dos percalços burocráticos, também agradeço muito.

À minha família de origem: meus pais Heitor e Aydil, que hoje não estão mais ao meu lado. Seu legado: intelectualidade, afetividade e espiritualidade são os alicerces que me orientam e sustentam.

Meus irmãos, cunhados e sobrinhos, agradeço por terem suportado a precária atenção que pude dedicar a vocês durante estes 4 anos.

Uma gratidão especial a duas pessoas muito significativas em minha vida. Massayo, minha sogra, obrigada por ser referência de valores e princípios para minhas filhas. Marisa, minha querida amiga, apesar de ter escrito todas estas páginas, nunca conseguirei encontrar palavras que expressem meu amor por você. Obrigada por seu sempre incondicional apoio!

E, no universo do que é mais importante em minha existência: Edson, meu companheiro dos últimos 30 anos, obrigada pelos muitos momentos em que permaneceu ao meu lado, silencioso, acompanhando meus estudos. Obrigada pela paciência com minha disponibilidade restrita. Obrigada por se empenhar com as necessidades da casa, que deixei quase à deriva. Obrigada por me inspirar amor e por me fazer sentir amada.

Thaísa, minha “garôta”, te amo e te admiro muito. Agradeço imensamente por ter suprimido todas as minhas limitações informáticas, digitando, formatando e revisando todo o texto da tese. Agradeço, principalmente, por ter aguentado todos os meus momentos de stress.

Tassane, minha fonte inesgotável de carinho e amor. Obrigada por seus “curabraços” e massagens, sempre que meu corpo dava sinais de cansaço e adoecimento. A mamãe ama e acredita muito em você!

Para terminar, não mais um agradecimento, mas uma sincera homenagem: à toda criança, todo adolescente, toda mãe e todo pai que, tendo vivido as cenas nefastas de uma situação sexualmente abusiva, depositaram no atendimento a confiança e a esperança de transformação!

RESUMO

MIYAHARA, R. P. Abuso sexual de crianças e adolescentes: um estudo psicanalítico sobre o trabalho de escuta aos sujeitos envolvidos na trama incestuosa. 2018. Tese (Doutorado em Psicologia) — Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Esta pesquisa versa sobre o incesto, qual seja, o abuso sexual de crianças e adolescentes que acontece no ambiente familiar. Tem como propósito o aprofundamento reflexivo sobre a escuta aos sujeitos envolvidos na trama incestuosa, tendo em vista o aprimoramento das práticas profissionais na área. Para tanto, empreende um percurso de estudos com referenciais da Psicanálise embasados nas formulações fundadoras de Freud, Ferenczi e Lacan, numa profícua interlocução com comentadores como Piera Aulagnier, Abraham e Torok, Françoise Dolto, entre outros. A trajetória das discussões parte das elaborações teóricas sobre sexualidade infantil e interações parentais, a interdição ao incesto como fundamento da cultura, a dimensão traumática da interação sexual abusiva, perpassa os liames da transmissão psíquica e desdobra-se no enfoque sobre aquele que figura no lugar de autor da agressão sexual. Nesta vertente, a centralidade do debate aborda, num primeiro momento, a *perversão como estrutura* e a densidade de seus elementos constitutivos, como a recusa à castração, o desafio à lei, a dinâmica sadomasoquista e o mecanismo do desmentido. Num segundo momento, a atenção se volta para a perversão como uma nova modalidade de laço social. A partir daí, o campo de estudo se abre para o entendimento do que tem se configurado como a mais frequente casuística no trabalho com a escuta dessas situações: o sujeito neurótico capturado numa montagem social perversa. A autora, tomando como eixo norteador do presente estudo o material empírico de sua *práxis* na supervisão ao atendimento da família envolvida na trama incestuosa, tece como considerações finais que o aprimoramento do trabalho de escuta precisa, necessariamente, passar pelo conhecimento das dinâmicas psíquicas e sociais que geram e mantêm a dinâmica familiar abusiva e que a Psicanálise e o espaço de supervisão são estratégias de excelência na consecução deste objetivo.

Palavras-chave: Abuso sexual. Crianças e adolescentes. Escuta psicanalítica. Incesto.

ABSTRACT

MIYAHARA, R. P. Sexual abuse of children and adolescents: a psychoanalytic study on the work of listening to the people involved in the incestuous plot, 2018. Thesis (Doctorate in Psychology)—Institute of Psychology, University of São Paulo, São Paulo, 2018.

This study refers to incest, which is, the sexual abuse of children and adolescents that happens in the family environment. Its purpose is a deepening reflection on listening to all people involved in the incestuous plot, in order to improve professional practices in the area. Therefore, it undertakes a course of studies with references of Psychoanalysis based on the founding formulations of Freud, Ferenczi and Lacan, in a successful communication with commentators such as Piera Aulagnier, Abraham and Torok, Françoise Dolto, among others. The trajectory of the discussions starts from a theoretical preparation of the child sexuality and parental interactions, the interdiction on incest as the foundation of culture, the traumatic dimension of abusive sexual interaction, goes beyond the boundaries of psychic transmission and unfolds in the focus of the one who appears in the place of the author of the sexual aggression. In this aspect, the centrality of the debate deals, in a first moment, with perversion as structure and the density of its constitutive elements, such as refusal to castrate, challenge to the law, sadomasochistic dynamics and mechanism of denial. In a second moment, attention turns to perversion as a new mode of social bonding. From then on, the field of study opens up to the understanding of what has been configured as the most frequent casuistry in the work with the listening to these situations: the neurotic individual captured in a perverse social setup. The author, building her studies on the empirical material of her praxis in supervising the care of the incestuous family, makes as her final considerations that improvement on the work of listening must, necessarily, pass through knowledge of psychic and social dynamics which generate and maintain the abusive family dynamics and that the Psychoanalysis and the supervisory space are strategies of excellence in achieving this goal.

Key-words: Sexual abuse. Children and adolescents. Psychoanalytic listening. Incest.

Sumário

1. Introdução	12
1.1 A dimensão contemporânea da temática e a contextualização do estudo	12
1.2 Percurso de encadeamento argumentativo do estudo	20
2. Contribuições da Psicanálise para a refletir sobre a trama incestuosa.....	24
2.1 Sexualidade infantil e interações parentais.....	24
2.2 A interdição ao incesto	31
2.3 As expressões do traumático na experiência incestuosa	34
2.3.1 Freud e o sexual como fonte de traumatismos	34
2.3.2 O trauma sexual a partir de Ferenczi.....	40
2.4 A transmissão psíquica na trama incestuosa.....	62
2.4.1 Transmissão e psicanálise	63
2.4.2 Processo de identificação e constituição do Eu.....	66
2.4.3 A transmissão do traumático	91
2.5 As castrações simbolígenas	122
2.6 Sobre aquele que figura no lugar de autor da agressão sexual	132
2.7 Psicanálise e Perversão.....	144
2.7.1 O estudo da Perversão na Obra de Freud.....	147
2.7.2 A perversão como estrutura	157
2.7.3 A montagem perversa e a atualidade do desmentido	184
3. A experiência de intervenção supervisionada: entrelaçamento entre teoria e prática	202
3.1 Alice: os efeitos do desmentido.....	203
3.2 José Luiz: a recusa à filiação	224
4. Considerações finais	241
Referências Bibliográficas.....	249

1. Introdução

1.1 A dimensão contemporânea da temática e a contextualização do estudo

A despeito de vivermos sob a égide pós-moderna que promulga o ideal libertário pautado na assertiva de que é principalmente do sujeito a responsabilidade por escolhas que garantam o seu bem estar pessoal, criando-se assim um fértil terreno para que mentes individuais exercitem critérios próprios sobre o que seja certo ou errado, admissível ou inadmissível, bom ou ruim, sobrevivem os referenciais da psicanálise que condicionam a vida civilizada—o pacto edípico e a interdição do incesto—como ressonância social de condenação e repulsa. Contudo, estatísticas atuais, histórias que frequentam a mídia e cenas do cotidiano insistem que coloquemos em análise esta afirmação. O Disque 100, serviço mantido pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) para denúncia e encaminhamentos sobre violação de direitos de crianças e adolescentes, registrou, somente no primeiro trimestre de 2015, 4480 casos de violência sexual envolvendo principalmente meninas entre 4 e 7 anos. O serviço informa ainda que, em 58% dos casos, o abuso aconteceu no próprio domicílio e as principais suspeitas apontam progenitores como agressores¹. Ainda sobre constatações e números, a SaferNet Brasil—organização não governamental que funciona como um canal na internet para receber denúncias, solicitações de ajuda ou pedidos de orientação e divulgação sobre crimes cibernéticos, entre eles a violência sexual contra crianças e adolescentes—aponta que, em 9 anos, recebeu e processou 1.418.511 denúncias anônimas de pornografia infantil envolvendo 276.959 páginas (URLs) distintas, escritas em 9 idiomas, material este atribuído a 92 países em 5 diferentes continentes. Tais dados ilustram de forma clara e objetiva a amplitude das práticas que usam crianças e adolescentes para fins sexuais. E, o que toma nossa especial atenção neste cenário, exatamente por conjugar com o interesse do estudo, é a existência, neste material, de sites que simulam graficamente situações incestuosas e pronunciam, a título de incentivo, mensagens sobre a interação sexual entre pais e filhos como sendo uma prática de excitação e prazer privilegiada².

---

¹ Dados obtidos em www.sdh.gov.br e <http://www.facebook.com/direitoshumanosbrasil>—acesso em 27/04/2016.

² Dados obtidos em www.safernet.org.br/indicadores.safernet.org.br, acesso em 18/04/2016.

Falar do que é veiculado na mídia torna-se quase redundante quando nos chegam histórias de filhas encarceradas e seviciadas por seus pais, por tempo suficiente para constituir com eles (ou obrigada por eles) uma prole de *frutos do incesto*.

Abrimos então, já nas linhas iniciais deste trabalho, o universo dos enredos de vida cotidiana que nos chegam como desafios na prática profissional, seja no atendimento terapêutico ou supervisionando profissionais que trabalham com a questão³, não só para apresentar o material que permeará as discussões ao longo do texto, mas também para mobilizar o leitor de um certo estado estático do pensamento guiado pelas palavras, às inquietações e afetos suscitados pela tradução imagética de uma história.

Neste momento, permitimo-nos compartilhar uma recente situação trazida por uma profissional em supervisão que, além de mobilizar muito o grupo, já experiente no atendimento à violência sexual, ilustra de maneira nua e crua como a dinâmica incestuosa tem rompido as barreiras do privado, espalhando-se no espaço público.

- **Numa estação do metrô, em meio a um domingo chuvoso...**

Lúcia⁴, que é psicóloga e trabalha com atendimento a famílias em situação de violência sexual há cerca de 4 anos, está sentada em uma estação de metrô, aguardando seu namorado que a levará a um pronto-socorro pois ela se machucou num acidente de bicicleta, quando é abordada por algumas meninas que parecem estar em situação de rua.⁵ As meninas chegam eufóricas e interessadas em ver seus ferimentos: “*O que aconteceu?*”, “*Está doendo?*”, “*Acho que vai precisar costurar...*”, “*Você tem medo?*”. A conversa segue por outros assuntos banais (a chuva, as brincadeiras de rua) quando uma das meninas que, segundo Lúcia, deveria ter por volta de 8 anos, pega no colo sua já nomeada irmãzinha, com idade também aproximada de 5 anos. Senta-a no mesmo banco com as pernas abertas e, mesmo sem tirar sua calcinha, simula uma cena de sexo oral.

Lúcia fica paralisada e angustiada, principalmente com a fala desta menina mais velha: “*Assim, você gosta... vou fazer ainda mais...*”.

³ A estruturação desta atuação profissional se deu inicialmente através do Centro de Referência às Vítimas de Violência (CNRVV) do Instituto Sedes Sapientiae, onde desenvolvemos ações de atendimento psicossocial, prevenção, formação e pesquisa. Contudo, atualmente, tem sido frequente a procura deste contexto de formação por terapeutas que tem recebido em seus consultórios privados esta demanda.

⁴ Ao longo de todo o texto, como procedimento de preservação ética na apresentação das situações, nomes, referências territoriais e algumas nuances circunstanciais serão trocadas ou omitidas. Pretendemos assim garantir a não identificação dos sujeitos que protagonizam as cenas retratadas.

⁵ Expressão usada no contexto das políticas de assistência social para identificar crianças que, por ruptura ou não continência dos vínculos familiares, passam todo o dia e, muitas vezes, também a noite, em lugares públicos.

Logo em seguida, o namorado de Lúcia chega em um táxi; ela entra rapidamente no veículo e irrompe num choro convulsivo.

Passados quase 2 meses Lúcia se questiona: qual a maior cicatriz adquirida naquele domingo—seu joelho (que realmente precisou “*ser costurado*”) ou o impacto emocional de ter sido capturada pela cena incestuosa?

Muitas foram as colocações e reflexões neste dia de supervisão, mas para o grupo de profissionais, a ressonância realmente mais impactante retratava a dificuldade de ver o agressor, sua sedução e sua fala, encarnados numa criança que mal acabara de sair da primeira infância...

Decerto, é extremamente desorganizador presenciar a cena em tempo real, algo transmitido àquelas crianças que já expõem publicamente o ato incestuoso num misto de ingenuidade e provocação ou numa exposição que clama por interdição.

Sobre a intervenção junto a circunstâncias que envolvam crianças e adolescentes em experiências sexualmente abusivas, principalmente em contextos de vulnerabilidade social como o acima retratado, do ponto de vista do que se evidencia como realidade, pensamos que as políticas públicas que engendram os diferentes setores (assistência social, judiciário, saúde, educação...) e atuam na vertente da proteção de crianças, adolescentes e famílias em situação de violência, têm registros de grandes avanços. O enfrentamento do mito de que o lugar mais seguro para crescer e desenvolver-se é o contexto familiar tem operado, de fato, a interrupção de ciclos infundáveis de convivência violenta. Contudo, no que se refere à esfera da escuta que considere o arcabouço psíquico de simbolismos e representações dos sujeitos envolvidos nesta trama incestuosa, parece haver uma imensa lacuna. É desta premissa que parte o intento e também os desafios do presente estudo.

Temos como conhecimento consolidado em vasta bibliografia sobre o tema, como apresentaremos como referências ao longo do desenvolvimento deste estudo, que o abuso sexual, cercado de tabus, preconceitos e temores, é uma das violências contra crianças e adolescentes no seio de suas famílias que mais tem suscitado debates e desafios no que se refere às estratégias de intervenção. Apesar da mudança de cenário acima mencionada, ainda encontramos no chamado pacto ou complô do silêncio, o instrumento mais refinado de perpetuação da psicodinâmica abusiva. Em muitas situações, as pessoas da família, além de vizinhos, amigos e até mesmo profissionais da educação, saúde e assistência social, calam-se diante dos fatos, desconsiderando os sinais, apresentados por aquele que sofre a violência, muitas vezes explícitos. Paradoxalmente, o denunciamento, caracterizado como um movimento

de intervenção que preconiza a denúncia “a qualquer momento e destituída de qualquer análise” (MÉLLO, 2006, p. 125) evidencia posturas maniqueístas geradoras, muitas vezes, de injustiças e revitimizações.

Ao longo dos quase vinte e cinco anos como profissional atuando junto à rede de proteção integral à infância e juventude estabelecida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA—Lei 8.069, julho 1990), com foco na questão da família em situação de violência, temos percebido a crescente incidência de situações envolvendo relações incestuosas tanto na demanda para atendimento terapêutico, como na inquietação por perplexidade e desconhecimento dos profissionais que têm de lidar com a situação, na medida em que ela eclode nos mais diversos contextos de trabalho (escola, instituições de acolhimento, unidades básicas de saúde, projetos de assistência social, etc.).

Tendo como principal intuito deste estudo o aprofundamento reflexivo sobre a escuta dos sujeitos envolvidos na trama incestuosa, voltamos nossa atenção para as incertezas sobre os contornos e eficácia da intervenção psicossocial como instrumental que promova a “superação da violação de direitos além da reparação da violência sofrida [...] [apontando para] a mudança de condições subjetivas que geram, mantêm ou facilitam a dinâmica e as ameaças abusivas” (CREPOP, 2009, pp. 49–50), incluindo aqui o que ainda se apresenta como grande desafio na área, a saber, o atendimento àquele que, no enredo abusivo, ocupa o lugar de agressor sexual. São constantes os questionamentos sobre como oferecer uma possibilidade de resignificação dessas experiências, dado que elas aparecem tão inscritas no psiquismo desses sujeitos afetados (vítima, vitimário e familiares). Desta forma, nosso interesse em aprofundar este tema vem da necessidade de aprimorarmos as abordagens psicológicas (de cunho clínico, social e educativo) no enfrentamento dessa problemática.

Muitos têm sido os esforços para circunscrever e orientar a referida prática. Dentre eles, podemos destacar as diretrizes do Conselho Federal de Psicologia (CFP), sistematizadas na publicação *Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias: referências para a atuação do psicólogo*, e os aportes do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil (PAIR), estratégia do Governo Federal, por meio da Secretaria de Direitos Humanos, para ampliar as ações de integração e fortalecimento de redes locais no processo de implementação de políticas públicas que tenham como foco a proteção integral de crianças e adolescentes nas diferentes regiões de nosso país.

O CFP configura o atendimento psicossocial como um

[...] conjunto de atividades e ações psicossocioeducativas, de apoio e especializadas, desenvolvidas individualmente e em pequenos grupos (prioritariamente), de caráter disciplinar e interdisciplinar, de cunho terapêutico—não confundir com psicoterapêutico—, com níveis de verticalização e planejamento (início, meio e fim), de acordo com o plano de atendimento desenvolvido pela equipe. Esse atendimento deve ser operacionalizado, prioritariamente, pelos grupos de apoio às crianças e aos adolescentes e pelo grupo de apoio às famílias e de oficinas socioeducativas. Sugere-se que o atendimento individual seja utilizado apenas nas entrevistas iniciais, como forma de avaliação preliminar e preparação da criança e do adolescente para a entrada nos grupos, ou quando, a partir dessa avaliação, ficar constatado que o trabalho em grupo não é indicado (CFP, 2009, p. 50).

O CFP ainda traz a reflexão pautada na pesquisa realizada pelo Centro de Estudos em Administração Pública e Governo da Fundação Getúlio Vargas (CEAPG/FGV)⁶ em 2007 sobre a manutenção do enfoque clínico nas intervenções vigentes na área, ressaltando ser esta uma situação que traduz o reflexo da formação do psicólogo que necessita de transformações. Enfatiza-se então o olhar para uma Psicologia Clínica mais abrangente, que não se restrinja ao modelo psicoterapêutico, referendando a resolução número 02/2001 do próprio Conselho a este respeito e a concepção de clínica ampliada (BEZERRA, 2001), que ressalta que “fazer clínica não é apenas lidar com a interioridade psicológica do sujeito, mas lidar com a rede de subjetividade que o envolve” (CFP, 2009, p. 31).

O PAIR, ao encampar uma grande capacitação online para atores da rede de proteção à infância e juventude que trabalham com a temática da violência sexual, evidencia em seu aporte didático que a intervenção psicossocial se torna fundamental porque:

- Propicia um espaço diferenciado de acolhimento e escuta aos sujeitos que sofreram **graves violações** físicas, psíquicas e/ ou sexuais
- Fortalece os sujeitos envolvidos a partir do lugar e da posição em que se encontram com a minimização do sofrimento no decorrer do **processo de elaboração da situação traumática**
- Cria condições para que o sujeito **ressignifique os traumas sofridos**, deslocando-se do sentido ambíguo de culpa e vitimização, para a criação de autonomia e fortalecimento da resiliência (OLIVEIRA et al., PAIR, 2012, p. 3—grifos nossos).

Colocar em destaque expressões tais como “**graves violações**”, “**processo de elaboração da situação traumática**” ou “**ressignifique os traumas sofridos**”, presentes no texto acima, segue o propósito de enunciar que a complexidade do cenário sexualmente abusivo, apesar de indicada, pode não estar contemplada nas diretrizes de intervenção

⁶ *Relatório preliminar de análise qualitativa dos dados da pesquisa de campo Serviço de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes São Paulo- SP, CEAPG/ FGV/ SP, out 2007.*

vigentes. Em suma, mais do que colocar em análise as proposições citadas, o presente estudo pretende contribuir para um debate reflexivo que aprofunde a compreensão das nuances psíquicas e sociais que, apesar do corolário apresentado nas linhas iniciais do texto, a respeito do rechaço social ao incesto, persistem gerando e mantendo dinâmicas familiares sexualmente abusivas.

A sustentação do percurso reflexivo será a psicanálise, em seus fundamentos originais e contemporâneos. Qualificamos nossa eleição pelo arcabouço metapsicológico enfatizando que, ao longo desses vinte e cinco anos de trabalho na área, quando buscamos ideias e reflexões para nossas inquietações, encontramos-as neste campo de conhecimento. Sim, na Psicanálise—em suas formulações que considera o sujeito em sua constituição singular intrapsíquica e em sua imersão no laço social.

Como metodologia de pesquisa, procuramos privilegiar entrelaçamento entre teoria e prática na discussão de casos em contexto de supervisão. Esta escolha também encerra um propósito: nosso apreço pelo lugar de professora—supervisora que nos mantém em constante desafio e encantamento na interlocução com profissionais que, a despeito das dificuldades inerentes a este campo de atuação, procuram manter-se implicados com a qualidade do trabalho.

Começamos este percurso de reflexões com uma das questões que mais nos inquieta e desafia: mesmo com todos os avanços e destaques que a mobilização social e as ações da política pública têm procurado dar ao abuso sexual de crianças, constatamos que velamentos e obscuridades sobre o tema persistem. As discussões e diretrizes contemporâneas sobre o enfrentamento ético e crítico da questão, a nosso ver, não têm contemplado um olhar criterioso sobre o percurso de constituição psíquica dos sujeitos envolvidos na trama familiar abusiva, de forma a iluminar e, quem sabe, estimular um reexame dos determinantes psicoculturais, paradigmas conceituais, práticas clínicas e institucionais em torno desta questão.

Uma das armadilhas que permeiam este campo de estudo, enunciada de antemão, é o confinamento do debate aos discursos provenientes do movimento feminista, que enfatiza a luta contra o *falocentrismo*, e da militância sobre os direitos da criança e do adolescente que denuncia a égide cultural do *adultocentrismo*. Não se trata aqui de desconsiderar as conquistas sem precedentes que estes movimentos trouxeram para o enfrentamento da problemática de exclusão e menos-valia destas populações, histórica em nossa cultura. Todavia, cabe ressaltar

que é preciso certa cautela para que não reduzir esta discussão a uma racionalidade única e totalizante.

Em nossa dissertação de mestrado⁷, apresentamos o diálogo com autores que corroboram com esta preocupação de não determinarmos a priori, nos contextos de reflexões, avaliações e intervenções na violência sexual, cenários de horror que nos levem a imputar à situação percepções e sentimentos que possam cristalizar um lugar de vítima, tanto para mulheres, como para crianças e adolescentes.

Brandão Junior e Ramos (2010) nos alertam que “quando damos lugares predeterminados aos integrantes da cena, acabamos excluindo o sujeito que, fixado no lugar de vítima, não poderá aparecer como outra coisa” (p. 77). E ainda enfatizam:

Há implicação de desejo nos casos de abuso sexual não só por parte do adulto, mas também das crianças, e isto não significa que elas tenham que deslizar para a outra extremidade do eixo vítima-agressor e tornarem-se as sedutoras, ou criminosas (BRANDÃO JUNIOR, RAMOS, 2010, p. 77).

Nos estudos sobre violência de gênero, Cerruti e Rosa (2008) nos trazem importantes contribuições a partir de um enfoque psicanalítico acerca da *desconstrução do papel de vítima* como manejo clínico junto às mulheres que vivem esta circunstância. As autoras nos falam:

O que nos parece necessário enfatizar é o equívoco presente na tentativa de reduzir a dor do sujeito a uma condição de vitimizada, pois tal atitude pode vir a cooperar para a emergência de um sujeito que, fixado e enrijecido a uma posição, acaba por ficar apartado de qualquer implicação com sua própria narrativa (CERRUTI, ROSA, 2008, p. 5).

Somada a estas observações há a constatação de um certo culto ao traumático, predizendo o destino psíquico da criança envolvida numa situação de abuso sexual. Argumentos como alta frequência, longa duração, ameaças e uso de força, ambivalências afetivas sedutoras na consumação da atividade sexual—que incluíam penetração vaginal e anal, sexo oral e outros atos libidinosos—estão na base do que se atesta como trauma intenso com um forte poder de determinar prejuízos psíquicos atuais e futuros. E é principalmente nesta seara que se inscreve a crítica, ou a resistência à psicanálise como referencial efetivo para ser estudado e intervir junto a este contexto.

---

⁷ MIYAHARA, R.P. *Trabalhando com violência sexual contra crianças e adolescentes: a perspectiva do Psicodrama na formação dos profissionais da rede de proteção*—mestrado em Psicologia Social—PUC São Paulo, 2011.

Freud (1914) abandonou, logo no início de suas formulações sobre sexualidade, a premissa do traumático ligado a uma realidade material. Em seus estudos sobre a origem da neurose histérica, estabeleceu a passagem da ideia de um ataque sexual real impetrado à criança pela figura paterna como cena fundante do referido quadro clínico para a noção de realidade psíquica permeada por fantasias construídas pelo sujeito.

Essa transformação é fundamental não só no que se refere ao momento histórico em que Freud vai delimitar o campo propriamente psicanalítico, mas também porque traz à luz suas inestimáveis contribuições sobre o desenvolvimento da sexualidade infantil e os desdobramentos para as reflexões sobre o que pode se constituir como patológico neste terreno. Vejamos, nas palavras do autor, esta passagem:

[...] tivemos que superar uma ideia errada [...] quanto à origem traumática da histeria. Estávamos de pronto inclinados a aceitar como verdadeiras e etiológicamente importantes as declarações dos pacientes que atribuíam seus sintomas a experiências sexuais passivas nos primeiros anos de infância—em outras palavras, à sedução. Quando esta etiologia desmoronou sob o peso de sua improbabilidade e contradição em circunstâncias definitivamente verificáveis, ficamos, de início, desorientados [...]. Por fim, veio a reflexão de que [...] se os pacientes histéricos remontam seus sintomas a traumas que são fictícios, então o fato novo que surge é precisamente que eles criam tais cenas na fantasia, e essa realidade psíquica deve ser levada em conta ao lado da realidade prática [...] E agora, detrás das fantasias, toda a gama de vida sexual da criança vinha à luz (FREUD, 1914/1974, p. 28).

Não é difícil imaginar porque, ainda nos dias de hoje, em que a psicanálise encontra incontestável lugar de relevância no entendimento e tratamento do psiquismo, percebemos resistências em constatar e lidar com as nuances da sexualidade infantil, principalmente no que se refere ao terreno das interações parentais e os desdobramentos para o desenvolvimento e saúde mental do ser humano. As proposições de Freud ousam agitar questões que colocam em evidência e análise grandes instituições de nossa cultura: família, infância, sexualidade, violência, etc. É mais seguro nos protegermos atrás da ideia de que o abuso sexual da criança é determinado pela patologia de um adulto que rouba sua infância.

Percebemos, então, que nosso grande desafio foi delinear com muito cuidado o lugar de onde falamos na construção do objeto desta pesquisa. Não é possível, acreditamos, nem desejável, desconsiderar a bagagem teórica e de experiência que acumulamos ao longo desses anos em que trabalhamos neste campo. Almejamos, contudo, tendo como base a fortuna teórica da psicanálise, ir além e encontrar outros caminhos terapêuticos, institucionais e até mesmo políticos para as complexas questões que envolvem o olhar e a escuta criteriosa dos sujeitos que se engendram numa dinâmica sexual abusiva.

1.2 Percurso de encadeamento argumentativo do estudo

Como pudemos acompanhar, a introdução do estudo procurou contextualizar os aspectos contemporâneos que evidenciam a relevância da temática do abuso sexual de crianças e adolescentes, apontando, através de dados estatísticos, a gravidade de sua incidência e o ambiente familiar como o lócus majoritário de vulnerabilidade.

Evidencia-se o dispositivo que permeia toda construção do texto, circunscrito no material empírico que compartilhamos juntamente com os profissionais os quais acompanhamos em supervisão.

Delimitando o principal intuito da pesquisa, qual seja, o aprofundamento reflexivo sobre o trabalho de escuta dos sujeitos envolvidos na trama incestuosa, a introdução procurou contemplar também a apresentação e os pontos de inflexão das premissas que instituem e orientam as intervenções que se direcionam ao enfrentamento da problemática.

A partir daí, procedeu-se a crítica sobre a exiguidade de um olhar criterioso para a constituição psíquica dos personagens que figuram na cena familiar abusiva nas referidas propostas e a afirmação da Psicanálise como campo de conhecimento incontestável para o adensamento reflexivo da questão.

O capítulo 2 estrutura todo o corpo teórico do texto. A primeira seção aborda os pressupostos de Freud sobre o desenvolvimento sexual infantil e as interações parentais. Enfoca a acepção da criança como um ser com expressão sexual e as vivências psíquicas infantis do complexo de Édipo que remetem à centralidade das figuras materna e paterna na constituição do sujeito de desejo sexual. Ainda nesta seção expõe-se os diques de moralidade que cerceiam a expressão plena da epifania sexual infantil bem como a rejeição da cultura às reflexões sobre o entrelaçamento entre infância e sexualidade. A partir daí, introduz-se a problemática da castração que será trabalhada a seguir.

Na segunda seção do segundo capítulo, a discussão enfatiza a interdição ao incesto como estruturante da vida mental e cultural e os desdobramentos nefastos quando a castração aos desejos edípicos da criança não acontece.

A terceira seção do corpo teórico aborda as expressões do traumático na experiência incestuosa e divide-se nas acepções teóricas de Freud e Ferenczi. Apresenta o percurso de reflexões de Freud sobre o sexual como fonte de traumatismo, desde o *Estudo sobre a histeria* (1893) até a publicação de *Além do princípio do prazer* (1920), destacando as inclinações do

autor sobre a delimitação dos campos interno e externo na constituição do trauma: no início o adulto que seduz a criança, posteriormente a égide do mundo fantasístico e mais adiante a retomada do evento violento como gênese da comoção psíquica.

Em Ferenczi, evidencia-se a primazia da dimensão intersubjetiva na constituição do trauma. Discorre-se sobre as formulações do autor a respeito da função traumatolítica do sonho e introduz-se o conceito de desmentido ou desautorização, um dos fundamentos que se destacará ao longo de todo o estudo. Neste fundamento, sobreleva-se o trauma social e sua preponderância patogênica. Descreve ainda as concepções do autor sobre os mecanismos de identificação com o agressor e prematuração, desdobramento da clivagem do ego, e como esta sintomatologia se evidencia nas crianças e adolescentes que viveram a experiência sexualmente abusiva.

Na quarta seção do capítulo 2 adentra-se pelos liames da transmissão psíquica da trama incestuosa. Num primeiro momento, é apresentada na formulação antropológica de *Totem e tabu* (1912) e *Moisés e o monoteísmo* (1939) a história da transmissão arcaica de nossos ancestrais e destaca-se que pelo assassinato do pai déspota, não submetido a nenhuma norma além da própria, funda-se a cultura, a partir da lei da interdição ao incesto.

Segue-se abordando como os processos de constituição do Eu estão pautados na identificação com os outros significativos com os quais nos entrelaçamos emocionalmente. Freud, Lacan e Aulagnier orientam o percurso teórico, trazendo a complexidade dos processos infantis de interação amorosa e sexual com seus pais no manejo da catexia de objeto, das demandas pulsionais, de genitalização, de todo transcorrer do complexo de Édipo, da interação com o corpo como fonte primária de prazer e da percepção da diferença entre os sexos. Sinaliza-se direções de desenvolvimento ou de perturbações a partir de como a criança é assistida pelos pais nesta etapa primária de sua vida, marcando assim a importância da transmissão psíquica geracional.

O terceiro ponto sobre transmissão psíquica ressalta o trauma e seus efeitos de transmissão. Circunscreve a problemática do estatuto criptóforo do material reprimido e da compulsão à repetição como expressão sintomatológica deste recalque. Aborda ainda a metapsicologia do segredo que aprisiona a criança ao ciclo abusivo, mantido, como preconiza Furniss, por uma síndrome de adição do adulto que abusa. Aprofunda e dá destaque à temática do segredo no debate sobre a transmissão genealógica inconsciente, com enfoque no mecanismo de fantasmaticar as relações inter e transgeracionais, ilustrando toda a sintomatologia decorrente desse processo. Sublinha-se também nesta seção a questão

contemporânea que envolve a criança no testemunho de circunstâncias traumáticas que podem estar imersas neste campo de transmissão familiar.

O estudo direciona-se, então, para a seção cinco do segundo capítulo, e aqui apresenta-se a teoria de Françoise Dolto sobre as castrações simbolígenas identificando também as interações parentais que favorecem as elaborações direcionando as conquistas de crescimento ou, ao contrário, preconiza os efeitos nefastos quando este processo não é vivido a contento.

A sexta seção deste mesmo capítulo inicia a abordagem do estudo sobre aquele que, na trama incestuosa, figura no lugar de agressor sexual, trazendo os debates sobre preconceitos e propostas de intervenção pautadas nos paradigmas penais.

Aprofunda-se a pesquisa sobre as nuances que determinam o funcionamento do autor de agressão sexual na seção 7 do capítulo 2, neste momento abrindo o campo de análise para o estudo da perversão. Primeiramente circunscreve a contemporaneidade do debate, enunciando e contrapondo-se às visões estereotipadas e estigmatizadas ainda vigentes. Segue-se apresentando um panorama do estudo da temática na obra de Freud, visitando os textos que marcam todas as transmutações teóricas do autor acerca da natureza do comportamento perverso, apresentando um destaque sobre as fantasias perversas como inerentes à vida anímica de todos os seres humanos.

Num segundo momento desta mesma seção, apresenta-se reflexões sobre a perversão como estrutura, tendo como cerne teórico as ideias de Lacan e Aulagnier, bem como as reflexões sobre sadomasoquismo de Endo. Aborda-se os fundamentos do funcionamento perverso: o desmentido da castração, desafio à lei, dessubjetivação, recusa à filiação e processo de fantasmatização e o debate que especifica o campo desta vertente do estudo que é a pedofilia.

Finalizando o arcabouço teórico da tese, a terceira abordagem da seção 7 fecha o capítulo 2 com a discussão da montagem perversa e a atualidade do desmentido. Apresenta-se aqui a perversão como laço social. Calligaris e Lebrun são os dois autores que evidenciam esta discussão. Desenvolvem os conceitos de *semblante* e *entodamento* para explicar como as transformações de paradigmas sociais impactam o funcionamento psíquico do sujeito. Deslocam o eixo de discussão sobre a perversão do sexual para o social e, assim, sublinham os mecanismos através dos quais o indivíduo neurótico passa a atuar uma dinâmica perversa, respaldado pela *comunidade de renegações* da qual faz parte.

Cabe ressaltar que toda esta trajetória de discussão teórica é entrelaçada por exemplos e questionamentos localizados em nossa prática profissional.

O terceiro capítulo do estudo apresenta a metodologia da discussão de casos na prática supervisionada. Contextualiza as peculiaridades deste trabalho e elege dois casos para aprofundamento reflexivo.

A história de Alice, abusada sexualmente pelo padrasto, discute os processos de prematuração e identificação com o agressor, bem como os efeitos da desautorização ou desmentido como fontes de traumatismo para a menina. O enredo de José Luiz, pai incestuoso que engravidou a filha, também é marcado pela clivagem psíquica que conduz ao protagonismo da *Verleugnung* freudiana. Discute-se também as intercorrências jurídicas que permeiam os casos, assim como as estratégias da intervenção terapêutica que procuram acolher as vicissitudes de cada uma das situações. Nos liames do atendimento de José Luiz, discute-se também as possibilidades de tratamento quando o paciente, a priori, não formula uma demanda nesta direção.

Nas considerações finais expõem-se como recomendações principais a avaliação criteriosa dos aspectos traumatogênicos da experiência incestuosa para as crianças e adolescentes, antes de qualquer indicação de tratamento. Da mesma forma, considera-se de extrema importância enfrentar a estigmatização do pai incestuoso como indivíduo estruturalmente perverso. E ratifica a casuística dos atendimentos, que apontam esses sujeitos como neuróticos capturados numa dinâmica perversa e a modalidade de laço social contemporânea como esteio para este funcionamento.

O trabalho finaliza-se com a indicação de outras duas linhas de pesquisa que se mostram relevantes na atualidade do que demanda a prática supervisionada: a crise de legitimidade no trabalho institucional, que retrata também em muitas circunstâncias a falácia do desmentido e a atenção às crianças que chegam aos serviços de atendimento figurando no lugar de autores da agressão sexual, e retratam em seus atos os requintes da performance perversa.

2. Contribuições da Psicanálise para a refletir sobre a trama incestuosa

2.1 Sexualidade infantil e interações parentais

Ao abrir o campo de suas reflexões sobre o entendimento da sintomatologia histérica, ligada a traumas fictícios e realidade psíquica, Freud (1905/1996) lança luz de forma precursora às manifestações sexuais da infância. Questiona a negligência dos estudiosos da área em não olhar para esta nuance do desenvolvimento infantil e nos revela os traços essenciais e normais da pulsão sexual na criança.

O autor se contrapõe aos teóricos de sua época que justificavam o descaso para com o infantil pautado nas impossibilidades de entendimento e reflexão desta etapa de vida em função do fenômeno da amnésia infantil, que na maioria das pessoas encobriria os primeiros anos da infância até seis ou oito anos de idade. O psicanalista enuncia sua indignação com a falta de interesse e investimento em desvendar tal fenômeno, na medida em que já apresenta como incontestáveis as observações de que impressões esquecidas deixam marcas profundas e determinam o desenvolvimento do ser humano.

Até o momento, não nos ocorreu ficar surpresos ante o fato dessa amnésia, e, no entanto, teríamos boas razões para isso. De fato, somos informados de que durante esses anos [...] reagimos com vivacidade frente às impressões, sabíamos expressar dor e alegria de maneira humana, mostrávamos amor, ciúmes e outras paixões que então nos agitavam violentamente [...]. E de tudo isso, quando adultos, nada sabemos por nós mesmos [...]. Por outro lado, devemos supor, ou podemos convencer-nos disso mediante a investigação psicológica de outrem, que as mesmas impressões por nós esquecidas deixaram, ainda assim, os mais profundos rastros em nossa vida anímica e se tornaram determinantes para todo o nosso desenvolvimento posterior (FREUD, 1905/1996, p. 165).

Com este interesse em foco, o autor dedica-se às intensas investigações de seus casos clínicos e formula as evidências do erotismo infantil, bem como suas interações e subsequências para a vida sexual adulta.

Em *Uma criança é espancada* (1919/1996), ao analisar as fantasias recorrentes no relato de seus pacientes, Freud localiza uma variável catexia que mobiliza prazer e tem sua descarga em atos de satisfação autoerótica e já enuncia um campo de discussões extremamente instigante e de muito interesse para nosso estudo ao correlacionar a dinâmica

da perversão a uma possível insuficiência das defesas infantis diante de vivências sexuais precoces. Vejamos como se expressa o autor:

Uma fantasia desta natureza, nascida, talvez, de causas acidentais na primitiva infância, e retida com o propósito de satisfação autoerótica, só pode, à luz de nosso conhecimento atual, ser considerada como um traço primário de perversão. Um dos componentes da função sexual desenvolveu-se, ao que parece, à frente do resto, tornou-se prematuramente independente, sofreu uma fixação, sendo por isso afastada dos processos posteriores de desenvolvimento e, desta forma, dá evidência de uma constituição peculiar e anormal no indivíduo [...]—temos motivos para esperar que a investigação anamnésica revele um evento [...] que conduza a uma fixação na infância (id., 1919/1996, pp. 197–198).

A evolução desses relatos, não baseados em cenas tidas conscientemente como reais, mas num processo de construção em análise, demonstravam ainda assim uma inequívoca necessidade: a fantasia ligada a uma forte excitação sexual, “proporcionando, assim, um meio para a satisfação masturbadora” (p. 201). Retomaremos posteriormente tal questão, quando enfocar os aspectos perversos envolvidos no entrelaçamento incestuoso, ressaltando a visão freudiana sobre a dinâmica edípica como ponto central na gênese da perversão.

Refletindo sobre tais constatações como trilha para o entendimento de como se dá o desenvolvimento psicosexual do homem, ou seja, os elementos constitutivos que redundariam em traços saudáveis ou patológicos, Freud reforça a perseverança do trabalho analítico em remover a amnésia que encobre o conhecimento das experiências infantis primitivas dos adultos—para o autor, aquelas que ocorreram entre os dois e cinco anos de idade.

No mesmo estudo supracitado, Freud nos apresenta a criança envolvida com as turbulências do complexo parental e às voltas com a repressão desses amores incestuosos:

As afeições da menina estão fixadas no pai, que provavelmente fez tudo o que podia para conquistar o seu amor, e, desta maneira, propagou as sementes de uma atitude de rancor e rivalidade da menina em relação à sua mãe. Essa atitude existe lado a lado com uma corrente de dependência afetiva da mãe [...] (ibid., p. 202).

Essa prematura escolha do objeto sexual, governando as tensões libidinais da criança, já indicam o papel do genital no processo de excitação. “Nos meninos o desejo de procriar um filho com a mãe jamais está ausente; na menina o desejo de obter uma criança do pai é igualmente constante” (p. 203).

Mas, como nos alerta o criador da psicanálise, “nenhum desses amores incestuosos pode evitar o destino da repressão” (p. 205). Algum evento externo vivido como desilusão—o

nascimento de um irmão, uma atitude sentida como menosprezo—ou, ainda, condições internas pela insatisfação permanente deste anseio, são favorecedores da constatação de que estes amores são improváveis e, assim, dos processos de repressão. Conta-se também, e talvez principalmente, com a força dos ditames culturais que ecoam o ilegítimo destes desejos.

O mais provável é que eles passem [...], porque as crianças ingressaram numa nova fase de desenvolvimento, na qual são compelidas a recapitular, a partir da história da humanidade, a repressão de uma escolha objetal incestuosa (ibid., p. 204).

A complexidade destes processos repressivos mobiliza também, como nos instrui o autor, sentimentos de culpa que revelam a persistência de desejos incestuosos no inconsciente, e instiga-nos à continuação desta linha de pensamento em seu trabalho intitulado *A dissolução do Complexo de Édipo*, de 1924.

Ambivalência e culpa em relação ao desejo de retomar os contatos afetivos e sexualizados com as figuras parentais são sentimentos muito frequentes no relato das crianças e adolescentes que viveram a experiência incestuosa. Quando se estabelece uma aliança terapêutica, os pacientes revelam inclusive a falta que o apelo e o estímulo erótico fazem em sua vida. Lembramo-nos da confidência consternada da menina de doze anos que dizia: “*Eu tenho certeza que era amor o que meu pai sentia por mim; e não coisa de homem tarado, como minha mãe diz. Eu gostava de ficar abraçada com ele, na cama com ele. Era bom..., mas isso eu só posso falar pra você, porque minha mãe não aceita, sofre, chora*”.

Este depoimento nos remete ao quão difícil torna-se a escuta dos sentimentos de natureza incestuosa. Como já expusemos anteriormente, procurar os antecedentes pregressos que constituem tais sentimentos, transitar pelo terreno da legitimação da sexualidade infantil ainda encontra muita resistência, quando não rechaço, nos meios profissionais.

Ainda temos dificuldade em aceitar o adolescente como sujeito de desejos e direitos sexuais, haja vista a ausência de qualquer movimento que pense sobre as necessidades sexuais daqueles que, por conflito com a lei, cumprem medida de privação de liberdade. A criança na cena sexual remete quase que invariavelmente à repulsa e às aberrações.

Abrindo o conhecimento a esta interface, Cromberg (2001/ 2012), nos mostra como Freud, em sua carta 75 a Fliess (1897), traz seu claro posicionamento sobre a existência da pulsão sexual na infância e do papel da negação e dos julgamentos culturais sobre estas manifestações:

[...] as crianças possuem uma sexualidade ativa, fruto da estimulação de zonas corporais, em especial as zonas anal e bucal, mas também genitais, suscetíveis da erotização, ou seja, de provocarem algo análogo à excitação sexual. No percurso da sexualidade, os diques sociais da vergonha e da repugnância caem sobre a atividade destas zonas provocando o recalque desta atividade. Mais tarde, estes diques transformados na modalidade social impedem, com o mesmo vigor, que a recordação da atividade emerja, sucumbindo a esta repressão (CROMBERG, 2001/2012, p.214).

Freud conclui, nos alertando que “é, portanto, a fantasia infantil, atividade psíquica ligada à sexualidade infantil, que rege os processos psíquicos e não o evento da sedução de uma criança por um adulto” (FREUD, 1893–1899, p. 95).

A sedimentação desta posição é desenvolvida em sua obra *Três ensaios para uma teoria sexual* (1905), em que o autor enfatiza os dois tempos da escolha objetal como panorama do desenvolvimento psicosssexual pleno. Uma primeira etapa, datada entre os dois e os cinco anos de idade, é caracterizada pelos traços infantis na escolha dos alvos sexuais. Segue-se um período de retrocesso em relação às manifestações de interesse erótico—a latência—e, depois, o direcionamento para a segunda etapa em que, com o advento da puberdade, tende-se a uma renovação da escolha objetal e configuração mais definitiva da vida sexual.

O autor nos chama a atenção sobre o processo de recalque inerente ao interstício das duas etapas.

Seus alvos sexuais foram amenizados e agora representam o que se pode descrever como a corrente de *ternura* da vida sexual. Somente a investigação psicanalítica pode demonstrar que, por trás dessa ternura, dessa veneração e respeito, ocultam-se as antigas aspirações sexuais, agora imprestáveis, das pulsões parciais infantis. A escolha do objeto da época da puberdade tem de renunciar aos objetos infantis e recomençar como uma corrente *sensual*. A não confluência dessas duas correntes tem como consequência, muitas vezes, a impossibilidade de se alcançar um dos ideais da vida sexual—a configuração de todos os desejos num único objeto (FREUD, 1905/1996, pp. 188–189).

A obra de Dolto (2015) igualmente sobreleva a evolução na busca do objeto de amor na infância e na adolescência, apontando-a como conquista da castração edipiana. A autora nos diz que as crianças que passaram pela prova do Édipo a contento sentem-se valorizadas como meninos e meninas que são e, assim, empenham-se nas demandas próprias aos anos de latência—interstício para a impulsão fisiológica da puberdade—que, por sua vez, os conduz às exigências da adolescência.

A Adolescência [...] relança o desejo em suas manifestações ao nível dos genitores e os afetos de amor para objetos desejáveis. Isto confirma, reforçando-o o narcisismo secundário que incita o rapaz e a moça a se valorizar em sociedade: simultaneamente para reforçar sua própria imagem e para conquistar o direito de um encontro corpo a corpo com o objeto de amor, triunfando sobre rivais (DOLTO, 2015, p. 169).

Ainda nos *Três ensaios para uma teoria sexual*, Freud nos traz elementos para refletir não só sobre a natureza da pulsão sexual na infância, mas também sobre o papel e as determinações das interações parentais nesta trama. Além de nos mostrar que a interação incestuosa se dá num contexto permeado pelas fantasias sexuais daquele que é referido como vitimizado e, com isso, nos convoca aos cuidados para não tratarmos a situação numa perspectiva de papéis cristalizados—vítima e agressor—, alerta-nos sobre os prejuízos patentes em relação ao excesso de ternura dispendido pelos pais nos cuidados de suas crianças.

[...] Talvez se queira contestar a identificação do amor sexual com os sentimentos ternos e a estima da criança pelas pessoas que cuidam dela, mas [...] o trato da criança com a pessoa que a assiste é, para ela, uma fonte incessante de excitação e satisfação sexual vindas das zonas erógenas, ainda mais que esta pessoa—usualmente a mãe—contempla a criança com os sentimentos derivados de sua própria vida sexual: ela acaricia, beija e embala, e é perfeitamente claro que a trata como o substituto de um objeto sexual plenamente legítimo (FREUD, 1905, pp. 210–211).

Essas formulações vão descortinando um universo que nos faz compreender, de forma mais acurada, os desarranjos psíquicos traduzidos na sintomatologia dos sujeitos que, no percurso de seu desenvolvimento, veem-se assolados pelo real do incesto. Esta epifania de demandas mentais infantis, buscando contornos numa parentalidade que cumpra esta função e leve a criança na direção de constituir-se como um sujeito de legítimo desejo sexual, encontra o reverso deste encaminhamento em um pai e/ou em uma mãe adoecidos.

Françoise Dolto (2015), que também enfatiza a organização da emocionalidade a partir das experiências na infância, desenvolve a tese da coesão entre esquema corporal e imagem inconsciente de corpo como estruturante psíquico no indivíduo. Explica-nos que o esquema corporal, como realidade de nosso corpo, especificando-nos como representantes da espécie, configura-se como nosso “viver carnal no contato com o mundo físico” (p. 10); e a imagem inconsciente do corpo, como síntese de nossas experiências emocionais, traduz-se como “a encarnação simbólica e inconsciente do sujeito desejante” (p. 15). Abordaremos este pensamento um pouco mais adiante; o que aqui importa é a ênfase que a autora também dá à

importância dos pais aceitarem e equacionarem, através da interdição, as pulsões eróticas da criança, como função parental que favoreça o desenvolvimento do filho.

Quando [...] a satisfação é dada à criança, as suas pulsões eróticas incendiárias, em um corpo a corpo que ela se esforça em manter, quer seja por carícias, ou se deitando em sua cama, situação tão eroticamente perturbadora quando as sevícias corporais que ela os faz impingir a ela, a criança corre o risco de **regredir e não manter a coesão entre a imagem de corpo e o esquema corporal correspondente à sua idade**, esta coesão que lhe permite simultaneamente permanecer como sujeito de sua história e conquistar seu *status* humano (DOLTO, 2015, p. 166—grifos nossos).

Está claro, mesmo após quase 110 anos, que as proposições de Freud sobre a resistência em aceitarmos a natureza erótica da interação parental ainda vigoram. Não é concebido que um investimento afetivo excessivo da mãe ou do pai possa despertar a pulsão sexual de seu filho. Deposita-se, nesta troca, a conotação de pureza assexuada, uma vez que evitam a manipulação genital para além dos indispensáveis cuidados que o corpo necessita. Desconsidera-se, assim, que a pulsão não está estritamente ligada à região genital.

Freud nos assegura:

É verdade que o excesso de ternura por parte dos pais torna-se pernicioso, na medida em que acelera a maturidade sexual e também, “mimando” a criança, torna-a incapaz de renunciar temporariamente ao amor em épocas posteriores da vida ou de se contentar com menor dose dele (FREUD, 1905, pp. 210–211).

Em muitas circunstâncias estas distorções nas manifestações amorosas dos pais para com seus filhos são sutis, mas nem por isso menos perniciosas. Hirigoyen (2003) nos traz a visão do psicanalista francês Recamier (1995) sobre o “[...] clima em que sopra um vento de incesto sem que haja incesto” (Hirigoyen, 2003, p. 61). Um incesto *soft*, se é que é possível assim conceituar. Famílias permeadas por uma atmosfera de olhares equívocos, casuais toques de mão, alusões verbais com conteúdos sexuais, carícias em que a percepção terna e erótica ficam misturadas. Nestas famílias é possível observar que as fronteiras e funções geracionais não se colocam claramente e o terno e o sexual propriamente dito aparecem indiscriminados. São situações em que não há nada explicitamente condenável, mas nas quais a violência perversa está presente sem sinais aparentes. São atitudes de adultos significativos para a criança ou para o adolescente, que induzem a um clima de cumplicidade extremamente nocivo ao seu psiquismo em formação. O clima incestual propicia que crianças não fiquem no lugar de crianças e sejam integradas como testemunhas e coadjuvantes da vida e conflitos sexuais de adultos.

Recamier (1995) enfatiza, como base de sua teorização, o **incestuoso** como **totalidade dos pais**, no qual as relações entre pais e filhos, principalmente mãe-filho, por meio de múltiplas substituições, têm o objetivo de manter a união erotizada e bloquear a organização edípica. Mesmo considerando a importância da catexia parental para o despertar da pulsão sexual na criança, ou seja, a erotização do corpo infantil por meio dos cuidados e contatos iniciais (limpar, vestir, amamentar...), é preciso que estejamos atentos a esta captura ao lugar de investimento libidinoso excessivo dos pais; lugar que dificulta à criança a entrada no social mais amplo, uma vez que esta fica aprisionada à lógica familiar e resiste aos referenciais culturais.

Kamers (2014), ao discorrer sobre parentalidade, trauma e violência na infância, ratifica a ideia de que o excesso libidinoso nos cuidados maternos pode produzir o traumático. Excesso que, ao destituir o sujeito de sua disposição psíquica, promove sua redução a um corpo “passível de inúmeros abusos” (p. 48).

O universo das situações que discutimos nas supervisões dos profissionais que se enveredam pelo atendimento à família com dinâmica abusiva é permeado por esta realidade. C, 14 anos, fala de seu constrangimento ao ser solicitada por sua mãe a tocar a região de sua vagina, a fim de verificar se ali existiam pequenos gânglios. Sente-se ambígua com seu desejo de recusa ao ouvir de sua mãe que aquela situação era muito natural, porque além de se conhecerem, serem íntimas, estavam “*entre mulheres*”.

G, 12 anos, conta a briga que teve com a mãe ao reivindicar que esta interditasse o comportamento do padrasto de andar nu pela casa. Traz sua tristeza e confusão por ter sido acusada pela mãe de “*quadrada e mente fechada*”.

P, 8 anos, reage com hostilidade ao ouvir de um colega de grupo terapêutico que achava estranho ele dar um “*beijo de língua*” em sua mãe.

M, 45 anos, conta com muita naturalidade no grupo terapêutico que “*rolou um clima*” quando estava com a filha e o namorado desta, ambos adolescentes, assistindo a um filme em sua cama. Enfatiza, com tom maroto, que “*ele quis ficar no meio, entre nós duas e que também né, um filme erótico...*”.

Com estes exemplos, vemos que a mãe pode ser abusiva se ela não interdita sua propensão à satisfação da pulsão sexual e que, por não querer que nada falte aos filhos, prejudica o surgimento do objeto sexual diferenciado.

Dolto (2015) também destaca a interdição do desejo incestuoso como prenúncio da busca sexual legitimada na vida social.

Que este desejo não apenas seja proibido, mas que seja lícito e válido, se não se aplicar à busca de objetos incestuosos [...]. É portanto a interdição bem colocada pelo pai e pela mãe sobre o desejo de seu filho e de sua filha enquanto incestuoso que libera as energias libidinais da criança para sua vida fora da família (DOLTO, 2015, p. 169).

A partir destas primeiras colocações, em que elegemos trazer a visão da psicanálise sobre a natureza do impulso incestuoso como inerente ao desenvolvimento da sexualidade humana, consideramos importante destacar a relevância de sua interdição para estruturação da vida psíquica saudável. E mais uma vez seguimos os apontamentos de Freud:

Em vista desta importância do relacionamento infantil com os pais para a escolha posterior do objeto sexual, é fácil compreender que qualquer perturbação desse relacionamento terá as mais graves consequências para a vida sexual na maturidade. (FREUD, 1905, p. 216).

2.2 A interdição ao incesto

Segundo Freud (1913), o tabu contra o incesto marca significativamente o processo de aculturação do ser humano. Ao determinar lugares geracionais diferentes, permite inicialmente a narcisização da criança por seus pais, tão essencial para a sobrevivência e estruturação emocionais e, mais tarde, no investimento por equacionar os desejos sexuais em relação aos pais, um processo de diferenciação e subjetivação. Freud postula, ainda, que a criança também reativa em seus pais fantasias sexuais pregressas e é por isso que o campo da subjetivação é constituído dos referenciais de várias gerações. Nos históricos geracionais das famílias em situação de abuso sexual, é muito comum a identificação de tios, avós, que também abusam sexualmente de um ente familiar. N, 38 anos, expressa sua indignação ao falar da trama que envolveu pai e filha num relacionamento incestuoso; *“Na família do meu marido, todo mundo é tarado. O avô dele aproveitava que cuidava das netas para a nora trabalhar e abusava das três meninas”*.

Fica evidente que, se os papéis familiares estão definidos e codificados pela interdição do impulso sexual incestuoso, dificilmente a filha confundirá um gesto de pai com um gesto de homem. Ao contrário, se os lugares e funções geracionais não estão assim determinados,

um comportamento de assédio do pai pode ser interpretado pela criança como comportamento afetuoso e não abusivo.

É possível perceber ainda, com os relatos clínicos nas supervisões, que as experiências referidas como emocionalmente difíceis são circunscritas a uma interação entre a resposta erótica de quem está no lugar de vitimizador e a culpa pelas fantasias vividas no lugar de quem é vitimizado.

Neste contexto de ambivalência, é preciso esclarecer que o que a menina pede é que o pai aguente seu amor, sinta-se seduzido por ela, mas banque esta sedução como própria de seu desenvolvimento como mulher; que não viole a lei do incesto, que consiga se interditar e entender que, na fantasia de sedução infantil, o sexual é a busca do encontro amoroso, de aceitação.

François Dolto (2015) reforça este campo reflexivo quando nos fala sobre o Édipo da menina, caracterizado pelas pulsões centrípetas que procura transgredir a proibição do incesto, atraindo o pai para suas armadilhas sedutoras.

Ela espreita o objeto que representa para ela o poder e que ela quer tomar para si. Em fantasmas, a transgressão da proibição do incesto por seu pai ou por seu irmão dá valor à sua pessoa e à sua filiação [...]. Na realidade, o seu desejo é o de agradar [...] e, se possível, agradar mais ao pai, a fim de que ele a considere tão valiosa quanto sua mulher e, por que não, mais valiosa (DOLTO, 2015, p. 159).

O adulto não pode, como ressalta Ferenczi (1993), confundir as linguagens, oferecendo a resposta erótica a uma busca afetiva. Não violar o tabu do incesto é o que a cultura espera da paternagem saudável. Contudo, a investigação psicanalítica tem mostrado a intensidade com que os indivíduos têm de lutar “contra a tentação do incesto, e com que frequência a barreira é transgredida nas fantasias e até mesmo na realidade [...]” (FREUD, 1905, p.213).

As conclusões de Freud sobre as origens do sentimento de horror ao incesto, a partir de seus estudos antropológicos com aborígenes australianos (1913), mostraram seus prenúncios no mundo infantil e sua estreita ligação com a vida psíquica de pacientes neuróticos. Ou seja, demonstraram que o neurótico é aquele que apresenta inibição ou regressão no desenvolvimento, por ter falhado em libertar-se dos padrões psicosssexuais da infância ou a eles ter retornado. As premissas freudianas advertiram-nos ainda sobre o ceticismo geral a respeito do entendimento dos desejos incestuosos como complexo nuclear das neuroses, e as consequências de negligenciar as interdições necessárias.

[...]. Somos levados a acreditar que essa rejeição é, antes de tudo, um produto da aversão que os seres humanos sentem pelos seus primitivos desejos incestuosos, hoje dominados pela repressão. Por conseguinte, não é de pouca importância que possamos mostrar que esses mesmos desejos incestuosos que são destinados mais tarde a se tornarem inconscientes, sejam ainda encarados pelos povos selvagens como perigos imediatos, contra os quais as mais severas medidas de defesa devem ser aplicadas (FREUD, 1913, p. 35).

Ratificando as indicações de Freud, circunscrevo esta teorização fundamental sobre o tema, utilizando as palavras de Cromberg (2001/ 2012) sobre a relevância do interdito do incesto.

[...] as condições suscetíveis de assegurar a uma criança desde o nascimento e através da vida, a melhor saúde física e o melhor equilíbrio mental possíveis, estão estreita e exclusivamente dependentes do respeito manifesto ou latente que cada um de seus pais marcam com respeito à lei do interdito do incesto (CROMBERG, 2001/ 2012, p. 39).

Pensando que a vocação maior deste estudo é traçar caminhos para o investimento terapêutico à trama incestuosa, vemos aqui um foco primordial de atenção profissional, ou seja, a escuta e a análise das repercussões do **incesto não interditado**. Muitas vezes, a realidade material ou mesmo as relações subjetivas entre todos os personagens que compõem a cena incestuosa, funciona como um invólucro que dificulta o acesso aos movimentos intrapsíquicos desses sujeitos. “A aflição, por parte de quem atende [...] de que o caso é grave, é complicado, o que aliás diz respeito a todos os casos, tanto quanto a necessidade de tempo, impede o enganche afetivo de fato” (p. 171). Com isso, a escuta e intervenção que favoreçam o desvendar das representações, das fantasias sexuais, dos desejos inconscientes presentes na interação, *a priori* estabelecidas como abusivas, ficam completamente relegadas ao plano do desnecessário, o que, a nosso ver, vem encobrir o que na verdade possa ser insuportável para o profissional. A relutância em relação à presença das fantasias edípicas como inerentes ao desenvolvimento psicosssexual da criança, bem como o horror à passagem ao ato incestuoso pelo adulto que deveria proteger, como nos aponta Ab’Saber “nos faz ainda tremer nas bases, literalmente nos incluindo naquele estranho mal, que em algum lugar também desejamos. Se não, por que a angústia? ” (AB’SABER, apud CROMBERG, 2001/ 2012, p. 9).

Redimensionar o lugar dessa angústia para que ela, ao invés de incidir em economia de implicação e atitudes de esquiva, possa fazer com que nós, profissionais que trabalhamos com a família incestuosa, nos sintamos desafiados a superar os sentimentos de impotência para lidar com algo que possa nos ameaçar, também faz parte das motivações desta pesquisa.

O mesmo autor, na obra supracitada, nos alerta que

[...] esse estrato de violência humana, que é o Édipo e sua castração simbólica—não plenamente acontecida no adulto que deveria cuidar, mas violenta—é sobreposto a uma violência *real* [...] que mantém os sujeitos regredidos, fragmentados e masoquistamente submetidos. O tratamento de tais verdadeiras tragédias psíquicas é difícil (AB'SABER, apud CROMBERG, 2001/ 2012, p. 10).

É dentro deste contexto que procuramos sedimentar o objeto deste estudo, tendo como referência a maneira pela qual se constitui um objeto em psicanálise, ou seja, delimitar o que possam ser os focos de reflexão e análise a partir de uma atenção ao material dos casos clínicos, bem como ao processo de elaboração conceitual, tendo em conta que estes focos são flutuantes. Propusemo-nos um constante exercício: não de deixar de lado completamente nossos conhecimentos e instrumentais sobre a temática, mas não os considerar de antemão como premissas na condução do trabalho. Com isso, buscamos também manter a vocação de circular não apenas na esfera de abstrações, mas principalmente nas formulações que partem da experiência, por acreditar que, desta forma, os conceitos e teorizações tornam-se vívidos. Dentro desse ensejo, procuramos, na sequência das reflexões aqui propostas, lançar luz sobre o entendimento das expressões do traumático, quando circunscrito à experiência incestuosa.

2.3 As expressões do traumático na experiência incestuosa

2.3.1 Freud e o sexual como fonte de traumatismos

Como assinalado anteriormente na discussão sobre sexualidade infantil e interações parentais, as primeiras formulações de Freud (1893/ 2006), quando pesquisava os mecanismos psíquicos dos fenômenos histéricos, já indicava o sexual como fonte de traumatismos. Inicialmente, a realidade material foi apontada pelo autor como agente provocador do adoecimento psíquico. A sedução real de uma criança por um adulto, conhecida como *Teoria da Sedução*, estaria na base dos quadros histéricos—a mente incipiente infantil, tomada por um excesso de excitação libidinal inassimilável seria, assim, traumatizada. Vale lembrar que, à época, a criança ainda era vista como um ser assexuado e, por isso, sem nenhuma condição de dar sentido a um investimento erótico. O registro deste “[...] corpo estranho na subjetividade traumatizada” (ENDO, 2005, p. 122) subsistiria então,

como material recalcado, ou seja, alienado do repertório de lembranças do sujeito. Tal mecanismo de dissociação não seria, contudo, eficiente ao ponto de eliminar completamente as marcas deixadas no psiquismo pela experiência perniciosa. A excitação libidinal reprimida continuaria operando, desta feita, por meios indiretos, num deslocamento entre referências afetivas e representações corporais, derivando assim os sintomas histéricos. Como nos fala Endo (2005),

Este corpo-a-corpo torna-se, então, do ponto de vista psíquico, “intraduzível” em palavras ou em “imagens verbais”, restando como recurso psíquico a “conversão” somática [...]

Tudo se passaria em torno de um corpo que sofre o golpe dos excessos que o colocam em perigo, que vive esse perigo e esse excesso a partir da intrusão do outro corpo (invasor) sobre o seu, e cujo contato deletério produziria, ao final, um corpo cindido, alienado, possuído por sua vez por um duplo (“corpo estranho”) de cuja estrangeirice padeceria, convertida em sintoma (ENDO, 2005, p. 122).

Recalcar a experiência sexualmente abusiva da infância, transformá-la num “corpo estranho” dentro do próprio corpo—estrangeirice que desafia o próprio funcionamento fisiológico deste corpo produzindo as mais diferentes sintomatologias, tem sido um panorama extremamente recorrente em nossa prática clínica. Freud, à sua época, perscrutou os efeitos de tal experiência na constituição da histeria.

Hoje, para além do que possa estar circunscrito em nossa experiência com esta temática, como supervisora de serviços especializados, não raro, nos casos atendidos no consultório, as queixas que inicialmente traduzem-se como quadros de obesidade mórbida, anorexia nervosa, automutilação, disfunções sexuais, por exemplo, com o andamento do tratamento vão delineando a ideia de um corpo que não pode ser desejável, que não tem direito ao prazer, que precisa ser maltratado, destruído. E, aliança terapêutica estabelecida, as vivências recalçadas no inconsciente começam a desvendar-se primeiramente através dos sonhos e, depois, em lembranças mais nítidas: o pai, o avô, o tio querido, o professor de ginástica, enfim, na grande maioria das vezes, pessoas muito próximas da criança que aquele adulto foi, em cenas que causavam perturbação, medo, constrangimento ou culpa por um prazer que não deveria ter sentido. Lembranças que mobilizam muita comoção, muito pesar, “*medo de estar enlouquecendo*”, como traduziu, certa feita, uma paciente. Daí a compreensão deste mecanismo de defesa, que manteve soterrada por tanto tempo a vivência que o psiquismo não foi capaz de assimilar. Nas palavras de Endo (2005):

O corpo/ sujeito fracassados (horrorizados) diante da intensidade do golpe, no volume transbordante que o ataque exterior assume proporcionalmente ao trabalho de metabolização (elaboração) e expulsão (ab-reação) que o psiquismo teria por tarefa realizar [...]

O recalque seria, nesse sentido, uma defesa de segundo plano que cria um obstáculo à ab-reação e produz sintoma (ibid., p. 128).

Isto posto, é possível entender que o recalque, como um recurso de proteção psíquica, produziria uma cisão no universo simbólico da criança que é sexualmente molestada, impondo a uma das partes o calar-se, a não-consciência e, assim, a recusa do trânsito da cena à palavra. O pensamento freudiano então já enuncia o papel do mecanismo intrapsíquico como coadjuvante na produção da neurose histérica, sem, contudo, desconsiderar a magnitude da realidade material violentamente imposta. Ou seja, o excesso real de sexualidade forçado por um adulto sedutor à criança não seria por si só suficiente para determinar o adoecimento histérico, porém, a certeza de que sem a intrusão funesta do abusador a neurose dificilmente se instalaria, ainda é a tônica das reflexões de Freud, sempre pautadas em sua experiência clínica. Vejamos como retrata à Fliess (1896/ 1986) suas constatações:

[...] hoje, pela manhã, trouxe uma nova confirmação da etiologia paterna. Ontem, iniciei o tratamento de um caso novo: uma moça que [...] teve um irmão que morreu louco, e seu sintoma principal (insônia) surgiu pela primeira vez depois de ela ouvir a carruagem que o levaria ao hospício afastar-se da porta da frente [...]. Hoje, ela chegou e confessou [...] —Antigamente, eu não suspeitava de nada, mas, agora, o sentido crítico de certas coisas ficou claro para mim e não consigo me decidir a falar sobre elas [...]. Quando digo que as pessoas que tem culpa dessas coisas são pobres e de espírito elevado, sou forçada a pensar que isso é uma doença, uma espécie de loucura e tenho que desculpa-las. —Bem, vamos então falar claramente. Em minhas análises, as pessoas culpadas são parentes próximos, o pai ou um irmão. —Não aconteceu nada com meu irmão. —Então, com seu pai. E foi aí que se revelou que o pai dela, supostamente nobre e respeitável, costumava leva-la para a cama, regularmente, quando ela estava com oito a doze anos, e se servia dela sem penetrá-la (“Deixava-a molhada”, visitas noturnas). Já naquela época ela sentia angústia. Uma irmã, seis anos mais velha [...], confessou ter tido as mesmas experiências com o pai (FREUD e FLIESS, 1897/ 1986, pp. 238–239).

Desta posição, entramos na época em que o pai da psicanálise escreve à Fliess (1897), desacreditando sua “neurótica teoria da neurose” (p. 265). Envolvido em seu processo de autoanálise, no luto recente do pai, falecido em 23/10/1896, e pautando-se em suas evidências clínicas, Freud renuncia de forma decisiva à ideia da etiologia das psiconeuroses marcadas pela intrusão e desejo sexual de um adulto sedutor sobre uma criança inocente. Ao resgatar dinâmicas relacionais de desejos e ciúmes em suas próprias cenas familiares, o autor volta seu interesse para o universo das fantasias e desejos incestuosos infantis. É também a Fliess que Freud confia:

Descobri, também em meu próprio caso, o fenômeno de me apaixonar por mamãe e ter ciúme de papai, e agora o considero um acontecimento universal do início da infância, mesmo que não ocorra tão cedo quanto nas crianças que se tornam histéricas (ibid., p. 273).

Ainda neste primeiro percurso reflexivo sobre os mecanismos do traumático, com o intuito de esclarecer as razões pelas quais os efeitos sintomatológicos não se manifestavam imediatamente ao evento sexualmente abusivo, mas sim eclodiam à época da puberdade, Freud desenvolve a concepção de um *a posteriori* em relação ao trauma sexual (a noção de *Nachträglichkeit*). Até este momento, as observações do autor que redundaram na teoria sobre a sexualidade na infância ainda eram bastante incipientes, daí a formulação de que o evento abusivo, como fator externo, mobilizava sensações que desorganizavam psiquicamente a criança uma vez que nem conseguia identificar a excitação como sexual, nem tão pouco inibir-se ou esquivar-se do referido contato. É este o mecanismo que, segundo Freud, explica o recalque. O registro da interação abusiva ficaria assim, protegido do acesso mnêmico. Somente à época da puberdade, quando o aparato psíquico teria maturidade para a significação sexual da referida experiência, a lembrança eclodiria com todo o potencial de representação traumática.

Nestas reflexões sobre a distância entre o acontecimento sexualmente abusivo e o momento em que sua lembrança advém com eficácia traumatogênica, Freud já esboça um movimento de transformação teórica sobre a etiologia do adoecimento psíquico neurótico, passando aos primeiros reconhecimentos do papel das fantasias e da vida sexual infantil na constituição do trauma. E, por sua característica efervescência intelectual, investe nestas hipóteses e ilumina as ideias que passam a compor o que ficou conhecido em seu arcabouço epistemológico como o segundo tempo na teoria do trauma.

Freud passa então a considerar a proeminência da sexualidade infantil no desenvolvimento de conflitivas que iriam impactar a vida psíquica adulta. O que ganha relevo na teoria psicanalítica a partir daí são as dinâmicas intrapsíquicas como geradoras do padecimento da mente. Como nos explica Endo (2005), sobre as inflexões freudianas:

A fantasia emerge como um fato psíquico que distorce, fragmenta, desmonta a realidade em favor da lógica do desejo, intrapsíquico. O sujeito reinventa realidades neuroticamente singulares para uso próprio, diante de um conflito psíquico insuportável (ENDO, 2005, p. 132).

Este é um momento de muita fertilidade para a construção da teoria psicanalítica, onde seu criador se vê impelido a considerar os impasses e dificuldades que se enunciam na investigação de campos de limites tão hesitantes, quando o foco é o funcionamento da psique: o interno e o externo como territórios que se possa distinguir de forma clara. E, como é possível apreender na construção de seu pensamento, Freud preconiza que devemos interrogar a teoria a partir do que possa ser percebido no trabalho com os pacientes, estabelecendo assim, o caráter semovente de todas as suas formulações, inclusive sobre a questão das interioridades e exterioridades.

Desta feita, ao abandonar a concepção da sedução real de uma criança por um adulto perverso na constituição da neurose histérica, o autor situa um novo paradigma sobre a sexualidade humana, a saber: a transcendência das vivências sexuais da idade adulta para o período da infância e do âmbito restrito do genital para o terreno das fantasias. Escreve então à Fliess, na carta 69 (1897), relatando suas inquietações e razões para reformular as proposições teóricas.

[...] a debandada das pessoas que, durante algum tempo, eu parecia estar compreendendo com muita segurança, a ausência de êxitos completos [...] —este foi o primeiro grupo de motivos. Depois, veio a surpresa diante do fato de que, em todos os casos, o pai, não excluindo o meu, tinha que ser apontado como perverso [...], embora, afinal, uma dimensão tão difundida da perversão em relação às crianças não seja muito provável [...]. Depois, em terceiro lugar, a descoberta comprovada de que, no inconsciente, não há indicações da realidade, de modo que não se consegue distinguir entre a verdade e a ficção que foram investidas pelo afeto (por conseguinte, restaria a solução de que a fantasia sexual se prende invariavelmente ao tema dos pais) (FREUD e FLIESS, 1897/ 1986, pp. 265–266).

O semblante psíquico da sexualidade: um constructo vital para o embasamento das reflexões que este nosso estudo propõe. Para além dos parâmetros, ditos objetivos que denunciam a cena incestuosa, interessa-nos a compreensão de como cada um dos personagens desta cena representou psiquicamente a experiência. Quais as referências subjetivas presentes (ou ausentes) nesta interação? E quais as marcas, também subjetivas, que perpetuam (ou não) o vivido como traumático? Ampliar o entendimento da sexualidade para além da esfera genital certamente é condição essencial para responder a estas indagações. Se pensarmos que o sintoma é o retorno do recalcado, passamos a conceber a sexualidade num espectro mais amplo de expressão, onde a relação sexual é apenas uma dentre uma diversidade de manifestações. Assim, Freud cunha a ideia de que mesmo que o sujeito se proponha ao celibato, abdicando do ato sexual, não poderá jamais renunciar à sexualidade como operação sintomática que exprime suas conflitivas psíquicas. Vemos então que é exatamente nesta

operação de declinar da teoria da sedução como fundamento da neurose que Freud passa a reconhecer as tendências sexuais infantis e concebê-las como alvos do recalque e consequente formação dos sintomas. O autor engendra aqui um olhar completamente voltado às dinâmicas intrapsíquicas como geradoras, por si, das psiconeuroses. Os alvos de suas investigações são as construções fantasmáticas inconscientes que permeiam as conflitivas psíquicas.

Neste interstício de tempo, que vai de 1897 até praticamente 1913, quando publica *Totem e Tabu*, a produção freudiana distancia seu interesse da problemática intersubjetiva como instituinte da violência. Sobretudo em *Pulsões e destinos das pulsões* (1915), onde as inflexões sobre o sadomasoquismo retomam o que já fora retratado em *Três ensaios sobre uma teoria da sexualidade* (1905), também desconsiderado logo depois, Freud desliga-se de qualquer preocupação com a análise da realidade exterior na constituição das desordens psíquicas. As questões do autor, como retrata Endo (2005), assumem outras direções.

Não importa mais o que atingiu o sujeito, mas como. Quais dinâmicas impossibilitaram ao psiquismo assimilar os acontecimentos e experiências a ponto de torna-los perturbadores? Qual o formato neurótico, intrapsíquico dessas experiências que impôs perturbação e gravidade no psiquismo? (ENDO, 2005, p. 131).

Somente com o advento da Primeira Grande Guerra Mundial que trouxe, de forma imperativa, o sofrimento psíquico dos soldados que voltavam do *front*, é que Freud retoma sua atenção aos impactos do acontecimento violento para o sujeito e sua saúde mental. Analisando os sintomas destes homens, que muito se aproximavam da neurose histérica, o autor, tendo como alicerce sua evolução teórica, com os conceitos de pulsão de vida e pulsão de morte e o desenvolvimento da segunda tópica do aparelho psíquico (ego, id, superego), volta a destacar o poder dos excessos de um ambiente violento na determinação da experiência traumática. Contudo, uma importante transformação se enuncia nesta retomada: a resistência ao retorno do sexual como elemento decisivo na constituição do trauma. Com a publicação de *Além do princípio do prazer* (1920), Freud responde aos anseios do movimento psicanalítico por reconhecimento e disseminação como ciência inserida em seu tempo—sua referência para a análise do trauma não será mais o abuso sexual, mas a calamidade da guerra e suas repercussões. Conforme refere Endo:

Não é da criança seviciada, seduzida que Freud falará. Nem do adulto perverso, avesso a qualquer proibição e que estende seus domínios eróticos sobre o corpo da criança gerando sofrimentos psíquicos intensos que carregará ao longo da vida [...]

No contexto de suas observações sobre “a horrorosa guerra que acabava de terminar” (1920, p. 12), Freud [...] reintroduz a problemática do trauma através do trato metapsicológico que dará à neurose traumática (ibid., pp. 134–135)

É a este contexto de esquiva e negligência de Freud e a outros psicanalistas da época, a respeito do traumatismo sexual como fator patogênico das neuroses, que se direcionam as cruciais críticas de Sandór Ferenczi. Seu polêmico texto, *Confusão de línguas entre o adulto e a criança* (1932), reinsere de forma contundente o tema do adulto sedutor e, por conseguinte, do evento sexualmente abusivo, nas discussões psicanalíticas sobre as origens do traumático.

As ideias desse autor ganham especial destaque em nosso percurso de reflexões teóricas na medida em que enfocam, de forma bastante fidedigna, o que temos observado como sintomatologia predominante nas circunstâncias incestuosas que chegam para atendimento ou supervisão. Passamos então a discorrer sobre esta preciosa correlação entre as formulações de Ferenczi e a práxis de intervenção.

2.3.2 O trauma sexual a partir de Ferenczi

O tributo de Freud ao lugar da alteridade na determinação do sofrimento psíquico é indiscutível. Se tomarmos como exemplo seu trabalho *Mal-estar na civilização* (1930), veremos que, ao discorrer sobre os fundamentos da dor humana, nos ensina:

O sofrimento nos ameaça a partir de três direções: de nosso próprio corpo, condenado à decadência e à dissolução, e que nem mesmo pode dispensar o sofrimento e a ansiedade como sinais de advertência, o mundo externo, que pode voltar-se contra nós com forças de destruição esmagadoras e impiedosas; e, finalmente, de nossos relacionamentos com outros homens (FREUD, 1930/ 1996, p. 50).

Contudo, é na obra ferencziana que encontramos a dimensão intersubjetiva na constituição do trauma como primazia, insistindo que o olhar da psicanálise não se desviasse da compreensão que o situa fundamentalmente na intersecção entre o indivíduo e seu ambiente social.

Em artigo póstumo publicado em 1934, Ferenczi inicia suas reflexões sobre o trauma enfatizando o aniquilamento do sentimento de si, “da capacidade de resistir, agir e pensar com vistas à defesa do Si mesmo” (2011, p. 125), como expressão da comoção psíquica—um

evento, com dimensões excessivas de desprazer que traz como consequência a quebra de um sentimento de confiança em si e no ambiente circundante—eis como o autor caracteriza o choque traumático. A pessoa sente-se decepcionada por ter vivido a ilusão de que tal situação jamais ocorreria com ela. Tal perplexidade mobiliza imediatamente um montante de angústia traduzido como incapacidade de se adaptar à circunstância desprazerosa. Entram em ação, então, os dispositivos psíquicos que circunscrevem o traumático, segundo Ferenczi: a subtração do Si mesmo à irritabilidade, como mecanismo de fuga; a eliminação desta irritação com o aniquilamento do agente/ força exterior e a autodestruição como válvula de escape e libertação da angústia. Nas palavras do autor:

O desprazer cresce e exige uma válvula de escape. Tal possibilidade é oferecida pela **autodestruição**, a qual, enquanto fator que **liberta da angústia**, será preferida ao sofrimento mudo. O mais fácil de destruir em nós é a consciência, a coesão das formações psíquicas [...] (ibid., p. 127).

A partir daí, prossegue Ferenczi, nasce a *desorientação psíquica*, também como recurso que visa salvaguardar a estrutura mental do sujeito—reforçando a fuga da angústia, suspendendo a “percepção mais ampla do mal, em particular do sofrimento moral, mais elevado—eu não sofro mais, quando muito uma parte do meu corpo” (p. 127) e, por fim, estabelecendo uma “*formação nova de realização de desejo a partir dos fragmentos*, no nível do princípio do prazer” (p. 127).

A transposição das reflexões ferenczianas para o contexto das situações incestuosas que buscamos analisar neste estudo, apresenta uma grande congruência. O sintoma da autodestruição, manifesto em comportamentos de risco ou em rituais de automutilação, tão recorrente principalmente nos adolescentes que chegam para o atendimento, parece mesmo estar a serviço do encapsulamento de uma angústia psíquica, que se sobrepõe à dor física de um ferimento auto infringido. Do mesmo modo, o artifício da desorientação psíquica, como esclareceu Ferenczi, circunscreve a atenção ao sofrimento de uma parte do corpo como forma de deslocar o entendimento do mal mais amplo que se quer evitar.

A história de Sônia ilustra de forma clara este mecanismo. Chegou para atendimento aos 32 anos de idade, após a incidência de um câncer na região da laringe e, como desde a adolescência apresentava recorrentes infecções nesta região de seu corpo, somadas a um quadro alérgico que em duas ocasiões levou-a à internação hospitalar com edema de glote, seu médico considerou importante encaminhá-la para tratamento psicológico. Mais de um ano se passou até que, quando investigávamos um sonho de repetição, em que sentia que alguém

tapava sua boca até quase sufoca-la, Sônia irrompe num choro compulsivo, com a imagem de um pênis que forçava entrada em sua boca. Esta foi a chave para a rememoração de várias cenas em que o pai, ao levá-la para tomar banho, obrigava-a ao sexo oral. Sônia entendeu, inclusive, o porquê de seus banhos serem sempre rápidos e carregados de ansiedade. Cabe ressaltar ainda que a elaboração de todas estas lembranças só pode acontecer depois de um longo período em que a paciente recaiu em seu mecanismo psicossomático, questionou suas lembranças, imputando-lhe o caráter fantasioso, para então ceder ao sofrimento e ressentimento pela decepção de ter um pai abusivo.

Esta pequena vinheta do percurso terapêutico de Sônia ilustra também outro foco no estudo do trauma salientado por Ferenczi—*a função traumatolítica do sonho*. O autor afirma que o estado de inconsciência prevalente nos períodos em que dormimos propicia o retorno de impressões sensíveis de experiências permeadas por comoção psíquica, que aspiram transformação.

[...] se observamos com minúcia a relação entre a história pessoal e os conteúdos oníricos, torna-se cada vez mais evidente que aquilo a que chamamos os restos diurnos (e podemos acrescentar: os restos da vida) são, de fato, sintomas de repetição de traumas [...] (id., 1934/ 2011, p. 128).

Desta feita, tomando como base o trabalho clínico com material onírico, Ferenczi propõe um olhar atento à “função intrinsecamente útil” (p.128), principalmente dos sonhos de repetição como possibilidade de condução da vivência traumática à resolução, à elaboração psíquica que à época do acontecimento originário não fora possível. E, assim, complementa a definição freudiana para quem o sonho seria a realização do desejo, sustentando que “todo e qualquer sonho, ainda o mais desagradável, é uma tentativa de levar acontecimentos traumáticos a uma resolução e a um domínio psíquico melhores [...]” (p. 128).

É extremamente instigante acompanhar o raciocínio de Ferenczi na correlação direta com a experiência clínica. Ao nos explicar sobre o mecanismo de acesso a cenas traumáticas através da análise de sonhos de repetição, ele indica o caminhar paulatino e defensivo desta direção:

O primeiro sonho é uma repetição pura, o segundo é uma solitária tentativa de resolução bem-sucedida, [...] e com a ajuda de atenuações e distorções, quer dizer, sob uma forma falsificada. Portanto, na condição de uma falsificação otimista, o trauma será admitido na consciência [...] só permitindo acesso à percepção do que é suportável na forma e no conteúdo do sonho [...] (ibid., p. 130).

Durante muitos meses, ao longo do processo terapêutico de Sônia, lidamos com a ideia de que seus sintomas e a mão que tapava sua boca até quase sufocar (imagem central no sonho que se repetia), representavam a circunstância em que sua mãe, ao alimentá-la, forçava a entrada de comida em sua boca, como forma de se contrapor a sua recusa às refeições. Interessante perceber que, já neste enunciado, Sônia referia a figura materna com parte do enredo incestuoso, mas de forma bastante disfarçada. Tempos depois, falando mais diretamente sobre as circunstâncias abusivas, a paciente lembrou-se de várias situações em que chorava e clamava à mãe não querer tomar banho com seu pai. Nunca foi atendida. Apenas ouvia que era uma criança difícil, que se negava a comer, a tomar banho. Lembramo-nos com nitidez de suas palavras consternadas: “*É duro, experimentar na própria pele essa ideia de que o pior cego é aquele que não quer ver!*”.

As palavras de Sônia remetem diretamente ao viés que Ferenczi tanto defendeu em suas formulações, ou seja, parte do que é vivido como traumático pela criança refere-se ao desalento pela falta de proteção: não ser vista, não ser ouvida, compreendida ou acreditada. O autor nos diz:

O comportamento dos adultos em relação à criança que sofreu o traumatismo faz parte do modo de ação psíquica do trauma. Eles dão, em geral, e num elevado grau, prova de *incompreensão* aparente. A criança é *punida*, o que, entre outras, coisas age também sobre a criança pela enorme injustiça que representa [...]. Ou então os adultos reagem com um *silêncio de morte* que torna a criança tão ignorante quanto se lhe pede que seja (ibid., p. 127).

Neste enfoque, encontramos a maior ancoragem deste estudo, talvez porque incida de forma imperativa em nossas observações práticas sobre as dinâmicas que geram e mantém a incestualidade e seus desdobramentos psíquicos e sociais para os personagens envolvidos neste enredo: as crianças, os adolescentes, os pais ou responsáveis, profissionais que procuram a transformação deste contexto aviltante. Referimo-nos à releitura ferencziana do conceito de *Verleugnung* cunhado por Freud que, como veremos adiante, procura explicar o mecanismo de recusa em aceitar a castração e o consequente impacto para o desenvolvimento da sexualidade, traduzido na estruturação perversa do psiquismo. Ferenczi sobreleva o caráter relacional desta recusa, imputando-lhe um valor singular na traumatogênese sexual. Segundo o autor, a não legitimação por parte de um outro, principalmente de um outro significativo, da narrativa de tormento de um indivíduo em situação de fragilidade, enreda uma *desautorização*

ou *desmentido*⁸ de sua experiência e constituiu-se como um fator capital na economia traumática. Freud enfatizou a atividade intrapsíquica como a operação primordial das formações traumáticas, mesmo que provocada por uma intrusão externa. Ferenczi formula o *trauma social*, ocasionado a partir de uma ruptura no reconhecimento pela esfera social da história de dor do sujeito, atribuindo a esta dimensão os efeitos mais perniciosos da comoção psíquica.

O pior é realmente a *negação*, a afirmação de que não aconteceu nada, de que não houve sofrimento ou até mesmo ser espancado e repreendido quando se manifesta a paralisia traumática dos pensamentos ou dos movimentos; é isso, sobretudo, o que torna o traumatismo patogênico (ibid., p. 91).

Esta é uma chave deveras significativa quando consideramos uma das facetas mais críticas no atendimento à família em situação de violência sexual: o testemunho da criança sobre a experiência incestuosa, seja na esfera jurídica, enfrentando o paradigma da responsabilização do autor da agressão sexual, seja no âmbito do atendimento psicológico, em que se pretende a avaliação e tratamento das possíveis sequelas advindas das injúrias que sofreu. À criança sujeito de direitos é oferecida a prerrogativa de falar sobre o que viveu. A criança sujeito psíquico, por sua vez, muitas vezes é desrespeitada em suas possibilidades e limites de traduzir em códigos verbais as marcas que ficaram em sua mente e em seu corpo.

De certo, este é um campo muito delicado e é exatamente por esta razão que trazemos para nosso debate um adensamento de como podemos olhar para a questão, a partir das preciosas contribuições de Ferenczi.

A experiência tem nos mostrado que, sem sombra de dúvida, a desautorização é traumatizante, ratificando a premissa ferencziana de que a comoção psíquica estaria enredada em dois tempos distintos: o primeiro, que retrata as cenas em que o adulto, desconsiderando a dissimetria geracional, envolve a criança em seu desejo passional, e o segundo, em que o pequeno ser é aviltantemente *desautorizado* em suas tentativas de expressar o que viveu. Ferenczi persevera na ideia de que esta desautorização incide de forma muitas vezes mais devastante para o psiquismo do que as vivências sexualmente abusivas, na medida em que impacta a convicção das próprias percepções. Diante do confronto com a desconsideração do vivido, a criança defende-se anestesiando sua afetividade e passa a responder às demandas do mundo ao seu redor, de forma acrítica e condicionada aos imperativos socializadores: “*não é*

---

⁸ *Desautorização*, *desmentido*, *negação*, são termos usados para tradução da *Verleugnung* freudiana, por diferentes comentadores.

possível que seu pai tenha feito isso, desde pequena você mente e fantasia muito”, ou, ao contrário: *“você deve contar tudo o que aconteceu, porque o sem-vergonha do seu pai precisa ir para a cadeia”*. Não é difícil entender porque Ferenczi deu tanta ênfase a este segundo tempo na constituição do trauma—à intrusão social associa-se um inexorável desnorreamento social. Quando uma criança encontra ressonância e apoio para a expressão de todos os sentimentos que representam **sua** história de abuso, ou seja, sua tristeza, decepção, dúvidas, medos, raiva, mas, também, a falta, o apego e o envolvimento afetivo com o autor da agressão sexual, ela passa a ter melhores possibilidades de ressignificar a experiência. Ao contrário, se quando a circunstância vem à tona, as reações sociais desconfirmam seus relatos, induzem que se cale, volte atrás no que falou ou, ainda, pressionam para que assuma uma postura aguerrida em relação ao agressor, está posto um cenário de revitimização.

A história de Alice, que trabalharemos mais adiante, traduz de maneira inequívoca os efeitos avassaladores da desautorização: a paciente sustenta clamor patente ao longo de seu percurso terapêutico pela credibilidade materna às injúrias sexuais perpetradas pelo padrasto. É um exemplo que representa uma incontável casuística, onde o desvendar da trama incestuosa, se não acolhido com delicadeza e destreza, considerando a singularidade da história, pode desdobrar-se em efeitos tão ou mais maléficos do que a própria circunstância sexualmente abusiva. A fragmentação psíquica pode advir justamente no momento em que a criança ou o adolescente depara-se com esquiva e desconfirmação em seu investimento de produzir uma compreensão própria para suas vivências. Kupermann (2017), comentando as concepções ferenczianas, ancora esse debate:

[...] perpetrar o silenciamento das vozes capazes de contribuir para a elaboração psíquica dos episódios sofridos tenderia a eternizar os mecanismos de desautorização traumática.

Em contrapartida, sabe-se que abrir uma ferida mesmo acreditando que este seja o caminho da cura—arrisca sempre a desestabilizar um tênue equilíbrio, obtido muitas vezes por meio do emprego de todas as forças das quais o sujeito dispõe no seu íntimo. Nesse caso, a prudência indica que não convém menosprezar o fato de que, em muitas situações, o testemunho pode ter efeito contrário do pretendido, e nos convida a recordar Roland Barthes [BARTHES, R. Aula. São Paulo: Cultrix, s.d.]: obrigar a dizer pode ser tão violento quanto forçar a calar (KUPERMANN, 2017, pp. 53–54).

As afirmações de Kupermann circunscrevem uma de nossas mais recentes inquietações na área das políticas públicas para enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Referimo-nos à lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que dispõe sobre a *escuta especializada e depoimento especial* da criança e do adolescente vítima ou

testemunha de violência. Enunciamos previamente nossa posição a favor de todo e qualquer movimento que intencione a criação de dispositivos voltados à proteção de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade ou violência e, a nosso ver, o estabelecimento desta lei direciona-se a este propósito. Colocamos também a ressalva de que não pretendemos aprofundar, neste estudo, a discussão do que está na lei determinado, até porque é um campo que, pela recente implantação, necessita de tempo que considere os avanços e desafios da experiência. Contudo, consideramos pertinente, neste momento em que enfocamos a traumatogênese ferencziana, elencar alguns pontos que incidem sobre a preocupação que ora abordamos: a expressão de vivências traumáticas.

Nossa primeira consideração versa sobre a garantia da disposição de que à criança seja efetivamente oferecida a escolha por falar ou não falar, ressaltando que o *não falar* pode estar representando uma ambivalência afetiva em relação à figura do autor da agressão e, portanto, a indisponibilidade desta criança em participar de qualquer maneira de sua condenação ou prisão; pode também estar envolto em um sentimento de cumplicidade com o sofrimento materno ou pelo mecanismo de identificação com o agressor que descreveremos mais adiante. E ainda, o não falar pode significar um recurso psíquico de proteção, quando se cala aquilo que ainda não pode ser elaborado. Aos nossos olhos, a premissa que advoga a proteção da criança deve, necessariamente, assegurar que ela seja ouvida com o objetivo primordial de ressignificar a experiência traumática e, com isso, reestruturar-se psiquicamente.

Uma outra questão que consideramos de importância capital para esta pauta é ter em conta que, como já abordado anteriormente, o registro psíquico de uma circunstância cujo excesso de excitação causou uma comoção, está envolto em mecanismos de defesa à desagregação e, por isso, adquire significados subjetivos que transformam um fato (realidade material) numa cena (realidade psíquica). Desta feita, o relato da criança poderá ser permeado por fantasias, repetições, lacunas e imprecisões que facilmente podem ser interpretadas como não-veracidade—outra faceta da desautorização.

Ainda sobre esse assunto, pensamos ser mister ressaltar os ensinamentos de Ferenczi a respeito do efeito anestésico do choque traumático. Segundo o autor, um acontecimento inesperado, com implicações impactantes, age como uma anestesia, suspendendo toda espécie de atividade psíquica—a percepção, o pensamento e, por conseguinte, o registro mnêmico da experiência. Disso resulta que, muitas vezes, as impressões das injúrias sofridas não se traduzem como traços mnêmicos que componham uma história coerente. A chave de acesso à memória estaria ligada ao processo de subjetivação da experiência, próprio do investimento

terapêutico. Atentemos aqui a um equívoco muito comum nos meios profissionais, principalmente no ambiente jurídico; quando se prescreve que, quanto mais próximo do acontecimento, mais fidedigno será o depoimento da criança. Esta premissa desconsidera que, se o fato for vivido pela criança como cena traumática, o mecanismo de rememoração é inversamente proporcional ao tempo de sua ocorrência, pela própria função protetiva da perda da memória recente diante do insuportável. Como nos diz Macedo (2010):

A perda da memória dos fatos costuma ser inversamente proporcional à passagem do tempo, ou seja [...], quanto mais próximo estiver dos fatos, mais tende-se a perder a memória, e essa muitas vezes vai sendo recuperada à medida em que a pessoa vai subjetivando o trauma (MACEDO, 2010, p. 81).

Com estas reflexões, procuramos circunscrever que, se temos em mente os ensinamentos ferenczianos sobre o potencial traumático da desautorização, não podemos nos abster de uma atenção diferenciada às reais condições e propósitos de que a criança ou o adolescente fale sobre as circunstâncias violentas que viveu.

Retomando o campo teórico desenvolvido por Sandór Ferenczi, localizamos agora uma das expressões sintomatológicas no funcionamento psicodinâmico de crianças, adolescentes ou adultos com história de violência sexual mais frequente nos casos que atendemos ou supervisionamos ao longo destes 25 anos de experiência na área. Trata-se do que o autor descreveu, de forma brilhante, como o mecanismo de clivagem psíquica e seus desdobramentos, a saber: a identificação com o agressor e a progressão traumática ou prematuração.

Uma questão instigante que sempre pairou em nosso percurso como terapeuta e supervisora na área da violência sexual diz respeito ao que possam ser as sequelas da interação abusiva que redundam na repetição do modelo: aquele que, na cena incestuosa, figurava no papel de vítima, passa a exercitar com outros, que considera mais frágeis psiquicamente, as atitudes de um agressor. Ou, o adulto que perpetra a violência sexual refere uma história pregressa em que figurou como vítima. Muito é falado sobre esta dinâmica; muito é constatado desta incidência nos casos que chegam para atendimento; mas, a nosso ver, esta ainda é uma questão que demanda apropriação com respaldo teórico. Direcionamos, então para este foco de reflexões buscando aprofundar o entendimento das nuances simbólicas que configuram tais sentidos psíquicos.

As elaborações conceituais de Ferenczi sobre o que chamou de mecanismo psíquico de clivagem, que se desdobra em dois destinos—a identificação com o agressor e a

prematuração, ou progressão traumática, são de especial importância como o objeto deste estudo, uma vez, partindo de sua prática com a clínica psicanalítica de pacientes que sofreram violência sexual, nos apresenta significativas chaves para o investimento nesta direção.

Como já mencionamos, seu célebre artigo *Confusão de línguas entre adultos e a criança*, escrito em 1932 e publicado em 1933, ano em que, prematuramente, vem a falecer, o autor evidencia seu desacordo com Freud e analistas da época no que se refere à importância do fato externo real na determinação de vivências traumáticas, principalmente na esfera da sexualidade. Quando, em carta escrita a Fliess (carta 69, de 1897—FREUD, 1897/1902) Freud refere “não acreditar mais em sua neurótica”, como alusão à reformulação do entendimento de que os sintomas neuróticos fossem causados pelo encobrimento de lembranças de um episódio sexual em que uma criança é seduzida por um adulto, o autor usa como argumento principal que, se assim o fosse, haveria tantos pais perversos quanto neuróticos, e não era o que de fato encontrava em sua experiência clínica. Ferenczi contrapõe-se a esta visão freudiana, usando inclusive a antítese de tais observações.

[...] nunca será demais insistir sobre a importância do traumatismo e, em especial, do traumatismo sexual como fator patogênico. Mesmo crianças pertencentes a famílias respeitáveis e de tradição puritana são, com mais frequência do que se ousaria pensar, vítimas de violência e de estupros. São, ora os próprios pais que buscam um substituto para suas satisfações, dessa maneira patológica ora pessoas de confiança, membros da própria família (tios, tias, avós), os preceptores ou o pessoal doméstico que abusam da ignorância e da inocência das crianças. A objeção, a saber, que se trataria de fantasias da própria criança, ou seja, mentiras histéricas, perde lamentavelmente sua força em consequência do **número considerável de pacientes em análise que confessam ter mantido relações sexuais com crianças** (FERENCZI, 1933/ 2011, p. 116 grifos nossos).

Este ponto de vista é corroborado por Jean Laplanche (1988) ao propor a *Teoria da Sedução Generalizada* também contestará Freud, dizendo que, ao invés de abandonar a teoria da sedução, ele deveria tê-la aprofundado. Para Laplanche, a origem da sexualidade na espécie humana é de natureza traumática por se constituir na intromissão da sexualidade materna na criança passiva, na própria interação pelo manuseio dos cuidados essenciais. Como enfatiza Cromberg (2001/ 2012) “traumático aqui como a invasão de uma excitação que vem do adulto e que a criança passiva não tem como compreender ou não tem recursos para ligar psiquicamente” (p. 218).

É mister que, se considerarmos o fator incidência, nos anos que temos acompanhado, inclusive levando em conta os investimentos em políticas públicas para abarcar a problemática da violência sexual contra crianças e adolescentes, não há como contestar os

elementos factuais que indicam a veracidade das histórias que chegam para atendimento. Cabe aqui destacar que um dos debates mais significativos na contemporaneidade deste campo é justamente o que contesta uma certa manipulação da teoria psicanalítica sobre as fantasias sexuais infantis, para colocar em descrédito o relato da criança sobre uma experiência sexualmente abusiva que tenha vivido.

Mesmo sem desconsiderar os movimentos do imaginário infantil, as possíveis manipulações de tramas familiares litigiosas ou até mesmo as situações de sofrimento emocional que podem levar um adolescente a criar uma história de abuso, interessamo-nos primordialmente pelo entendimento de *como* a experiência sexual se constituiu como realidade psíquica para estes sujeitos.

Nesse sentido, o percurso de formulação teórica de Ferenczi traz significativos esclarecimentos. O autor nos fala que:

As seduções incestuosas produzem-se habitualmente assim: um adulto e uma criança amam-se; a criança tem fantasias lúdicas, como desempenhar um papel maternal em relação ao adulto. O jogo pode assumir uma forma erótica mas conserva-se, porém, sempre no nível da ternura. Não é o que se passa com os adultos se tiverem tendências psicopatológicas, sobretudo se seu equilíbrio ou seu autodomínio foram perturbados por qualquer infortúnio, pelo uso de estupefacientes ou de substâncias tóxicas. Confundem as brincadeiras infantis com os desejos de uma pessoa que atingiu a maturidade sexual, e deixam-se arrastar para a prática de atos sexuais, sem pensar nas consequências (ibid., p. 116).

Há quase cem anos, Ferenczi já constatava esta *confusão de línguas*, esta perversão de anseios, na qual a criança vai buscar o amor, a aceitação, a ternura, e encontra a resposta erótica, esta invasão de um montante de excitação, com a qual ela não tem maturidade para lidar psiquicamente. Lembramo-nos de inúmeras situações em que, no atendimento terapêutico, a criança trouxe com um misto de ingenuidade, excitação, saudade e tristeza, as brincadeiras em que “*o papai colocava o dedo no meu bumbum, quando a gente brincava de lutinha e eu perdia*”, ou “*sinto falta das brincadeiras em que o papai dizia que eu era seu sorvetinho*” (referindo-se às cenas de sexo oral e ao clima afetivo em que aconteciam). Claro está, nestas situações, a subversão do pedido.

F. Dolto (2015) é outra autora que destaca os efeitos nefastos desta confusão de línguas e nos adverte que este processo, além de estar pautado no equívoco infantil em acreditar que a semelhança humanizante com suas figuras parentais consiste em “imitar, mimetizar os modos dos adultos, como se os adultos desempenhassem um papel que eles mesmos tem que assumir” (p. 166), funda-se nas armadilhas das estereotipias culturais

expressas em gestos ou linguagem verbal que incidem sobre os mal-entendidos entre adultos e crianças. “As palavras ditas pelos adultos são as mesmas que aquelas utilizadas pelas crianças, mas suas experiências sendo diferentes, elas não significam uma vivência de mesmo nível” (p. 166).

Ferenczi, em sua defesa pela relevância do fato sexual no desenvolvimento do traumático, não desconsiderou as posições freudianas sobre as construções psíquicas infantis, o complexo de Édipo e suas interfaces com o complexo de castração; ao contrário, o que procurou demonstrar foi como tais movimentos normais do desenvolvimento sexual humano podem desdobrar-se em patologias no encontro com condições desfavoráveis, estas localizadas num adulto perverso⁹. Como nos esclarece Mendes e França (2014), ao refletirem sobre a obra ferencziana:

[...] as fantasias edípicas da criança podem preparar o caminho para o adulto perverso ao facilitar sua aproximação, pois a criança quer mesmo seduzir—sentar no colo, acariciar, beijar—mas espera que tudo isso retorne na mesma moeda, na linguagem da ternura; contudo, quando a sexualidade genital adulta impõe uma excitação excessiva a seu pequeno corpo, as fantasias inconscientes de sedução em relação ao adulto tendem a se confundir com a realidade, provocando a emergência de um forte sentimento de culpa (MENDES; FRANÇA, 2014, p. 113).

Destacamos aqui um dos aspectos mais delicados no contexto de intervenção, ou seja, a delimitação do que possa ter sido vivenciado como traumático na situação incestuosa. Cromberg (2001/ 2012) já nos apontou a dificuldade em constatar o que funcionava como traumático nos estudos de caso que usou como base para sua pesquisa, alegando ser “[...] difícil dizer que o traumático é apenas o contato corporal do pai com a filha. Há várias outras facetas desencadeadas ou desencadeantes da situação incestuosa que funcionam como traumáticas a posteriori” (p. 89).

Contudo, é evidente, tomando como base os estudos de Ferenczi que o traumático se instala na conjunção da resposta erotizada de um adulto ao mundo fantasístico incestuoso da criança, resultando, para esta última, em um intenso sentimento de culpa.

Joana, uma menina de dez anos que foi abusada sexualmente pelo pai dos quatro aos oito anos, afirma à sua terapeuta: “*A verdade é que os homens que fazem o que meu pai fez comigo, só fazem quando a menina é vagabunda*”. A tônica principal das sessões de Joana girava em torno de sentimentos autodepreciativos e de culpabilidade pelo fim do casamento dos pais, pela depressão da mãe e por ainda desejar que o pai não fosse preso. Joana referia,

---

⁹ Importante ressaltar que este assunto será aprofundado mais adiante.

de forma consternada, suas lembranças a respeito de ter desejado e vivido a interação incestuosa como prazerosa, e o constrangimento de comportar-se como uma “*vagabunda*”. Não conseguia entender, à época da terapia, que suas fantasias e buscas diziam respeito ao que seria inerente ao desenvolvimento de sua sexualidade e que foi seu pai quem deu outro destino a esta experiência.

Ferenczi reforça os movimentos como os de Joana como próprios de um percurso de amadurecimento sexual e fala dos desdobramentos de quando este curso é desviado por adultos psiquicamente adoecidos:

É assim que as crianças, quase todas sem exceção brincam com a ideia de ocupar o lugar do progenitor do mesmo sexo, para tornar-se o cônjuge do sexo oposto, isto, sublinhe-se apenas em imaginação. Na realidade elas não querem nem poderiam dispensar a ternura, sobretudo a ternura materna. Se, no momento dessa fase de ternura, se impõe às crianças mais amor ou um amor diferente do que elas desejam, isto pode acarretar as mesmas consequências patogênicas que a privação de amor até aqui invocada. Levar-nos-ia muito longe falar aqui de todas as neuroses e das consequências caracterológicas que podem resultar do enxerto prematuro de formas de amor passional e recheado de sentimentos de culpa num ser ainda imaturo e inocente (FERENCZI, 1933/ 2011, p. 118).

O autor destaca, como consequência caracterológica desta *confusão de línguas*, o mecanismo de clivagem psíquica que, por rejeição a um fragmento da realidade quando este se contrapõe à satisfação das pulsões, ou quando este é excessivo, ameaça a integridade egoica. Na tentativa de não permitir ao psiquismo o acesso ao que possa ser a experiência traumática, o indivíduo manifesta alternadamente apenas partes de sua personalidade; atitudes muitas vezes opostas que convivem sem aparentemente se apresentarem como conflituosas. Os danos desta luta interna são extremamente complexos. Além de se sentirem divididas, ao mesmo tempo inocentes e culpadas, as vítimas perdem, com isso, a confiança em suas próprias percepções:

[...] as crianças sentem-se fisicamente e moralmente sem defesas, sua personalidade é ainda frágil demais para protestar, mesmo em pensamento, contra a força e a autoridade esmagadora dos adultos que a emudecem, podendo até fazê-las perder a consciência. Mas esse medo, quando atinge seu ponto culminante, obriga-as a submeter-se automaticamente à vontade do agressor, a adivinhar o menor de seus desejos, a obedecer esquecendo-se de si mesmas e a identificar-se totalmente com o agressor. Por identificação, digamos, por introjeção do agressor, este desaparece enquanto realidade exterior e torna-se intrapsíquico [...] (ibid., p. 117).

Dentro deste processo, Ferenczi ainda destaca que um dos maiores danos psíquicos para a criança nesta identificação ansiosa com o parceiro adulto, “é a introjeção do sentimento

de culpa do adulto: o jogo até então anódino apresenta-se agora como um ato merecedor de punição” (p. 117).

Desta forma, as crianças que sofreram a experiência incestuosa, a partir do mecanismo de clivagem egoica e identificação com o agressor, manifestam em seu psiquismo figuras que participaram da cena abusiva: a criança, fragilizada, enganada, invadida pelas razões ou desrazões sexuais do outro, e o agressor introjetado, que atua como um superego sádico. Como afirma Uchitel (2001), a criança “é triplamente vítima: por não ter mais o objeto idealizado que perde, por ser objeto de agressão e por converter-se ela mesma em agressora” (p. 124). Ainda assim, este é um mecanismo de sobrevivência emocional, um enorme investimento para manter circunscrita uma energia que não encontra ligação psíquica em representações, sem possibilidade de simbolização. Um processo de esquiva em trazer à consciência o prazer que possa ter sentido com a interação incestuosa, também porque este vem envolto numa atmosfera de proibido, de transgressão. A culpa pelos próprios desejos e fantasias sexuais que transitam neste jogo perverso também incide sobre o traumático e incita o recalque. Daí decorre toda a delicadeza na abordagem terapêutica desta dinâmica e os frequentes sentimentos de impotência dos profissionais ao lidarem com um sofrimento que muitas vezes tem a função de proteger a vítima de um sofrimento ainda maior. É como muito bem ilustra Cromberg (2001/ 2012) em suas reflexões clínicas sobre pontos recorrentes nos casos das relações incestuosas que analisou:

Sexualidade desligada que decorre da internalização do desejo e do ato sexual incestuosos do pai, num primeiro momento vindo de fora e “sofrido” passivamente para agora atacá-la de dentro [...] sofre passivamente este ataque interno que tira fora de combate as defesas narcísicas que o protegiam da invasão do mundo pulsional (CROMBERG, 2001/ 2012, pp. 90–91).

“Pensa-se nos frutos que ficam maduros e saborosos depressa demais, quando o bico de um pássaro os fere e na maturidade apressada de um fruto bichado” (p. 119). Com esta forte metáfora, Ferenczi (1933/ 2011) nos apresenta um significativo conjunto de reflexões sobre as sequelas psíquicas advindas do mecanismo de clivagem, ao descrever o processo de prematuração ou progressão traumática pelo qual passam as crianças envolvidas em interações sexuais com adultos. Ele nos fala de um despertar precoce de capacidades próprias de uma etapa de vida madura, que ocorreriam tanto na esfera emocional como intelectual.

Uma aflição extrema e, sobretudo, a angústia de morte, parecem ter o poder de despertar e ativar de súbito disposições latentes, ainda não investidas, e que aguardavam tranquilamente sua maturação. A criança que sofreu uma agressão

sexual pode, de súbito, sob a pressão da urgência traumática, manifestar todas as emoções de um adulto maduro, as faculdades potenciais para o casamento, a paternidade, a maternidade, faculdades virtualmente pré-formadas nela. Nesse caso, pode-se falar simplesmente, para opô-la à regressão de que falamos de hábito, *de progressão traumática* (patológica) ou de prematuração (patológica) (FERENCZI, 1933/ 2011, p. 119).

Dentro do universo das crianças e adolescentes atendidos em instituições de referência ao enfrentamento da violência sexual, inúmeras são as circunstâncias que ilustram o fenômeno descrito pelo autor. São comuns os relatos dos profissionais nos grupos de supervisão sobre o impacto causado pelo jeito sensual de se vestir e se comunicar de crianças com idades tão precoces—*“ela só tem cinco anos, mas fala, senta, anda e se veste como se tivesse treze. Até seus assuntos são de adolescentes. Não sei se sinalizo, se interdito... é desconcertante. No fundo, fico extremamente penalizado, porque ela não brinca...”*. Ou ainda, a recorrência de uma adolescência intensamente focada na busca de parceiros sexuais, que acirram o relacionamento entre a menina e seus pais quando estes procuram coibir sua *“liberdade”*.

Outra circunstância muito frequente que ilustra esta prematuração, é a criança que figura no lugar de vítima e acaba por exercer, na dinâmica familiar desestabilizada pela denúncia do incesto, papel de cuidadora, de organizadora do cotidiano doméstico, diante de uma mãe extremamente despotencializada e deprimida. Durante muitos anos, trabalhando no acolhimento e triagem de pais ou responsáveis que tinham como queixa a situação incestuosa, ouvíamos o relato dramático, geralmente de mães, sobre as vivências de seus filhos na interação abusiva com seu pai, padrasto, avô. Imaginávamos, a partir da intensidade emocional que permeava a cena ali retratada, que no contato com a criança ou adolescente, encontraríamos psiquismos bastante fragilizados, com sérias manifestações sintomatológicas. Não raro nos surpreendemos com interações circunscritas por uma emocionalidade equilibrada, um relato esclarecedor sobre suas experiências e produção gráfica e imaginária bem preservada. O risco aqui, considerando as reflexões ora apresentadas, é interpretar tais atitudes como analisadores de um bem-estar desta criança ou adolescente. Mesmo não sucumbindo à ideia de que o traumático **sempre** está presente nas situações de violência sexual, é preciso considerar os prejuízos para a infância e juventude como etapas de vida, desta forma madura de lidar com a questão.

Ainda relevante neste debate é apontar os desdobramentos sociais desta ativação precoce e estereotipada de aptidões, emoções e comportamentos do mundo adulto. A menina que apresenta os trejeitos de adolescente muitas vezes sofre a discriminação de um olhar que

imputa a este jeito de ser a ocorrência do abuso; e ela realmente pode apresentar maior vulnerabilidade a outros abusos por não discriminar e encontrar a não discriminação, por parte de outros adultos, de seus pedidos de aceitação e carinho manifestos em atitudes erotizadas.

Ou, ainda, na experiência da etapa edípica, a menina, ao descobrir seu poder de sedução e direcioná-lo ao que considera o melhor alvo, ou seja, seu pai, padrasto ou namorado da mãe, acaba ela própria como alvo dos assaltos destes homens. Como ressalta Dolto (2015);

As meninas descobriram que seu poder de sedução tem sustentação em sua aceitação de não ter o pênis e em seu desejo de que um outro lhes dê um: não para ter o pênis, mas para serem amantes de quem o tem, podendo assim satisfazê-las. Que alvo seria melhor que seu pai ou amante de sua mãe, aquele que satisfaz sua mãe? (DOLTO, 2015, p. 160).

Na conjugação desta dinâmica está, a nosso ver, um dos principais argumentos à questão do que justificaria o fato de que muitas mulheres levam como não reveladas as experiências sexualmente abusivas na infância por quase toda a vida. Quando meninas, não puderam falar, porque se sentiam ao mesmo tempo culpadas e orgulhosas ao mobilizar o interesse sexual de um homem. Na idade adulta, junta-se à permanência inconsistente da culpa, a vergonha deste protagonismo em sua história. Não são incomuns os casos em que a revelação destas experiências acontece no contexto da repetição: quando está a falar sobre o abuso sofrido pela filha, a mãe refere as vivências sexualmente traumáticas de sua infância. Dizemos traumáticas porque, na maioria das vezes, esses relatos vem permeados por choros, constrangimento, perplexidade e culpa por não ter percebido e, assim, não ter protegido a filha do abuso.

Ainda no esteio das consequências danosas deste processo de amadurecimento precoce, vemos a adolescente que busca de forma ansiosa um parceiro sexual e, de forma conjugada, uma configuração familiar que lhe foi negada – papai, mamãe e filhinha – pode experimentar a gravidez não planejada e a rejeição e abandono deste parceiro que, em nenhum momento, havia compartilhado com ela o desejo da formação de uma família. Sem contar o julgamento e rechaço desta circunstância por parte dos pais. Ela se vê, de forma abrupta, lançada num universo de interrupção dos estudos e das festas com os amigos, para desenvolver, de maneira também precoce, as habilidades para a maternagem desta criança.

Soma-se a estas situações a nuance considerada, sem sombra de dúvidas, mais dramática neste cenário de estar lançada no mundo adulto de forma precoce, traduzida pelo

cooptação de meninas e meninos cada vez mais jovens pelo tráfico e pelas redes de exploração sexual comercial.

É diante desta complexidade que Ferenczi nos propõe que o resgate destes pequenos seres do cativeiro do “terrorismo do sofrimento para desfrutar de novo a paz desaparecida e a ternura que daí decorre” (p. 116) pressupõe que coloquemos em constante análise a fria reserva que, obscurecendo a escuta analítica à abertura para as críticas do paciente e o reconhecimento de possíveis erros na condução do tratamento, possa impedir a criação de um ambiente autêntico que propicie o restabelecimento da confiança, principalmente da criança e do adolescente em relação à figura de um adulto, como condição essencial à aliança terapêutica. E ainda ressalta:

[...] a capacidade de admitir os nossos erros e de renunciar a eles, a autorização das críticas, fazem-nos ganhar a confiança do paciente. *Essa confiança é aquele algo que estabelece o contraste entre o presente e um passado insuportável e traumatogênico.* Esse contraste é indispensável para que o passado seja reavivado, não enquanto reprodução alucinatória, mas como lembrança objetiva (FERENCZI, 1933/ 2011, p. 114).

Esta é uma afirmação de inestimável valor para aqueles que vivem às voltas com as incertezas da eficácia terapêutica de sua atuação profissional. Perplexidade e hesitação são referências constantes nos relatos dos sujeitos desta pesquisa na condução dos seus atendimentos. Temos procurado sensibilizá-los com o pensamento ferencziano de apostarem mais na disponibilidade sincera para o vínculo de confiança com os pacientes do que na ilusão da infalibilidade. Apostar no investimento contínuo, onde aquilo que não foi percebido, entendido, ou, ao contrário, precocemente assinalado, pode ser retomado em encontros futuros, com outra possibilidade de elaboração por parte do paciente, tem sido a tônica de nossas discussões. Com isso, distensionamos o campo que é permeado pela égide do paradigma *desamparo-salvacionismo*, procurando instrumentalizar o trabalhador para que não viva o seu fazer profissional também como uma experiência de vitimização¹⁰.

Assim como Ferenczi, nos mobiliza sobre a delicadeza do ambiente autenticamente terapêutico no trato com o abuso sexual Alvarez (1994), em instigante artigo sobre o lembrar e o esquecer da experiência traumática, nos adverte que “[...] o lembrar talvez envolva um milhão de minúsculas integrações, cada uma delas ocorrendo em condições que também

¹⁰ Em nossa dissertação de mestrado (MIYAHARA, 2011), discorremos sobre uma ideia recorrente entre os profissionais que atuam na área da violência sexual, que retrata as angústias de “não poderem errar” ao lidar com psiquismos já tão maltratados. Esta ideia, como foi discutido no referido estudo, além de fomentar uma tutela que pode excluir o sujeito ao fixá-lo no lugar de vítima, incita o profissional a responder numa lógica dualista salvador-vítima, com todo o fardo que esta posição pode trazer.

permitam que outros aspectos do abuso, outras integrações sejam esquecidas” (p. 163). A autora ainda ressalta que o espaço terapêutico deva ser assegurador e promotor deste digerir paulatino da vivência violenta; um “lugar novo, aparentemente inocente e não traumático, pode ser um lugar mais seguro se capacita a criança a pensar sobre seu trauma em proporções digeríveis e manejáveis” (p. 164).

As questões aqui expostas retratam apenas recortes de um amplo cenário que se apresenta como demanda para a intervenção terapêutica desta temática. Desta feita, e como forma de dar contornos à metodologia deste estudo, compomos o texto com a apresentação de recortes de atendimentos que possam não só ilustrar o exercício de um pensamento clínico, mas também apontar caminhos de prognósticos de simbolização e ressignificação de experiências sexuais permeadas pela violência.

Esta é, a nosso ver, uma abordagem privilegiada da questão, pois considera o próprio protagonismo dos atores que compõem a cena incestuosa, como base inalienável para o entendimento da complexa trama que envolve o psíquico, o social, as fantasias e o ato incestuoso, bem como os desdobramentos dos lugares e sentidos singulares possíveis na determinação desta vivência.

Cabe aqui ressaltar, já como prenúncio aos compromissos com a metodologia deste estudo, dois pontos que consideramos de imensa importância na condução ética de uma pesquisa que se vale da apresentação de material de atendimentos terapêuticos: primeiro, nosso extremo compromisso em preservar a identidade dos envolvidos, com o uso de pseudônimos e redimensionamento de situações e detalhes das narrativas de forma a proteger a privacidade da própria interação terapêutica, sem com isso perder características essenciais para o entendimento do caso e da problemática que se pretende discutir. Segundo, nossa sincera gratidão aos terapeutas que supervisiono e que, generosamente, consentiram na divulgação deste material, por compartilharem conosco a crença nos efeitos estruturantes e de reconhecimento social dos dramas de seus pacientes e na formação de compromisso com o enfrentamento desta problemática também na esfera mais ampla e pública.

Vejamos a expressão de algumas nuances que discutimos até aqui, nos atendimentos de Marcelo.

Marcelo sobe as escadas correndo e entra na sala da terapeuta chorando e falando de forma compulsiva: *“Eu não estou conseguindo, eu não estou conseguindo...”*. A terapeuta acolhe Marcelo, espera que se acalme, para então perguntar: *“O que é que você não está conseguindo?”*. A criança, ainda com a voz entrecortada pelo choro, revela não estar

conseguindo deixar de fazer coisas de “*menino mau*”. Este já é um personagem conhecido no contexto de atendimento. É assim que Marcelo se denomina quando começa a falar de seus comportamentos extremamente criticados por seus pais, professores e coordenadores da escola na qual estuda. A terapeuta então pergunta: “*Você quer falar sobre isso?* ”. Ainda de cabeça baixa ele responde: “*Querer eu não quero, mas minha mãe disse que eu precisava te contar tudo o que está acontecendo...*”. Segue-se um reassuramento da diferenciação do contexto terapêutico: “*Você sabe que aqui temos um combinado que é você quem decide o que e quando falar. Nos últimos meses, você viveu situações difíceis nas conversas com as psicólogas e assistentes sociais que trabalham com o juiz. Foram momentos em que você sabia que precisava falar sobre o que aconteceu entre você, seus avós e suas irmãs, mesmo sem vontade; porque isso ajudaria a manter todos vocês sem contato com eles. Mas aqui, Marcelo, nosso combinado é outro. Mesmo que sua mãe esteja preocupada que você conte porque acha que eu posso ajudá-lo, você não é obrigado a falar*”.

Segue-se um silêncio e então Marcelo começa a contar sobre seus pais terem sido chamados pela coordenação da escola, porque na mesma semana ele “*aprontou duas*”: levou uma tesoura que pegou no ateliê de sua mãe que é estilista, para ameaçar uma colega que “*enche o saco*”. E, numa aula sobre o uso do dicionário, fazendo parceria com um colega “*bobinho*”, foi até a letra p, encontrou a palavra “*pênis*”, depois até a letra v, encontrou a palavra “*vagina*”, localizou na letra t a palavra “*transar*” e, com a descrição do significado dos três vocábulos, começou a “*dar uma aula de educação sexual ao colega*”. Neste momento, Marcelo muda completamente o tom afetivo de sua narrativa, referindo de forma irônica a última fala, como sendo de sua coordenadora. A terapeuta procura abrir um espaço para o que possa ser a crítica da criança à situação: “*Me parece que você acha que estão exagerando, né?* ”. O menino empolga-se e fala de sua indignação: “*Primeiro que era uma tesourinha, e eu não ameacei, só mostrei a tesourinha na mochila e ela, que é dedo-duro, já foi contar para a professora, dizendo que eu queria furar ela! Depois, o que tem de errado em falar de transar? Isso é coisa da vida. As pessoas transam para as crianças nascerem, não é?* ” “*Será que seu amigo sabia disso?* ”, pergunta a terapeuta. Marcelo começa a rir e responde: “*Ele é um bobão, precisava ver a cara dele quando eu falei que o pênis cresce, fica duro e entra na vagina da mulher...*”.

Este pequeno recorte de material clínico nos traz importantes reflexões sobre qual é o papel da escuta terapêutica no complexo cruzamento entre realidade psíquica e realidade material (FREUD, 1900), entre fantasias e ato incestuoso, entre o discurso do sujeito sobre si

mesmo e os ecos do familiar, da cultura, dos imaginários sociais acerca de uma questão tão complexa como a violência sexual intrafamiliar, e, como questão crucial dessa pesquisa, quais os caminhos clínicos que podem favorecer a identificação do que funcionou como traumático e do que pode produzir efeitos psíquicos simbolizadores e estruturantes para aqueles que viveram essa experiência.

Marcelo, um menino hoje com nove anos, chegou ao consultório da terapeuta por procura espontânea de seus pais, que nas entrevistas iniciais trouxeram, em um clima de muita comoção, a circunstância de violência sexual, perpetrada pelos avós paternos aos seus três filhos, Marcelo, à época com seis anos, e duas meninas gêmeas, de quatro anos. Não sabiam precisar há quanto tempo as situações abusivas vinham acontecendo, mas diziam que há cerca de seis meses antes desta primeira procura haviam ouvido, das filhas, o relato das circunstâncias pelas quais não queriam mais ir à casa dos avós: assistiam a filmes de *“homens e mulheres namorando e depois brincavam disso”*. As crianças, segundo os pais, tinham apresentado narrativas esparsas e amedrontadas sobre *“mexer na perereca”*, *“ver o pipi do vovô”*, este também visto como alguém *“bravo, que batia”*. Interpelado, Marcelo confirmou a fala das irmãs, mas procurou se esquivar do assunto. Apenas quando acordava sobressaltado com o pesadelo recorrente de estar sendo perseguido por um monstro que queria *“comê-lo”*, ou quando conversava com sua mãe sobre seus desenhos com temática agressiva e referia o ambiente como sendo o quarto dos avós, Marcelo reiterava seu medo em voltar ao contato com eles.

Seguiu-se a este momento uma crise conjugal em que a mãe, indignada, queria deflagrar a denúncia social e jurídica da situação e o pai colocava-se contra, com receio de expor toda uma dinâmica que poderia trazer mais sofrimento para todos. O primeiro contrato foi que as crianças começariam acompanhamento terapêutico, como forma de fortalecer a família no enfrentamento de todos os possíveis desdobramentos da revelação, sejam de ordem jurídica ou relativos às atitudes da família extensa. Esta indicação ancorou-se principalmente no relato dos pais sobre a sintomatologia observada nos comportamentos das crianças e por bibliografia da área (FURNNIS, 1993; GABEL, 1997; SANDERSON, 2005), como consequência de vivências sexualmente abusivas: sono agitado, pesadelos frequentes, brincadeiras agressivas entre eles, choros desencadeados por circunstâncias cotidianas, manipulação de genitais, muita oscilação entre manifestações amorosas e hostis em relação aos pais. Desta forma, Marcelo iniciou terapia com a profissional que acolheu esta primeira demanda e que também encaminhou suas irmãs para outros terapeutas. Aos pais também foi

indicado acompanhamento psicológico, como apoio aos impactos emocionais que o desvelamento da situação incestuosa trouxe e encaminhamento das medidas de proteção aos filhos.

Durante o percurso de quase dois anos e meio em psicoterapia, muitos foram os desdobramentos da revelação da circunstância abusiva e seus reflexos na vida de Marcelo: mudar de residência e escola para não serem localizados pela família paterna, trâmites da perícia psicológica pelo processo judicial que acabou sendo deflagrado, crise financeira de seus pais gerada pelos altos custos que essas medidas trouxeram (mudanças, assistentes técnicos do processo, advogados, psicoterapia), crise conjugal dos pais causada pelo estresse emocional de toda a pressão dos que relutavam em acreditar na narrativa das crianças, isso para mencionar apenas alguns deles.

A presença terapêutica, ao longo deste período, procurou oferecer-se como um lugar que acolhesse as manifestações do menino a respeito de todas estas vivências, mas com um enfoque mais diretivo que, como avaliava a terapeuta, poderia garantir os contornos de sua vida produtiva em meio a tantas tensões. Desta forma, esta dicotomia, ou melhor, como nos ensina Ferenczi, *clivagem psíquica* entre o “*menino bom*” e o “*menino mau*”, sempre tangenciou as demandas trazidas por Marcelo, mas sua terapeuta procurava acolher o discurso arrependido do “*menino mau*” sem lhe dar verdadeiro espaço para apresentar-se. A ênfase ficava na potencialização das habilidades do menino bom, como forma de lidar com as demandas familiares e sociais que não suportavam os ruídos de suas transgressões. Discutindo o caso em supervisão, sua terapeuta pode perceber que estes ruídos sociais e familiares também estavam influenciando sua escuta e que o atendimento reproduzia um contexto de manutenção do reprimido. Ressituou-se então, no campo da moralidade, do que podia ser esperado em termos de normas e regras sociais, oferecendo um horizonte de não julgamento e não prescrição, mas de genuíno acolhimento do que Marcelo podia pensar e sentir sobre quem e do que estão lhe acusando, e assim, focar o investimento terapêutico na compreensão sobre por que o pequeno paciente vinha apresentando, reiteradamente, comportamentos que envolviam seus colegas, ditos mais ingênuos, em cenas que transgrediam uma dada ordem. Ou melhor, a terapeuta voltou sua atenção para o viés que é próprio do contexto psicoterapêutico, ou seja, a análise dos determinantes inconscientes envolvidos nas ações e reações do menino. Como podemos ver na sessão retratada, neste clima de continência, Marcelo traz sua ironia e prazer (e não mais arrependimento e culpa) ao narrar a reação dos

colegas às atitudes do dito “*menino mau*”: “ [...] *precisava ver a cara dele quando eu falei que o pênis cresce, fica duro e entra na vagina da mulher*”.

Podemos refletir, a partir destas colocações que Marcelo começou a tirar de um isolamento psíquico, o que possam ter sido suas vivências traumáticas em estar submetido às cenas incestuosas perpetradas pelo seu avô. A criança apresentava repetições estereotipadas que retratavam uma possível identificação com seu algoz: impunha a tesoura que assusta a menina que “*enche o saco*”, divertia-se com a “*cara do bobão*” que é apresentado de forma abrupta à imagem da cópula humana. Como nos indica Mendes e França (2014):

[Uma] configuração possível da identificação com o agressor se dá quando a parte violentada e frágil é considerada insuportável e então é projetada para o exterior. O resultado é que este indivíduo tentará destruir o que projetou no mundo externo, agindo ele próprio como abusador, mimetizando o comportamento daquele que o agrediu, geralmente com alguém que considera semelhante a si mesmo quando era submetido à agressão [...]. O sadismo e a agressividade voltada para o meio externo são bastante evidentes, mas a face complementar masoquista também pode ser inferida, já que o indivíduo passa agredir no outro justamente a projeção de seu ego infantil maltratado (MENDES; FRANÇA, 2014, p. 119).

É interessante perceber também que, nesta mesma sessão retratada acima, Marcelo traz aspectos rudimentares do que podia se configurar como um caminho de nomear a experiência sexual, dar o caráter de sexual às “*brincadeiras*” propostas pelo avô. Na circunstância em que, junto ao amigo, busca as definições de “*pênis*”, “*vagina*” e “*transar*”, parece querer explicar a si mesmo, por meio da figura do amigo, o significado do que viveu. Tal atitude pode ser tomada como uma brecha terapêutica onde vivência corporal e palavra podem se encontrar, propiciando o início de um trabalho com o que, até então, aparecia dissociado. Cromberg (2001/ 2012) confirma a importância do investimento clínico como aporte a esta elaboração.

A clínica nos mostra como a nomeação do ato o torna incestuoso. A partir do momento em que a coisa começa sua existência na verbalidade, ela muda de sentido e provoca as emoções que não são mais enraizadas nas trocas corporais precoces, mas determinadas pelas representações verbais do ato. Ao tomar o estatuto de transgressão, o prazer físico desencadeia a angústia (CROMBERG, 2001/ 2012, pp. 45–46).

Insistimos na incidência terapêutica desta sessão aqui descrita. Parece que Marcelo inaugura neste encontro uma nova fase em sua terapia. Isso se confirma na semana seguinte: na sala de espera, ele solicita à terapeuta que as irmãs possam participar de sua sessão. Combinam que subiriam primeiro e depois chamariam as meninas. Apesar de fazer parte do

contrato terapêutico a inserção esporádica de algum familiar como estratégia de trabalho vincular, a terapeuta procura esclarecer as motivações de Marcelo, que, bastante ansioso, responde apressadamente: *“Não, nada especial, é só para elas não ficarem sozinhas com a babá lá embaixo e porque eu queria brincar de chazinho, faz tempo, né?”*. A terapeuta resolve atender ao pedido do paciente. As meninas sobem e monta-se o cenário do jogo lúdico *“chazinho”*: cada um assume um personagem adulto, que tem um filhinho (pegam os bonecos) e vão visitar uma amiga que os recebe para um chá da tarde. Sentam-se ao redor da mesa, com as pequenas xícaras onde bebem o chá (trazido da sala de espera) e conversam sobre a vida dos filhos.

No meio do diálogo, no qual arrolavam os comportamentos inadequados dos filhos, uma das irmãs diz: *“o Marcelo gosta de desenhar na minha pepeca”*. O menino olha de forma tensa para a terapeuta, que se mantém no papel da amiga anfitriã e, procurando manter o tom ameno da conversa, pergunta: *“Desenhar na pepeca? Como é isso? A gente desenha no papel, na cartolina, às vezes até na parede, mas na pepeca... nunca ouvi falar...”*. A menina logo completa: *“A gente brincava disso com o vô Ge. Ele mandava o Marcelo desenhar na pepeca da gente”*. Segue-se a esta revelação uma reação bastante sintomática de Marcelo: ele levanta-se agitado, anda de um lado para outro na sala, derruba sua xícara com chá e fala compulsivamente: *“Vamos brincar de outra coisa, vamos brincar de outra coisa, vamos jogar...”*. A terapeuta procura amparar o comportamento ansioso da criança, ao mesmo tempo que assinala um possível entendimento para esta reação: *“Calma Marcelo, podemos sim mudar a atividade. Já sabemos que este é um assunto muito difícil de falar e já combinamos que conversaremos sobre isso devagar, um pouquinho de cada vez. Hoje a Regina trouxe aqui uma lembrança do que vocês viveram com o vô Ge, mas se você não quer conversar sobre isso, não falamos”*. Marcelo já havia escolhido um jogo na estante e já organizava as irmãs em torno da nova atividade. Na continuidade do encontro, Marcelo persiste em suas manifestações de ansiedade, procurando controlar e submeter suas irmãs durante todo o jogo. A terapeuta observa, refletindo que o menino havia trazido suas irmãs para a revelação de mais um fragmento das injúrias que viveram e que, em sua postura de mandar e submeter as irmãs a suas determinações durante a brincadeira, ilustrava, talvez, outra faceta do avô abusador com a qual encontrava-se mimeticamente identificado.

Ao propor o resgate destes pequenos seres do cativeiro do *terrorismo ao sofrimento*, Ferenczi nos coloca um imenso desafio, se pensarmos este sofrimento incrustado nos seios de

suas famílias—*locus* no qual todo sujeito se constitui, referido a seus entes vivos ou mortos, às histórias deixadas como traços a serem perpetuados.

A transmissão de vivências traumáticas entre gerações de uma mesma família circunscreve um campo de interesse transdisciplinar, uma vez que se amplia num espectro que abrange diversos conflitos e diversos sintomas: alcoolismo, drogadição, suicídio, traições conjugais, crimes, abandonos etc. Essas histórias muitas vezes se apresentam como maldições ou profecias resguardadas por atos sempre repetidos, nunca simbolizados, nunca elaborados. Ao pensarmos na marca genealógica que se funda na quebra da interdição do incesto, considerando todas as reflexões já apresentadas neste estudo, podemos compreender o quão complexa torna-se a tarefa de conduzir o sujeito em tratamento à interrupção deste ciclo de repetições e assim ter acesso a outras construções em sua história, como apontado por Freud¹¹, conquistando suas heranças familiares.

Desta forma, as reflexões psicanalíticas sobre os mecanismos que engendram esta transmissão constituem-se como adensamento teórico deste estudo.

2.4 A transmissão psíquica na trama incestuosa

Como já exposto anteriormente, muitas são as situações em que histórias de repetições da trama incestuosa são retratadas no contexto de atendimento, e esta é uma nuance que, mesmo recorrente, não deixa de causar perplexidade nos profissionais que trabalham com a temática ao referirem não acreditar como uma mãe que foi abusada deixa suas filhas tão expostas à mesma situação.

França e Lacerda (2014) trazem o relato de um atendimento que ilustra bem a complexidade desta questão: uma menina de 5 anos, paciente de um projeto que integra a rede de enfrentamento à violência infanto-juvenil, numa das sessões iniciais, desenha uma casa situada entre dois rios, aludindo ser a casa que a mãe havia lhe ensinado. Guardou o desenho em sua caixa lúdica sem nenhum comentário associativo. Tempos depois, em uma conversa com a mãe da criança, algo é desvelado ao analista:

[...] ela narrou o que nunca havia contado a ninguém: quando era criança e morava na zona rural, fora vítima de dois abusos sexuais. As cenas em que tais

---

¹¹ “Aquilo que herdaste de teus pais, conquista-o para fazê-lo teu”[Goethe citado por Freud (1940/1978)]

acontecimentos se deram envolviam perseguições em que ela corria ao longo de um rio, às margens do qual morava, tentando chegar até em casa. Quando o analista, lembrando-se do desenho [...] perguntou-lhe se a filha havia escutado a história, ela disse que não (FRANÇA; LACERDA, 2004, p. 74).

Uma impressão de algo nunca mencionado que, de alguma forma, foi transmitido à criança por sua mãe. A experiência nos confirma o quão comum, no contexto do atendimento à família incestuosa, esta circunstância é. Contudo, os elementos que articulam tal funcionamento ainda se apresentam como enigmáticos.

Procuramos, então, abrir este campo de reflexões na pesquisa, enveredando-nos pelos liames da transmissão psíquica no contexto familiar à luz da psicanálise.

2.4.1 Transmissão e psicanálise

Para a psicanálise, transmissão é fundamentalmente ligada a conteúdos psíquicos e à própria forma como Freud formulou a genealogia do sujeito—somos seres que nos formamos a partir da relação com o **outro**, no entrelaçamento com o **social**, no campo da **linguagem**.

Por meio de duas construções míticas—o assassinato do pai primevo, formulado em *Totem e Tabu* (1912), e o complexo de Édipo, que começa a desenhar como teoria já em 1905 com *Os três ensaios sobre uma teoria da sexualidade*—, Freud enfatiza, como base dos processos de simbolização, a ambivalência afetiva dos filhos em relação a seus pais, ressaltando ainda esta ambivalência como marca do que se transmite entre as gerações de uma família e como referenciais arcaicos da espécie humana.

Voltando à ideia dos mitos que fundam o campo simbólico como marca genealógica do homem, em *Totem e Tabu*, Freud constrói a hipótese que chamou de *herança arcaica*, de que nossos ancestrais viviam em hordas, governados por um pai cruel, que se intitulava dono de todas as mulheres e, para manter esta condição, maltratava e bania todos os varões gerados. Esses filhos acabam por unir-se, planejando e assassinando o pai tirano e, como ritual próprio destas circunstâncias, juntos o devoram. Tomados pela culpa do parricídio, elevam este pai morto à condição de totem, figura a ser reverenciada como representante da lei e, como marca que inaugura esta função, criam o interdito ao incesto. Percebemos então que é a partir da ambivalência afetiva dos filhos em relação ao pai déspota que Freud começa a teorizar sobre a transmissão de conteúdos psíquicos entre gerações, além de já trazer elementos que nos fazem

pensar sobre a comunicação inconsciente quando ressalta a repetição desse modo de funcionamento, sem fronteiras de delimitação temporal. Ao retornar suas construções de *Totem e Tabu*, em *Moisés e o Monoteísmo* (1939), escreve sobre a hipótese em que baseia as formulações teóricas que ora enfocamos:

[...] em épocas primevas, o homem primitivo vivia em pequenas hordas cada uma das quais sob o domínio de um macho poderoso. Nenhuma data pode ser atribuída a isso, tampouco isso se acha sincronizado às épocas geológicas que nos são conhecidas [...]. Uma parte essencial da construção é a hipótese de que os eventos que me disponho a descrever ocorreram a todos os homens primitivos, isto é, a todos os nossos antepassados. A história é contada sob forma enormemente condensada, como se tivesse acontecido numa só ocasião, ao passo que, de fato, ela abrange milhares de anos e se repetiu incontáveis vezes durante esse longo período. (FREUD, 1939/ 1996, p. 52).

À mesma época em que produzia *Totem e Tabu* Freud escreveu a *História de uma neurose infantil* (1918 [1914]), mais conhecido como o caso clínico do *Homem dos Lobos*, no qual destaca a noção de fantasia primária como mais um elemento que nos ajuda a entender sua concepção de transmissão. A partir do tratamento de um homem adulto que, no curso de sua análise, revela uma gama de adoecimentos psíquicos, expressos em sintomas fóbicos, obsessivos, depressivos e perversos, e evolui à ativação de cenas incestuosas com sua irmã mais velha e de seus investimentos libidinais na figura da babá, provavelmente também vividas em tenra idade, o autor argumenta sobre o complexo mecanismo das fantasias, que estariam a serviço do recalque de um conteúdo, em algum momento vivido como ameaçador ou ofensivo ao sujeito. No caso do homem dos lobos a fantasia primária do coito dos pais começa a desvendar-se na interpretação do sonho em que lobos brancos suscitavam seu terror de ser devorado. Nas palavras do autor:

Dos desejos envolvidos na formação do sonho, o mais poderoso deve ter sido o desejo de satisfação sexual, que ele, naquela época, aspirava obter do pai. A força desse desejo tornou possível reviver um vestígio, há muito esquecido na sua memória, de uma cena capaz de mostrar-lhe como era a satisfação sexual obtida do pai; e o resultado foi o terror, o horror da realização do desejo, a repressão do impulso que se havia manifestado mediante o desejo e, conseqüentemente, uma fuga do pai para a babá, menos perigosa. (id., 1918/ 1996, p. 24).

Freud conclui este estudo argumentando que a vocação da psicanálise, no entendimento do adoecimento psíquico, procura manter atenta pesquisa sobre o funcionamento do indivíduo e o que lhe foi transmitido como herança familiar ou cultural—“a psicanálise observa estritamente a ordem correta de procedência e, depois de abrir caminho

através dos estratos daquilo que foi adquirido pelo indivíduo, chega afinal aos vestígios do que foi herdado” (p.77).

Assim, se apreendemos com o mito de *Totem e Tabu* que é necessário o assassinato do pai tirano para que a cultura se funde, podemos ascender à ideia de que a emergência do sujeito inscrito no campo simbólico também pressupõe o assassinato das figuras onipotentes de sua vida, com todas as nuances afetivas envolvidas nesta empreitada.

Em *Psicologia das massas e análise do ego* (1921), Freud retoma o mito do pai da horda primeva, para inscrever a passagem para o mito do poeta épico como passo através do qual o indivíduo emerge da psicologia de grupo. O pacto da comunidade totêmica de irmãos pressupunha a total renúncia à herança do lugar do pai, como forma de preservar a lembrança do assassinato. Contudo, este pacto permaneceu com o desconforto da insatisfação com que fora estabelecido e, a partir daí, tornou-se fonte de outros desfechos, revivescências das antigas formulações.

O macho tornou-se mais uma vez o chefe de uma família e destruiu as prerrogativas da antiga ginococracia que se estabelecera durante o período em que não havia pai. Em compensação ele, nessa ocasião, pode ter reconhecido as divindades maternas, cujos sacerdotes eram castrados para a proteção da mãe, segundo o exemplo que fora fornecido pelo pai da horda primeva (id., 1921, p. 85).

Entretanto, continua Freud em sua explicação, essa nova configuração familiar era tão somente uma sombra da anterior, pois existiam muitos pais; cada um deles circunscrito, em seus direitos, aos direitos dos outros. Até que, por insurgência da antiga insatisfação, um indivíduo liberta-se do grupo para assumir o lugar do pai. E isso o faz, pela via da imaginação—inventa o mito heroico de que fora ele o único autor do assassinato do pai, ainda tido como monstro totêmico.

Esse poeta disfarçou a verdade com mentiras consoantes com seu anseio: inventou o mito heroico. O herói era um homem que, sozinho, havia matado o pai [...]. Como o pai fora o primeiro ideal do menino, também no herói que aspira o lugar do pai o poeta criava agora o primeiro ideal do ego (ibid., p. 85).

Constata-se nesta passagem que, o crime sem autoria que, pelo emblema da horda fora pautado num pacto insatisfatório, transforma-se na inflexão, mesmo que imaginária, “eu matei”; e, com isso, introduz a possibilidade sublimatória na conquista do que é herdado e transmitido. Esta reflexão enuncia questionamentos deveras significativos para o presente estudo: ao pensarmos sobre transmissão e incesto, na verdade o que colocamos em análise

circunscreve a falência da transmissão da **interdição**? Na cadeia geracional de transmissão, houve uma falha na introjeção deste interdito, ceifando as aquisições sublimatórias e simbólicas? Como se colocaria aqui a tese freudiana sobre a base filogenética na transmissão da proibição incestuosa, ligada a este mito de origem do sujeito e da cultura?

Todas as considerações até aqui desenvolvidas reforçam a ideia de que como seres pertencentes a uma constituição familiar e a um ambiente social mais amplo, estamos sujeitos a todo este contexto, que dá contornos às nossas origens, e acaba por orientar nossas construções, pesquisas e teorias no campo da sexualidade. “No que diz respeito à história familiar, é entre falas, olhares e silêncios que nos tornamos sujeitos, logo, o que foi transmitido, consciente ou inconscientemente pelas gerações que nos precederam, virá constituir o eu através do processo de identificação” (PAES E RUDGE, 2011). Processo de identificação e constituição do eu, entrelaçamento que passamos a examinar, na medida em que tanto na obra de Freud como na de Lacan enuncia-se como um campo profícuo para refletirmos o mecanismo de transmissão e, mais uma vez, sobre a ambivalência como base de processos psíquicos.

2.4.2 Processo de identificação e constituição do Eu

Na obra freudiana, a identificação é vista como a expressão original de um laço emocional com o outro. Em *Além do Princípio do Prazer* (1920), Freud postula o papel desempenhado pela identificação na gênese do complexo de Édipo quando ressalta a transmutação do interesse inicial que o menino, aqui tomado como exemplo e não com intenção de excluir a menina desta análise, tem por seu pai em verdadeira catexia de objeto em relação à figura materna, processo este permeado por ambivalência afetiva.

Um menino mostrará interesse especial pelo pai; gostaria de crescer como ele, ser como ele e tomar o seu lugar em tudo [...]. Pouco depois, o menino começa a desenvolver uma catexia de objeto verdadeira em relação à mãe [...]. Apresenta então, portanto dois laços psicologicamente distintos: uma catexia de objeto sexual e direta para com a mãe e uma identificação com o pai que o toma como modelo [...]. Em consequência do avanço irresistível no sentido de uma unificação da vida mental, eles acabam por reunir-se e o complexo de Édipo normal origina-se desta confluência (FREUD, 1920, p. 109).

Ao descrever essa mudança na qualidade afetiva do menino por seu pai em decorrência deste processo, o autor sublinha o terreno permeado por instabilidade emocional e ambivalência, onde tudo acontece.

O menino nota que o pai se coloca em seu caminho, em relação à mãe. Sua identificação com eles assume então um colorido hostil e se identifica com o desejo de substituí-lo também em relação à mãe. A identificação, na verdade, é ambivalente desde o início; pode tornar-se expressão de ternura com tanta facilidade quanto o desejo de afastamento de alguém (ibid., p. 109).

Como veremos, aquilo que parece da ordem natural no desenvolvimento psíquico da criança é, na verdade, um processo bastante complexo que coloca em prova a qualidade parental de um casal. Na clínica infantil, a despeito da temática incestuosa, percebemos o quão frágil é a estrutura familiar no manejo das demandas pulsionais das crianças, de forma a orientar a formação social e sexual desses pequenos seres. Daí, um montante significativo de sintomas chegam cada vez com maior intensidade ao consultório do analista—crianças com transtornos alimentares, distúrbios de sono, apegados ansiosamente ao corpo a corpo de seus pais. Medos infantis transformados em pânico, peraltices transformadas em diagnósticos neurológicos (TDAH—Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade; TOD—Transtorno Opositivo Desafiador), estímulos sociais traçando comportamentos estereotipados. No bojo de tal cenário, uma enorme dificuldade dos pais com os interdictos civilizatórios. Portanto, no anseio pela compreensão teórica dos processos constitutivos da integridade psíquica, encontra-se também a premente necessidade de instrumentalizar os psicoterapeutas de crianças e adolescentes na lida com todas estas demandas.

Jacques Lacan propõe o adensamento desta discussão ao refletir sobre os três tempos do Édipo, suas ideias sobre a metáfora paterna e a lógica da castração iluminam o percurso através do qual a identificação pode se constituir como corolário e dissolução do complexo de Édipo. Segundo o autor, tal dissolução pode resultar na assunção da virilidade pelo menino e da feminilidade pela menina, ou em processos desastrosos que redundam em quadros psicicamente adoecidos, como é o caso da psicose, ou da perversão—que é de especial interesse para este estudo.

Em sua obra *O seminário—livro 5* (1957-1958/ 1999), quando nos fala das formações inconscientes, Lacan começa reforçando as bases freudianas sobre o desenvolvimento da sexualidade, pautadas nas primordiais revelações do inconsciente, ou seja, no complexo de Édipo.

O que o inconsciente revela, no princípio, é, acima de tudo, o complexo de Édipo. A importância da revelação do inconsciente é a amnésia infantil, que incide sobre o que? Sobre a existência dos desejos infantis pela mãe e sobre o fato de esses desejos serem recalcados (LACAN, 1999, p.167).

Contudo, o autor amplia nossos horizontes de entendimento dessa dinâmica psíquica ao ressaltar a primazia do significado do falo na constituição da metáfora paterna, da função do Nome-do-Pai e seu efeito tanto normativo (não apenas pela estrutura moral, mas acima de tudo quanto à assunção de seu sexo), quanto ao que possa ser vivido como desdobramentos da subversão desse processo.

A começar, Lacan chama a atenção para as etapas pré-edípicas do desenvolvimento do sujeito reforçando a precocidade desse imaginário fálico. Refere a experiência de Melanie Klein no trabalho clínico com crianças, indicando o valor da clara contradição que aparece nas pesquisas da autora: ao explorar o desenvolvimento das primeiras relações objetais infantis pautado na atenção da criança pelo interior do corpo materno, apresenta extenso material onde a presença paterna se evidencia na representação de seu pênis.

[...] baseando-se em desenhos, em ditos e em toda uma reconstrução da psicologia da criança nessa etapa, a Sra. Melanie Klein nos atesta que, entre os maus objetos presentes no corpo da mãe—dentre eles, todos os rivais, o corpo dos irmãos e irmãs, passados, presentes e futuros—, há muito precisamente o pai, representado sob a forma de seu pênis [...] (ibid., p.170).

Os prenúncios do processo de genitalização, para além de representar um salto evolutivo em termos de maturação; trata também da entrada na ordem simbólica, a partir do Complexo de Édipo, naquilo em que se liga ao Ideal do eu: “virilidade e femininização são os dois termos que traduzem o que é, essencialmente, a função do Édipo. Encontramo-nos, aí, no nível em que o Édipo está diretamente ligado à função do Ideal de eu [...]” (p.171), na medida em que lança o sujeito para a noção de incompletude no presente e a promessa de completude no futuro.

Entender como este processo se conclui favoravelmente traz-nos a questão do lugar do pai no complexo de Édipo e no complexo de castração.

A atenção de Lacan sobre a presença ou ausência do pai na cena familiar como palco de desenvolvimento sexual da criança claramente não se atém a manejos ambientalistas ou biográficos que enfocam circunstâncias concretas, reais ou mesmo parâmetros que possam localizá-lo como um pai normal. Seu interesse é como o pai se institui na posição normalizadora na família, ou seja, na função paterna que, simbolicamente, vai se constituir

como peça chave ao desfecho do complexo de Édipo. O autor formula então que este lugar começa a se construir na lógica da castração, na interdição ao incesto.

O pai intervém em diversos planos. Antes de mais nada, interdita a mãe. Esse é o fundamento, o princípio do complexo de Édipo e é aí que o pai se liga à lei primordial da proibição do incesto [...]. Às vezes tem de manifestá-la de forma direta, quando a criança se deixa levar por suas expansões, manifestações e pendores [...]. É certo que a castração tem nisso um papel manifesto e cada vez mais confirmado. O vínculo da castração com a lei é essencial (ibid., p.174–175).

Cabe aqui questionar esta premissa do pai que interdita a mãe. Nossa experiência clínica e como supervisora de profissionais que intervém junto à família incestuosa observa o lugar de permissão à interdição das mães no triângulo edípico. Na grande maioria dos casos, é ela, mãe, que introduz o pai no contexto de interdição, ou, ao contrário, funciona de forma permissiva ou até mesmo conivente com a transgressão à proibição do incesto. E ainda, de forma mais perniciosa, aparece a maternagem totalitária e soberana, que, por uma dependência indissociável do filho, não só desvaloriza a alteridade do marido como legitima o filho no lugar do mesmo.

Entrementes, para Lacan, esse pai apresenta-se para o filho como um agente real que representa uma ameaça simbólica: a castração. É um pai que aparece como incômodo porque, no momento em que entra em cena a pulsão genital, ali está ele, representando a interdição de sua satisfação.

A relação inicial do menino com seu pai é, então, permeada pelo medo de castração. Lacan aborda este medo de castração, pela via que coloca o sujeito filho como centro de onde parte o teor relacional agressivo, em forma de represália. Na medida em que sente que seu objeto de amor primordial lhe é proibido, o filho dirige suas tendências agressivas ao pai, ao mesmo tempo em que projeta sobre ele intenções hostis equivalentes às suas. Desta forma, o medo de castração é experimentado pela criança como um imaginário de retaliação do pai às suas próprias tendências de rivalidade. Veremos mais adiante a importância capital que a transposição deste complexo tem para a vida psíquica saudável e, também, a centralidade da intervenção paterna na consecução deste objetivo. Destacamos de antemão, porém, a relevância que o entendimento de como vai se constituindo esse pai investido do simbolismo-lei tem para o presente estudo, uma vez que seu objeto circunscreve a ausência deste simbolismo-lei na figura do pai que viola o interdito ao incesto.

As primeiras experiências infantis de contato com o meio vivo, com a realidade onde está inserido, se dá, como já sabemos, em sua relação com a figura materna. Esta é seu

primitivo Outro. Nesta configuração, a criança revela depender do desejo da mãe. Seu primeiro desejo é o desejo desse Outro. Suas primeiras representações também se ligam ao campo simbólico desta mãe. A grande importância desta observação diz respeito à introdução no triângulo familiar deste pai real, imaginariamente castrador, na posição de um significante que lhe confere o Nome-do-Pai, ou seja, o simbolismo de lei.

É nesse sentido que, nesta primeira etapa de configuração do ternário familiar, não existe a necessidade do pai como figura proibidora das primeiras manifestações da pulsão sexual. Quando o menino começa a exhibir e oferecer seu pênis à mãe, ela é perfeitamente capaz de proferir a proibição desse uso, mostrando ao filho o quão insuficiente é o que ele lhe oferece. Uma passagem da apresentação por Freud no caso do Pequeno Hans (1909) ilustra bem o papel da mãe nestas primeiras interdições. Quando, após o banho, o pequeno menino, à época com quatro anos e três meses, solicita à mãe que toque seu genital no momento em que ela o seca e lhe aplica talco—*“Por que é que você não põe seu dedo aí?”*—, é ela quem lhe sanciona: *“Porque é porcária [...] Porque não é correto”* (p.10).

Somente a partir dessa simbolização primordial com a figura materna é que se abre para a criança o universo de desejos da mãe para além de si—*“Há nela o desejo de Outra coisa que não satisfazer o meu próprio desejo, que começa a palpitar para a vida”* (LACAN, 1999, p. 188). Para além da simbolização desta mãe que vai e vem, que é chamada quando não está presente, que é ignorada para então ser novamente requisitada, começa a desenhar-se para a criança esse outro objeto de desejo da mãe, já percebido como ligado ao pai. Objeto *“[...] que é absolutamente impensável de outra maneira quanto à sua prevalência. Esse objeto chama-se falo”* (ibid., p. 189).

Através do diagrama abaixo, Lacan ilustra a relação de simetria entre o **falo** e o **pai** na passagem do ternário imaginário para o ternário simbólico, e enfatiza que esta ligação, na dialética do Édipo, instaura a metáfora paterna, o Nome-do-Pai.

Figura 1—a relação de simetria entre o falo e o pai na passagem do ternário imaginário para o ternário simbólico

Fonte: LACAN, 1999

Este é o pai que não pode faltar para o desfecho favorável do complexo de Édipo—um significante que surge no lugar de outro significante, ou melhor, o pai que substitui a mãe como significante.

O movimento evolutivo da passagem do significante materno para o significante paterno ressalta também, segundo Lacan (2003), o papel da família conjugal na história da cultura e o caráter irredutível de uma transmissão que, para além do que possa ser a satisfação das necessidades, constitui uma subjetividade implicada com um desejo que não é anônimo. O autor sublinha:

É por tal necessidade que se julgam as funções da mãe e do pai. Da mãe na medida em que seus cuidados trazem a marca de um interesse particularizado nem que seja por intermédio de suas próprias faltas. Do pai na medida em que seu nome é o vetor de uma encarnação da Lei no desejo (LACAN, 2003, p. 369).

O cenário em que os frutos deste percurso se apresentam como prognóstico propício à assunção dos sexos pressupõe que o pai, investido do simbólico da lei como aquele que possui o objeto de desejo da mãe—o falo—, intervenha de maneira escalonada, castrando, frustrando, privando e, por fim, apresentando-se como Ideal do eu, com o qual a criança pode se identificar. São os três tempos do Édipo, tão bem descritos por Lacan.

A gênese dessa configuração, que faz com que a posição do significante paterno, na ordem do simbólico, instaure a primazia do falo como balizador do processo, é bastante complexa. Por isso, a proposta do autor em pensarmos as características próprias de três

etapas distintas, porém interrelacionadas, é de grande valia para entender os mecanismos que engendram a dinâmica edípica e, para os propósitos de nossa pesquisa, o que está em jogo quando o incesto não é interditado.

Vejamos então. Lacan (1999) nos explica que, inicialmente, no que chama de primeiro tempo do Édipo, a instância paterna ainda não aparece de forma clara para a criança, mesmo que esteja presente na realidade do mundo. Para este pequeno ser o que conta é o desejo da mãe. Por desejar o desejo da mãe, identifica-se especularmente com o falo. Estamos aqui numa fase fálica primitiva, ou seja, a primazia do falo já está culturalmente instalada na simbologia do pai como lei, mas a criança só consegue apreender as repercussões disso—procura ser esse algo diferente que se coloca como objeto satisfatório para a mãe: “para agradar a mãe é necessário e suficiente ser o falo” (p.198). E, aqui, Lacan já enuncia:

Nessa etapa, muitas coisas se detêm e se fixam num certo sentido. Conforme a maneira mais ou menos satisfatória de a mensagem se realizar em M, pode fundar-se um certo número de distúrbios e perturbações, dentre elas as identificações que qualificamos de perversas (id., 1999, p.198).

Chamamos a atenção para esta colocação na medida em que se direciona para uma outra vertente, parte desse estudo, que veremos mais adiante quando abordarmos o sujeito que, na dinâmica familiar incestuosa, figura no lugar de agressor sexual, entretanto também considerado perverso.

Seguindo as reflexões lacanianas temos que, no segundo tempo de Édipo, o pai passa a figurar na dimensão simbólica como detentor de um direito—a mãe. Como objeto, ela pertence a ele, e não ao filho. É o pai onipotente que efetivamente frustra o filho em relação à posse da mãe e priva a mãe de seu objeto de amor. A demanda de amor da criança retorna a ela como a lei do pai, uma lei privadora da mãe.

A estreita ligação desse remeter a mãe a uma lei que não é dela, mas de um Outro, com o fato de o objeto de seu desejo ser soberanamente possuído, na realidade, por esse mesmo Outro a cuja lei ela remete, fornece a chave da relação do Édipo. O que constitui seu caráter decisivo deve ser isolado como relação não com o pai, mas com a palavra do pai (ibid., p.199).

Pensamos aqui no estado emocional, muitas vezes desolado, das crianças afastadas de casa pela omissão e às vezes até convivência de suas mães, no que se refere à situação familiar abusiva. Expressam seu ressentimento ao serem preteridas e desprotegidas em relação à figura do pai, padrasto ou amante da mãe. Por vezes, revoltam-se com as lembranças de que a família estava submetida a um sujeito déspota, que se colocava como dono de todos. Crianças

pequenas, em busca de uma dinâmica que as auxiliem em seu desenvolvimento psíquico, encontravam neste homem a antítese da inspiração identificatória, que deveria ser a figura paterna, como detentor da lei civilizatória. Aqui, instaura-se o traumático, como já abordamos anteriormente.

O que veremos no terceiro tempo do Édipo é o pai potente, no sentido simbólico, de achar-se numa posição metafórica na medida em que a mãe o institui como aquele que sanciona a lei e, também, potente na medida em que pode dar o que a mãe deseja, o falo. Aqui está posta a travessia do plano em que a questão imaginária é **ser** ou **não ser** o falo, para o plano em que a inquietação do sujeito gira em torno de **ter** ou não **ter** o falo. É este pai simbólico que se faz preferir à mãe como objeto de amor por seu filho e, ao intervir como aquele que **tem** o falo, proporciona sua internalização pelo sujeito filho, como Ideal de eu.

É na medida em que o pai é amado que o sujeito se identifica com ele, e encontra a solução terminal do Édipo numa composição do recalque amnésico com a aquisição nele mesmo, do termo ideal graças a qual ele se transforma no pai (ibid., p.176).

Reforce-se que para isso é imprescindível que se supere o complexo de castração, ou seja, para o menino é preciso passar pelo momento de aceitar ser castrado como essencial à assunção futura de também ter o pênis como seu pai. E, para a menina, como um processo mais simples, aceitar a confirmação de não ter o falo.

A saída favorável do complexo de Édipo pela via da identificação como Ideal de eu inscreve-se no triângulo simbólico, no polo da criança. Isto porque no polo materno temos o que vai se instituindo como realidade e no polo paterno, as formações iniciais do supereu.

Cabe ainda ressaltar que, com o declínio do Édipo, a criança passa a ser detentora de todas as condições de exercer suas funções sexuais no futuro. E é isso, segundo Lacan, o exato sentido da metáfora paterna: “levar à instituição de alguma coisa que é da ordem do significante, que fica guardada de reserva, e cuja significação se desenvolverá mais tarde” (p.201).

Lacan também salienta que o desfecho do Complexo de Édipo guarda sua diferença para a menina, indicando que a dissolução é favorecida primeiro porque o pai, sem dificuldade, se faz preferir à mãe, por ser o portador do falo; segundo, porque ela não precisa fazer uma identificação que almeje o direito à virilidade, como é o caso do menino.

A este respeito, o autor, em sua obra *Escritos* (1998), refere, a partir de fatos clínicos, o quão é especialmente espinhosa a interpretação do significado do falo em relação à mulher; a despeito de a experiência confirmar que este processo se estabelece com todo sujeito,

independentemente da diferença anatômica entre os sexos. Elenca quatro tópicos como argumentos a esta situação: primeiro—porque a menina, em algum momento, por si própria, percebe-se castrada pela falta do falo e pela ação de alguém, inicialmente sua mãe e depois seu pai, segundo—a mãe, tanto para o menino como para a menina, é o sujeito primordialmente provido de falo (mãe fálica); terceiro—porque é somente na acepção da mãe como castrada é que a significação da castração assume um lugar eficaz na formação dos sintomas (considerando a relevância clínica desta manifestação) e quarto—considerando que essas três circunstâncias incidem no desenvolvimento da fase fálica, ou seja, na questão da razão. Sobre isso, Lacan esclarece:

Sabemos que Freud especifica com esse termo [fase fálica] a primeira maturação genital—como aquilo que se caracteriza, por um lado, pela dominância imaginária do atributo fálico e pelo gozo masturbatório—e que, por outro lado, localiza esse gozo da mulher no clitóris, assim promovido à função de falo, e com isso parece excluir, nos dois sexos, até o término desta fase, isto é, até o declínio do Édipo, qualquer localização instintiva da vagina como lugar de penetração genital (ibid., p.693).

Todas estas colocações nos fazem perceber o desafio diante do qual estamos: pensar a clínica psicanalítica de pessoas envolvidas na trama incestuosa. Refletir clinicamente sobre os efeitos danosos para o desenvolvimento sexual e mental dos sujeitos que vivem essa experiência nos remete diretamente à transmissão psíquica que circula no triângulo edípico. Como vimos, o ponto central que impulsiona o sujeito em direção à plenitude sexual na vida adulta circunscreve-se no desfecho dito saudável do Complexo de Édipo, e os parâmetros são claros: aceitar circunstancialmente a castração, admitir a privação do falo, efetuada na mãe pelo pai, transpor o desejo de **ser o falo**, como imaginário de suficiência para sua mãe, para a identificação com o **ter o falo**, na relação de Ideal de eu com seu pai. Toda essa circunstância, é claro, só acontece pela conjugação do que este casal parental possa transmitir ao seu filho, na direção em que se institua para ele a metáfora paterna, o Nome-do-Pai, como contornos de lei. Abdicar de ser o falo, para posteriormente ter o falo, coloca-se para o pequeno sujeito como uma escolha entre aspas, uma vez que ele tem prerrogativas passivas e ativas neste processo. Passivas, porque a condução do simbólico que se institui depende de seus pais. Como nos diz Lacan (1999), “a frase foi começada antes dele, foi começada por seus pais [...]. É precisamente a relação de cada um desses pais com essa frase começada, e a maneira como convém que a frase seja sustentada por uma certa posição recíproca dos pais em relação a ela” (p.192) que influenciará essa escolha.

Em sua obra *Outros Escritos* (2003), Lacan aborda a questão da transmissão entre pais e filhos ressaltando o lugar da criança como representante da verdade familiar: “o sintoma da criança responde ao que existe de sintomático na estrutura familiar” (p. 369). Também destaca o lugar privilegiado desta estrutura na coerção do adulto sobre a criança—“coerção esta a quem o homem deve uma etapa inicial e as bases arcaicas de sua formação moral” (p. 30). Penoso é constatar o quanto a família contemporânea ainda responde a esta base arcaica adultocêntrica. Pais que se sentem senhores de seus filhos—a despeito de referências intelectuais e econômicas, esta é uma máxima. Os profissionais que trabalham com famílias em situação de vulnerabilidade ou violência instalada retratam constantemente sua indignação ao lidar com as insurgências dos pais quando se veem interditados em seu poder familiar¹² pelo Judiciário: *“é difícil acolher a revolta deste pai que diz que Juiz nenhum vai dizer o que ele pode ou não fazer com seu filho, ou a fala da mãe que reforça ter o direito de espancar os filhos quando desobedecem suas ordens”*. Uma das lembranças marcantes de nosso percurso como profissional nesta área retrata o momento em que, numa reunião com o então diretor do Instituto Médico Legal de São Paulo, ouvimos sua afirmação categórica de que a maior parte dos abusadores sexuais de crianças era seus próprios pais que, quando o admitiam, sem o menor prurido alegavam como justificativa as funções de um pai zeloso na educação sexual de sua prole.

Lacan, ao tomar esta questão da criança como receptáculo do universo psíquico de seus pais como **ponto nodal**, nos indica como foco de investigação clínica:

[...] vocês poderão agrupar os elementos das observações fazendo a si mesmos esta pergunta em cada caso particular: qual é a configuração especial da relação com a mãe, com o pai e com o falo que faz com que a criança não aceite que a mãe seja privada, pelo pai, do objeto de seu desejo? Em que medida, num dado caso, é preciso apontar que, em correlação com essa relação, a criança mantém sua identificação com o falo? (ibid., p.192)

Se tomarmos o Pequeno Hans (Freud, 1909) como exemplo clínico, percebemos que a posição ambivalente da mãe em relação às manifestações do erotismo do filho, retratados em sua frequente atenção e manipulação do pênis e também em seu desejo de estar com ela, na cama do casal, mimando, certamente incide de maneira importante como fonte de angústia da criança. Ela, a mãe, ao mesmo tempo que desempenha um papel castrador, proibindo Hans de mexer em seu pênis e categorizando o órgão como nojento, enfrenta o questionamento do pai

---

¹² O poder familiar é o conjunto de direitos e deveres atribuído aos pais, no tocante à pessoa e aos bens dos filhos menores (GONÇALVES, 2011)

para manter o filho em sua cama, com o álibi de apaziguar seus medos. Desempenha, assim, um papel que não contribui para instituir o pai simbólico, que representa a lei, e, desta forma, mantém o filho no lugar assujeitado que encarna perfeitamente o falo para ela.

Aqui, enuncia-se também a importância das primeiras simbolizações na constituição do sujeito, e o papel relevante da figura materna nesse processo. No princípio, a criança se sente profundamente assujeitada aos desígnios daquele de quem depende. São nas primeiras simbolizações, constituídas através da díade significativa do *Fort-Da*¹³ que a mãe começa a se desenhar como o primeiro sujeito para o filho. O infante é, por isso, sustentado pelo bem-querer ou malquerer de sua mãe. Sua demanda atravessa, com maior ou menor bem-estar, a cadeia de significantes da figura materna que já está ali, estruturada, e este é um importante aspecto da transmissão psíquica na família.

Mais uma vez em *Outros Escritos* (2003), Lacan focaliza os impactos no psiquismo infantil evidenciados em sintomas que decorrem da subjetividade materna, ou seja, a criança implicada nas fantasias de sua mãe. O autor adverte que, nessas circunstâncias, a falta de mediação da função paterna deixa a criança completamente referida às capturas fantasísticas da mãe, isto porque o papel exercido pelo desejo materno distancia-se do processo de identificação com o Ideal do eu.

Ela [a criança] aliena em si qualquer acesso possível da mãe a sua própria verdade, dando-lhe corpo, existência e até exigência de ser protegida.
O sintoma somático oferece o máximo de garantia a esse desconhecimento; é o recurso inesgotável, conforme o caso, a atestar a culpa, servir de fetiche ou encarnar uma recusa primordial (id., 2003, p. 370).

Na clínica infantil, esta incidência é incontestável. A queixa circunscrita aos sintomas da criança ganha a cena familiar. A mãe, que inicialmente protagoniza grande preocupação com o sofrimento do (a) filho (a), passa a se sentir desconfortável quando os sintomas infantis entram em remissão, dando lugar a conteúdos na análise da criança que remetem aos seus anseios, medos e angústias transmitidos. Crianças pagam um alto preço para manter seu objeto de amor protegido do enfrentamento de seus fantasmas. Kamers (2014) cita Dolto (2010) no sobrelevo desta questão:

---

¹³ "Fort-Da", nome dado por Freud (1920/1996) à brincadeira observada numa criança de um ano e meio, que retratava, segundo sua interpretação, as primeiras impressões do pequeno em torno do movimento de desaparecimento e retorno dos objetos. Jogando com um carretel, a criança dizia: *óooo*—que Freud e a mãe associaram à *fort* (em alemão: ir embora), quando a mãe saía de casa; e, quando o carretel retornava, dizia *da* (ai), como referência ao retorno materno.

Quando a angústia da criança perturba a harmonia do casal, quando as preocupações e reações educativas ganham mais importância do que os interesses do companheirismo e da vida criativa ou social dos pais, é impossível para a criança superar o drama do desejo edipiano e a angústia de castração que ele suscita na economia inconsciente de sua libido (DOLTO, 2010, p. 232, apud KAMERS, 2014, p. 44).

Piera Aulagnier, em seu trabalho *A violência da interpretação* (1979), ao descrever os modos de representação da atividade psíquica, refere os processos originário, primário e secundário pelos quais o mundo é metabolizado e que redundam nas representações pictográfica, fantasmática e ideativa ou enunciado, respectivamente. As reflexões da autora interessam sobremaneira a nosso estudo, principalmente neste momento de entrelaçamento com a análise que fazemos sobre os processos de simbolização e a função das figuras primordiais na forma em como o Eu se constitui e como se representa frente ao mundo. Nas palavras da autora:

Se, pelo termo mundo, designamos o conjunto do espaço extra-psique, diremos que, num primeiro momento, a psique encontra sob a forma de dois fragmentos particulares, representados pelo seu próprio espaço corporal e pelo espaço psíquico dos que a cercam, e de maneira mais privilegiada pelo espaço psíquico materno [...]. Neste estágio, a única qualidade desses espaços, do qual o processo originário quer e pode ser informado, concerne a qualidade prazer e desprazer do afeto, presente no momento deste encontro (AULAGNIER, 1979, p.33).

A autora enfoca o mundo pulsional. Estamos neste nicho do campo pré-edipiano já apontado por Lacan (1999) como um momento de muita vulnerabilidade às manifestações patológicas, uma vez que o terreno da realidade é, de forma imperativa, afetado pelo imaginário. Assim, o autor nos fala:

Quer consideremos a perversão ou a psicose, sempre se trata da função imaginária [...] qualquer um pode perceber a importância especial da imagem nesses dois registros [...]. Uma invasão endofásica, feita de palavras ouvidas, não é o caráter estovador parasitário, de uma imagem numa perversão, mas, em ambos os casos, trata-se de manifestações patológicas nas quais o campo da realidade é profundamente perturbado por imagens (LACAN, 1999, p.169).

Falar em invasão de imagens remete-nos ao que Piera Aulagnier vai nomear como violência primária e violência secundária, nesse processo de perceber-se como um Eu, que acontece na conjunção do encontro com o sujeito primordial que é a mãe. A autora pondera que nossa cultura promulga à mãe o lugar de enunciatória do *infans* (aquele que não fala). Isto significa que é ela, de uma forma já pré-modelada e pré-digerida por seu psiquismo, quem promove à criança a mediação com o ambiente, transmitindo as injunções e interdições do

discurso do meio onde estão inseridos. É aqui que se configura um cenário bastante delicado no que se refere a incidência de destinos saudáveis ou adoecidos para a vida do sujeito.

Aulagnier define o fenômeno da violência exatamente relacionado à diferença entre as condições de possibilidades entre essas duas gerações: a diferença que separa o espaço psíquico da mãe, já cunhado por repressões, e o que possa ser a organização psíquica peculiar ao *infans*. A autora esclarece que um primeiro momento desta configuração violenta se apresenta como necessária (violência primária) na medida em que, mesmo “ao preço de uma primeira violação de um espaço e de uma atividade que obedece a leis heterogêneas ao Eu e ao discurso” (p.36), prepara um momento de assunção futura do Eu, em detrimento do prazer circunstancial.

Todavia, num outro nível, categorizado por Piera Aulagnier como *violência secundária*, o pernicioso é instaurado. É o que representa o excesso, via de regra, extremamente nocivo ao funcionamento do Eu e tem como finalidade opor-se a qualquer mudança nos referenciais maternos.

Consideramos, a despeito do imaginário de que a mãe sempre sabe o que é melhor para seu filho, bastante pertinente as expressões cunhadas por Aulagnier *violência materna primária* e *violência materna secundária*, quando discutimos o prover indispensável à vida física e psíquica da criança e o estímulo à sua autonomia. Lamentavelmente, a experiência clínica com crianças mostra o quão comum é a submissão da criança aos parâmetros equivocados dos pais no desempenho da função de intérpretes das necessidades dos filhos. Excessos e omissões, conduzidos por referências socialmente estereotipadas (a internet é repleta de receitas de como criar bem os filhos) ou por recalques pregressos (querem oferecer aos filhos o que não tiveram quando crianças, seja material ou afetivamente), obscurecem o ponto crucial nesta cena: conhecer o pequeno ser que está diante de si, observar suas expressões e reações, antes de concluir o que ele precisa.

Pernicioso e efetivamente adoecedor. É assim que este excesso incide sobre este psiquismo originário ou primário. Este encontro, ao confrontar a atividade psíquica infantil a um excesso de informação que a princípio será ignorado, acaba promovendo a configuração do *desmentido*, ou desautorização, como já explanado anteriormente, uma vez que volta com o imperativo de ser incluído como representação própria ao sistema. Esta constatação tem especial valor para nossa pesquisa no que se refere ao funcionamento perverso no agressor sexual, como veremos mais adiante.

Vemos então, com o que até aqui desenvolvemos, o teor do que possa ser transmitido e vivido como violento no cenário familiar. Atentemos ao que Aulagnier nos diz:

O infans é continuamente solicitado além de sua possibilidade de resposta e o que lhe é oferecido está sempre aquém—"a menos—em relação a sua expectativa, que visa o ilimitado e o atemporal. Pode-se acrescentar que uma das características mais constantes e mais frustrantes da demanda que a mãe lhe dirige é a de fazê-lo supor que ela espera dele uma resposta que ele ainda não pode dar, a qual será portanto (qualquer que seja ela), necessariamente decepcionante [...] (AULAGNIER, 1979, p.35).

Com estas colocações, a autora ratifica o campo de reflexões sobre os processos de prematuração e de impactos psíquicos entre as possibilidades de respostas para a criança, quando consideramos as diferenças geracionais e os imperativos das produções psíquicas maternas na constituição do Eu infantil presentes na dinâmica incestuosa.

É importante enfatizar que ao falar de produções psíquicas maternas e constituição do Eu da criança, Aulagnier está se referindo “de maneira precisa aos enunciados pelos quais ela [a mãe] fala da criança e à criança” (p.35), e aqui a autora tece uma preciosa contribuição para ponderarmos a complexidade da repetição, tão marcante nas tramas familiares abusivas, principalmente quando esta repetição circunscreve a desconcertante constatação de que a mãe, abusada sexualmente quando criança, não conseguiu oferecer proteção ou até mesmo propiciou um ambiente abusivo à sua prole. Este é um cenário que mobiliza diferentes sentidos nos meios profissionais. Alguns, imbuídos de um teor condenatório, partem para a interpretação de que esta mãe “*considera o abuso uma coisa normal*”; outros assumem uma atitude de compreensão e às vezes compaixão com “*uma mulher que nunca foi protegida, que não aprendeu a proteger nem a si própria, quanto mais aos filhos*”. Há ainda os que inferem dinâmicas mais complexas: “*um abuso não elaborado é fatalmente transmitido como herança materna*”. A grande questão aqui é que, para além dessas considerações, pouco se discute no sentido de aprofundar o entendimento das dinâmicas geradoras destes cenários, de forma a iluminar intervenções que ofereçam transformações. Aulagnier (1990), ao desenvolver a ideia de filiação persecutória, a nosso ver, traz elementos relevantes a esta discussão.

A autora sobleva a intensa relação entre a mãe e a criança no que se refere aos processos de representação psíquica do corpo e constituição do Eu, utilizando a metáfora da filiação para descrever os liames a partir da noção Eu-corpo e da *filiação persecutória*, forjada quando as primeiras relações do Eu com seu espaço corporal são carregadas de um potencial persecutório que paira como poder de transmutar o próprio corpo num perseguidor.

Aulagnier (1990) destaca que as primeiras relações do Eu com seu espaço corporal retratam um regime de *filiação*, na medida em que se constituem como representantes metonímicos do que nomeamos realidade. Desta forma, a relação que o Eu estabelecerá entre si e a realidade circundante depende diretamente de como se estabelecerão estas primeiras percepções do Eu-corpo.

O Eu encontrou primeiro seu próprio espaço corporal como representante metonímico desse espaço que nomeamos realidade, representante que o obrigou a reconhecer não apenas a existência de um fora-do-Eu, mas de um fora-do-Eu que escapa aos ditames de seu desejo, que lhe impõe suas exigências, seus interditos, revelando-lhe os limites de seu poder, o desmesurado de seus anseios (id., 1990, p. 71).

É neste enfrentamento às exigências e limites impostos ao Eu-corpo pela realidade, que se descortina a vivência de uma filiação persecutória, quando o Eu atribui uma ameaça de destruição em relação a si a *corpos estranhos* presentes na cena real. Esta manobra, segundo a autora, responde como um apelo do Eu para não encontrar o perseguidor no próprio corpo—desloca então para um fora-do-Eu, um fora do corpo, o risco que o conflito se instale entre si e seu corpo. E, aqui, a autora ilumina um aspecto que entendemos incidir sobre a problemática que ora enfocamos, ou seja, sobre a relação entre mãe e filha na história de abuso que se repete. Neste artifício de atribuir a um corpo estranho, fora-do-Eu, a função perseguidora, o corpo da criança, já no período de gestação, pode representar uma ameaça para o funcionamento do Eu-materno. Aulagnier nos explica as nuances envolvidas neste cenário.

[...] a experiência da gravidez se presta particularmente à ilusão de acreditar realizável e realizada uma experiência de autoengendramento [...], o parto, o arrancamento ‘na dor’ desse ‘engendrado’ pelo corpo próprio, desse ‘conteúdo’ do corpo próprio, pode por sua vez fazer crer realizada uma fantasia de automutilação, de amputação, de ‘esvaziamento’ referente aos próprios conteúdos corporais. **O Eu da criança, habitante desse ‘corpo perdido’, projetado no exterior de si, pede, em certos casos, se ver posto no lugar ‘daquele’ que teria exigido esta amputação** (ibid., p. 72, grifos nossos).

Refletindo sobre as palavras da autora, vem à tona um dos casos que supervisionamos: Jane, uma mulher de 36 anos que, segundo sua terapeuta, aparentava bem mais idade. Inicialmente, mostrava-se irritada em ter que comparecer às consultas porque a filha fora abusada sexualmente pelo padrasto. Com o passar do tempo, envolveu-se com a terapia e passou a relatar suas dificuldades com o seu próprio corpo e com manifestações afetivas que envolvessem contato físico: “*A Ju sempre gostou de beijar e abraçar. Eu nunca gostei disso e*

sempre fugi da melação dela”. Certa sessão, relatou sua experiência de gravidez e parto: “Eu nunca gostei do meu corpo. Acho que a história de ter sido estuprada por meu tio quando tinha só 5 anos fez eu querer ser gorda pra sempre...Quando fiquei grávida da Ju, foi a única fase que me senti bem. Cheguei a emagrecer no começo, gostava daquele barrigão. Pela primeira vez, sentia que tinha alguma coisa que era minha, só minha...A maioria das mulheres grávidas querem logo ter o bebê. Eu não, não queria que a Ju nascesse. Quando ela nasceu, fiquei muito mal, cheguei a tomar remédio. O médico disse que era depressão. Foi muito estranho. Quando ela estava dentro da minha barriga, parecia que eu gostava muito dela, depois não conseguia cuidar, pegar no colo”.

Jane já apresentava um conflito localizado na dimensão Eu-corpo, provavelmente, como ela mesma aquiesceu, sequela do abuso vivido na infância. Seu afastamento efetivo da filha, conforme ela relatou à terapeuta, datava do nascimento da criança. À época do atendimento, a menina residia com a avó materna, pois a equipe da Vara de Infância que conduzia os trâmites de proteção não confiava que Jane se manteria afastada do companheiro que abusou da filha.

Histórias como a de Jane retratam circunstâncias muito comuns nos relatos dos terapeutas em supervisão. O atendimento de crianças e adolescentes é, muitas vezes, atravessado pela demanda de uma interface direta com a figura materna, e o cenário que se apresenta traz em si a complexidade do manejo: a criança insiste na dor do distanciamento afetivo e descaso materno, denunciando a desproteção quando, ao autor da agressão sexual, é novamente permitido o convívio familiar, a despeito da interdição judicial. Esta denúncia é permeada por ambivalência afetiva—ora carregada de ressentimento e raiva, ora mobilizando uma imensa culpa pela quebra de aliança com o desejo materno. A mãe, quando solicitada a refletir sobre a situação, só consegue referir-se à filha, ou ao filho, como responsável pela *destruição* de sua vida—a vivacidade da menina ou a exuberância do corpo da adolescente são percebidos pela mãe como verdadeira ameaça, porque marcam o que ela não tem ou não é—o fora-do-Eu materno, com a função de perseguidor, como assinalou Aulagnier—, e o questionamento de todas estas nuances pelo terapeuta da criança ou adolescente em questão é extremamente restrito!

A situação tende a diferenciar-se quando o foco do atendimento é a mãe, como no caso de Jane, que aderiu à terapia. O profissional passa a ter acesso às experiências e afetos que originaram a postura defensiva destas mulheres em relação a seus filhos, compreendendo de maneira mais clara a matriz de transmissão presente nestas histórias. Essa mãe, que também

teve seu corpo e psiquismo abusados em tenra idade, pode trazer consigo essa “potencialidade persecutória que ameaça e transforma o próprio corpo num perseguidor” (p. 74) —daí a urgência em deslocar esse conflito mortífero para o *corpo estranho* da criança. Esta, por sua vez, já vem ao mundo neste contexto permeado por uma história que se quer ocultar. E, como já temos acompanhado ao longo do texto, as experiências recusadas, recalcadas, guardam neste expediente a potência funesta da repetição.

Já vimos anteriormente os mecanismos que sustentam o recalque de vivências traumáticas. Aulagnier (1990) adensa esta discussão, explicando a complexidade deste dispositivo que, pela via identificatória, pode engendrar mãe e filho numa filiação persecutória. Ela assinala que a ameaça mortífera da qual o Eu-corpo tenta escapar representa a natureza própria ao corpo, em seu caráter de ser mortal e em seus atributos erógenos que conjugam as possibilidades de experienciar prazer e sofrimento. Lidar com a contingência do corpo-mortal significa que o Eu, mesmo tendo apreendido a finitude do corpo, precisa protegê-lo, investindo-o como um *bem*, como um *habitat*, precisa preservá-lo e preservar-se contra a culpa por qualquer morte que extrapole suas possibilidades de controle. Ora, aqui já se instaura uma conflitiva inexorável, como nos diz a autora:

Essa preocupação de preservar a qualquer preço esse veredito de ‘não-culpabilidade’ do corpo oculta e sublinha a presença, no pano de fundo da relação Eu-corpo, da mesma injunção paradoxal própria da relação persecutória: ser obrigado a investir, a proteger um lugar e um objeto que são concomitantemente condição de vida e causa de morte (ibid., p. 75).

O outro aspecto que compõe a dinâmica Eu-espaco corporal focaliza o poderio do corpo em relação a abarcar vivências erógenas (de prazer) e vivências de sofrimento. Neste viés, nos lembra Aulagnier, “não podemos separar prazer erógeno ou sexual e prazer narcísico ou identificatório” (p. 76). Isto significa dizer que a experiência de prazer é indissociável da posição que ocupa o sujeito que o sente e o sujeito investido do lugar graças ao qual o prazer é sentido. E aqui, mais uma vez, evidenciam-se as vicissitudes do encontro mãe-criança como referências que inauguram as vivências do corpo como fonte e receptáculo de prazer. São as sensações corporais de prazer que estimulam o Eu a investir cada vez mais nesta direção: dar prazer ao próprio corpo e ao corpo de outro, nas etapas primitivas da vida, receber prazer da mãe e oferecer prazer a ela—Aulagnier nos fala da função estruturante desta troca.

Prazer presente no encontro entre seu corpo e o da mãe, prazer resultante do discurso que essa mãe mantém sobre seu corpo (o corpo falado), prazer autônomo e

secreto que a criança descobre poder fazer seu corpo experimentar. Esse corpo-prazer [...] é o primeiro objeto que permite ao Eu conjugar o verbo ‘ter’ [...] (ibid., p. 77).

Com esta noção de *ter* um corpo, o Eu parte para o investimento no objeto privilegiado fora-do-Eu que é o corpo materno; buscando assim circunscrever o conjunto de zonas erógenas do próprio corpo. Desta forma, abre-se a dimensão das “primeiras referências identificatórias e narcísicas que permitirão ao Eu conjugar o verbo ser” (ibid., p. 77).

Como contraponto ao que possa ser a experiência do *corpo-prazer*, é também demandado ao Eu a descoberta do *corpo-sofrimento*. Esta é uma vertente deveras relevante para nosso estudo, uma vez que mesmo reconhecendo que as maiores sequelas da vivência incestuosa incidem sobre o psiquismo da vítima, é através do corpo que os registros intrusivos, abusivos, começam a se configurar. Assim, a relação entre o “Eu e seu corpo-que-sofre” (ibid., p. 77) deve ser necessariamente um foco de atenção dos profissionais que trabalham com a temática da violência sexual; até porque a incidência do corpo adoecido em quadros de hipocondria ou síndromes de origem psicossomática é irrefutável. Ressaltamos esta atenção também, e principalmente, como estratégia terapêutica, uma vez que, como refere Aulagnier, é neste encontro entre o Eu e o corpo, lugar e causa de sofrimento, que se definirá o compromisso do indivíduo com as exigências da realidade. Nas palavras da autora:

É pelo sofrimento, quer seja causado por uma doença, pela não-satisfação das necessidades fisiológicas ou das necessidades erógeno-pulsionais (ou seja, das ‘necessidades’ psíquicas), que o corpo adquire seu atributo, seu índice de objeto real, não redutível a um puro ser psíquico. Atributo e distância que obrigam o Eu a descobrir que o objeto-pensado (o corpo pensado, no caso presente) pode ser diferente do objeto e, portanto, da realidade, tal como se revelam em sua autonomia irredutível (ibid., p. 77).

Mais adiante, traremos as concepções de Françoise Dolto sobre a distinção entre *esquema corporal* e *imagem de corpo*, que corroboram com a teorização de Aulagnier. Por ora, o que vale reforçar é que essa dimensão em que o Eu refuta e odeia o corpo em sofrimento sedimenta os investimentos para que ele, o corpo, permaneça como um objeto que não pode ser perdido e, assim, todo esforço é na direção de reparar e proteger ou, ao contrário, pode originar uma relação persecutória e depreciativa. Daí a consideração de um olhar cuidadoso para como esta dinâmica se apresenta nas diferentes formas de expressão dos pacientes, com especial atenção à possível tendência da aliança do Eu com a meta de permanência do corpo que sofre.

Completando as ideias de Aulagnier sobre a filiação persecutória, consideramos essencial apresentar as reflexões sobre a função da fantasia como recurso ao que se impõe como sofrimento excessivo neste processo de constituição do Eu. Segundo a autora, o *apelo ao perseguidor* já retrataria em si o fracasso de se recorrer a uma *causalidade fantasística*, como defesa às realidades opressivas. Vejamos como se expressa:

[...] a instituição entre si e uma realidade causa de excesso de sofrimento, de uma *causalidade fantasística* graças à qual possa conseguir erotizar seu sofrimento, fazendo dele a condição de gozo de um outro Eu e de um outro corpo. Essa relação causal entre sofrimento e gozo, já inscrita nesta fantasia ‘matricial’ que é a fantasia da castração, só pode permanecer acessível ao Eu porquanto ele encontre uma realidade que preste a essa interpretação causal, uma realidade que permaneça *fantasistável* (ibid., p. 80).

Se voltarmos à história de Jane, sua *criança interna* reprimida e sua pequena filha também vítima de um abuso sexual, temos uma ilustração do pano de fundo deste contexto adoecido que se repete—uma realidade que se mantém submetida à égide do sofrimento, porquanto não encontra a mínima possibilidade de ser fantasistável. Quando o corpo de sua filha, ao nascer, ganhou um espaço na realidade, ela deixou de fantasiá-la. Deixou de investir na vida, na presença, no corpo da criança como objetos de seu prazer e gozo, mesmo que atrelados a um sofrimento de perda ou vazio em relação ao seu Eu-corpo. Como sublinha Aulagnier (1990), viver o lugar de *sofredor* não “impede que o ‘sofredor’ possa se reconhecer causa necessária do prazer de um outro, e de um gozo que por seu sofrimento *somente* ele pode tornar possível” (p. 80). Abre-se então aqui um significativo eixo para o investimento terapêutico, tanto no que se refere à Jane quanto à sua filha, ou seja, favorecer a transmutação deste contexto onde o Eu não encontra, na cena da realidade, nada além de *odiantes* e não mais *desejantes*, em um ambiente que retome o sentido e a aptidão para a fantasia.

Mais uma vez, abrimos espaço na construção do texto para compartilhar uma, dentre as inúmeras circunstâncias que supervisionamos, cujo enredo conjuga sobremaneira com a discussão que ora apresento. Trata-se da história dramática de Liana, uma adolescente que, aos 15 anos, foi encaminhada para psicoterapia com um diagnóstico de anorexia nervosa e episódios de automutilação. Sua terapeuta, ao relatar o caso, evidencia sua inquietação em como o corpo da paciente se apresenta: “*além de extremamente magra, ela claramente não penteia os cabelos, veste-se com roupas sujas e amassadas e, desconfio, não deve tomar banho regularmente, pois o odor é difícil de aguentar!*”. A trama familiar na qual Liana cresceu nos oferece chaves para a compreensão deste *corpo que define*, como definiu sua

terapeuta. Sua mãe e tia foram abusadas sexualmente pelo avô (bisavô de Liana). Desde crianças eram obesas. A tia nunca casou, e a mãe de Liana, trabalhando como empregada doméstica, envolve-se sexualmente com o patrão e engravida de Liana. Este pai, para manter seu casamento, alegou que a mãe de Liana mentiu quanto a manterem um relacionamento sexual.

Mesmo assim, deu assistência até que a criança nascesse, para logo depois demiti-la. Sem perspectivas para manter a filha, a mãe de Liana vai viver com um homem que conhecia há muito pouco tempo. É este homem quem abusa sexualmente de Liana quando ela tinha 4 anos de idade—uma sucessão de desventuras que culmina com a morte precoce da mãe de Liana. Aos 28 anos descobre um câncer em estágio avançado e em menos de um ano vem a falecer, deixando a pequena de apenas 5 anos sob a tutela da tia. *“É tanta desgraça numa mesma vida que é difícil escapar do olhar de piedade para essa menina. O mais desconcertante é que ela me fala de tudo isso como se fossem pontos de honra em sua trajetória!”*—é desta forma que a terapeuta de Liana refere suas impressões do atendimento. Refletimos então, no grupo de supervisão, o quanto a adolescente estava aprisionada à meta de permanência do *corpo que sofre*, como objeto odiável e persecutório e, desta forma, não narcisizável, nem fantasizável, como nos ensinou Aulagnier. Um corpo que impõe ao Eu

[...] curvar-se a essas ‘exigências da realidade’. A realidade do corpo—realidade anatômica, realidade das doenças, realidade do envelhecimento, do desgaste—impõe, tanto senão mais que a realidade social, compromissos, renúncias, lutos sempre repetidos, sempre por serem re-superados (ibid., p. 79).

Voltando o olhar para a trajetória da mãe de Liana, o horror se apresenta mais marcante: desprotegida pelos pais, abusada pelo avô, desmentida pelo pai de sua filha e, *talvez*, consumida pela culpa em ter exposto Liana a um cenário abusivo, entrega-se ao destino de um “corpo a ser abatido” (p. 81), sucumbindo a uma doença mortífera. Diante da complexidade deste cenário, ronda o imaginário da terapeuta o questionamento sobre suas possibilidades de reverter uma sina de repetição que se anuncia adiantada: *“me parece que ela deseja o mesmo destino que a mãe, a saída pela doença e pela morte”*. Realmente, o grupo que a escuta ressoa: uma tarefa de notável magnitude. E o desafio que primeiro se anuncia é a necessidade de uma constante vigilância para não ser capturada pelo aspecto de fascinação que todo o cenário trágico traz consigo, colocando em análise com a paciente a dinâmica que a mantém aderida a este corpo a ser destruído.

Com base nestas reflexões, fica mais claro o teor pernicioso da interação incestuosa para a estruturação do psiquismo, numa fase de vida já marcada por uma intensidade de afetações, próprias ao que possa ser considerado o desenvolvimento ordinário de uma criança. A significativa incidência, não só nos casos que chegam para atendimento, como também nos relatos de histórias pregressas que referem a cena abusiva à idade dos 4 aos 6 anos,¹⁴ podem evidenciar não só o caráter de maior vulnerabilidade destas crianças como também a vigência do traumático pela perturbação de um processo já tão complexo como é o da identificação pautada na história primitiva do complexo de Édipo.

Em *O Ego e o Id* (1923), ao pautar a dissolução do complexo de Édipo como o desfecho saudável do processo de identificação, Freud indica que a catexia objetual do menino por sua mãe e da menina por seu pai devem ser abandonadas para que o trabalho do luto e a inscrição da perda como função simbólica possa acontecer. Desta forma, conclui o autor:

[...] à dissolução do complexo de Édipo consolidaria a masculinidade no caráter de um menino [e] [...] o desfecho da atitude edipiana numa menininha pode ser uma intensificação de sua identificação com a mãe (ou a instalação de tal identificação pela primeira vez) —resultado que fixará o caráter feminino da criança. (FREUD, 1923/1925, p. 47).

É patente que este desfecho, dito saudável, das vivências edípicas, nem sempre se dá a contento, tamanho o enredamento psíquico que enseja esta etapa em que acontece a eflorescência da vida sexual. Em seu trabalho sobre *Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos* (1925), Freud levanta aspectos essenciais para compreendermos a epifania deste momento na vida da criança e seus desdobramentos para a trajetória adulta. Neste texto, o autor enfoca as distinções entre meninos e meninas de como o complexo de Édipo é vivenciado, dando relevo às descobertas das diferenças anatômicas genitais. Para as meninas, esta descoberta incitaria a inveja do pênis e para os meninos o horror à castração. Os impactos nefastos de cada um destes processos também marcam destinos diferentes para as mulheres e para os homens. A menina pode rejeitar a ideia de não ter um pênis e impulsionar-se a um funcionamento masculino, com lastimáveis consequências:

Uma mulher, após ter-se dado conta da ferida ao seu narcisismo, desenvolve como cicatriz um sentimento de inferioridade. Quando ultrapassou sua primeira tentativa

¹⁴ Podemos pensar também, tendo em vista o que Freud referiu como amnésia infantil, ou seja, um período onde o registro mnêmico das experiências é deficitário, que essa faixa etária pode ser relativa apenas ao que é lembrado, e inferir que pode ter começado em idades mais precoces.

de explicar sua falta de pênis como uma punição pessoal para si mesma, e compreendeu que este caráter sexual é universal, ela começa a partilhar do desprezo sentido pelos homens por um sexo que é inferior em tão importante aspecto, e, pelo menos no sustentar dessa opinião, insiste em ser como um homem (id., 1925, p. 150).

Esta, indubitavelmente, é uma marca no comportamento das mulheres que no cenário da família incestuosa figuram no lugar da maternagem que, ao invés de proteger sua prole, pactua com a dinâmica abusiva. A ambivalência de suas atitudes, via de regra, impacta os progressos terapêuticos das crianças ou dos adolescentes. Ora mostram-se determinadas e potentes, quando denunciam o abuso e afastam o autor da agressão sexual do convívio com seus filhos, ora recuam em atitudes autodepreciativas e submissas, alegando “*medo da violência e da vingança*” do parceiro. Em outros momentos, ainda, enfrentam acirradamente as orientações dos profissionais responsáveis pelo atendimento dos filhos, quando estes procuram questionar a desproteção de seus pacientes—uma constante osculação que envolve uma concepção de menos-valia do lugar feminino e um pseudo-empoderamento da posição masculina¹⁵.

Freud (1925) nos mostra ainda que a inveja do pênis traz como corolário para a vida da menina um certo declínio da intensidade amorosa com a figura materna, isto porque a ela é atribuída a culpabilidade pela ausência de seu pênis. Assim, enuncia o autor:

[...] a menina, logo após ter descoberto que seus órgãos genitais são insatisfatórios, começa a demonstrar ciúmes de outra criança, baseando-se em que sua mãe gosta mais dessa criança do que dela, o que serve de razão para ela abandonar sua ligação com sua mãe [...] (id., 1925, p. 151).

Este afastamento afetivo certamente se tornará um fator de vulnerabilidade se, no ambiente familiar, estiver a postos a figura de um adulto abusador.

Um outro efeito da descoberta da inferioridade clitoriana pela menina, segundo Freud, traduz-se como uma rejeição contra a masturbação que transcende o que possam ser as intervenções repressivas próprias dos que se encarregam de sua educação. A repulsão desta época poderá incidir em prejuízos ao autoerotismo feminino. A este respeito, Freud pondera:

[...] parece-me que a masturbação está mais afastada da natureza das mulheres que da dos homens e a solução do problema poderia ser auxiliada pela reflexão de que a

---

¹⁵ Cabe salientar que nesse mesmo texto sobre as consequências psíquicas da distinção anatômica dos sexos, Freud (1925) refere que “todos os indivíduos humanos, em resultado de sua disposição bissexual e herança cruzada, combinam em si características tanto masculinas quanto femininas, de maneira que a masculinidade e a feminilidade puras permanecem sendo construções teóricas de conteúdo incerto” (p.153)

masturbação, pelo menos do clitóris, é uma atividade masculina, e que a eliminação da sexualidade clitoriana constitui condição necessária para o desenvolvimento da feminilidade (ibid., p. 151).

Contrapondo-se também à masturbação fálica, pois “seu sentimento narcísico de humilhação ligado à inveja do pênis” (p. 152) faz com que desista de competir com os meninos, a menina direciona-se então para o desejo de ter um filho do pai. Este torna-se então seu objeto de amor e, a mãe, seu objeto de ciúmes.

No âmbito do universo infantil masculino, os movimentos edípicos concentram-se na ameaça de castração. Se, num primeiro momento, o menino dá pouca importância às observações da falta do pênis na menina, chegando mesmo a rejeitar essa ideia, só quando é possuído pelo terror de ser castrado é que passa a acreditar na realidade da ameaça que até então tinha escamoteado. E os desdobramentos desta vivência angustiada, segundo Freud, também são implacáveis:

Essa combinação de circunstâncias conduz a duas reações, capazes de se tornarem fixas e, se assim for, quer separada, quer juntamente, quer em conjunto com outros fatores, determinarão permanentemente as relações do menino com as mulheres: horror da cintura mutilada ou desprezo triunfante por ela (ibid., p. 150).

Esta é uma matiz que procuramos aprofundar mais adiante, quando discutirmos as origens do funcionamento perverso naqueles que figuram no lugar de autores da agressão sexual. Por agora, o que precisamente merece destaque neste texto em que Freud reflete sobre a percepção das diferenças anatômicas entre os sexos e seus impactos psíquicos na vivência do complexo de Édipo, é sua conclusão sobre a maior vulnerabilidade feminina à não-dissolução deste intrincado processo. Tomando como base as operações de castração, o autor argumenta sobre a discrepância crucial entre os dois sexos: “Enquanto, nos meninos o complexo de Édipo é destruído pelo complexo de castração, nas meninas ele se faz possível e é introduzido através do complexo de castração” (p. 152) —um paradoxo que está a serviço de dar contornos à masculinidade, inibindo seus arrebatamentos excessivos, e de instigar a feminilidade.

As resultantes desta equação marcam que, nos meninos, as “catexias libidinais são abandonadas, dessexualizadas, e, em parte, sublimadas; seus objetos são incorporados ao ego, onde formam o núcleo do superego” (p. 152). Nos encaminhamentos ditos ideais, segundo Freud, o complexo de Édipo deixa de existir para os meninos, mesmo no horizonte inconsciente, na medida em que a instância do interdito libidinal configurou-se como o

superego. Já nas meninas, o desfecho pode não ser tão fluente pois faltaria fundamento para a dissolução das formulações psíquicas edípicas uma vez que o efeito já consumado da castração foi exatamente o que levou a pequena à situação do complexo de Édipo. Desta feita, “este complexo foge ao destino que encontra nos meninos: ele pode ser lentamente abandonado ou lidado mediante a repressão, ou seus efeitos podem persistir com bastante ênfase na vida mental normal das mulheres” (p. 153).

Novamente, se temos em conta a importância da experiência edípica, a forma como cada indivíduo nela se insere e a abandona como marcos de seu desenvolvimento sexual, e conjugarmos com o que vimos até então sobre o malogrado destino daqueles que encontram o traumático na confluência das fantasias edípicas com a trama incestuosa, veremos em dados objetivos essa vulnerabilidade feminina que Freud aponta. Uma recente estatística do CNRVV¹⁶ (dezembro/ 2017) atesta que a maioria das vítimas que recebem atendimento do serviço são meninas (60,7%) na faixa etária de zero a cinco anos¹⁷. Este dado é corroborado em matéria do Globo News¹⁸ de 08/01/2018 que aborda os dados compilados pelo ISP (Instituto de Segurança Pública) no período de 2014 a 2016 sobre vítimas de estupro no Rio de Janeiro. Eis a dura estatística: a cada quatro vítimas, uma é criança. Só em 2016, dos 4.705 casos registrados, 1.852 foram contra crianças, ou seja, 40% do total de casos—26% delas tinham **menos de 5 anos de idade**. E ainda, dos 5.880 estupros contra crianças registrados no período de 2014 a 2016, **77,5% das vítimas eram meninas e 22,5% eram meninos** (grifos nossos).

Agregando às suas reflexões sobre os produtos nefastos de quando o percurso edípico é falho ou atravessado por uma experiência vivida como traumática, Freud (1923) nos fala do “penoso distúrbio da melancolia supondo (naqueles que dela sofrem) que um objeto que fora perdido foi instalado novamente dentro do ego, isto é, que uma catexia do objeto foi substituída por uma identificação” (p. 43).

Melancolia e identificação com a figura parental que violou o curso saudável de seu desenvolvimento psicossocial são expressões muito comuns nestes pequenos que muitas vezes chegam para atendimento terapêutico sem muitos recursos psíquicos para entender e processar não só a experiência incestuosa, mas também todos os acontecimentos na família,

¹⁶ CNRVV—Centro de Referência às Vítimas de Violência do Instituto Sedes Sapientiae, serviço já apresentado na introdução da tese

¹⁷ Fonte: relatório circunstanciado do SPVV (Lapa) —CNRVV—Instituto Sedes Sapientiae (dezembro 2017)

¹⁸ Disponível em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/cerca-de-40-dos-estupros-registrados-no-rj-sao-contra-criancas-aponta-isp.ghtml>

Acesso em: 08/01/2018

que envolvem o desvendar do incesto. Rupturas de laços afetivos, mensagens contraditórias de pessoas queridas como avós, tios, contatos com profissionais e contextos estranhos às suas referências de confiança, demandas para que contem ou expressem, de alguma forma, a “sua história” e, quando a situação fica ainda mais complexa, afastamento de seus vínculos de convivência cotidiana para que, como medida de proteção, sejam acolhidas institucionalmente, são apenas algumas das duras situações pelas quais estas crianças passam. Daí a intenção quase exaustiva deste estudo em ressaltar metapsicologicamente os mecanismos que engendram o adoecimento psíquico destes meninos e meninas, com a pretensão de potencializar os investimentos que minimizem os penosos impactos da experiência incestuosa.

Continuando suas observações sobre os percalços da não-transformação da catexia objetual, Freud aponta os riscos de adoecimento mental que as identificações objetais do ego podem trazer:

Se elas [identificações objetais do ego] levam a melhor e se tornam numerosas demais, indevidamente poderosas e incompatíveis umas com as outras, um resultado patológico não está distante. Pode ocorrer uma ruptura do ego, em consequência de as diferentes identificações se tornarem separadas umas das outras através de resistências; talvez o segredo dos casos daquilo que é descrito como “personalidade múltipla” seja que as diferentes identificações apoderam-se sucessivamente da consciência (id., 1923/1925, p. 45).

É também em *O ego e id* que Freud ressalta o processo de identificação como mecanismo por meio do qual a transmissão familiar e cultural acontecem, e aqui o centro de suas formulações discute a origem do superego como formação reativa contra as primitivas escolhas objetais do *id*, portanto como missão de reprimir o complexo de Édipo. Exatamente pela maneira como se forma, o ideal do ego apresenta maior vinculação com o que, em cada indivíduo, é adquirido filogeneticamente—aquilo que se constitui como sua herança arcaica:

Vemos então, que a diferenciação do superego a partir do ego não é questão de acaso; ela representa as características mais importantes do desenvolvimento tanto do indivíduo quanto da espécie; em verdade, dando expressão permanente à influência dos pais, ela perpetua a existência dos fatores a que deve sua origem (ibid., p. 50).

Ao nos falar sobre a função de preservação por herança de experiências em princípio egoicas, mas transformadas em impressões do *id*, “quando se repetem com bastante frequência e com intensidade suficiente em muitos indivíduos, em gerações sucessivas” (p.

53), Freud adentra o terreno do que possa permanecer inconsciente e inacessível ao ego, ou seja, da articulação entre trauma e transmissão.

2.4.3 A transmissão do traumático

Retomamos *Moisés e o Monoteísmo* (1939), desta vez para discutir como Freud constrói suas hipóteses sobre a transmissão do trauma entre gerações e engendra o entendimento deste fenômeno, enfocando a ideia de que a religião monoteísta judaica se funda em um acontecimento traumático: o assassinato de Moisés pelos hebreus.

Nesta obra, Freud dispõe um percurso argumentativo baseado em autêntica pesquisa histórica sobre as origens egípcias de Moisés e sobre a história que o levou a conduzir o povo judeu ao retorno a Canaã. Refere Moisés como um homem de origem aristocrática que, ao decepcionar-se com a perda de esperança e de projetos causada pelo colapso da dominação egípcia, sentiu-se “melhor com o plano de fundar um novo reino, de encontrar um novo povo, a quem apresentaria para adoração, a religião que o Egito desdenhara” (p. 41). Moisés toma para si a missão de conduzir os hebreus no retorno à *terra prometida* e, neste percurso, encontra um fim violento ao ser assassinado num levante de seu povo, refratário à religião por ele introduzida. Depois disso, os hebreus instalam-se na região de Cades e passam a cultivar o Deus Javé e outras deidades. A religião mosaica foi então recalcada pela vergonha e culpa por esse assassinato ao longo de muitos séculos. Depois de muitas disputas históricas por poder, a ideia de um Deus único é retomada e esse resgate ao monoteísmo traz de volta o Deus de Moisés. Freud, então, retrata como conclusão de seus estudos:

A história judaica nos é familiar por suas dualidades: *dois* grupos de pessoas que se reúnem para formar a nação, *dois* reinos em que esta nação se divide, *dois* nomes de deuses nas fontes documentárias da Bíblia. A elas acrescentamos outras duas novas: a fundação de *duas* religiões—a primeira reprimida pela segunda, não obstante emergindo depois vitoriosamente, por trás dela, e *dois* fundadores religiosos, ambos chamados pelo mesmo nome de Moisés [...]. Todas essas são as consequências necessárias da primeira: **o fato de uma parte do povo ter tido uma experiência que tem de ser considerada como traumática, à qual a outra parte escapou** (FREUD, 1939, pp. 64–65, grifos nossos).

Com este trabalho, o autor reafirma o poder da transmissão de um trauma coletivo e seu recalque. Uma circunstância traumática recalcada, como origem de uma tradição, no caso,

a judaica. Novamente, Freud articulando a história do sujeito e a edificação cultural de um grupo.

Como relevante a esta discussão, cabe ainda analisar, entre as forças que incidem sobre a sujeição de indivíduos e grupos à repetição do traumático, a expressão de um gozo implícito à manutenção deste aprisionamento. Para tanto, examinaremos os mecanismos que Freud nomeou de *pulsão de morte e compulsão à repetição*.

Ao estudar as neuroses traumáticas de guerra, Freud se vê diante do desafio de explicar um funcionamento psíquico que escapava à determinação de busca pelo prazer, observando em seus pacientes uma compulsão *demoníaca* que os impelia repetidamente às vias de infortúnios e sofrimento. Escreve então *Além do Princípio do Prazer* (1920), no qual postula o dualismo pulsional, marcado de um lado pela pulsão de vida, esta direcionada à manutenção da vida e do prazer; e do outro pela pulsão de morte, força desagregadora a serviço da dor e da possível antecipação do fim da vida.

Freud inspira-se em estudos e pesquisas no vasto campo da biologia evolucionista (embriologia, etologia) traçando paralelos entre os paradigmas dessas ciências e suas hipóteses sobre a distinção entre instintos do ego, que procurariam conduzir o que é vivo à morte, afinal, “o objeto de toda vida é a morte” (FREUD, 1920, p. 48) e os instintos sexuais, estes funcionando em constante busca pela renovação da vida. Assim, nos explica como operam em oposição essas duas classes de pulsões:

É como se a vida do organismo se movimentasse num ritmo vacilante. Certo grupo de instintos se precipita como que para atingir o objetivo final da vida tão rapidamente quanto possível, mas, quando determinada etapa no avanço foi alcançada, o outro grupo atira-se para trás até um certo ponto, a fim de efetuar nova saída e prolongar assim a jornada (ibid., p. 50).

Dentro da amplitude deste postulado, procuremos enfocar o “caráter conservador, ou melhor, retrógrado, correspondente a uma compulsão à repetição” (p. 53) do instinto de morte, na medida em que esta articulação pode auxiliar na reflexão sobre transmissão e repetição de histórias familiares incestuosas.

Segundo Rudge (2006), Freud desenvolveu o conceito de pulsão de morte também para enfrentar desafios da clínica psicanalítica tais como “as neuroses traumáticas e manifestações masoquistas, como a reação terapêutica negativa e os auto-ataques” (p. 81). Interessa-nos sobremaneira esta discussão, tendo em vista a marcante incidência destes quadros sintomatológicos entre crianças e adolescentes que viveram experiências sexualmente

abusivas. São circunstâncias recorrentes de marcas e ferimentos autoimpetrados em diferentes regiões do corpo, traduzindo rituais compulsivos que servem, segundo o relato dos próprios pacientes, como alívio da dor emocional—“*quando eu me corto, eu sinto a dor na carne e não no coração*”, dizia Clarice, uma adolescente de 13 anos ao relatar à terapeuta suas estratégias para desviar o pensamento das lembranças dolorosas. Uma dor que traz um alívio, um sofrimento repetitivo que parece trazer um gozo.

Neste ponto, o percurso reflexivo encaminha-se ao adensamento das operações da pulsão de morte proposto por Freud a partir da articulação com o conceito de supereu. De acordo com Paes e Rudge (2011), “é com a elaboração freudiana de uma instância psíquica controladora e julgadora que é possível entender a pulsão de morte como relacionada à história de cada sujeito” (p.10).

Como já mencionado, o supereu se forma no processo de identificação da criança por meio das relações primárias com as figuras parentais. Freud afirma, em *O Ego e o id*, de 1923, que esta constituição se dá em dois tempos: o primeiro que acontece em meio à fase oral, de forma direta com os pais antes que haja a possibilidade de qualquer investimento libidinal num objeto. O segundo é aquele marcado pela interdição do incesto e a consequente dissolução do complexo de Édipo. O supereu tem aqui, então, a função de instalar a consciência moral, por meio da castração. Aqui fica evidente a proibição do incesto como um dispositivo de transmissão porque, partindo da castração, outorga ao sujeito o direito à sexualidade. E esta interdição, como já vimos, acontece pela função simbólica do pai, função estruturante e castradora que impede o acesso do filho ao gozo materno. Cabe então, como asserção essencial neste estudo, interrogar sobre o que é transmitido numa família em que o incesto não é interdito. O gozo ilegítimo? O prazer que se mistura à dor e à culpa? Bem como, a pergunta que se funda na falta: o que de fundamental deixa de ser transmitido?

Considerando que a interdição ao incesto também tem a função estruturante de apresentar a experiência do tempo ao psiquismo infantil, na medida em que o pai barra a catexia libidinal do menino em direção à mãe ou da menina em direção a si próprio, com a promessa de realização deste desejo direcionado a um outro, num tempo posterior da vida, ou seja, com a promessa de um devir sexual culturalmente legitimado; e, tomando o caráter atemporal da compulsão à repetição (o comportamento é sempre o mesmo, a despeito do transcurso cronológico da vida) —podemos conjecturar que este mecanismo perpetua o que não foi transmitido, ou seja, o devir sexual legítimo. Daí, o sujeito cativo a vivências sexuais infantilmente fixadas, como discutiremos mais adiante, no debate sobre perversão sexual.

Outro alerta bastante significativo de Freud em *O problema econômico do masoquismo* (1924) é que a consciência moral, advinda das identificações superegoicas, pode sofrer uma sexualização regressiva, um reavivamento do componente sádico do instinto sexual, o que permitirá uma satisfação masoquista do eu. Masoquismo que se expressa pela égide do supereu, restos da pulsão de morte que não conseguiu ser desviada do seu caráter destrutivo para objetos do mundo externo. Esta concepção freudiana já aparece em *Além do princípio do prazer* (1920), quando Freud relata suas conclusões clínicas:

Onde quer que o sadismo original não tenha sofrido mitigação ou mistura, encontramos a ambivalência familiar de amor e ódio na vida erótica. [...]. As observações clínicas nos conduziram [...] à concepção de que o masoquismo, o instinto componente complementar ao sadismo, deve ser encarado como um sadismo que se voltou para o próprio ego do sujeito (FREUD, 1920, p. 63).

Paes e Rudge (2011) salientam o que Freud assinalou como “cultura pura da pulsão de morte” (1923, p.67), observando que quando o supereu traz da instância inconsciente para o consciente o sentimento de culpa—muito presente, como já vimos, nas crianças envolvidas na cena incestuosa—, todo o sadismo disponível na pessoa é dirigido para o seu eu. Temos, ainda nesta circunstância, o supereu funcionando não apenas como representação da lei, mas sim aliado à pulsão de morte que, ao ordenar o gozo, vincula-o à satisfação pulsional masoquista, ceifando sua possibilidade de se transformar em desejo.

É possível apreender, a partir de todas estas inflexões teóricas, o quão complexa torna-se a tarefa do desvelamento dos mandatos superegoicos advindos das identificações parentais que, por operarem, na maior parte das situações, de forma inconsciente, mantêm o sujeito aprisionado em ciclos infundáveis de repetições. Nas dinâmicas familiares incestuosas, esta questão é ainda mais delicada e densa, pelos componentes criptóforos e de perpetuação de segredos que serão expostos a seguir.

- **A metapsicologia do segredo**

Tilman Furniss (1993) inscreveu o abuso sexual como uma síndrome que engendra a criança, o adolescente e a família num mecanismo de adição, complô de silêncio e segredo. O autor retrata em seu texto a gama de artifícios, sejam eles permeados por sedução ou coação, que perpetua a aura de intocável do contexto familiar abusivo.

Abordando os dispositivos que mantêm a criança aprisionada ao segredo, Furniss destaca os fatores deletérios do ambiente que contribuem e, muitas vezes, determinam este

aprisionamento. O primeiro deles diz respeito ao fato de que, na maioria dos casos, não se constitui uma evidência médica ou prova forense. Receio e relutância da família em fazer a denúncia, dificuldade de acesso aos serviços especializados ou ainda falta de agilização nos encaminhamentos adequados, resultam na perda do tempo cronológico para que se colem indícios físicos. Sem considerar que os *atos libidinosos*¹⁹, que não sejam a *conjunção carnal*, dificilmente deixam marcas, diga-se, no corpo, visivelmente identificáveis. Em muitas circunstâncias, quando todos estes trâmites são enfrentados e a criança se submete ao exame de corpo-de-delito no IML (Instituto Médico Legal), a família aguarda ansiosamente pelo resultado, com a expectativa de uma confirmação de que um crime ocorreu. Via de regra, este resultado estampa o parecer: inconclusivo, trazendo confusão e insegurança para a continuidade do enfrentamento da situação.

Assim, o que cabe reforçar, porque também fazem parte das argumentações de Furniss sobre a manutenção do segredo pela criança, é que as ambivalências do meio a respeito do valor de sua palavra, no que se refere à consistência e veracidade; do teor construtivo ou destrutivo de sua história, no sentido de trazer proteção ou maior vulnerabilidade em relação às possíveis ameaças do agressor para ela mesma e para sua família, levam a maior parte das crianças e adolescentes a terem muito medo das consequências da revelação. Sentem-se, assim, compelidos a se manterem no *pacto de silêncio*, muito próprio da família incestuosa; considerando ainda mecanismos psíquicos mais complexos como a *identificação com o agressor*, ou o recalque da experiência traumática, já descritos neste texto, que certamente influenciam sobremaneira a enunciação do incesto pela vítima. Em defesa das intenções da criança que se contrapõem a esta realidade, o autor assinala:

Eu ainda não vi casos de prolongado abuso sexual da criança dentro do contexto familiar em que a criança não tenha tentado comunicar o abuso a alguém dentro ou fora da família. Nós frequentemente encontramos crianças que dizem ter tentado contar às suas mães, a outros membros da família ou a pessoas de fora, apenas para não serem acreditadas, serem chamadas de mentirosas e serem castigadas pela revelação (FURNISS, 1993, p. 30).

A experiência de todo profissional que lida com a proteção de crianças e adolescentes em situação incestuosa é abundante em exemplos sobre como cada uma dessas circunstâncias mantém, por longos períodos, o cativeiro desses meninos e meninas. E, o que traz uma complexidade maior ao tema, relata desdobramentos muitas vezes nefastos causados pela

---

¹⁹ Para um melhor conhecimento conceitual e jurídico destes termos, consultar a lei 12.015 (Brasil, 2009) que alterou substancialmente o nosso código penal, referente a essa matéria.

maneira como o campo social e profissional lidam com o desvelar do segredo. Muito do que é temido pela criança, em suas fantasias de desintegração familiar, transforma-se em cenas reais, em muitas ocasiões retratadas como mais penosas do que as próprias vivências abusivas.

Os elementos de sustentação do segredo que, segundo Furniss, estão ligados a aspectos psicológicos e interacionais entre a criança ou o adolescente e aquele que figura no lugar de seu agressor, traduzem a dinâmica que anula o abuso na própria interação abusiva por meio de sofisticados mecanismos. O primeiro deles é a criação de um contexto que favoreça a negação do abuso enquanto realidade. “As crianças frequentemente descrevem como o abuso ocorria em silêncio e sem qualquer contato visual, ou em total escuridão e com cortinas fechadas [...]” (p. 32). O segundo é a transformação da pessoa que abusa em outra pessoa, um pseudoparceiro, por exemplo,²⁰ e o terceiro é pautado em rituais de entrada e saída que funcionam como a “parte central do aspecto interacional do abuso sexual da criança como síndrome de segredo” (p. 33). Como esclarece o autor:

O ritual de entrada serve para transformar uma interação comum pai-criança na interação “outra pessoa”—criança, sem nomear esta transição. No ritual de saída ocorre o processo contrário, igualmente não nomeado da transição dessa “outra pessoa” abusiva no pai e adulto confiável [...]. Depois do abuso, a pessoa que o cometeu e a criança cortam fora de sua realidade mutuamente reconhecida, o período de tempo e a experiência entre os rituais de entrada e saída, como se aquilo nunca tivesse existido (ibid., p. 33).

Logo nos primeiros anos de funcionamento do CNRVV, lá pelos anos de 1996, lembramo-nos de ter atendido Janete, uma menina de cerca de 11 anos cuja história ilustra de forma muito clara a dinâmica descrita por Furniss. Todas as terças e quintas-feiras, quando os pais saíam para o culto religioso, ela pegava seu material escolar e ia estudar no apartamento vizinho, onde morava seu tio materno e cuja esposa acompanhava seus pais ao culto. Na verdade, este era o combinado que os dois tinham para manter em segredo o “*namoro*” que, segundo o tio, jamais seria aceito pela família que era “*muito carola*”. Janete contava-nos sem constrangimento as cenas em que ela e o tio abraçavam-se, beijavam-se e faziam sexo oral. Quando estava próximo do horário de retorno da família, sentavam-se à mesa da cozinha e “*fingiam que ele estava me ajudando a fazer a lição de casa*”. Naquele decurso de tempo, Janete vivia a interação com o tio “*como sua namorada*” e, no restante das situações

---

²⁰ Com essa expressão, o autor se refere a uma distorção de papéis na relação entre a criança e o abusador. Em vez de viverem, por exemplo, uma relação de pai e filha, vivem, no momento da interação abusiva, como se fossem amantes.

familiares, como sua sobrinha. A circunstância foi descoberta pela mãe de Janete, quando flagrou, debaixo do travesseiro da menina, uma carta de amor que ela escrevera e iria entregar para o tio no próximo encontro. O maior pesar de Janete é que o tio e a esposa mudaram-se para longe e ela nem tivera tempo de se despedir dele. Ressentia-se com a ideia de que ele teria ficado com raiva dela por ter sido a responsável pelo término do namoro.

Vemos então, na história de Janete, a arquitetura dos rituais de entrada e saída desenhadas por Furniss.

Figura 2—A interação abusiva no abuso sexual da criança como síndrome de segredo

(FURNISS, 1993, p.33)

Figura 3—Rituais de entrada, saída e interação abusiva na situação de Janete

Fonte: MIYAHARA, 2018

O autor reforça:

Os rituais de entrada e saída sempre criam um espaço físico de tempo entre a pessoa que abusa e a criança, em que a transformação de “pai” em “pessoa que abusa” ocorre no ritual de entrada, dando-se o contrário no ritual de saída. Essa separação é vital para se poder manter a dissociação e a anulação (ibid., p. 34).

As reflexões de Furniss sobre o segredo internalizado pela criança também consideram os processos de acomodação, a síndrome do campo de concentração e a formação de hábito pautada no vínculo sexualizado.

Sobre os processos de acomodação, o autor baseia-se no trabalho de Roland Summit (1983), *Child sexual abuse accommodation syndrome*, que descreve suas observações de como crianças que sofreram circunstâncias abusivas num ambiente de segredo forçado e desamparo acabaram amoldando-se ao que inicialmente viviam como insuportável. Esta dinâmica de sobrevivência emocional se desenvolve a partir de uma grave distorção da existência externa. Furniss cita Summit para circunscrever a complexidade deste mecanismo:

Ela pode descobrir estados alterados de consciência para desligar-se da dor ou para dissociar-se de seu corpo, como se estivesse olhando à distância para a criança que está sofrendo abuso.

Os mesmos mecanismos que permitem à criança a sobrevivência psíquica tornam-se obstáculos a uma efetiva integração psicológica quando adulto. Se a criança não é capaz de criar uma economia psíquica para resignar-se ao contínuo ultraje, a intolerância ao desamparo e o crescente sentimento de raiva buscarão uma expressão ativa (SUMMIT, 1983, p. 185 apud FURNISS, 1993, p. 35).

Dentre a filmografia que abarca a problemática do abuso sexual de crianças e suas consequências, destacamos um título que traduz de forma bastante fidedigna os terríveis efeitos psíquicos da vivência incestuosa, conforme apresentado pelos autores acima. Trata-se do filme *Abuso sexual*, lançado em 1994, dirigido por Donald Wrye, que retrata o drama, baseado em fatos reais, de três irmãs que, a partir de seus desajustes psicológicos na vida adulta, unem-se para denunciar o pai por abuso sexual, cometido quando eram crianças. A cena que consideramos mais marcante representa precisamente o mecanismo de dissociação do próprio corpo, apontado por Summit. Uma das protagonistas, ao relatar à terapeuta a lembrança de uma situação em que o pai a leva para o porão da casa e, enquanto rezam, abusa dela, descobre-se como uma observadora desta cena, que paira num canto do teto do porão.

Furniss refere também o trabalho de Bastiaans, 1957, sobre a síndrome do campo de concentração, para traçar um paralelo com uma nuance muito significativa nos quadros de abuso sexual infantil que é o desaparecimento circunstancial da memória dos eventos

abusivos. Os autores ressaltam as observações de que para muitos dos sobreviventes do holocausto, as vivências no campo de concentração pareciam ter sido totalmente apagadas, mas, diante de contingências estressantes, as lembranças das cenas violentas emergiam em *flashbacks*, desestabilizando severamente os mecanismos de defesa e equilíbrio emocional desses sujeitos. Daí a descrição das manifestações da síndrome do campo de concentração. Segundo Furniss, “a experiência internalizada de prolongado abuso sexual da criança pode levar a dificuldades semelhantes para se estabelecer o abuso tanto como fato externo quanto como uma realidade interna, psicológica e interpessoal” (p. 35).

Estas considerações do autor apenas ratificam o que já estudamos até então sobre as propriedades traumáticas do abuso sexual como vivência de um excesso psíquico, muitas vezes inassimilável. Outrossim, ganham especial atenção seus alertas sobre os aspectos do padrão interacional entre a vítima e o perpetrador como elementos centrais da intervenção terapêutica. Lidar com a lealdade, vínculos sexualizado e culpa pela convivência com o segredo são, para Furniss, os grandes desafios para o profissional que se dispõe a trabalhar com a trama familiar incestuosa.

As vicissitudes de um convívio próximo e prolongado criam um intrincado padrão relacional de interdependência e apego entre a criança e seu abusador. Este não é somente uma pessoa que ameaça a integridade física e psíquica do menino ou da menina, mas também o “provedor pervertido de vida, manutenção e cuidados externos, e inclusive de atenção emocional positiva” (p. 36). Muitas vezes, a solicitude abusiva é o único cuidado parental que a criança recebe e ela pode, pela valência de todos os mecanismos aqui apontados, querer manter-se como pseudo-parceira daquele que é indicado como seu violentador. Assim manifestou-se a pequena Janete em relação ao “tio-namorado”; assim expressava-se a adolescente que, retirada do circuito de exploração sexual, não admitia que o “*companheiro*” fosse qualificado como seu abusador. Por conseguinte, fica evidente o quão delicado é para o profissional fazer assinalamentos, interpretações, enfim, colocar em análise estas alianças e pactos permeados pela égide do segredo que perturba e bloqueia a orientação e a experiência congruente.

Outro aspecto que recebe relevo na teoria de Furniss sobre os fatores sindrômicos do segredo que mantem a criança lealmente aderida à experiência abusiva são os elementos sexualmente prazerosos do relacionamento, considerando, inclusive, a força formadora de hábito, e até possivelmente de vício, que a excitação sexual tem. Neste âmbito, o autor assevera uma inquietação que já assinalamos anteriormente.

A excitação fisiológica da pele e especialmente da área genital no abuso sexual pode ser dolorosa e assustadora, e isso é bastante aceito. É mais difícil para os profissionais suportarem a ideia de que algumas crianças e adolescentes geralmente ficam sexualmente excitados. Permitir que uma criança fale sobre aspectos de excitação sexual pode despertar respostas extremamente hostis nos adultos (ibid., p. 36).

Juntam-se às circunstâncias que costumam causar constrangimento e esQUIVA dos profissionais no contexto de atendimento os comportamentos que se evidenciam transferencialmente na relação terapêutica e se traduzem como traços provocativos, por sedução ou manipulação, evocando a cunhagem de gratificação secundária comuns nestas crianças. Com relativa frequência, nos encontros de supervisão, a cena trazida para a discussão retrata a perplexidade do profissional com a postura do pequeno paciente que parece *“reivindicar suborno ou recompensa por aceitar interagir”*, ou *“querer um lugar especial”* no universo afetivo do terapeuta. São atitudes que muitas vezes provocam indignação, irritação e até receio, pois, como veremos mais adiante, podem ser tomados como traços de perversão.

O pequeno Tiago, de apenas 6 anos, causava muitos desconfortos à sua terapeuta: insistia em abrir a caixa lúdica de outra criança, sempre pedia para levar emprestado um lápis ou um brinquedo, resistia para sair da sala quando o tempo da sessão terminava e, quando estavam em interação lúdica, era comum levantar-se repentinamente e jogar-se de uma forma bruta no colo de sua psicóloga. Certa vez chegou a verbalizar que se ela engravidasse, ele chutaria sua barriga para matar o bebê. A terapeuta compartilha sua perplexidade, paralisia e até mesmo desejo de *“desistir do caso”*. Neste momento, evidencia-se a potência da interlocução não só com a supervisora, mas com os colegas do grupo. O exercício de compreensão das dinâmicas geradoras destes comportamentos no menino auxilia a terapeuta a retomar o trânsito empático com seu paciente, condição inalienável para o manejo de circunstâncias tão difíceis. Como enfatiza Furniss, não se pode perder de vista que *“um senso deturpado de ser especial [pela manipulação sedutora do abusador] pode resultar em um senso de ego inflado que é espúrio e falso e não se relaciona à apreciação das verdadeiras necessidades da criança e dos cuidados em relação ao seu verdadeiro eu”* (p. 37).

Adensando suas conjecturas teóricas, Furniss elenca os elementos que, observados nas atitudes do adulto que abusa, mostram um funcionamento análogo à uma síndrome de adição, e esta é uma visão que se diferencia do ponto de vista teórico que procura analisar os elementos de perversão no comportamento do abusador sexual de crianças. Certamente esta é

uma discussão que procuramos adensar mais adiante. Neste momento, o que é pertinente assinalar presentifica nossas observações pautadas na casuística de supervisão e atendimento dos autores da agressão incestuosa e que, em muitos aspectos, confirmam as elaborações de Furniss.

Constatamos, como nos fala o autor, que, na maioria dos casos, a pessoa que abusa tem ciência de que seu comportamento se constitui como socialmente e juridicamente condenável, e que pode trazer prejuízos emocionais para a criança, mas, a despeito desta noção, não deixa de abusar. Muitas vezes esta confirmação expressa-se pelo viés de não entender por que fez ou continua fazendo o que fez, ou pelo deslocamento da responsabilidade para alguma entidade sobrenatural, numa crença religiosa de ser possuído por forças do mal. É muito comum também que relatem o comportamento abusivo como um vício, que a princípio nem trazia uma experiência de prazer, inclusive pelo receio de ser flagrado, mas que pela função de alívio de tensão, acaba sendo conduzido pela compulsão à repetição. Alguns chegam a referir a cena abusiva com imagens fragmentadas, relatando a interação como se fosse a vivência de um transe alcohólico.

Manifestam também sentimento de culpa, que podem levar a tentativas de controlar o ímpeto sexual em relação à criança ou ao adolescente. Porém, sensações que, ao serem descritas, remetem à síndrome de abstinência de outros quadros aditivos (ansiedade, irritabilidade, agitação física, entre outros), geralmente propiciam a reincidência; deixando evidente o aspecto de dependência psicológica, a despeito de tentarem negar veementemente para si e para o ambiente externo essa dependência.

Completando o cenário da síndrome de adição, é possível perceber, como sublinha Furniss, que “a gratificação sexual do ato sexual ajuda a evitação da realidade e apoia uma baixa tolerância à frustração, mecanismos frágeis de manejo e funções de ego frágeis” (p. 37)

Talvez seja redundante, mas ainda assim inclinamo-nos a colocar que todas estas facetas através das quais o autor da agressão expressa os componentes sindrômicos, do ponto de vista psicodinâmico, em seu comportamento, constituem-se como verdadeiros desafios no atendimento à trama incestuosa. Como veremos no capítulo destinado ao aprofundamento destas questões, muitas vezes essas mesmas facetas são recebidas pelos profissionais com descrédito, ironia e até mesmo hostilidade, como se toda a expressão deste sujeito estivesse a serviço de engendrar sua farsa.

Finalizando este recorte, enunciemos a conclusão de Furniss sobre a perspectiva de entrosamento entre segredo e adição:

O aspecto do segredo e o aspecto da adição constituem, ambos, mecanismos de evitação da realidade para a pessoa que abusa, sendo que a criança é forçada a associar-se à síndrome do segredo. A grande dificuldade de se parar o abuso sexual da criança, romper o segredo, criar e manter a realidade e lidar com os apegos mútuos, frequentemente muito fortes e destrutivos, entre a pessoa que abusa e a criança, são efeitos específicos do abuso sexual como síndrome conectadora de segredo e adição (FURNISS, 1993, p. 40).

No que se refere à problemática do segredo, podemos perceber que o autor se inclina a uma postura diferenciada, se contextualizarmos o debate apresentado até então. Freud (1923), como vimos, enfatiza o estatuto inconsciente dos processos supegoicos referidos às identificações parentais que mantém os sujeitos aprisionados a pactos de repetição do que não pode ser revelado. Abraham e Torok (1995) vão destacar também a égide inconsciente que mantém conteúdos proibidos fantasmaticizados e encriptados. Furniss (1993), em suas formulações, ressalta como principal fonte de manutenção do segredo aspectos ligados à interação da criança ou do adolescente com seu agressor. Lealdade, vínculos sexualizados e culpa permeiam os pactos de silêncio, pautados então em processos eminentemente conscientes. Outrossim, o autor aproxima seu diálogo com as concepções que focalizam os aspectos intrapsíquicos que emudecem a criança a respeito da situação abusiva, quando refere na composição de sua teorizações os processos de acomodação e desaparecimento circunstancial de memórias descritos por Summit (1983) e Bastiaans (1957), respectivamente. Diferentes visões que certamente orientam diferentes formas de se pensar a intervenção.

Sigamos, então, explorando um pouco mais as matizes do conluio relacional para apurar as estratégias de aproximação e assunção do conteúdo proibido, por parte de todos os envolvidos na trama incestuosa.

França e Lacerda (2014), ao compilar as *ilhas e trilhas do segredo* na teoria psicanalítica, apontam que os marcos inaugurais destas reflexões em Freud deram-se logo em 1893, em *Comunicação Preliminar*, com ênfase no caráter prejudicial do segredo, cuja expressão ou confissão teria o poder de cura psíquica. Segundo os autores, Breuer, parceiro de Freud nos debates iniciais que iluminaram os caminhos da Psicanálise, ratificava esta premissa sobre o papel da fala no alívio de tensões e, em oposição, o caráter somatizador quando se nega saída à excitação própria aos afetos traumáticos. Também é dessa época, citam esses mesmos autores, o texto *A compulsão à confissão* de Theodor Reik que enfatiza o caráter essencial para a psicanálise da revelação do segredo, pois “deixando de ser retido, é

percebido tanto como elemento adoecedor quanto um empecilho para que a psicanálise se realize” (p. 67).

Dentro desta mesma vertente histórica, temos os estudos de Freud sobre o traumatismo que traziam em seu bojo a problemática da relação do sujeito com o saber e as implicações da psicanálise com o desvelamento dos eventos vividos na infância como excessos psíquicos. Kupermann (2015) nos retrata tais concepções e, no que se refere ao enredo do assédio sexual, traz um significativo contraponto:

[...] para o adolescente/adulto que sofrera assédio sexual na infância, saber dói. Esse seria o motivo para o recalcamento das representações vinculadas à sexualidade e ao desejo, e para a concepção da direção do tratamento como um empreendimento de aquisição de saber por meio das interpretações do psicanalista. Desde então, tornou-se praticamente unânime a ideia de que a evocação das experiências traumáticas seria necessariamente positiva [...] sem que se indagasse em que condições testemunhar uma injúria sofrida poderia contribuir para a expansão psíquica do sujeito, e em que condições adoeceria ainda mais (KUPERMANN, 2015, p. 40).

É possível perceber, nas reflexões de Kupermann, a crítica a esta posição tão determinada de que a revelação do segredo sempre traria bem-estar. Esse questionamento de que a quebra de um pacto de silêncio pode funcionar como o disparador da desestabilização de uma homeostase familiar e que os desdobramentos de culpabilização para aquele que protagoniza a denúncia podem ser psiquicamente insuportáveis é uma constatação em nossa prática como terapeuta. Lembramo-nos com clareza da sessão em que Luciana, uma linda jovem de 17 anos que havia denunciado a relação incestuosa vivida com o pai dos 11 aos 15 anos, chorava compulsivamente lamentando sua atitude e as consequências para toda a família, inclusive para ela, do afastamento do pai. A mãe adoecera, o irmão mais velho rompera com ela, mantendo uma postura que a responsabilizava cotidianamente, tanto pelo relacionamento sexual com o pai, como pela perda do convívio com o ente tão querido. E ainda, seus familiares passaram a ter sérios problemas financeiros que fizeram Luciana ter que parar de estudar para ajudar no sustento familiar. Neste dia, a jovem faz o dramático apelo: *“não teria como o psiquiatra aqui da equipe escrever um atestado de que tudo o que eu falei foi um surto psicótico... Não posso dizer que inventei tudo, seria pior, mas que foi loucura...”*—Luciana escolhia a condição de louca, a continuar sustentando sua verdade. Luciana não surtou, mas viveu um processo depressivo bastante grave, com duas tentativas de suicídio.

O segredo, assim visto ao mesmo tempo como estranho e familiar, ameaçador e protetor de um sentimento de pertença, guarda características paradoxais no que se refere a favorecer ou ser um obstáculo à integração egoica.

Piera Aulagnier (1990) também enfatiza em seu artigo *O direito ao segredo: condição para poder pensar*, que o direito de falar como expressão de liberdade não deve ser tomado como um dever, uma obrigação que se traduza em posturas que escravizam. Aponta ainda que o livre arbítrio a respeito do que comunicar sobre si, sobre a sua própria história e o que decidir manter como segredo é condição constitutiva do Eu.

Poder exercer um direito de prazer sobre a própria atividade de pensar, reconhecer o direito de pensar que o outro não pensa e não sabe o que pensamos é uma condição necessária ao funcionamento do Eu. Mas o acesso a esse direito pressupõe o abandono da crença no todo saber do porta-voz, a renúncia a encontrar na cena do real uma voz que garanta o verdadeiro e o falso [...]. Será só a esse preço que o sujeito poderá questionar o Outro—e se questionar—a respeito de quem é o Eu, a respeito da definição que o discurso fornece da realidade, e da intenção que motiva o discurso do Outro e dos outros (AULAGNIER, 1990, p. 268).

Frayse-Pereira (1990) também elenca Aulagnier em seu debate sobre *Áreas secretas—uma questão da modernidade* ratificando a condição de escolha dos pensamentos que o sujeito queira comunicar ou guardar em segredo como constitutivas do Eu. “A perda do direito ao segredo, leva com um a mais para ser reprimido, um a menos a ser pensado: duas eventualidades que levam ao risco de tornar impossível a atividade de pensar e a própria existência do Eu” (AULAGNIER, 1976 p. 143, apud FRAYSE-PEREIRA, 1990 p.110). Neste mesmo artigo, Freyse-Pereira traz a contundência de Gerald Margolis (1976) ao afirmar que:

[...] é somente quando a criança começa a dar-se conta de que existem coisas sobre si mesma que ela sabe e os outros não (os segredos) que pode sentir-se separada e independente e ser um indivíduo (pelo menos nestes domínios secretos). Nesses domínios secretos, ela é um ser a parte e independente daqueles que não estão a par de seus segredos” (MARGOLIS, 1976, p.132 apud FRAYSE-PEREIRA, 1990 p. 110).

Mais uma vez, a partir destas colocações, nos inclinamos a tecer considerações sobre o debate que paira no campo da violência sexual e envolve crianças e adolescentes, o imperativo do testemunho como peça jurídica na condenação do agressor.

Com o advento do ECA (BRASIL, 1990), esta população é alçada ao lugar de *sujeito de direitos*²¹ e, com isso, a consideração de suas falas, opiniões e reivindicações passam a ter, pelo menos nos discursos e normativas políticas, um caráter de primazia nos diversos contextos em que convivem. Quando as circunstâncias envolvem a violação dos direitos que o ECA procura garantir, estes sujeitos são então solicitados, e por que não dizer convocados, ao depoimento, ao testemunho, a contar sua história. A despeito dos avanços culturais que retratam uma sociedade que possa conceber a criança não como um devir, mas como um indivíduo que, guardados os contornos de sua etapa de vida, já manifesta certa plenitude, é importante que seja colocado em análise o que temos percebido como tendência que, ao generalizar essa concepção, acaba por expor e vulnerabilizar ainda mais um psiquismo já marcado pelo excesso. A dura constatação é que o lidar com os relatos, os testemunhos, enfim, com a forma muitas vezes permeada por inseguranças, retraimentos e ambivalências como estes pequenos seres retratam a experiência que viveram—considerando acima de tudo a problemática da *revelação de um segredo familiar* que ora abordamos nesta discussão—é um campo permeado por dúvidas, incongruências e equívocos que, em muitas situações, fragilizam a consistência do que seria a premissa básica de toda intervenção, ou seja: *o melhor interesse da criança* (ECA, BRASIL, 1990).

Já discutimos mais detalhadamente esta situação, quando abordamos as concepções ferenczianas sobre a vivência traumática e as implicações que o autor elenca sobre a memória e o relato de tal experiência, enfocando o ambiente jurídico. Contudo, infelizmente, não são raras as circunstâncias em que, ao chegarem aos serviços de atendimento, seja na esfera jurídica ou psicossocial, as crianças ou adolescentes também são bombardeados por atividades ou proposições que os mobilizam a lembranças, ao relato, enfim, à revelação das cenas de abuso. Anne Alvarez (1994) é enfática quanto ao aspecto contraproducente que tais posturas profissionais podem trazer no que se refere aos propósitos de ajudar a criança a reconhecer e superar as consequências psicológicas dessas experiências:

A ideia que vigora na sociedade de que alguma coisa é modificada e resolvida pela revelação da situação de abuso pode não ser compartilhada pela criança. O que o abuso significou e continua significando para ela pode

---

²¹ O Estatuto da Criança e do Adolescente entra em vigor em substituição à revogada lei 6977/79, que não previa direitos para os então menores. Quando falava de assistência, tratava, de fato, de “centros especializados destinados à recepção, à triagem e observação e à permanência de menores, neste caso considerados os abandonados ou órfãos. Além disso, o antigo código tratava das infrações e dos casos de adoção. O ECA claramente propõe a resignificação desta situação com a passagem da nomeação “menor” para “criança e adolescente”. Entretanto, a despeito dos avanços nesta concepção, ainda percebemos resquícios dos sentidos de “menor”.

ser muito diferente do que significa para nós. Ela pode, por exemplo, estar tão embotada emocionalmente e cognitivamente que nada mais tem qualquer significado. Ou pode ter sido corrompida e ter se tornado fascinada pelo abuso ou ter se tornado, ela própria, alguém que abusa [...]. De qualquer forma, nossas noções de proteção, de justiça, de cuidado, podem ser muito irreais para ela (ALVAREZ, 1994, p.162).

A circunstância que passamos a apresentar retrata de forma bastante ilustrativa um dos impasses mais frequente e difícil de encaminhar que envolve a interface dos atendimentos no espaço clínico ou terapêutico e no espaço jurídico—exatamente no que se refere à situação da fala da criança sobre a experiência abusiva.

Alice, aos 7 anos de idade, exibe a aparência física e, em muitas situações, os anseios e comportamentos de uma menina que adentra a puberdade. Sua estatura, desenvolvimento de quadril, nádegas e seios, bem como o estilo que gosta de vestir, a forma de se pentear, usar batons e sombras nos olhos, dão a impressão de que poderia ter cerca de 11 anos, aparência contrariada pelo fato de sempre ter em seus braços, uma boneca ou um ursinho. Alice traduz, nesta aparente incongruência, o que Ferenczi (1933) chamou de progressão traumática, já apresentada no presente trabalho, quando surpreende não só pelo desenvolvimento do seu corpo, mas também quando expõe de maneira clara e consistente sua situação de vida: *“é claro que eu fico triste porque não vivo com minha mãe e tenho vergonha quando me perguntam na escola onde ela está, mas eu sei que ela nunca cuidou de mim como minha avó”*.

Alice chega ao consultório da terapeuta por procura espontânea de sua tia, irmã mais velha da mãe da menina. À época do encaminhamento, Alice vem morar junto com esta tia (Sonia) e sua avó materna (Norma). Por uma medida de proteção, estava afastada da mãe (Silvana) e sob a guarda de D. Norma. A circunstância que resultou na medida jurídica e mudança de moradia de Alice foi sua revelação de ser abusada sexualmente pelo padrasto.

A criança está em acompanhamento clínico há quase dois anos e, durante todo o percurso de psicoterapia, as questões jurídicas relativas à contestação materna sobre a veracidade da história contada pela filha e legitimidade da medida de afastamento, bem como o encaminhamento do processo criminal a respeito da responsabilização do padrasto, permearam o espaço terapêutico. A psicóloga procurou manter a discriminação da característica de preservação dos conteúdos, própria do espaço terapêutico, não se furtando à parceria e colaboração com os técnicos—peritos—, mas guardando os contornos éticos das informações veiculadas entre esses dois contextos. Procurou sempre discutir com Alice as

referidas demandas, assim como garantir à menina a primazia de sua anuência com o conteúdo dos contatos e relatórios.

Alice foi estabelecendo vínculo e confiança para expressar, em seu espaço de terapia, as nuances perversas de sua experiência incestuosa, chegando mesmo a retratar a participação da figura materna na interação abusiva—manipulando ludicamente a família de bonecos, encenou a situação em que, na cama do casal, “*debaixo das cobertas quentinhas*”, a boneca-mãe propunha à boneca-filha “*dividirem o marido*”. Essa e outras cenas que retratavam de forma mais clara a sexualidade de um casal pervertendo a busca afetiva de uma criança, eram seguidas de rompantes de agressividade, onde os personagens eram mortos e tudo no cenário destruído. Ou ainda, uma excitação que desdobrava uma urgência urinária, fazendo que Alice saísse porta afora em direção ao banheiro. A terapeuta tem procurado se manter acolhedora a estes ímpetos afetivos, incentivando Alice às associações dos possíveis significados de sua raiva e desejo de destruição, cuidando de forma sensível do que possa se configurar como “violência da interpretação” (AULAGNIER, 1979). Alice vem reagindo, ora expressando de forma entristecida seu inconformismo com muitas atitudes de sua mãe, ora esquivando-se, e imediatamente propondo a continuidade da interação por meio de um objeto intermediário (colagem, massinha, jogo).

Importante atentar, após a apresentação desta vinheta, que o processo terapêutico de Alice é imperativamente atravessado pela convocação da menina a um depoimento junto ao juiz como parte instrutiva do processo criminal contra seu padrasto-abusador. Alice regride ao ponto de manifestar em sua escola uma recusa de expressão em relação ao conteúdo das disciplinas propostas. Sua professora reporta em relatório que a menina participa das atividades em classe demonstrando bom aproveitamento, mas sua produção oral e escrita (em lições e avaliações) não retratam as observações pedagógicas de sua aprendizagem. Em terapia e na relação com sua avó e tia, reporta de forma ostensiva e racionalizada, que vai mesmo “*falar para o juiz tudo o que este besta fez comigo*”. Claro fica que, para contribuir com a condenação do padrasto, Alice parece pronta a oferecer seu depoimento/sua fala. Contudo, as nuances relativas à desproteção e cumplicidade abusiva de sua mãe parecem já aparecer nos sintomas de recusa expressiva que vem apresentando na escola. A terapeuta de Alice não acredita que, mesmo se questionada a respeito, a paciente exporá o segredo do possível envolvimento de sua mãe na cena incestuosa. O agravante desta limitação é que Alice novamente se coloca vulnerável na medida em que sua mãe, já separada do possível abusador e vivendo com outro homem, acirra o processo judicial para a retomada da guarda

da filha, insistindo na ideia de que Alice inventou toda esta história, envolvida na alienação parental que sua avó e tia manipularam.

Enfim, a complexidade do caso ora apresentado, que será objeto de estudo mais aprofundado posteriormente, demonstra como é difícil ao terapeuta sustentar um espaço de escuta à “insistência em direção à própria dor, ao próprio sofrimento e à possibilidade de se desfazer dessas experiências como alheias e impróprias” (ENDO, 2008). Espaço no qual o analista deve estimular no curso de um campo de alteridade a expressão do inconsciente, não só pelo exercício de associações livres, mas também pelo reconhecimento a posteriori das repetições que matam toda significação e sentido; abdicar de uma intervenção explicativa na direção do favorecimento de um nomear singular do que antes resistia à representação.

Assim seriam, segundo o autor supracitado, as genuínas posturas que caracterizam o ofício do analista diante das complexas questões aqui retratadas. Preservar, como enfatiza o mesmo autor, “o espaço analítico como lugar onde um testemunho de si revela como escuta terceira, diferida e singular. Sem as exigências de qualquer prontidão que aguardaria alhures. Sem exigências da explicação” (p. 74). Configura-se aqui a eterna discussão (e talvez sem destino consensual) entre a temporalidade e a função dos espaços terapêutico e jurídico no que se refere ao encaminhamento da interdição às situações incestuosas. Ou seja, a condenação criminal, como interdição externa à cena incestuosa, exige uma determinada temporalidade para lidar com o detalhamento dos fatos. A elaboração psíquica, com possibilidades de ressignificação da vivência traumática, proposição do contexto terapêutico como interdição subjetiva ao relacionamento incestuoso, certamente não compatibiliza com a necessidade temporal de emergência dos conteúdos, próprio da demanda judiciária.

Numa abordagem que discute a complexidade dos mecanismos psíquicos que envolvem o segredo na história de vida dos sujeitos e mesmo nas relações de análise, Abraham e Török (1995) falam sobre a *metapsicologia do segredo*, remetendo o lugar do segredo ao próprio conceito metapsicológico de Realidade. Os autores enfatizam a letra maiúscula na palavra realidade como indicação do aspecto conceitual do termo, esclarecendo que “toda realidade, aliás, pressupõe esse conceito e dele decorre. A Realidade metapsicológica do segredo é simétrica à do mundo exterior: a negação de uma caminha lado a lado com a recusa da outra” (pp. 237–238).

Esses autores guiam nossas reflexões para o centro da relação analítica ao circunscreverem que aquilo que é recalcado, mascarado e não pode ser conhecido pelo paciente como “realidade”, definir-se-á como um *segredo* e seria esta inter-relação entre o que

o paciente conhece, o que acha que conhece, o que se dá ou não a conhecer sobre si mesmo, o principal material de trabalho do analista, pois “é precisamente essa maquiagem, essa denegação que testemunhará, mais do que nada, a presença daquilo que, para nosso paciente vale como ‘realidade’—realidade a escamotear- claro!” (p. 239).

Abraham e Török avançam em sua formulação teórica, apresentando-nos o aspecto *criptóforo* do funcionamento da mente humana, aludindo seu nascimento exatamente à exigência de permanecer escondida, vergonhosa, uma realidade assimilável como crime, como delito, e que se transforma assim, em realidade. Enfatizam ainda o aspecto de compartilhamento na construção do estatuto *criptóforo*, que muito se aplica aos conluios familiares que ora estudamos.

[...] não há segredo que não seja, na origem, partilhado. Da mesma forma, o “crime” em questão, por mais que constitua o objeto de segredo, não poderia ser um crime solitário. Ele se refere necessariamente a um terceiro cúmplice como o lugar de um gozo indevido e a outros terceiros excluídos e, portanto—pelo mesmo gozo—suprimidos (ibid., p. 238).

Assim, a existência da cripta atestaria uma experiência real, implicada com a cumplicidade das instâncias interditoras para escamotear a “realização de um desejo, indevidamente levada a termo, o prazer” (p. 241).

Para melhor explanar a ideia da cripta, da fuma e sua fechadura, os autores apontam o *recalcamento conservador* como estratégia psíquica que mantém certos acontecimentos como indizíveis, “palavras enterradas vivas, no ventre da cripta” (p. 240), enfatizando sua oposição ao *recalcamento constitutivo*, mais correntemente conhecido como *recalcamento dinâmico*, este mais aparente nos quadros de histeria.

A diferença essencial entre os dois recalcamientos é que, na histeria, um desejo nascido do interdito busca, em desvios, seu caminho e o encontra em realizações simbólicas, enquanto no *criptóforo*, é um desejo já realizado e sem desvios que se encontra enterrado, incapaz que é de renascer, tanto quanto de se tornar pó [...]. Este passado está, portanto, presente no sujeito, como um *bloco de realidade*, ele é visado como tal nas denegações e condenações (ibid., 1995, pp. 239–240).

Uma das situações clínicas que marcaram nosso percurso profissional, justamente pela permanência de um teor enigmático e também pela sensação frustrante de não ter conseguido, com o trabalho terapêutico, promover uma mudança significativa na vida da paciente, principalmente no que se referia a seu papel de mulher, foi o caso de Paula. Os percursos dessas reflexões teóricas reavivam nossa memória. A moça chega ao consultório, ainda

adolescente, com um quadro depressivo. Sua expressão facial e postura curvada lembram um personagem cadavérico, um ser sem ânimo. Durante vários meses, poucas palavras permeiam o encontro terapêutico, inundado por suas lágrimas. Anos depois, Paula, já cursando faculdade de psicologia, logo que chega ao consultório, relata com emoção uma crise de choro que teve quando lia, no dia anterior, determinada passagem do livro indicado por uma professora no qual a protagonista contava um abuso sexual sofrido na infância. À época, Paula repete quase que compulsivamente: “*Não sei porque chorei tanto, não sei o que isso possa ter a ver comigo...*”. Este episódio sai de seu foco de demandas para, mais alguns meses depois, reaparecer em um sonho em que Paula se vê com a idade de aproximadamente 5 anos, deitada sem calcinha na cama da avó, com seu tio ao lado. A fase da terapia que se segue a este sonho retrata basicamente Paula aceitando que poderia ter sido abusada pelo tio, sem, porém, jamais traduzir em palavras ou percorrer um caminho de simbolização em relação à cena retratada no sonho.

Paula mudou seu estilo de se relacionar socialmente, passou a sair mais com amigos, correspondia muito bem às exigências acadêmicas, mas, aos 23 anos, não conhecia qualquer experiência de troca erótica. A delimitação daquela relação terapêutica se deu quando recomendamos, e Paula aceitou, a continuidade de seu processo com um terapeuta do gênero masculino, talvez pelo incômodo com a não-realização desta dimensão na vida da moça e depositando uma expectativa adicional em outra relação transferencial. Mais de 15 anos passados, é a história de Paula que nos remete ao estatuto *criptóforo*, descrito por Abraham e Török e, com isso, a constatação pela experiência da difícil tarefa do analista em apostar que a arquitetura pesada da cripta se abale ou caia por terra ao longo do processo analítico, acreditando, como os autores que acompanhamos que

[...] a favor do não-dizer—próprio da situação analítica—o indizível como corpo estranho, mudará de signo. Ele se transformará em desejo recalcado ativo e dinâmico de *não dizer*, com seus caminhos, com seus desvios, com suas mil maneiras de se simbolizar. Então, e apenas então, a realidade se tornará desejo (ibid., p. 242).

Vemos neste caso, mais uma vez, que a identificação com o agressor, já discutida anteriormente neste texto, se intensifica na manutenção do segredo, rechaçando completamente a regulação da lei, interdito alheio àquele corredor relacional, isto porque

[...] no mercado do segredo correm moedas de troca proibidas e suas transações têm que ser feitas sob sigilo, seu financiamento não se aproxima do de um comércio regulado e sim do de um tráfico caótico, em que o acordo tem que ser rearranjado a cada momento e sem qualquer possibilidade de intermediação externa (FRANÇA e LACERDA, 2014, p. 72).

Entendemos, pois, que a égide que regula as interações de manutenção do segredo tem caráter predominantemente autoritário e aprisionador, dificultando que sejam estabelecidos outros parâmetros relacionais baseados em aceitação e confiança. Por conseguinte, temos como premissa que o acolhimento deste status circunstancial de enganador com que a criança ou adolescente inicia o contrato terapêutico é uma base inalienável para um percurso que lhe permita ir e vir na produção de pensamentos e afetos sobre a trama sexual abusiva.

Assim, comungamos com França e Lacerda a concepção de que

[...] bem sabemos, pela nossa clínica com crianças vítimas de abuso sexual, que é insuficiente tentar compreender o segredo como um processo unicamente defensivo e intrapsíquico, sem levar em consideração as implicações que ele impõe ao psiquismo como fenômeno social. Ignorar a presença de fatores familiares, culturais e sociais que impedem determinados conteúdos traumáticos de serem expressos e ab-reagidos é uma ilusão em que não queremos e nem devemos cair (ibid., p. 67).

Laplanche e Pontalis (2001) também reconhecem a dimensão de condições sociais como variáveis que interferem nos processos de ab-reação. Crenças morais e/ou religiosas, compromisso com a manutenção de status ou poder real e constrangimento, impõem um regime de silêncio a determinados assuntos seja no âmbito familiar, seja no contexto da comunidade em que a vítima vive, o que abre o campo para enfocarmos um outro aspecto muito recorrente nas situações incestuosas, o sentimento de vergonha reprimindo ou suprimindo a fala.

- **Transmissão genealógica inconsciente: a cripta psíquica e o fantasma**

Pierre Benghozi (2010), em suas pesquisas sobre a “psicopatologia da vergonha e da humilhação” (p. 56), ressalta sua abordagem meta conceitual em que o enfoque clínico incide sobre a “gestão psíquica da transmissão genealógica do impensável, do indizível, do inominável e do inconfessável” (p. 56), juntando ao cerne de suas proposições também o inaudito e o ininteligível. Com isso, o autor nos chama atenção para as questões que permeiam fala e escuta sobre temáticas de violência, catástrofes e traumatismos, indicando a

importância de uma formação que garanta disponibilidade para as transferências inerentes a estas circunstâncias.

A prática de Benghozi, tanto na dimensão clínica como no papel de pesquisador, abarca problemáticas de violência e catástrofes que envolvem grupos familiares ou comunidades inteiras como, por exemplo a “violência genocida do estupro e das crianças nascidas de estupros na ex-Iugoslávia e em Ruanda” (p. 54). O autor relata sua experiência:

[...] no conjunto dessas situações, o que nos impõe, em nossa prática e em nossas pesquisas, é a extrema frequência dos mecanismos de repetição de sintomas de violência de geração a geração, traduzindo nisso, em nível grupal, um ataque ao vínculo e, no plano individual, os processos de desligamento que, com a compulsão à repetição, referem-se ao que Freud descreveu como a pulsão de morte (ibid., pp. 54–55).

Também a respeito da incestualidade, o autor traz como centralidade de reflexões os fenômenos de repetição de cenários genealógicos. Ele orienta nossa atenção aos avatares da transmissão geracional que mantêm os sujeitos amalgamados a mitos familiares como contornos de pertencimento. Com isso, nos propõe analisar temporalidade e formas de transmissão: “no cruzamento dos processos intrapsíquicos [...], coloca-se a relação dialética da temporalidade e da transmissão, entre a realidade interna e realidade externa, entre atualidade e o *après-coup*²² (p. 11).

René Kaës (2005) marca uma clara diferenciação ao falar da transmissão de configurações de objetos psíquicos pelo **positivo** ou pelo **negativo**, aludindo às organizações não só dos significantes e desejos pré-formados ou deformados por nossos antecedentes, mas também dos significantes sobre os quais não incidiu um trabalho de simbolização, a nós transferidos, assim, de forma bruta e enigmática.

Aquilo que se transmite e constitui a pré-história do sujeito, não é apenas o que sustenta e garante, pelo *positivo*, as continuidades narcísicas e objetais, a manutenção dos vínculos intersubjetivos [...], os ideais, mecanismos de defesa neuróticos, identificações, pensamentos de certeza. Um aspecto notável dessas configurações de objetos de transmissão é que elas são marcadas pelo *negativo*. Aquilo que se transmite é o que não pode ser contido, retido, aquilo que não é lembrado, o que não encontra inscrição na psique dos pais e vem depositar-se ou enquistar-se na psique de uma criança: a falta, a doença, o crime, os objetos desaparecidos sem traço nem memória; para os quais um trabalho de luto não pode ser realizado (KAËS, 2005, p. 128).

²² Em livre tradução: instante posterior à determinada experiência vivida, no qual esta mesma experiência é apreendida. O *après-coup* um depois que dá sentido a algo já vivenciado ou experimentado, mas ainda não completamente apreendido pelo sujeito.

Aparece então aqui o sujeito que assegura a lealdade inconsciente à herança da vergonha familiar, o “porta-vergonha inconsciente” (BENGHOZI, 1994). Aquele que, com sua função *porta-sintoma*, representa a difração de conteúdo—continentes familiares adoecidos.

Esta lealdade é abordada por Kaës (2005) por meio de suas formulações sobre as *alianças inconscientes* que, segundo o autor, modulam de forma imperativa o processo de transmissão, na medida em que “[...] vindas do recalque, ou da recusa, ou do desmentido e da qual eles obtêm um benefício, tal que, o vínculo que os liga, adquire, para sua vida psíquica, um valor decisivo” (p. 133).

Em consonância com estas reflexões, Pierre Benghozi traz também a distinção entre transmissão **intergeracional** e transmissão **transgeracional**, enfocando os processos de elaboração e transformação do patrimônio psíquico familiar como tônica desta diferenciação.

Na transmissão intergeracional, o patrimônio psíquico familiar é recebido por uma geração, memorizado, historicizado, transformado, elaborado e transmitido à nova geração. Na transmissão transgeracional o material psíquico familiar é “telescopado” segundo expressão de Fainberg (1988), transmitido em estado bruto, sem ter sido transformado, metabolizado (BENGHOZI, 2010, p. 17).

Essa *telescopagem* atinge principalmente a função simbolizadora do psiquismo. Benghozi ratifica a visão de Aulagnier (1990) sobre os prejuízos de tal sujeição: “A representação é a atividade fundamental do aparelho psíquico, ela está para o aparelho psíquico assim como a metabolização está para o corpo orgânico” (p. 132), e segue afirmando que a existência dos segredos familiares não sugere uma patologia em si e, muitas vezes pode se apresentar como função estruturante na medida em que circunscreve os limites do ego grupal, familiar e comunitário.

Ainda sobre a ordem de transmissão, inspirado nas colocações de Kaës (1993), Benghozi distingue as organizações genealógicas da transmissão ressaltando que uma primeira geração, ao ser atingida por elementos vergonhosos, participa ativamente da elaboração dos segredos familiares. A transmissão à geração seguinte concerniria não mais ao conteúdo da experiência vergonhosa, mas à existência de segredos. A terceira geração seria, segundo o autor, “talvez a primeira a ser atingida pela mensagem paradoxal: é segredo que haja um segredo; além disso somente a marca oca, a marca genealógica é transmitida” (pp. 134–135). Configura-se assim, da segunda para a terceira geração, a passagem da organização intergeracional para a organização transgeracional como modo de transmissão.

A este respeito, Kaës (2005) nos fala sobre a transmissão-repetição caracterizando-a como *traumática*, na medida em que representa uma falha na função de simbolização do pré-consciente ou, em outras palavras, configura-se como transtornos no “aparelho de significar/interpretar” (p. 136).

Ampliamos neste momento o universo desta discussão, retomando e aprofundando as concepções de Abraham e Török sobre a dimensão fantasmagórica da transmissão genealógica de experiências de medo e violência vividas no seio da família. Os autores destacam:

[...] o fantasma é uma formação do inconsciente que tem a particularidade de não ter nunca sido consciente—e com toda razão—, e de resultar da passagem—cujo modo resta determinar—do inconsciente de um dos pais ao inconsciente de um filho [...] assim o fantasma não pode nem mesmo ser reconhecido pelo sujeito numa experiência de evidência [...] (ABRAHAM E TOROK, 1995, pp. 393–394).

Colocam ainda que, nessas experiências que chamam de possessão, nem mesmo uma intensa racionalização permite descobrir “na coisa temida, a mínima suspeita do temível” (p. 402); isto porque a alusão ao temor não está ligada à vida desejante ou pulsional do sujeito-criança, mas às inscrições de medos não enunciados de servidões e apreensões no inconsciente do seu pai e ou de sua mãe.

Chama-se “fantasma”, em geral, uma formação no inconsciente dinâmico, que se instalou aí, não por causa de um recalçamento próprio do sujeito, mas por causa de uma *empatia direta do conteúdo inconsciente ou renegado de um objeto parental* (ibid., p. 403).

Dessa forma, segundo os autores, a criança capta num dos pais as lacunas no dizível, expressando aquilo que para seu pai ou sua mãe possa representar uma chaga ou até mesmo uma desgraça narcísica.

Referem também que o trabalho do fantasma traz em seu cerne o que Freud descreveu como instinto de morte, na medida em que não tem energia própria, não pode ser ab-reagido, quando muito nomeado e segue silenciosamente na história genealógica das famílias, seu imperativo de desligamento.

Acrescentemos que [o fantasma] é sustentado por palavras ocultas, todas gnomos invisíveis que se dedicam a romper, desde o inconsciente, a coerência dos encadeamentos. Enfim, ele é fonte de repetições indefinidas, não dando na maioria das vezes, nem mesmo ocasião à racionalização (ibid., p. 395).

Um importante assinalamento dos autores acerca do trabalho analítico com o fantasma circunscreve exatamente a dificuldade em lidar com o terror de trair um segredo parental, mesmo a partir de inscrições inconscientes. “Ao horror da transgressão propriamente dita, se junta o perigo de atentar contra a integridade fictícia, mas necessária, da figura parental em questão” (p. 394).

Maria Török, ao refletir sobre a correlação entre o sintoma fóbico e o retorno do fantasma, ressalta que a possessão fóbica em uma criança muito frequentemente retrata certa lealdade em manter no inconsciente o objeto de temor que muitas vezes é de seus pais; ou seja, com seu sintoma, a criança enuncia uma história de medo em que, na verdade, as vítimas são seus pais. A prole refratária, então, recebe esta herança transmitida de modo inconsciente e procura, de forma muitas vezes desgovernada, dar outro destino a essas dores.

O caráter estrangeiro do fantasma, não deixa de lembrar o caráter indireto do sintoma fóbico. E se o sujeito fóbico se exprime e age por meio de seu próprio aparelho psíquico, seu sintoma, a própria fobia parece vir de um outro lugar. Sua vocação de *querer dizer* só dá lugar a irredutível opacidade de seu próprio dizer (TOROK, 1995, p. 404).

Assim, um *fantasma de fobia* teria o caráter singular de promover a denúncia de um medo parental jamais formulado. “‘Fantasmar’ o que se sabe por obrigação de ‘nesciência’ pode, pois, igualmente conduzir a manifestações fóbicas” (p. 408).

Novamente, a história de Marcelo traz nuances bastante significativas para pensarmos à luz dos conceitos até aqui analisados. Retomamos então seu fio condutor, enfocando neste momento as figuras de seus ascendentes.

À época em que as crianças estavam em perícia psicossocial no Judiciário, Marcelo trazia, sempre muito consternado, a situação de constantes e explosivas discussões entre seus pais. Sua mãe solicitou à terapeuta uma conversa que os ajudasse a lidar “*com tanta pressão*”. Neste encontro o pai de Marcelo, muito agitado, diz “*estar surtando*”, não aguentar tantas perguntas e exposição do que teria acontecido entre seus pais e seus filhos. A mãe das crianças complementa que o marido fica realmente muito transtornado diante do relato dos filhos, das cenas incestuosas.

A terapeuta pergunta ao pai se ele identifica, nestes relatos, o que o deixa tão transtornado. Ele irrompe num choro compulsivo, de cabeça baixa repetindo: “*Não é possível, não é possível...*”. A terapeuta novamente intercede: “*O que não é possível?*”. O pai de Marcelo se mantém em um “*pesado*” (assim reportado pela terapeuta em supervisão) silêncio, até o final da sessão. A mãe de Marcelo também se mantém em silêncio, abraçada ao

marido. A terapeuta encerra o encontro assinalando que existem situações que muitas vezes precisam de tempo para serem nomeadas.

É com este eco que a terapeuta traz o caso para discutir no grupo de supervisão: “*O que mais acontecia na casa do vô Ge, não só nas experiências com os netos, mas na infância do pai de Marcelo?* ”, numa alusão do que poderia ser uma transmissão do cenário genealógico incestuoso nesta família. Lembra-se ainda que, à época em que recebeu o encaminhamento, vindo da pediatra das crianças, esta comentou que no primeiro relato do pai sobre a então suspeita de abuso sexual de seus filhos, ele estava muito agitado e confuso, referindo sua impressão de também ter vivido experiências sexualmente abusivas em sua infância—um conteúdo que até então não fora trazido pelo pai do paciente à terapeuta.

Esta pequena vinheta do tratamento de Marcelo ilustra o contexto permeado de questões apontadas em nossa discussão teórica sobre a transmissão genealógica na família incestuosa: segredos, vergonha, um material trancado numa cripta, aquilo que possa ser uma “*impressão*”, “*um não possível*”, nas expressões do pai do menino. Teria este senhor transmitido a seu filho um conteúdo psíquico telescopado? Uma experiência que, por não ter sido simbolizada, repete-se sem transformação? Neste sentido, seriam estes pequenos seres *portas-vergonha* no roteiro genealógico incestuoso de sua família? Pai e filhos comungam o estatuto *criptóforo* em relação a outras cenas incestuosas da pré-história geracional? Para a psicóloga de Marcelo, outras circunstâncias no percurso terapêutico do menino, que tinham como pano de fundo algo que não podia ser revelado, ligam-se a estas reflexões.

Os desenhos a seguir retratam a expressão de um sonho recorrente de Marcelo.

Figura 4—Desenho de Marcelo sobre sonho recorrente (I)

Fonte: Prontuário do caso do paciente (M.)

Figura 5—Desenho de Marcelo sobre sonho recorrente (II)

Fonte: Prontuário do caso do paciente (M.)

Um pesadelo que assombra o sono do menino. No primeiro desenho, ele apresenta o cenário do sonho: o quarto onde dorme um sujeito maior do que a cama, com certa ênfase na representação genital e, ao lado, uma cama minúscula onde ele dormiria. O outro desenho revela a figura assustadora do *“lobo com dentes muito afiados”*. A narrativa do sonho enfatiza a transformação do sujeito que dorme ao lado em lobo, e o sobressalto que o acorda quando este lobo o ataca. Ao questionamento da terapeuta sobre a possível identificação do sujeito-lobo, responde de forma esquiva e quase apática: *“Não conheço, é um cara qualquer”*.

Seguem-se a esta sessão vários meses em que o trabalho analítico se dá sobre as representações de Marcelo dos afetos de medo e ameaça—que o pesadelo recorrente retrata como o ataque do lobo, por meio de diversas estratégias: encenações com bonecos, desenhos, conversas sobre situações em que o paciente se sente inseguro, medroso. Marcelo procura sempre eleger um vilão e traçar formas de destruição deste personagem. Até que, numa brincadeira de tiro ao alvo (com jogo de dardos), a terapeuta propõe que ele nomeie seus alvos, em relação ao seu desejo de “acertar/eliminar”. O alvo, construído em 4 círculos assim se configurou: no círculo mais externo a coordenadora da escola, que protagonizava a censura, as broncas, as advertências que levava; no círculo imediatamente mais interno, um colega de classe com quem frequentemente rivalizava; mais internamente, o nome da avó e no círculo central, em letras garrafais, aparece o nome do avô. Relembrando a história de Marcelo—a cena sexualmente abusiva traz o avô como perpetrador e a avó como conivente. Várias sessões se desenrolam com a solicitação, em algum momento, do jogo do tiro ao alvo em que o menino se concentra, de forma enfática e com a expressão de muita raiva, em acertar o centro do alvo. Tempos depois, em que a demanda pelo tiro ao alvo já havia se desvanecido, Marcelo revela logo que chega: *“Sabe que eu não tive mais o pesadelo do lobo?”*. A terapeuta ousa uma interpretação: *“Acho que você acabou com ele no jogo de dardos”*. Marcelo detém seu olhar sobre a terapeuta. Eles não falam nada e o menino abre o álbum de figurinhas que trouxe para compartilhar.

Para além das inúmeras reflexões que podemos fazer com a apresentação deste recorte do processo terapêutico de Marcelo, elejo trazer uma nuance bastante interessante que aqui aparece e diz respeito ao que Maria Török enfatizou sobre o simbolismo do *medo do lobo*. Sigamos o que a autora propõe:

[...] “o medo do lobo”. Por que o lobo? A que se deve a escolha deste animal para significar a ideia do medo para as crianças? O que inspira as histórias do lobo que fabricam para elas? A conclusão era que este tipo de fobia infantil remete frequentemente aos avós e isso por intermédio do medo que a mãe sente, inconscientemente, diante de sua própria mãe. Medo que esta não a castre usurpando-lhe a maternidade [...]. O lobo não é o único mamífero, exceto a avó, é claro, que assume a carga de educar uma criança? (TÔROK, 1995, p. 403).

E como isso se liga à história de Marcelo? Uma das facetas desta trama familiar é que o avô paterno, acusado de abusador dos netos, argumenta que toda a invenção da história parte da mãe das crianças, influenciada pela marca afetiva de ter tido ela uma mãe que fora abusada sexualmente na infância—revela-se aqui uma outra possível via da transmissão inconsciente influenciando a vida dessas crianças. Desta vez, uma história de abuso na infância da avó materna paira como suspeita de contaminação psíquica da genitora.

Kaës (1995), discutindo sobre os efeitos psíquicos da transmissão-repetição, aponta que esta pode ser

[...] qualificada de *traumática*, porque, não transformada, consagra-se à repetição do mesmo através das gerações ou entre contemporâneos. A repetição do mesmo é a dos objetos psíquicos não tratados na geração precedente, pela função simbólica do pré-consciente. De um modo mais geral, eu diria que a patologia da transmissão se qualifica pelos distúrbios do pré-consciente ou pelos defeitos de constituição do pré-consciente, isto é, pelos distúrbios do “aparelho do significar/interpretar” (Kaës, 2005, p. 136).

É mister pensarmos que as relações incestuosas, envoltas numa atmosfera de erotismo e transgressão, podem se configurar como material psíquico telescopado, marcado muitas vezes por um cenário genealógico de transmissão transgeracional, fantasmagórica e *criptófora*. O desafio que aqui se coloca é a tradução desta constatação em inspirações que possam trazer desdobramentos para a terapêutica destas questões.

Ao longo das discussões e reflexões apresentadas até então, foi possível enunciar um lugar de destaque para os processos de castração como organizadores da sexualidade, sociabilidade e, conseqüentemente, da vida psíquica. Pensar sobre a família incestuosa remete diretamente à falência desses processos. Desta forma, torna-se imprescindível que nosso estudo procure aprofundar o entendimento dos mecanismos que engendram castração e ordem simbólica, tendo em vista referenciais que possam instrumentalizar a terapêutica direcionada a esta problemática. Trazemos então a perspectiva do que Françoise Dolto (2015) nomeou como castrações simbolígenas, na medida em que, ao traçar um percurso reflexivo sobre o lugar das castrações parentais na estruturação psíquica do indivíduo, a autora aborda as

consequências das falhas neste processo e aponta o que pode ser retomado no contexto de análise.

2.5 As castrações simbolígenas

Refletir a clínica psicanalítica a partir de como os sujeitos que figuram na cena incestuosa reconhecem e expressam sua imagem corporal e, também, como esta imagem é construída pelo processo de sucessivas castrações e suas ordenações simbólicas, revela-se neste momento da pesquisa como um precioso referencial uma vez que, segundo Françoise Dolto (2015), a imagem do corpo traduz de forma vívida a história dos relacionamentos inter-humanos, da emocionalidade e das sensações erógenas (pregressas ou atuais) de cada indivíduo. Segundo a autora, a imagem do corpo pode ser considerada como “a encarnação simbólica inconsciente do sujeito desejante” (p. 15). Não é disso que procuramos tratar no espaço da análise? A emergência do sujeito do desejo, apropriado de um saber-poder psíquico, em suas dimensões afetiva, social e sexual, em consonância com sua etapa de vida e na expressão de uma coesão narcísica.

No que se refere à experiência incestuosa, este investimento torna-se ainda mais relevante uma vez que, como ressalta Dolto (2015), “será apenas [...] com a entrada na ordem simbólica, da **castração edipiana**, que a relação verdadeira na palavra poderá expressar claramente aquele que fala, enquanto sujeito responsável pelo agir de seu ‘Eu’, que seu corpo se manifesta” (p. 22, grifos nossos). A nosso ver, as considerações elencadas neste estudo revelam aí um importante ponto nevrálgico a ser enfrentado pelos que trabalham com a ressignificação de experiências sexualmente abusivas, uma vez que é possível imaginar as consequências nefastas que esta castração não vivida a contento pode trazer para o desenvolvimento psíquico da criança e do sujeito adulto que um dia será. Mergulhemos, então, neste universo.

A começar, Dolto (2015) sublinha que não devemos confundir *esquema corporal* com *imagem do corpo*. Esclarece que o esquema corporal como representante da espécie configura-se pelo “viver carnal no contato com o mundo físico” (p. 10). Assim, estrutura-se pela experiência e pela aprendizagem a partir da vivência do corpo nas dimensões de

realidade. Em contrapartida, a imagem do corpo, peculiar a cada sujeito e à sua história, estrutura-se, segundo a autora

[...] pela comunicação entre sujeitos e o vestígio, no dia a dia, memorizado, do gozar frustrado, reprimido ou proibido (castração no sentido psicanalítico do desejo na realidade). É nisso que cumpre referi-la, exclusivamente ao imaginário, a um intersubjetivo imaginário marcado de pronto no ser humano pela dimensão simbólica (DOLTO, 2015, p. 15).

Como suporte do narcisismo e traço estrutural da história emocional de um ser humano, a imagem do corpo, no cruzamento de tempo e espaço, nas ressonâncias do passado no presente, traz ao analista filigranas daquilo que se repete—o retorno de uma imagem relacional arcaica reprimida e então mobilizada pelo trânsito libidinoso da relação terapêutica atual.

Assim, é a imagem de corpo que media o reconhecimento para o sujeito adulto, de seus fantasmas e dos sonhos, que levará ao analista através das associações livres. Com as crianças, este referencial fica ainda mais evidente, uma vez que elas se expressam através de volumes que traduzem suas intenções de comunicação: as cenas desenhadas, contadas em suas histórias, modeladas em massinha ou argila, representadas nas dramatizações com bonecos, trazem as chaves elucidativas de sua imagem de corpo e interpretativas para a condução da análise.

Destacamos, ainda, o valor que Dolto atribui à linguagem como mediadora da organização dos desejos em imagem de corpo—é quando dois seres partilham suas emoções através da linguagem e estabelecem uma complementariedade relacional que o simbolismo do sujeito é compreendido. Nas palavras da autora:

É por meio da palavra que desejos findos puderam organizar-se em imagem de corpo, que lembranças passadas puderam afetar zonas do esquema corporal, tornadas, conseqüentemente, zonas erógenas, ainda que o objeto do desejo não esteja mais ali [...]. **Se não houve palavras, a imagem do corpo não estrutura o simbolismo do sujeito, mas faz deste um débil ideativo relacional** (ibid., p. 31—grifos da autora).

As proposições da autora nos fazem pensar nos efeitos perniciosos para a estruturação psíquica de uma criança, dos cuidados parentais que, limitando-se ao prover mecânico de suas necessidades (alimentar, vestir, higienizar...), não estimulam a formação da *imagem falante* de seu corpo. Essa imagem, substrato de um investimento que, a partir da comunicação afetiva,

assegura o narcisismo desse sujeito—imagem de corpo vivente—em cada etapa de sua evolução, necessita catexia.

Considerando estas premissas, propomos a discussão sobre como esta imagem de corpo é construída ao longo do desenvolvimento infantil, considerando-se os efeitos humanizantes de sucessivas castrações, com um enfoque diferenciado, pela relevância ao nosso tema, à castração edipiana.

Para falar das conquistas ou dos efeitos humanizantes das castrações, Françoise Dolto (2015) cunha a expressão *castrações simbolígenas* referindo-se aos sucessivos interditos necessários ao desenvolvimento da função simbolizadora na vida de um indivíduo. Desde muito cedo, o mundo pulsional se faz presente. Mais do que as necessidades, visa-se à satisfação dos desejos, um encontro com o prazer por atingir o objeto. Daí a importância em se oferecer obstáculos à realização dos desejos, naquilo em que excedem as necessidades.

As castrações são verdadeiras provas que impõem um remanejamento narcísico em direção à possibilidade de simbolização, ao mesmo tempo que contribuem para o desenvolvimento da imagem do corpo, reelaborada neste processo histórico. A castração das pulsões arcaicas vai oferecer à criança a possibilidade de colher, a posteriori, o que naquele momento lhe é proibido. Outro destino é dado a estas pulsões, numa promessa de realização fora do corpo a corpo que se queria perpetuar incestuosamente.

Dolto (2015) usa a metáfora do jardineiro para explicar poeticamente o simbolígeno das castrações: o jardineiro, quando procede à poda da primeira florada de uma planta, oferece a prova do quão nula é a glória associada a este florescer inicial. A planta, se fosse um ser pensante, poderia imaginar que essa seria sua única possibilidade de fecundidade. É o jardineiro, em seu mister, que, com esta poda, pode garantir a exuberância futura dessa planta. Assim é a lei que, no reino vegetal, garante o crescimento. O mesmo acontece no mundo humano: as castrações promovem o desenvolvimento na medida em que somos inseridos na Lei e nos identificamos com outros indivíduos também marcados pela mesma Lei. Nas palavras da autora:

A verbalização do interdito dado a determinado alvo de seu [da criança] desejo, com a **condição de que ela saiba de fato que o adulto é tão marcado quanto ela por esta proibição**, ajuda a criança a suportar a prova [...]. É, portanto, por proibição, que o sujeito desejante é iniciado na potência de seu desejo, que é um valor, ao mesmo tempo que ele se inicia, assim, na Lei, a qual lhe dá outras vias de identificação com outros humanos, também marcados pela Lei (ibid., p. 63, grifos da autora).

Vislumbramos aqui o prognóstico desfavorável deste processo humanizante quando à criança é apresentado um mundo de castrações por um indivíduo não-castrado.

São inúmeras as queixas, permeadas de rancor, a respeito de pais incestuosos extremamente déspotas com relação a todas as regras de convivência familiar: “faça o que eu mando e não o que eu faço”, aforismo que bem ilustra esta situação. A indignação e ódio que permeiam as falas das crianças e principalmente dos adolescentes quando rememoram estas cenas já denotam a compreensão do que foi falho em sua constituição como sujeitos—foram submetidos a uma Lei que um determinado adulto, no caso, uma referência parental, proferiu em proveito próprio. Nestas circunstâncias, estabelece-se o risco de, contrariamente ao rumo de uma progressão do sujeito, pela via da assunção da Lei e da sublimação ao desejo, a castração desviar as pulsões para uma satisfação masoquista, ou seja, uma satisfação não pelo prazer e sim pelo sofrimento, negando-se totalmente os processos vitais. **“Uma castração que induz ao desejo de se satisfazer no sofrimento, ao invés de se satisfazer no prazer, é uma perversão”** (p. 64, grifos da autora). Outra evidência na sintomatologia das crianças ou adolescentes, vítimas do incesto: cortam-se, mutilam-se e, quando conversam a respeito, referem sentir prazer e alívio com a dor física.

Em suma, as castrações, oferecidas às crianças ao longo de seu desenvolvimento, permitem-lhes o acesso às sublimações e à função simbólica da Lei humana. É muito importante, contudo, que o processo de castrar, de interditar a satisfação pulsional da criança, respeite suas condições, a partir de um certo desenvolvimento corporal, de buscar seus prazeres de outra forma. Assim, a castração oral, que corresponde ao desmame, procede quando a criança, já podendo alimentar-se de outro jeito, beneficia-se de um primeiro movimento de não mais depender exclusivamente de sua mãe. Neste ponto, temos que considerar o que possa ser resistência não só da criança, mas também de sua mãe na evolução deste decurso. Por efeito de transmissão, muitas mães mantêm seus filhos reféns de uma satisfação arcaica na qual elas próprias podem estar aprisionadas. Dolto sublinha:

[...] uma mãe que, após ter desmamado seu filho, não pode se impedir de constantemente devorá-lo com beijos e realizar manifestações de carícias. Ela foi, ela mesma, a criança ferida por uma relação filha-mãe perturbadora, da qual tenta desesperadamente se curar. Seu filho é para ela o fetiche deste seio materno arcaico do qual ela mesma foi desmamada de forma traumática (ibid., p. 86).

Assim também a castração anal, seguindo o percurso evolutivo, deve ter como parâmetro o desenvolvimento da capacidade motora que confere à criança um movimentar-se

sem o auxílio parental. Com isso, duas grandes aquisições se anunciam, cada uma delas ancorada em importantes proibições. A primeira é a aquisição da autonomia, da independência da instância tutelar, do “eu sozinho”—pautada na proibição de não fazer mal a seu próprio corpo, nem aos outros seres ou objetos em seu entorno. A segunda é a aquisição de um agir ético, ancorado na proibição de fazer a um outro algum mal que não deseje para si. A castração anal simboliza então “em sua raiz, a proibição do assassinato e do vandalismo” (p. 87).

No contexto desta análise reflexiva sobre as castrações e seus efeitos humanizantes, adentramos agora na etapa do desenvolvimento infantil que circunscreve nosso objeto de pesquisa: a castração edipiana. Ou melhor, quais os impactos para a vida psíquica quando esta castração não acontece pela falência da interdição ao incesto.

Ao constatar sua pertinência a um único sexo, a criança toma consciência de uma imagem de corpo que futuramente se transformará num corpo de homem ou de mulher. Sua atenção neste momento da vida está totalmente voltada para o casal parental. Como já foi ressaltado em outros momentos do texto, as buscas identificatórias organizam a equação edípica. Ao pai, na medida em que também é legitimado pela mãe neste lugar, cabe a interdição das pulsões incestuosas e, segundo Dolto (2015), a mensagem precisa ser clara e contundente: “É impossível para sempre que um filho ame sua mãe como um outro homem ama. Não porque você é pequeno e eu grande, é porque você é seu filho e porque nunca um filho e sua mãe podem viver uma união sexual e engendrar crianças” (p. 155).

A autora nos alerta sobre os efeitos perniciosos para a vida de um menino quando seu pai é inapto para este papel castrador, ele próprio com uma história de vida que o fez permanecer sujeito não completamente humanizado, na medida em que mais sucumbe às suas pulsões que as domina. Mais uma vez, nosso pensamento é orientado em direção aos cenários trazidos pelas crianças e adolescentes protagonistas das histórias incestuosas que chegam aos serviços de atendimento que supervisiono: ao retratarem o pai abusivo, insistem em relatar episódios em que este sujeito fazia as próprias leis e as impunha a todos da casa, questionava agressivamente qualquer iniciativa dos membros da família que divergissem de suas ordens e manifestava ciúmes sufocantes no tocante à afeição e interesse de **sua** mulher pelos filhos.

Pois bem, este pai, porque provavelmente se tornou um adulto sem receber a castração de seu pai e, de forma mais dramática nos casos de abuso incestuoso que ora tratamos, não só não interdita como também transgride, ele mesmo, a lei da proibição das trocas sexuais entre

pais e filhos e também entre os entes fraternos. O prejuízo na falha desta educação no domínio do desejo é patente.

Se o pai não o faz, ou se alguém não faz esta educação do domínio, proibindo o incesto, o menino pode permanecer por toda sua vida na ideia de uma escolha exclusivamente narcísica do objeto eleito, que não será, talvez, sua irmã ou sua mãe, mas será destinado apenas a seus prazeres parciais genitais: objeto escolhido, eventualmente por ser sustentado por intimidação e violência em sua dependência (ibid., p. 156–157).

Descortina-se nestas observações uma característica muito própria da interação abusiva: crianças passivas, cordatas, com deficiência física ou mental são alvos preferenciais dos autores de agressão sexual. Numa das poucas (felizmente) circunstâncias em que fomos arroladas como testemunha em um processo judicial sobre o abuso perpetrado por um homem de cerca de 35 anos a uma adolescente psicótica que, à época, atendíamos clinicamente, a única pergunta que o juiz fez foi se uma pessoa leiga, ou seja, que não fosse da área da psiquiatria ou psicologia, conseguiria perceber os limites mentais da menina. Perguntamos se tinha conversado com a adolescente. Ele respondeu-me que sim. Indagamos então se ele havia percebido que ela não se expressava como uma adolescente de 15 anos comumente se expressaria. O juiz calou-se e agradeceu, dispensando-nos do depoimento. Estupro de (mais do que) vulnerável—foi a conclusão do processo. Sim, era possível perceber que a adolescente era, no mínimo, estranha e, a nosso ver, foi exatamente isso que o incitou a levá-la a um lugar ermo do clube que frequentavam, praticando com ela atos libidinosos e, segundo sua mãe, *“não foi às vias de fato porque um vigia do clube se aproximou”*.

Este episódio associa-se a uma outra reflexão que pretendo trazer neste estudo: em todas as circunstâncias em que o abuso sexual expressou-se como uma atuação de fantasias arcaicas, estamos diante de um perverso? Devemos compartilhar que, à época, diante daquele rapaz que expressava claramente sua tensão e constrangimento (não sustentava nosso olhar, mostrava-se atento à nossa presença e fala, mas nos momentos em que o encaramos, imediatamente baixava o olhar), tivemos dúvidas. Encenação que apenas objetivava inocentar seu crime? Difícil responder.

A vivência do Édipo para as meninas guarda algumas diferenças em relação aos meninos, que também se constituem como um ponto de análise que considera as transmissões culturais do que é próprio do feminino e do masculino.

Como já apontamos, a entrada da menina no complexo edípico incita na pequena a descoberta do *poder de sedução feminina*, faceta que é extremamente valorizada em nossa

cultura, e a proibição ao incesto, num primeiro momento, estimula o narcisismo de mostrar sua feminilidade. No menino a busca, porque tomado pelo horror à castração, é o destaque pelo lugar de conhecedor. A este respeito, Dolto (2015) sublinha:

A proibição do incesto provoca na menina a sublimação das pulsões pré-genitais, enquanto que no menino provoca sobretudo o despertar fortalecido de pulsões epistemofílicas [...] Ele quer compreender como o mundo é feito, como se tornar chefe, quer conhecer as leis que regulamentam os direitos entre os humanos; enquanto para a menina, trata-se de [...] agradar, ganhar tudo o que pode para se fazer valorizar pelas instâncias de amantes (ibid., p. 161)²³.

Ao considerarmos a via identificatória como um significativo motor da constituição narcísica secundária, ou seja, o interesse da criança por si mesma e, na seara que estudamos, o “indo-advindo-adulto no sexo que é o seu” (p. 154), podemos entender a exacerbação no exercício dos papéis de gênero socialmente atribuídos presente na dinâmica familiar incestuosa: mulheres (mães) frágeis e submissas ao domínio de um homem; por vezes, usando um erotismo exacerbado para conseguir o que querem com seus parceiros; e homens (pais), como já vimos anteriormente, que exercem um poder totalitário, submetendo a todos que habitam a **sua** casa. Eis os modelos transmitidos, eis os aspectos que constituem esses sujeitos desde a mais tenra idade, eis os germens da repetição.

Lacan (2003), ao discorrer sobre *Os complexos familiares na formação do indivíduo*, oferece um importante contraponto à ideia mítica da família como o lugar mais seguro para o desenvolvimento humano. Para o autor, a família é uma instituição privilegiada de “coerção do adulto sobre a criança, coerção esta a quem o homem deve uma etapa inicial e as bases arcaicas de sua formação moral” (p. 30). Lacan segue sua argumentação nesta mesma obra enfatizando o papel da família na transmissão de sua história peculiar e, de forma mais ampla, da cultura, inculcando pelo viés da descendência estruturas de representação e de comportamento cuja forma de funcionar transcende os limites da consciência. Conforme o autor,

[...] ela [a família] estabelece entre gerações uma continuidade psíquica cuja causalidade é de ordem mental. Essa continuidade se revela o artifício de seus fundamentos nos próprios conceitos que definem a unidade de linhagem, desde o totem até o nome patronímico, não deixa por isso de se manifestar na transmissão, à descendência, de inclinações psíquicas que confinam com o inato [...] (LACAN, 2003, p. 31).

---

²³ Neste ponto, vale ressaltar que os trâmites temporais que abordam os debates sobre gênero circunscrevem uma realidade cultural que extrapola a teoria psicanalítica. Como não é intento da pesquisa desenvolver essa discussão, indicamos BUTLER (2015) como referência que localiza a temática na contemporaneidade.

É exatamente para enfrentar a força deste determinismo que se vocacionam as reflexões do presente estudo, pautando-se nos méritos da Psicanálise, em suas aplicações teórica e prática, como possibilidade de transformação desta cruel herança.

Assim, menino ou menina precisam ser cuidados em sua fragilidade no momento da passagem pelo Édipo. É a castração ao desejo incestuoso que impulsiona a criança em direção às aspirações da idade, ao querer brincar com seus pares, à busca de realização para além do ambiente familiar. Ao ser sustentada por seus pais na renúncia, ao erotismo incestuoso de seu narcisismo primário como condição ao pertencimento social, a criança ascende ao narcisismo secundário, onde o foco é a relação consigo mesma. Este é o benefício de ter ultrapassado a última das castrações simbolígenas. E, mais uma vez, Dolto (2015) ressalta a incumbência parental nesta direção, através do “reconhecimento antecipatório do valor erótico [...] de seu corpo, de seu sexo, de sua pessoa, de sua dignidade de homem ou mulher a devir” (p. 167).

Pensar no atendimento terapêutico à família incestuosa remete a um olhar criterioso ao que possa ter falhado em todo este processo de estruturação do sujeito a partir das castrações—um olhar e uma escuta criteriosa para os sujeitos não-castrados, frutos de outros sujeitos não-castrados. Certamente adentramos o terreno do traumático, pois o não-interdicto paterno tem como efeito uma falta incomensurável de elementos estruturais na vida inconsciente. Estamos todos nós que somos implicados com o entendimento e atendimento de pessoas envolvidas em traumas incestuosos, diante do desafio de circunscrever os dispositivos mais adequados para tratar dos efeitos dessubjetivantes da experiência sexualmente traumática.

Pensamos, a partir de nossa própria experiência na clínica e na supervisão de atendimentos desta natureza, que o primeiro e, não nos furtamos em dizer, mais importante elemento nesta circunstância é favorecer um ambiente em que o falar tenha um lugar irrestrito, um contexto em que se possa romper o que foi silenciado. A experiência sexualmente abusiva pode ter sido, para o sujeito, uma prova a qual seu corpo sobreviveu, mas não seu psiquismo. Dolto (2015) nos diz que “para que o psiquismo permaneça vivo, é preciso que exista linguagem permutada, expressiva, atual, com alguém que dê àquele que está ouvindo o valor de sujeito de sua própria história” (p. 307).

Sabemos também que nem toda experiência traumática é cabível na linguagem. Muitas vezes, transitamos pelos caminhos do indizível. Como falar de uma amorosidade que se tornou refém de uma história de traição e violência? De uma experiência de assujeitamento

em que “sua condição psíquica ficou reduzida a corpo” (ENDO, 2009, p. 47)? Mulheres que, quando meninas, foram violentadas sexualmente por pessoas em quem confiavam não conseguem discriminar o olhar desejante legítimo de um parceiro amoroso do olhar de seu algoz abusador e, com isso, estendem um estado de anestesiamento à dor dessas lembranças a um corpo também anestesiado ao prazer sexual.

Trabalhamos, como enfatiza França (2017), no campo do desamor. “Precisamos escutar nos ecos do silêncio o tom surdo do desamor”²⁴.

Retomamos neste momento a indicação de Anne Alvarez (1994) quando nos fala sobre necessidade de lembrar e a necessidade de esquecer o abuso sexual como temática para pensar a clínica analítica de crianças que viveram esta experiência. A autora refere a importância de se trabalhar o processamento paulatino da experiência abusiva, de forma que a retomada deste cenário possa ser feita em construções provisórias com os diversos fragmentos que irão surgindo no processo analítico. Alvarez sugere que “[...] o lembrar talvez envolva um milhão de minúsculas integrações, cada uma delas ocorrendo em condições que também permitam que outros aspectos do abuso sejam esquecidos” (p. 163). Entendemos que a autora reflete sobre as condições que favoreçam que representações desarticuladas, falhas ou fraturadas possam ser ressignificadas numa composição psíquica menos adoecida.

Na análise de crianças, algumas peculiaridades se anunciam, principalmente porque fazemos a intervenção em tempo atual e não referido a uma história pregressa, na formação do psiquismo.

Sobre este enfoque temos a escola de Silvia Bleichmar (2005) com o conceito de neogênese na clínica analítica. A autora denomina por construções analíticas ao processo pelo qual instaura-se a neogênese: “algo que não estava pré-formado e nem instalado por si mesmo será produzido na relação com o analista” (p. 40). Cita a forma de trabalhar de Winnicott para ilustrar sua proposição;

Fica fácil ver, quando seguimos seus relatos clínicos, que a intervenção de Winnicott [...] se fez no sentido de propiciar a ligação e a articulação de um novo *self*, em que um conjunto de representações desligadas defendiam-se, mediante encapsulamento, da angústia extrema que poderia ficar sem ligação se produzisse algo que não existia previamente (BLEICHMAR, 2005, p. 40–41).

Acreditamos ser esta uma importante articulação clínica, se pensarmos nas lacunas que as castrações não oferecidas pela parentalidade incestuosa deixarão no psiquismo de seus

---

²⁴ Simpósio “Ecos do silêncio: reverberações do traumatismo sexual”—Projeto CAVAS/ UFMG, maio/2017.

filhos. Ao analista caberá, segundo Dolto (2015), oferecer a criança “uma castração simbolígena, ou seja, a ajuda para se compreender com a simbolização aquilo que se perdeu e que passa, então, a lhe pertencer como próprio” (p. 307). Esta intervenção poderá, como veremos num dos casos elencados para ser discutido neste estudo, resgatar a criança de uma identificação narcísica inconsciente alienante (Faimberg, 2005), que tem por objetivo escamotear a ferida causada pelo Édipo, que não foi devidamente encaminhado.

Ainda sobre a clínica infantil, é importante termos claro que a criança não associa livremente com palavras, mas sim através de suas produções—gráficas, tridimensionais e, principalmente, pelo jogo dramático. Desta forma, a interpretação se faz no próprio contexto de ficção, através do qual ela conta sua história.

Elencamos aqui alguns parâmetros teóricos que orientam a clínica psicanalítica direcionada aos sujeitos envolvidos na trama incestuosa. Cabe desenvolvê-los a partir da discussão dos casos escolhidos para este fim. Por hora, a título circunscrever esta discussão sobre castrações e processos de simbolização, retomamos as palavras de Françoise Dolto:

Cada corpo é representativo de um sujeito desejante, se for um humano; mas é percebido pelos outros sob sua forma de objeto oferecido a seu desejo, provocando-os a desejá-lo [...] desejar para entrar com ele em uma relação de troca de prazer, ou para recusar, que seria desprazer (DOLTO, 2015, p. 310).

A meu ver, esta é a vocação do trabalho psicanalítico: a recuperação do sujeito do desejo, “enquanto não somente testemunha, mas também como ator de sua história [...], que reconduz seu contrato de vivente de inspiração em inspiração, depois que de expiração em expiração ele tenha arriscado, confiando, este contrato de vivente” (p. 311).

Adiante na configuração deste estudo sobre a trama incestuosa, cumpre aprofundar uma asserção em parte tangenciada ao longo do texto. Referimo-nos ao campo de discussões sobre o funcionamento psíquico do sujeito que figura no lugar de autor da agressão sexual.

2.6 Sobre aquele que figura no lugar de autor da agressão sexual

Este é, sem dúvida, um dos aspectos das intervenções na área do abuso sexual contra crianças e adolescentes mais povoado por resistências, esquivas, visões estereotipadas e, por que não dizer, tabus.

O *encarar o agressor sexual* é uma referência constante na fala dos profissionais quando mobilizados a pensar sobre cenas temidas em seu campo de atuação. Quando colocam em cheque os contornos do profissionalismo, expressam seus mais primitivos sentimentos de aversão e horror a este personagem da trama familiar abusiva.

Os depoimentos de alguns psicólogos inseridos em serviços de referência à violência sexual contra crianças e adolescentes, traduzidos no trabalho de Marques (2006), confirmam nossa posição.

A equipe fica tão chocada que se defende muitas vezes xingando nos bastidores dos atendimentos o abusador dizendo: “Que cachorro esse cara, um monstro!” [...]. O psicólogo às vezes se torna muito violento, tem um discurso que acaba produzindo a violência, quando produz falas assim: “Põe no paredão esses caras! Manda matar!” (MARQUES, 2006, p. 98).

Esta é a realidade que se amplia ao cenário mundial. Gavin (2005), em artigo publicado na revista científica *The Qualitative Report* sobre uma pesquisa feita com estudantes da *University of the West of England*, no Reino Unido, discorre sobre a construção social da noção de agressor sexual de crianças. A autora, ao realizar uma revisão bibliográfica sobre o tema, constata o pensamento estigmatizado da opinião pública, retratado em termos tais como: “maldoso”, “desumano”, “besta mortal”, “homem velho mortal”, “monstro”, “animal”, etc. Aponta também que os estudos na área mostram que, apesar da existência de propostas de tratamento, seja por terapia comportamental cognitiva ou intervenção hormonal (a conhecida castração química), a tendência do que identifica como narrativa dominante vê o autor da agressão sexual como um predador irrecuperável e propõe o encarceramento como única medida, ou seja, a punição.

Aqui, abre-se o campo de reflexão proposto por Crochik (2006) sobre a gênese do preconceito. O autor enfatiza os processos de socialização e de desenvolvimento da cultura, como aquilo que fomenta a resposta preconceituosa, na própria luta pela sobrevivência.

Luta, adaptação e sobrevivência, engendram-se num mecanismo que tende à eliminação do que causa estranheza. Na base desta tendência opera um complexo movimento

psíquico: o rechaço do estranho exatamente porque o sentimos como demasiadamente familiar. “Como Freud (1975) pode mostrar, o medo frente ao desconhecido, ao diferente, é menos produto daquilo que não conhecemos, do que daquilo que não queremos e não podemos re-conhecer em nós mesmos por meio dos outros” (CROCHIK, 2006, p. 17).

A dificuldade em lidar com a angústia de que a reação causada por um outro diz respeito também a si próprio, muito frequente no campo de intervenção à violência sexual, acirra o que Adorno e Horkheimer (1985) chamaram de falsa projeção:

[...] [a falsa projeção] transpõe o interior prestes a saltar para o exterior e caracteriza o mais familiar como algo hostil. Os impulsos que o sujeito não admite como seus e que, no entanto, lhe pertencem são atribuídos ao objeto [...]. O distúrbio está na incapacidade de o sujeito discernir no material projetado entre o que provém dele e o que lhe é alheio (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 154).

A expressão deste mal-estar, segundo os autores, encontra um consistente respaldo no discurso preconceituoso transmitido culturalmente entre gerações. Premissas, ideias que devem ser introjetadas como posicionamentos próprios, destituídas de uma análise reflexiva que denote adesão crítica.

As referências sobre o agressor sexual retratadas num imaginário social e na fala dos profissionais referem este mecanismo em que “não vemos a pessoa que é objeto de preconceito a partir dos diversos predicados que possui, mas reduzimos esses diversos predicados ao nome que não permite a nomeação: judeu, negro, louco, etc.” (CROCHIK, 2006, p. 20). E mais, como mostrou a pesquisa de Gavin (2005), associamos a este sujeito atributos que o fixam neste lugar estereotipado: “monstro”, “demônio”, “animal”, etc.

Ainda a este respeito, Crochik enfatiza que os predicados estereotipados demonstram o funcionamento do preconceito como um tabu:

O preconceito, de certa forma funcionava como um tabu; um fato que vivemos angustiosamente no passado, perpassando por nossa imaginação, que nos coloca de sobreaviso sempre que algo ou alguém nos remete a ele. O predicado aciona o alarme para que a defesa surja frente à angústia. Como tabu, envolve um ritual: o de termos sempre as mesmas reações estereotipadas (CROCHIK, 2006, p. 21).

Vemo-nos aqui imbricados com o campo de análise das construções sociais que influenciam leituras, práticas profissionais e políticas públicas. Por isso, destacamos que se não empreendermos esforços em criar condições de possibilidade (Foucault, 1973) de colocar em evidência e análise as concepções e discursos que norteiam nosso fazer profissional,

difícilmente avançaremos em direção a compor o tratamento da família abusiva com a inserção daqueles que figuram no lugar de autor da agressão.

Bicalho (2009) estimula este debate ao nos trazer a seguinte reflexão:

Partindo da consideração de que os discursos científicos se apresentam como enunciados de verdade a partir de condições de possibilidade e relações de poder que permitem tal emergência, como não questionar os discursos individualizantes e carregados de uma noção de “essência delinquente” sobre o indivíduo autor de delito, se entendermos que estas normas transgredidas são construídas historicamente, e são de uma forma hoje mas poderiam ser, e já foram de outra? (BICALHO, 2009, p. 03).

Adorno e Horkheimer (1985), ao analisarem os elementos do antissemitismo, também reforçam a tese de que a ordem social “não pode viver sem a desfiguração dos homens” (p. 140) e que esta desfiguração resulta na violência manifesta das perseguições, num ciclo de vítimas intercambiáveis. Ressaltam ainda que este mecanismo se sustenta no desejo irracional de destruição que a insegurança de uma cultura que profere a autoconservação individual e a ameaça de exclusão traz.

Chamar a atenção dos profissionais a estes aspectos, profundamente arraigados em nossa civilização, que encapsulam as possibilidades reflexivas sobre o atendimento do autor da agressão sexual, tem sido um grande desafio.

O que temos acompanhado no cenário dos programas e projetos que abarcam esta questão em nosso país é que, apesar de muitos avanços em torno de mobilizações sociais, capacitação dos atores da rede de proteção e ampliação do debate, o nicho que se refere às intervenções junto aos autores da agressão é muito pouco explorado. Isso pode se dar talvez pela vigência do discurso dominante (Gavin, 2005), como já foi mencionado, de indisponibilidade e irrecuperabilidade destes sujeitos.

Furniss (1993) discute que muitos profissionais podem apresentar resistência ao tratamento do abusador, por imaginarem que serão tidos como coniventes com a prática do abuso.

Expressar empatia e compreensão para pessoas que cometeram abuso sexual freqüentemente provoca fortes respostas irracionais e de raiva entre o público e os profissionais da área. Essa resposta se origina de uma confusão, em que as pessoas pensam que compreender e mostrar empatia em relação às pessoas que cometem abuso significa desculpá-las e acusar a criança (FURNISS, 1993, p. 21).

O autor enfatiza que é possível demover-se de visões estereotipadas neste campo de atuação se nos dispusermos a compreender a dinâmica que gera o abuso e que investir em

programas de tratamento não exclui a esfera de responsabilidade que circunscreve os aspectos legais da interação abusiva.

A distinção legal e psicológica entre responsabilidade e participação torna mais fácil modificar a posição de vingança e rejeição em relação às pessoas que cometeram abuso para um modo terapêutico de entendimento e empatia pela própria experiência dessas pessoas, mantendo, ao mesmo tempo, uma clara noção de sua total responsabilidade pelo abuso (FURNISS, 1993, p. 21).

Para a consecução desta postura empática em relação ao entendimento do que leva o sujeito a abusar sexualmente de uma criança é imprescindível o enfrentamento do preconceito, por meio do exercício reflexivo, que aponte outros significados e sentidos para a cena abusiva. Em outras palavras, é preciso estarmos atentos às armadilhas de uma cultura que clama por definições precisas, respostas assertivas e rápidas que inibem, e às vezes até excluem, o pensamento reflexivo de nosso fazer profissional.

Temos aqui o risco da estereotipia de procedimentos que, como nos alerta Crochik (2006), fomentam a formação do preconceito.

[...] os estereótipos são produzidos e fomentados por uma cultura que pede definições precisas [...], nas quais a dúvida, como inimiga da ação, deve ser eliminada do pensamento e a certeza, perante a eficácia da ação, deve tomar o lugar da verdade que aquela ação aponta: o controle, quer da natureza, quer dos homens, para melhor poder administrá-los (CROCHIK, 2006, p. 22).

Como contraponto a esta estereotipia, propomos uma incursão bibliográfica preliminar sobre o tema nos traz alguns estudos reflexivos sobre o funcionamento psicodinâmico daquele que abusa sexualmente, com indicações mais contundentes sobre a necessidade de inseri-lo em programas de tratamento.

Glasser et al (2001), citados por Sanderson (2005), realizaram um estudo clínico onde constataram que “35% dos abusadores sexuais do sexo masculino tiveram uma história de abuso sexual quando crianças e que a maioria deles foi abusada por um parente do sexo feminino” (Sanderson, 2005, p. 55). Esber (2009), em um trabalho sobre a mesma temática, realizou uma importante revisão na literatura internacional que confirma a história de abusos na vida pregressa desses sujeitos [Lambie et al (2002); Greenberg et al (2005); Stirpe e Stermac (2003) e Smallbone e McCabe (2003)].

Ferrari e Vecina (2002) também reforçam o terreno da repetição apontando que as vivências de vitimizações na infância, quando não encontram caminho de elaboração, podem transformar-se em poderosas atuações inconscientes, de forma que o indivíduo

frequentemente age colocando para fora seus conteúdos internos não processados. As autoras ressaltam:

Tais vivências de vitimização ocorrida na infância, cercadas do emudecimento e da não-elaboração, muitas vezes não se encontram acessíveis ao consciente ou precisam ser negadas como um mecanismo de evitação da dor. Assim, nesse estado de inconsciência e negação da dor, resta a essa pessoa desempenhar o papel de vitimizador(a) mediante a repetição de ações violentas (FERRARI, VECINA, 2002, p. 205).

Nos encontros de supervisão em que temos a oportunidade de discutir o atendimento de pessoas que abusavam sexualmente de crianças, além da confirmação de histórias com os mais diferentes tipos de violência, é possível perceber certa incidência de um vínculo simbiótico e hedonista com a figura materna permeando o universo psíquico dessas pessoas: relatos de lembranças da infância nos quais se sentiam olhados como *“centro do mundo”* pelas mães que exaltavam de um jeito fetichizado o *“seu menino”*, não eram incomuns. Em uma ocasião, a equipe profissional de um serviço de referência teve que lidar com a *“invasão”* de uma senhora que blasfemava sobre as injúrias imputadas pela nora ao seu filho. O discurso, segundo aqueles que o assistiram, bastante inflamado, dizia que ela sabia quem tinha criado e que ele jamais seria capaz de abusar sexualmente da enteada. Na discussão do caso, o terapeuta revela o depoimento emocionado de seu paciente: *“Quando fui expulso de casa, por conta dessa história de abuso, minha mãe, que é a única mulher que sempre me apoiou e acreditou em mim, me recebeu com muito carinho. Naquela noite eu estava tão mal que só consegui dormir na cama dela”*.

É possível pensar que esses homens podem ter dificuldade de viver relações satisfatórias em termos afetivos e sexuais com mulheres maduras por encontrarem-se aprisionados no lugar narcísico do filho amado, no qual a estrutura do vínculo confunde ternura e erotização.

Freud (1905), ao estudar os desvios com respeito ao objeto sexual, fala-nos de um *“certo rebaixamento da aspiração ao alvo sexual”* (p. 145) como pré-requisito ao diagnóstico dos casos de fetichismo. Inicialmente, ressaltava os estudos de Binet (1888) sobre tais desvios que apresentam a *“influência persistente de uma impressão sexual recebida, na maioria das vezes, na primeira infância”* (p. 146) para, depois, em nota de 1920, enfatizar a crença da psicanálise na precocidade em que fixações patológicas se instauram no psiquismo.

Todas as observações pertinentes trazem em seu conteúdo um primeiro encontro com o fetiche no qual este já se havia apoderado do interesse sexual, sem que se possa compreender, pelas circunstâncias concomitantes, como chegou a fazê-lo. E todas as impressões sexuais “precoces” recaem no período posterior aos cinco ou seis anos de idade, enquanto a psicanálise leva a duvidar de que se possam formar novas fixações patológicas tão tardiamente. O fato verdadeiro é que, por trás da primeira lembrança do aparecimento do fetiche, há uma fase submersa e esquecida do desenvolvimento sexual, substituída pelo fetiche como uma “lembrança encobridora”, e cujo resto e sedimento, portanto o fetiche representa (FREUD, 1905, p. 146).

São recorrentes as indicações de que o abusador tem com a criança ou adolescente uma relação fetichizada. Freud nos alerta sobre analisarmos as raízes deste adoecimento que promove o encontro de um psiquismo identificado com o corpo sexualmente imaturo que procura. Na próxima seção, estes argumentos serão aprofundados na discussão sobre os mecanismos psíquicos dos quadros de perversão.

Uma das questões centrais nesta seara é que, de fato, seja pelos tabus que envolvem a figura do abusador, seja pela dificuldade de acesso a informações sobre suas vivências psíquicas, vida pregressa, laços afetivos, desenvolvimento da sexualidade; a maior parte dos profissionais refere não se sentir preparada para atender esta clientela. Alegam escassez de subsídios que possam nortear os investimentos nesta direção. Contudo, é imprescindível salientar que, mesmo neste campo de muitos empecilhos, alguns esforços têm sido empenhados no sentido de se aproximar deste universo. Descreveremos, no capítulo destinado a apresentação do campo desta pesquisa, a experiência de um grupo de estudos e atendimento a autores de agressão sexual, formado por movimento espontâneo de profissionais que estão efetivamente atendendo esta clientela. Outra faceta neste sentido é a recente pesquisa realizada junto a dez homens condenados por abuso sexual de crianças e adolescentes, onde Debona (2011) procura analisar a limitação a conteúdos mais estruturais e emocionais no relato desses indivíduos. Inicialmente do conjunto de seus pesquisados, todos negaram autoria do crime, embora tenham se declarado conformados em ter que pagar pelo que a sociedade lhes imputou. Posteriormente, pelo manejo hábil da entrevistadora, foi possível detectar algumas nuances no funcionamento de seus sujeitos:

“Meu pai achava um insulto falar disso [sexo] em casa” (C.B., 50 anos)

“Sempre tive medo de mulheres” (D.V., 40 anos)

“Não ter tido meu pai foi horrível!” (D.V., 40 anos)

“Quem faz essas coisas [abuso sexual] é coisa do mal, que o capeta encarna”

“Acho que a pessoa não estava lúcida, a pessoa começa a viver e faz isso com ela [...] é um momento de fraqueza dessas pessoas [...] ela não tem coração, não tem família, não gosta nem dele (J.G., 29 anos) (DEBONA, 2011, pp. 15–18).

O contato com estes relatos nos coloca frente a dinâmicas regredidas e autodepreciativas, pouco relacionadas ao fantasmático de monstro e homem mau veiculado no discurso cultural sobre a figura do abusador sexual.

Sanderson (2005) alerta sobre o risco de dicotomizarmos a discussão a respeito do abuso sexual de crianças estabelecendo os lugares de doente/demônio e normais/sadios, pois:

Demonizar os pedófilos como uma categoria especial de pessoas, que partilham das mesmas características, cria uma mentalidade de “eles e nós”; os pedófilos como maus, doentes e loucos, e os que não abusam sexualmente de crianças como “normais, sadios e bons”. A falha está em não se levar em consideração que as pessoas que procedem como cidadãos bons e sadios e parecem ser normais e sãos podem cometer abusos sexuais. E eles o fazem (SANDERSON, 2005, pp. 55–56).

Crochik (2006) refere-se a Freud (1986) para enfatizar a complexidade deste mecanismo psíquico que promulga a dicotomia do mundo entre bons e maus, saudáveis e doentes, agressores e vítimas, como defesa a circunstâncias que sentimos como ameaçadoras.

Freud (1986), ao descrever o desenvolvimento da diferenciação eu-mundo no indivíduo, mostra que, no início desta diferenciação, o bebê considera seu mundo interno aquilo que lhe é desagradável [...]. Assim, esse mecanismo—que objetiva dicotomizar o mundo em bom e mau e incluir o indivíduo naquilo que é bom—é antigo na esfera individual e pode surgir sempre que o indivíduo se encontrar numa situação de ameaça (CROCHIK, 2006, pp.21–22).

Consideramos de vital importância ter em conta todas estas problematizações e complexidades ao pensarmos as estratégias de atendimento ao autor da agressão sexual, sem o que corremos o risco de proposições inócuas.

Miller (1990), que acredita na possibilidade de tratamento desta problemática apenas dentro de um contexto de relacionamento não coercitivo e cuidadosamente construído nos faz refletir sobre a dificuldade de expressarmos qualquer lealdade em relação aos relatos, histórias e segredos daqueles que abusam, relegando-os ao lugar de criminosos que só poderão modificar seu comportamento por meio de contenções químicas, comportamentais, educacionais ou sociais. O autor ainda nos adverte que, ao não ouvirmos a história do indivíduo que abusa, “[...] silenciemos outra vez a ‘criança intimamente ferida’”. É neste silêncio que replicamos antigos comportamentos familiares e depois interpretamos as respostas do indivíduo como patológicas” (p. 27).

Furniss (1993) e Sanderson (2005) também ressaltam a necessidade de identificar os diferentes eventos de vida que podem predispor uma pessoa à dinâmica abusiva como ponto de partida para delinear ações de tratamento e prevenção na área.

Posta a premissa de corroborar com a necessidade de incluir o autor da agressão sexual nos programas de atendimento, abre-se aqui o campo de discussão sobre **como** fazer esta intervenção.

Apresentamos inicialmente os enunciados a respeito das intervenções mais correntes na atualidade, ou seja, a terapia hormonal (castração química), a terapia comportamental cognitiva e o acompanhamento psicológico compulsório, todos eles mergulhados no *paradigma penal*. Esta questão muito nos interessa debater, pois, a nosso ver, ela tem se constituído como um dos grandes entraves para que os profissionais do campo psicossocial assumam como possível ou válida a tarefa de tratar esta população.

As interfaces entre os diferentes campos de saber que compõem a intervenção interdisciplinar na temática sobre a qual discutimos (o Direito, a Educação, a Medicina, a Psicologia e o Serviço Social), têm se configurado, tanto nas demandas da prática como na argumentação acadêmica, como um terreno de tensões que, a meu ver, merece dedicação e esforços em direção a relacionamentos mais harmônicos. Partindo, pois, deste intento, propomos inicialmente um olhar crítico acerca dos tratamentos de autores de agressão sexual inseridos nos ditames da Justiça, para depois ampliar nossa reflexão a respeito do que pode ser proposto como diferencial neste campo de estudos e intervenções.

Sanderson (2005), ao refletir sobre a ideia de confinamento prisional como forma de recuperação do comportamento abusivo, afirma que “[...] trancar abusadores sexuais de crianças na prisão tem pouca ou nenhuma eficácia para encorajar a reforma ou habilitação. Ainda que as crianças estejam protegidas enquanto eles estão na prisão, não há garantias de que elas estarão seguras quando forem soltos” (SANDERSON, 2005, p. 98).

É interessante perceber que a proteção da criança como justificativa para manter os autores de agressão presos é uma máxima muito presente nas concepções dos profissionais sobre o assunto. Quando abordamos o tema em nossos cursos de formação, usamos como aquecimento da discussão uma dinâmica em que, após assistirem cenas do filme *O Lenhador* (direção de Nicole Kassell, 2004), os profissionais assumem os papéis de advogados de defesa e promotores que acusam o então réu, protagonista do filme, como se todos estivessem em um tribunal. As cenas escolhidas já retratam os contrapontos desta questão. Na primeira, o protagonista ouve o discurso do policial responsável pela custódia de sua condicional, uma vez que o rapaz havia cumprido pena pelo crime de pedofilia, apontando não acreditar em sua recuperação. Na segunda, o protagonista investe sobre uma criança com a qual estabeleceu contato amistoso, solicitando que sente em seu colo, numa manifestação clara de recaída em

relação ao impulso abusivo. Quando a menina revela, chorando, que aceitaria essa interação por já estar há anos envolvida no mesmo tipo de carinho com a figura paterna, o protagonista retrai-se com expressão de arrependimento, solicitando que a criança vá embora. Na dinâmica, quando no papel de promotores, os profissionais traduzem as ideias de que até concordam com a indicação de tratamento, mas que a única forma de garantir que as crianças estejam a salvo é manter os abusadores na cadeia.

Uma outra proposta muito questionada como forma de tratamento é a castração química ou terapia hormonal destes indivíduos, vista como alternativa segura à sua liberdade ao convívio social. Hachet (2005), em um contundente artigo sobre a eficácia do tratamento psicanalítico sob prescrição judicial, ressalta que “se o agressor sexual é psiquicamente fixado em uma sexualidade infantil pré-genital, muito aquém da genitalidade, estamos em condições de nos interrogar sobre o valor das terapias hormonais, conhecidas como de ‘castração química’” (p. 61). E, como foco que ilumina nossa discussão, concordamos plenamente com a autora quando nos alerta que “[...] a sexualidade não é redutível à genitalidade. Representação subjetiva (libido, pulsão, apoio) e até mesmo construção mental, ao mesmo tempo que lugar de uma diferença anatômica, a sexualidade é fundamentalmente ligada ao laço social” (p. 61).

Tendo como base as referidas críticas sobre a ineficácia da castração química, estabelece-se a proposta, atualmente mais difundida, de intervenção junto a agressores sexuais: a terapia comportamental cognitiva, também propostas em programas de recuperação carcerária. Segundo Sanderson (2005), o Programa de Tratamento para Agressores Sexuais (SOTP, sigla em inglês) foi introduzido pela primeira vez em 1991, no sistema prisional britânico, como uma reação de pesquisadores (Mcguire e Priestley, 1985, citado por Sanderson, 2005) à ideia do **nada funciona** (Martinson, 1974, citado por Sanderson, 2005), vigente à época. O programa enfoca aspectos tais como processos de tomadas de decisões, autoestima, autoafirmações e habilidades cognitivas. Pautado no princípio do relacionamento entre pensamento, sentimentos e comportamento (Mcguire, 2000, citado por Sanderson, 2005), o referido programa busca ajudar as pessoas que abusam sexualmente a exporem e se libertarem de sentimentos de raiva e desprezo que geralmente têm por si próprios, a reduzir suas vivências de solidão, estimulando-os à busca de relacionamentos afetivos pertinentes: “Ele também encoraja os agressores sexuais a examinar o que fizeram e a mostrar remorso autêntico e empatia em relação a suas vítimas por meio de jogos de teatro” (SANDERSON, 2005, p. 100).

Furniss (1993) e Vecina (2002), quando abordam a temática, propõem o tratamento do sistema familiar abusivo, enfatizando a leitura de que, na maioria dos casos, esta é uma disfunção gerada no interior do contexto familiar, por isso, aí deve ser tratado. Furniss entende a disfunção da família a partir de alguns referenciais que ressalta como funções familiares essenciais para a constituição psíquica saudável de um indivíduo e nota que, nestas famílias, ditas disfuncionais, o que observamos é a falha na concepção deste papel. Assim o autor nos fala:

Nas famílias em que ocorre o abuso sexual da criança, as fronteiras intergeracionais foram rompidas em certas áreas do funcionamento familiar [...]. A inversão da hierarquia familiar entre pais e filhos em algumas áreas conduzem a incongruência, [...] o que é desorientador e perturbador para a criança (FURNISS, 1993, p.50).

O autor, a partir de sua concepção do abuso sexual como síndrome de adição e segredo já exposta anteriormente, desenvolve um modelo em que diferentes formas de intervenção (terapia individual, de casal, do núcleo familiar) podem ser integradas de acordo com a multiplicidade de questões que o movimento do sistema, antes estabelecido numa homeostase doente, pode provocar.

Vecina (2002), que baseia sua intervenção na teoria dos papéis de referencial psicodramático, faz um significativo apontamento para aqueles que se propõem ao lugar de terapeuta do indivíduo que abusa sexualmente:

[...] considerar que estamos simplesmente *trabalhando com o(a) agressor(a)*, além de ser uma falácia—tendo em vista ser este um entre os muitos papéis que o indivíduo desempenha—é uma forma de reduzir a identidade humana a um só aspecto, alimentando estigmatizações e criando, cada vez mais, dificuldades para a ocorrência de mudanças (VECINA, 2002, p. 203).

Acreditamos ser este um assinalamento de vital importância se buscamos efetividade nas intervenções nesta área. Compartilhamos mais uma lembrança de nosso percurso como supervisora que expõe as abrangências dessas celeumas: trata-se do depoimento consternado de um jovem terapeuta sobre sua dificuldade em *“sair do lugar daquele que deve controlar as possíveis recaídas do paciente”*. Contou-nos que se deu conta de estar capturado nesta função, a partir da fala do próprio paciente, que dizia: *“Tenho a impressão que quando você me pergunta como foi meu final de semana, você quer saber onde eu fui, o que eu fiz, só para controlar se estou indo atrás dos garotinhos; e que se eu começo a contar de outras coisas é como se eu estivesse fugindo de te falar sobre isso...”*. Apesar dos elementos

transferenciais e inconscientes comunicados nesta fala, o terapeuta admite que, em grande parte, era justamente nesta direção que seus questionamentos iam.

É exatamente deste ponto, do “*sentir-se capturado em funções que me são estranhas*”, trazido no relato acima e também no de outros que procuram trabalhar a interdisciplinaridade nas práticas profissionais, que gostaríamos de ampliar nossas reflexões sobre as interfaces da intervenção na rede de proteção à infância e juventude em situação de abuso sexual, problematizando a prevalência das ações intermediadas pelo poder judiciário.

Bicalho (2009) também traz suas preocupações com as práticas profissionais classificatórias destituídas de uma crítica política, ao nos dizer que

[...] de uma forma hegemônica, tem-se construído fazeres e dizeres sem questionar criticamente a que interesses políticos tem-se atendido, contribuindo assim para a legitimação de lugares de segregação, na medida em que se atesta através de instrumentos “desveladores de personalidade” que alguns podem ser classificados como são e, portanto autorizados à interação social e outras, criminalizadas e recomendadas à reclusão (BICALHO, 2009, pp. 4–5).

Segundo Cerruti e Rosa (2008) o discurso do judiciário categoriza e operacionaliza uma visão sobre o sujeito inserido em seus próprios códigos. As autoras nos dizem que “O campo jurídico, ao estabelecer posições definidas—no caso aqui definindo *a priori* vítimas e culpados—acaba por tornar opaca esta multiplicidade de sentidos para dar lugar a um único sentido, passível de ser generalizado” (CERRUTI, ROSA, 2008, p. 12).

O que tem se colocado como ponto crucial nas discussões que enfocam encontros possíveis entre Psicologia e Justiça é que esses saberes não se fechem no absolutismo de suas concepções e instrumentos de trabalho, mas sim se impliquem na criação de novas práticas, isto é, na busca de arranjos que não denotem a sujeição de um campo a outro.

Acreditamos que os determinantes do campo jurídico não necessariamente precisam ser vistos como opositores aos parâmetros que regem o fazer do psicólogo, afinal, muitos investimentos têm somado na direção de uma composição que se pense consonante na pretensão do objetivo maior que é a garantia de direitos.

A seara em que este mal-estar tem sido mais evidente é a que trata da compulsoriedade do tratamento psicológico, certamente uma das inquietações mais frequentes nos grupos de supervisão. É possível contornar a ausência de demanda? Interroga-se aqui, explicitamente, o caráter fundamentalmente contraditório da terapia imposta.

Hachet (2005), ao questionar sobre a viabilidade de um tratamento psicoterápico aos agressores sexuais no sistema prisional, argumenta a respeito da confusão e inversão de

papéis e funções institucionais que marca este terreno e institui o paradoxo de “inscrever uma lógica sem objeto, nem sujeito, nem demanda” (p. 48). Salienta que a configuração dos papéis da psiquiatria e do judiciário deslocou-se de um contorno mais delimitado a uma confusão até chegar a uma evidente inversão onde “[...] o magistrado prescreve o tratamento como pena e o médico aplica a pena de tratamento” (p. 48). Com isso, a autora é assertiva quando defende a necessidade premente de que os campos da Psicologia e do Judiciário sejam discriminados, principalmente no que se refere à possibilidade de eficácia de um tratamento.

O objeto e o sujeito de tratamento devem ser novamente situados na singularidade e na especificidade de um encontro terapêutico, que não poderia ser reduzido, por um lado, a uma prática administrada sob coação e, por outro, sustentada por uma lógica de normalização fazendo impasse à realidade clínica que recusa submeter-se a isso (HACHET, 2005, p. 62).

As equipes profissionais trazem frequentemente o absenteísmo, os abandonos, a hostilidade dos usuários frente à obrigatoriedade, posta pelo judiciário, de frequentarem o Serviço, as constantes solicitações por avaliações e relatórios, como atravessamentos que ameaçam descaracterizar o seu fazer terapêutico. São muitas variáveis deste contexto institucional que tornam este questionamento extremamente legítimo.

Manter um posicionamento que não se recuse a atender as solicitações de parcerias institucionais, mas que contextualize as respostas de forma a garantir as convicções éticas que permeiam cada uma das práticas profissionais é o que nos indica Bicalho (2009),

Trata-se de uma subversão da demanda, demonstrando sua capacidade em ser crítico para avaliar o que é solicitado, e questionar até que ponto o pedido supera suas possibilidades, para que possa pensar em outras práticas, outros fazeres mais condizentes com seus preceitos éticos [...]. Estas proposições exigiriam uma implicação com aqueles que são alvos das intervenções profissionais. O reconhecimento destes sujeitos de direitos, que demandam um acolhimento neste processo de institucionalização que muitas vezes podem levá-los a mortificações de seus lugares singulares [...] (BICALHO, 2009, p. 7).

A disposição e, por que não dizer, a coragem de olhar para além dos atos abusivos e propiciar a emergência do sujeito singular com suas fragilidades e história de vida tem sido o grande desafio dos profissionais que lidam com a violência sexual, principalmente daqueles que hoje se mobilizam em direção ao atendimento do agressor.

No bojo deste desafio, voltamos a afirmar, está o enfrentamento das estruturas que alicerçam o preconceito. Uma árdua busca pela contraposição do pensar e agir estereotipados e pela sedimentação de um olhar que focalize as tensões entre o sujeito (profissional) e o

sujeito-objeto da intervenção (o agressor sexual) promovendo um constante movimento de percepções e afetos no contexto em que estão inseridos. Tomamos como referencial a consigna de Crochik (2006), “[...] o antídoto do preconceito está na possibilidade de experimentar, sem ter a necessidade de se prevenir da experiência pela ansiedade que ela acarreta, assim como na possibilidade de refletir sobre si mesmo nos juízos formados por meio da experiência” (p. 30).

Tomando como base os pontos que procuramos refletir, é possível apreender o quão permeado por impasses e inquietações é este campo de intervenção. Todavia, uma das maiores inspirações que temos neste papel de supervisora, é perceber também a efervescência de transformação nestes espaços, nos quais podemos expressar, compartilhar e vibrar toda a sensibilidade dos que escolhem e acolhem esta temática. E é neste campo de compromisso acadêmico que esta pesquisa se insere. Orientamo-nos, então, para um questionamento que consideramos de extrema relevância quando pensamos em enfrentar dilemas e fragilidades e apurar as estratégias de intervenção clínica junto a estes sujeitos. Referimo-nos às recorrentes inquietações sobre como circunscrever o debate que analise abuso sexual, incesto e perversão. Assim, buscando subsídios para adensar esta reflexão, adentramos ao campo das construções teóricas sobre a perversão.

2.7 Psicanálise e Perversão

Ao voltarmos então nossa atenção para a constituição arcaica do comportamento incestuoso, chegamos aos estudos sobre perversão. Sabemos a priori que este é um campo que suscita polêmicas e resistências, uma vez que tende a afetar aquilo para o que, acintosamente, desviamos o olhar: “a perversão nossa de cada dia” (DUNKER, 2010). Com este título, o autor expõe suas reflexões em artigo publicado na revista *Cult* que, em versão eletrônica, provoca acirradas contestações ao lado de calorosos aplausos. Dunker esclarece que a tese psicanalítica sobre o desenvolvimento da sexualidade é marcada por um início perverso, isto é, a criança explora, transgride e exagera diferentes formas de satisfação sexual, assim como direciona seus impulsos sexuais admitindo que estes têm diversidade plástica e mutações. O autor usa este referencial exatamente para diferenciar o que entende como perversão no indivíduo adulto: a expressão da sexualidade se dá por um caráter de fixidez e função

subjetiva de desautorização da lei, enfatizando ainda um tipo de intenção que coloca o perverso no lugar de quem “gosta de fazer mal ao outro”. Ao mesmo tempo em que chama nossa atenção para este diferencial que muitas vezes opera como salvaguarda para nos sentirmos totalmente distantes do modo de funcionamento perverso, o autor instiga a discussão sobre perversão e experiência comum.

Os mais diferentes e insólitos tipos de satisfação estão presentes em todos nós, de forma atenuada, disfarçada ou restrita. Não é pela ausência e presença dessas tendências que podemos definir a perversão. **Os perversos não são extra-humanos, mas demasiadamente humanos** [...] (DUNKER, 2010, p. 3, grifos nossos).

Dunker, na verdade, ratifica e atualiza os posicionamentos de Freud (1905), Foucault (1988) e Roudinesco (2008) acerca dos mecanismos humanos e culturais que, ao negarem os sinais de proximidade entre a expressão sexual perversa e a dita sexualidade normal, classificando a primeira como aberração, degenerescência ou desequilíbrio psíquico, buscam, na verdade, o distanciamento da face escusa inerente a cada um de nós. Freud é cabal em sua afirmação:

A experiência mostra que a maioria desses desvios, nos casos menos graves, estão raramente ausentes da vida sexual dos sujeitos normais, que os veem simplesmente como particularidades de sua vida íntima. Pode-se dizer que em nenhum indivíduo normal falta um elemento que se possa designar como perverso, acrescentando-se ao objeto sexual normal (FREUD, 1905, p. 158).

Foucault, ao analisar a história da sexualidade do final do século XVIII até o que se constituiu como sociedade moderna, vai enfatizar a estreita relação entre saber/ poder sobre o prazer e os corpos como pilar inexorável para a proliferação e discriminação de expressões sexuais, dentre elas, a perversão. Sigamos o autor:

O crescimento das perversões [...] é o produto real da interferência de um tipo de poder sobre os corpos e seus prazeres. Talvez o Ocidente não tenha sido capaz de inventar novos prazeres e, sem dúvida, não descobriu vícios inéditos, mas definiu novas regras no jogo dos poderes e dos prazeres: **nele se configurou a fisionomia rígida das perversões** (FOUCAULT, 1988, pp. 55–56, grifos nossos).

Elisabeth Roudinesco (2008), em sua obra *A parte obscura de nós mesmos—uma história dos perversos*, faz um notável estudo sobre as concepções de perversão, enredadas nos diferentes movimentos políticos, sociais e morais de nossa história. A autora instiga-nos nas conclusões de sua pesquisa:

Dar cabo da perversão. Eis portanto na atualidade, a nova utopia das sociedades democráticas globalizadas, ditas pós-modernas: suprimir o mal, o conflito, o destino, a desmedida, em prol de um ideal de gestão tranquila à vida orgânica. Por outro lado, **não haveria risco de um projeto deste tipo ser capaz de fazer ressurgir, no seio da sociedade, novas formas de perversões, novos discursos perversos?** (ROUDINESCO, 2008, p. 164, grifos nossos)

Destacamos o questionamento de Roudinesco na medida em que não temos como desconsiderar os muitos aspectos da vida institucional onde os sujeitos desta pesquisa estão profissionalmente inseridos, que retratam nuances, como veremos mais detalhadamente em nossas reflexões, do funcionamento perverso. A título de ilustração, situo dois exemplos de circunstâncias que frequentemente inquietam os trabalhadores: a falácia das ações em rede intersetorial, com suas insígnias de horizontalidade e cooperação, circunscritas a contextos rigidamente hierarquizados onde a pauta de trocas profissionais ainda é marcadamente corporativa (*cada um no seu quadrado*), e, também, a marca do *desmentido* traduzido em negações de uma realidade que todos percebem como panorama constante nas ações de proteção às crianças em situação de violência: “Nós, ACS (Agentes Comunitários de Saúde), junto com a equipe do NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família), funcionamos assim: eles fingem que fazem, nós fingimos que está sendo feito e, no final, todos fingem que o caso foi solucionado” (LIMA FILHO e FAGUNDES, 2014, p. 688). Certamente retomaremos esta discussão no desenvolvimento do presente estudo.

A intenção de começar a abordagem temática com uma reflexão que nos coloca face a face com o horror que pode estar em cada um de nós não é, de forma alguma, minimizar o caráter de predação psíquica (CYRULNIK, 1994) da investida incestuosa. Contudo, precisamos lidar também com o paradoxo ético na própria definição de perversão para entender que o mais significativo nesta problemática não é a determinação da transgressão à lei, mas o interesse genuíno pela experiência que a ação perversa promove naquele que a realiza e naquele que a sofre, enfatizando, nesta análise, o lugar que o primeiro confere ao segundo.

Outro autor contemporâneo que traz instigantes questionamentos sobre o campo de estudos e práticas que circunscreve psicanálise e perversão é Rosa Jr. (2013). Enuncia, de forma veemente, sua contraposição ética às ideias moralistas e preconceituosas, pautadas em imaginários de bons costumes, ainda muito presentes nos meios profissionais, e que acabam levando ao descrédito as possibilidades do tratamento analítico destes sujeitos.

Rosa Jr., a partir dos questionamentos iniciais sobre a própria definição psicanalítica do que seria perversão (uma estrutura? uma montagem? a manifestação soberana da

realização do desejo?); sobre a admissão (ou não) de uma peculiaridade do gozo e do desejo perversos, e sobre o imperativo do fascínio pela imagem e pela insubmissão à lei como inerentes a um dito padrão fixo do indivíduo perverso, estabelece seus argumentos sobre a íntima relação entre gozo perverso e recusa à filiação. As principais perguntas de sua pesquisa salientam a engenhosidade das formulações lacanianas sobre um possível sentido da palavra *perversão*:

A sagacidade de Lacan em reconhecer que a palavra francesa *perversion* (perversão) permite homofonias com os significantes *père* (pai), *vers* (em direção a) e *version* (versão), seria a aposta de que a perversão poderá se constituir tanto como outra forma de versão do pai, como busca deste? Neste sentido, a *perversion* será uma versão possível de se dirigir ao pai? (ROSA JR., 2013, p. 19).

Interrogações que certamente aguçam o interesse deste estudo e, por isso, merecerão aprofundamento com o avançar do texto, na medida em que abrem uma importante direção no entendimento do funcionamento psíquico dos autores de agressão sexual que tem acedido ao investimento terapêutico.

A partir destas referências iniciais, que apoiam uma das intenções fundamentais desta tese, que é o enfrentamento de questões que se configurem como reticências ou negativa à intervenção junto a todos os sujeitos que compõem a trama incestuosa, proponho uma incursão pela fortuna teórica da Psicanálise acerca deste tema, tão polêmico e controverso como imprescindível, se nossa pretensão se vocaciona ao aperfeiçoamento da referida terapêutica.

2.7.1 O estudo da perversão na obra de Freud

- **Primeiras formulações**

Valas (1994), ao traçar o percurso das formulações sobre a perversão na obra freudiana, destaca os prenúncios da ideia que relaciona perversão e vivências infantis primárias. Refere os trabalhos de A. Binet (*Fétichisme dans l'amour*, 1887) e A. Moll (*Investigations sur la libido sexualis*, 1897) e H. Ellis (*Études de psychologie sexuelle*, 1897/1919) como marcos das reflexões sobre a imanência da sexualidade na criança e os possíveis desarranjos neste processo. Segundo o autor, Binet “[...] formula a hipótese de que a

perversão seria causada por um acontecimento vivido, na infância, tendo deixado seu traço sob a forma de uma associação mental. Haveria, pois, uma estrutura comum a toda perversão” (pp.12–13).

Destaca ainda que Binet já indica, em suas formulações, a normalidade do caráter polimorfo da sexualidade infantil e a patologia circunscrita à fixação em um único aspecto: “se, no sujeito normal, múltiplas excitações são possíveis, a patologia só começa no momento em que o amor por um detalhe qualquer se torna preponderante a ponto de apagar o resto” (VALAS, 1994, pp. 12–13).

Sobre os estudos de A. Moll e H. Ellis, já contemporâneos de Freud, Valas ressalta o cuidado com o olhar para as manifestações do instinto sexual na infância, sem atribuir-lhes um caráter patológico, na medida em que se diferenciam da sexualidade adulta. Segundo o autor, Ellis dedicou-se à noção de autoerotismo e, aproximando-se bastante de Freud em seus *Estudos sobre a histeria* (1893–1895), aderiu aos postulados sobre interrupção do desenvolvimento como gênese das perversões sexuais, ressaltando a influência do meio ambiente e, particularmente, a sedução de crianças por adultos.

Freud, inicialmente demonstrando pouco interesse pelo estudo das perversões, adere às teorias clássicas de degenerescência e as apresenta de uma forma geral, como manifestações da bestialidade humana. Seu interesse genuíno à época é a etiologia das psiconeuroses. Assim, como vimos, a figura do perverso aparece no universo de atenção de Freud como o agente causador de um traumatismo na criança, sustentado numa trama de sedução sexual, que se desdobra na sintomatologia histérica. Mais adiante, sempre pautado no interesse de que suas concepções ancorassem o direcionamento clínico dos casos que atendia, o autor põe em dúvida a noção de perverso sedutor e, ao avançar rumo à teoria das fantasias infantis, passa a entrever o seu papel nas construções históricas.

É recorrente entre os autores que comentam a obra freudiana (Bleichmar, 1984; Dor, 1991; Valas, 1994; Ferraz, 2005; Endo, 2005; Rosa Jr., 2013; entre outros) que a carta 52, escrita pelo autor ao amigo Fliess em 6 de dezembro de 1896, retrata o marco inicial de suas formulações sobre a perversão. É nesta correspondência que Freud distingue a histeria, a paranoia e a perversão, atribuindo a esta última um caráter de retorno à *loucura original*, esclarecendo assim as relações entre o autoerotismo e o *eu primitivo* (VALAS, 1994). Pode-se perceber que, neste momento, o pressuposto é que a perversão seria decorrência de um hiato no desenvolvimento do psiquismo, uma regressão a um estágio primitivo, em função da exiguidade das defesas infantis diante de vivências sexuais precoces: “Outra consequência das

experiências sexuais prematuras é a perversão, cujo determinante parece ser o fato de que a defesa não ocorre antes de o aparelho psíquico estar completo, ou então não ocorre nunca” (FREUD, 1896, p. 211).

Nesta mesma carta, Freud reforça à Fliess suas elaborações sobre as ligações entre a neurose histérica e a perversão de um adulto sedutor. A despeito desta tese ter sido posteriormente invalidada, quando o autor interroga sobre realidade factual e construções fantasmáticas de uma realidade psíquica nas cenas de sedução trazidas por suas pacientes, concordamos com Rosa Jr. (2013) sobre a relevância de tal posição na medida em que ela encerra uma premissa confirmada no decurso das produções freudianas: “[...] a saber, as estruturas clínicas, sejam elas neuroses, psicoses ou perversões, são defesas diante do sexual. Ou seja, tratam-se de saídas encontradas pelo sujeito para lidar com a castração” (ibid., p. 38). Desta feita, citamos:

Parece-me cada vez mais que o aspecto essencial da histeria é que ela decorre da *perversão* por parte do sedutor, e [parece] cada vez mais que a hereditariedade é a sedução pelo pai. Assim, surge uma alternância entre as gerações:

1ª geração—perversão

2ª geração—histeria e consequente esterilidade

Ocasionalmente, há uma metamorfose num mesmo indivíduo: perverso durante a idade do vigor e, depois, passado um período de angústia, histérico. Por conseguinte, a histeria não é a sexualidade repudiada, e sim a *perversão repudiada* (FREUD, 1896, p. 213).

O que consideramos de extrema relevância é que mesmo tendo os avanços da teoria freudiana prescrito a ideia da etiologia da histeria necessariamente ligada à atuação de um perverso, as reflexões do autor supracitadas aludem a uma problemática que persistiu e se mantém veemente até hoje, ou seja, a complexidade em se circunscrever um diagnóstico, segundo os referenciais psicanalíticos, de perversão. Podemos observar esta preocupação por identificar os elementos que organizam o comportamento perverso como permanente em muitos outros textos de Freud.

Em a *Interpretação dos sonhos* (1900), Freud começa a analisar a falha da censura expressa nos sonhos com motivações muito semelhantes aos fantasmas dos perversos. No estudo do sonho típico *confusão devido à nudez*, observa que o comportamento de se mostrar nu diante dos outros, tão relevante para o desenvolvimento psicosssexual de uma criança, manifesta-se como sintoma exibicionista entre os perversos.

É no caso Dora (1905) que Freud rompe com as concepções das teorias clássicas da época e com seus próprios conceitos preliminares sobre a natureza animalesca das perversões:

As perversões não são nem bestialidades, nem a degeneração, no sentido patético dessas palavras [...]. Elas estão contidas na predisposição sexual não diferenciada da criança [...]. Quando alguém se torna, grosseira e manifestadamente, perverso, seria mais correto dizer, que permaneceu como tal, pois exemplifica um estágio de inibição do desenvolvimento (FREUD, 1905, p. 32).

Nesta guinada teórica, Freud impacta os estudiosos de sua época ao destacar que, na verdade, não existiam normas sexuais e sim normas sociais, e que todo ser psiconeurótico possuía tendências perversas, mas recalcadas no decorrer de seu desenvolvimento. Ao afirmar que os fantasmas inconscientes do neurótico se igualam em termos de conteúdo às genuínas ações dos perversos o autor traça, pela primeira vez, um paralelo entre neurose e perversão, diferenciando-as do ponto de vista tópico: “as psiconeuroses são o ‘negativo’ das perversões” (p. 5). Esta análise, já posta na genialidade das construções freudianas há mais de cem anos, passa a se constituir como foco, a nosso ver, essencial na direção do enfrentamento da acirrada questão sobre o atendimento dos autores de agressão sexual.

Nas demandas dos profissionais à supervisão, uma preocupação é constante: “*Estamos diante de um perverso? Como saber? Como lidar?*”. Oscilam entre o receio de não ter bagagem para o manejo terapêutico destes indivíduos e a constatação de que, apesar de terem efetivamente abusado de sua prole, não apresentam as características que descrevem, segundo os referenciais conceituais vigentes, a personalidade perversa. Mais uma vez, a delicadeza da hipótese diagnóstica neste campo. Abordando o assunto, Rosa Jr. (2013) traz uma contundente observação de Martinho (2011) sobre os preceitos iniciais de Freud que caracterizavam a ação perversa como concretização de fantasias inconscientes recalcadas, alertando-nos para a inconveniência de imprecisões:

Sendo assim, nos neuróticos, as tendências perversas recalcadas podem se tornar conscientes, e podem, ocasionalmente, se realizar em atos imaginários, até mesmo reais [...]. Do ponto de vista fenomenológico, é quase impossível distinguir a neurose da perversão, a não ser pela observação de que nos neuróticos a atuação das fantasias perversas permanece isolada e nos perversos permanece estereotipada, fixada em modos particulares e repetitivos [...] (MARTINHO, 2011, pp. 29–30 in ROSA JR., 2013, p. 42).

A autora destaca ainda que, nesta época, além de enfatizar que a ação perversa não definiria, a priori, o indivíduo perverso, Freud identifica dois elementos—a fixação e a estereotipia do gozo do sujeito—que, posteriormente, também serão indicados por Lacan como constituintes da psique perversa. Com estes apontamentos, é possível apreender a necessidade de qualificação para o atendimento a esta clientela. Confirmamos e nos

mobilizamos continuamente com as demandas dos profissionais que se enveredam neste desafio, definindo a Psicanálise como campo epistemológico privilegiado para orientar nossa reflexão. Continuamos, pois, a acompanhar as construções freudianas.

- **Pulsões sexuais e perversão**

Ao tratar da problemática da economia libidinal em *Três ensaios para uma teoria sexual* (1905), Freud atenta para as possibilidades desviantes da pulsão sexual, tanto aquelas que se referem ao objeto sexual (pessoa que atrai sexualmente), quanto as que dizem respeito ao objetivo sexual (ação para a qual se impulsiona a pulsão).

Enfocando as aberrações sexuais, o autor conclui que a pulsão sexual, num primeiro momento, existe independentemente de qualquer relação objetal; e com esta ideia continua avançando no sentido de retirar do campo da patologia pura as discussões conceituais sobre as perversões sexuais. Então, ao referir-se sobre anomalias sexuais, como a pedofilia ou zoofilia, nas quais a escolha do objeto sexual incide sobre crianças e animais, respectivamente, ressalta que nenhuma tara pode ser invocada e que, para muitos indivíduos, a índole e o valor do objeto sexual não são fatores prioritários na equação pulsional.

Posto está o quão provocadora é a construção do pensamento freudiano para aqueles que lidam, em seu cotidiano profissional, com a circunstância de um adulto que seduziu ou coagiu uma criança para a cena sexual. Entretanto, o que nos convoca o autor é à ampliação do olhar que ultrapasse o campo do moralmente determinado na análise dos elementos que estão envolvidos nesta motivação de sexualidade. Em contrapartida, ao falar sobre os desvios em relação ao objetivo sexual, Freud caracterizará aspectos psicopatológicos da perversão a partir da equação libidinal que conduz a pulsão a uma fetichização de determinadas partes do corpo do parceiro e que, muitas vezes, renuncia ao ato sexual, fixando-se nos objetivos preliminares como fontes de prazer. Desta forma, segundo o autor,

[...] o prazer de ver (escopofilia) transformar-se em perversão (a) quando se restringe exclusivamente à genitália, (b) quando se liga à superação do asco (o *voyeur*—espectador das funções excretórias), ou (c) quando suplanta o alvo sexual normal, em vez de ser preparatório a ele (FREUD, 1905, p. 96).

Partindo de suas formulações sobre os desvios em relação ao objetivo sexual, mais especificamente quando reflete sobre o voyeurismo e o exibicionismo, nos quais os objetivos sexuais ligados à supervalorização da função escópica manifestam-se de forma ativa e

passiva, ou seja, na necessidade de ver ou ser visto, Freud chega ao estudo do que passou a considerar as perversões cardeais: o sadismo e o masoquismo.

Para o autor (1905, 1915), o sadismo configura-se como o desenvolvimento excessivo da agressividade pulsional e o masoquismo como o retorno do sadismo sobre o sujeito que, ao assumir o lugar de objeto sexual, sente prazer com o sofrimento infligido pelo parceiro. Assim, o objetivo sádico consistindo em infligir dor aparece retroativamente. O sádico, provocando essa dor em outros, goza de modo masoquista, na identificação com o objeto sofredor. Naturalmente, goza nos dois casos, não pela própria dor, mas pela excitação sexual que a acompanha, o que é particularmente cômodo na posição do sádico. Gozar com a dor seria, portanto, um fim originariamente masoquista, mas que só pode se tornar um objetivo pulsional sobre um fundo sádico originário. É com a associação das duas posições e apresentação do termo *sadomasoquismo* que Freud passa então a enunciar preocupações sobre o caráter de interdependência entre agressor e vítima nos processos através dos quais os indivíduos infligem tormentos a outros e a si próprios. Destacamos, logo de início, diferenças entre a expressão perversa que, eminentemente, associa prazer e dor (física ou psicológica) e a manifestação neurótica advinda de um trauma que busca o desprazer de forma compulsivamente repetitiva e, com isso, ajuda-nos na compreensão de modos subjetivamente distintos de perenizar ou transformar o comportamento violento. Endo (2005), ao ratificar a diferenciação proposta por Freud, aponta que a gênese que perpetra ou busca sofrimento na neurose traumática

[...] pode e deve ser buscada em formas de defesa elementares, biologicamente ativadas, muitas vezes após o fracasso das defesas egóicas, imobilizadas diante dessa enorme assimetria quantitativa entre a força que penetra e capacidade de metabolizá-la, ligá-la, tramitá-la psiquicamente (ENDO, 2005, p. 148).

O mesmo autor cita Laplanche (1990) ao discriminar o sadomasoquismo como uma desordem “imediatamente referida à ‘excitação e gozo sexuais’ (p. 91)” (ibid., p. 148), e complementa suas reflexões afirmando que, a despeito dessas ideias terem sido reordenadas no pensamento freudiano com a segunda teoria pulsional (1920), numa articulação com a pulsão de morte, “por definição, o sadomasoquismo jamais poderá prescindir de seu caráter libidinoso sexual, como ponto de partida para sua elucidação” (ibid., p. 148).

Freud estabelece um profícuo debate tendo suas formulações sobre o sadomasoquismo como ideia essencial na compreensão das estratégias psíquicas inconscientes que inter-relacionam prazer, dor e vida sexual. Um instigante percurso que parte dos *Três ensaios sobre*

a teoria da sexualidade (1905) passa por outras obras e textos significativos, como *As pulsões e seus destinos* (1915), *O homem dos lobos* (1917), *Espanca-se uma criança* (1919), apenas para citar alguns deles; até chegar às formulações de *Além do princípio do prazer* (1920) e o *Mal-estar na cultura* (1930), quando o autor situa a axiomática sadomasoquista como expressão de morte na discussão que procura distinguir o campo sexual do não-sexual. Autores comentadores da obra de Freud alimentam até hoje este debate, tamanha a sua relevância. Para nosso trabalho, não obstante a fortuna de ideias que se desdobram em expressivos campos de análise, privilegiaremos o olhar que marca exatamente uma constante atenção para a complexidade dos processos psíquicos presentes nas múltiplas, diferentes e complementares expressões da violência; especificamente sobre o enfoque que discrimina as representações (neuróticas, perversas, sociais) que caracterizam a trama incestuosa, como objeto de estudo e intervenção.

O trabalho de Endo (2005) propõe justamente o adensamento do olhar para a distinção entre neurose traumática e sadomasoquismo, pautando o caminho discursivo de Freud e sua análise sobre as diferentes forças psíquicas que orientam estes dois funcionamentos anímicos.

Endo destaca em seu texto a articulação entre o sadomasoquismo e o sadismo-anal presentes em *O homem dos lobos* (1917) e *Espanca-se uma criança* (1919), mostrando-nos sua manifestação como

[...] o resultado de posições identificatórias superpostas, cruzadas, segundo expressão de Viderman (1982), e pré-genitais. Uma espécie de forma expressiva do sadismo-anal, um sintoma de fixação erótico-anal entre o horror e o perigo da castração, portanto, na constelação edipiana, o sadomasoquismo não é outra coisa senão a face exposta de uma subjetividade pré-genital, que define relações impostoras [...] (ENDO, 2005, p. 161).

Uma observação comum mostra-nos o quanto o advento do controle esfínteriano no desenvolvimento infantil toma importância na cena familiar. A criança, além de experimentar o poder e o prazer anal auto-erótico com a retenção e expulsão das fezes, certamente percebe os efeitos desta regulação sobre o ambiente parental e se mobiliza para manter esta atenção e gratificação dos pais diante de seus “produtos”. Uma fase que impõe condições críticas ao psiquismo infantil, uma vez que, para atravessar a castração, precisa lidar com sua inépcia de autossatisfação erótica e com as demandas de outros desejos, próprios das relações objetais. Perturbações nesta equação psíquica facilmente encaminham-se para uma fixação sádico-anal que bloqueia o processo através do qual, pela castração, abrem-se as possibilidades do prazer genital. Como afirma Endo, “perder o falo significa possuir um pênis, atravessando a

castração. Barganha-se uma perda narcísica por um corpo íntegro, não mutilado, apto às possibilidades de prazer genital que a fixação sádico-anal obstaculiza (ibid., p. 163). Esta é uma dinâmica que, segundo o autor, define o sadomasoquismo com características sádico-anais.

Tal concepção ajuda-nos sobremaneira na compreensão da sintomatologia ligada ao controle de esfíncteres, tão comuns nas crianças que viveram a incestualidade em idade precoce. O pequeno Luís Carlos fora abusado por seu genitor entre os 2 e 4 anos de idade. Aos 6 ainda não apresentava um controle satisfatório da evacuação. Segundo relatos de sua mãe, ficava dias sem ir ao banheiro, deixava as fezes “escaparem”, sujando constantemente suas cuecas e não gostava de se limpar. Era também exigente com a arrumação de seu quarto, ficando muito alterado quando algum objeto era retirado do lugar que havia colocado. Gostava também de acumular, em pequenos vidros, insetos que capturava. Mais de uma vez, na sessão de terapia, quando retratava em conversa ou desenho algo relacionado à figura paterna, evacuou em sua roupa. Segundo sua terapeuta, foram momentos de tensão, pois Luís Carlos negava-se a admitir que algo estava errado, a despeito do mal cheiro apontado pela psicóloga. Assim retratou a profissional no encontro de supervisão: *“Ele não parecia incomodado ou envergonhado, pelo contrário, demonstrava uma certa satisfação pelo meu incômodo com o odor de suas fezes, com eu não saber muito bem como lidar com tudo aquilo”*. É importante perceber na apresentação deste recorte de atendimento que a evacuação do pequeno paciente, ao mesmo tempo que poderia representar sua tentativa em excretar os conteúdos sujos ligados à história abusiva com seu pai, desdobrava-se num prazer sádico em manter sua terapeuta submetida ao fétido de seus excrementos—circunstância que retrata muito bem o montante de prejuízos que pode assolar um corpo e um psiquismo sexualmente violados.

Outra importante questão para a qual Endo (2005) nos chama a atenção é o caráter fantasmático do gozo sádico com a dor, que se estabelece por meio da identificação perversa, em contraponto à posição predominantemente masoquista que, ao dispor de seu corpo como sacrifício a um dominador onipotente, precisa viver a dimensão real da dor. A despeito desta distinção entre os feítos de gozo com a dor (fantasmático para o sádico e real para o masoquista), o autor sublinha que:

[...] no pacto sadomasoquista, os parceiros são reduzidos a objetos que gozam, obedientes a uma ordem partilhada de modo muito preciso, mas impossível de ser assumida por qualquer um dos parceiros perversos, que se eximem de toda a responsabilidade sobre as formas de obtenção desse gozo. É um gozo irresponsável encerrado em si mesmo, e talvez por isso seja *algo que impressiona pela estabilidade e pela unidade* (ENDO, 2005, p. 179. Grifos do autor em referência à AULAGNIER, 2005, p. 11).

Já apontamos anteriormente o traço de submissão da mulher/ mãe, que marca o relacionamento do casal na dinâmica familiar abusiva. Cabe ressaltar, porém, que, em muitas circunstâncias, o que passa a chamar a atenção dos profissionais é exatamente a complementariedade e alternância entre os lugares de quem “manda” e de quem “obedece” na díade parental que responde pelo interdito social/ jurídico do cenário incestuoso. Os terapeutas referem suas dúvidas e perplexidade ao perceberem a mulher, que inicialmente se mostrava insegura e acuada com o potencial agressivo do parceiro denunciado, torna-se a perseguidora implacável, que *“não conseguia disfarçar o prazer de ter visto o ex-companheiro depauperado na audiência”*. De outra feita, um cenário também comum é o da mãe que, quando descobre a situação incestuosa, arma-se de coragem, denuncia o parceiro, afasta-o de casa e do convívio com os filhos e, tempos depois, aparece na fala da criança ou adolescente como aquela que fomenta o retorno do pai/ padrasto incestuoso ao cotidiano familiar. Situações que, com frequência, se traduzem no questionamento: *“quem é o perverso da relação?”*. Poderíamos ponderar, a partir das reflexões que ora apresentamos, o quão corrente possa ser a dinâmica sadomasoquista entre o casal que muitas vezes parece usar as crianças para impingir sofrimento um ao outro.

Ampliando a análise dos aspectos fantasmáticos que caracterizam as produções subjetivas na neurose e na perversão, Freud (1905) enuncia que o fantasma perverso se configura no neurótico como conteúdo inconsciente, ao passo que no indivíduo perverso, caracteriza-se como material consciente, muitas vezes transformado em condutas agenciadas. Para o autor, a habilidade perversa é justamente transformar sua cena fantasmática em comportamentos sexualmente agenciados.

A questão do fantasma, já abordada neste texto quando discutimos as nuances da transmissão, e que retornaremos mais adiante no entrelaçamento com outros aspectos da perversão como estrutura, insere-se aqui porque mais uma vez instiga questionamentos sobre a intervenção terapêutica junto aos sujeitos que abusam sexualmente de crianças e adolescentes. Valas (1994) nos alerta que, mesmo fazendo esta diferenciação que localiza no

perverso, a atuação das fantasias sexuais, Freud não exclui de forma alguma a encenação do fantasma perverso na neurose. E cita o autor:

Conhece-se bem, aliás, o caso, cuja importância prática também é grande, de histéricas que não expressam seus fantasmas sob a forma de sintomas, mas sim numa realização consciente, imaginando assim, e encenando atentados, sevícias e agressões sexuais (FREUD 1908, in VALAS, 1994, p. 48).

Ora, percebemos aqui o quão preciosa torna-se esta observação de Freud quando as questões que mais inquietam os profissionais que se dispõem a atender os autores de agressão sexual, no contexto da família incestuosa, traduzem-se na interrogação: **Estamos diante de um perverso pedófilo ou diante de um neurótico que atua uma ou numa dinâmica perversa? E ainda: como orientar as estratégias de atendimento a partir desta distinção?**

Pensamos que o presente estudo, se tem como intuito a mobilização do valor da intervenção terapêutica junto à família incestuosa, pressupõe o aprofundamento desta discussão, cuja complexidade também insere outra premissa sobre a gênese da perversão a saber: a ideia de inibição do desenvolvimento e seus desdobramentos de regressão a um estágio infantil da sexualidade e de fixação a uma tendência, que se manifesta como prevalência. Valas aponta que tais sintomas não são específicos da perversão, podendo ser observados também na neurose, uma vez que não sendo a pulsão sexual a afetada neste mecanismo, o componente recalcado pode fazer-se presente com suas exigências na vida sexual do indivíduo. Sua influência, afirma Valas, “não se exerce apenas através dos sintomas do sujeito, ou nos fantasmas inconscientes que causam seus sintomas, mas também nos fantasmas conscientes que ele é perfeitamente capaz de encenar” (p. 49).

Uma vez constatado que a distinção entre neurose e perversão não pode ser traçada por estes caminhos, já em 1908, com a análise do pequeno Hans, Freud intui o que mais tarde vai conceituar como desmentido da castração, formulando o argumento decisivo para a referida discriminação. É então a partir da tese de que, como parte normal de seu desenvolvimento psicosexual, todas as crianças atribuem a homens e mulheres um pênis, Freud começa a descrever um novo mecanismo refletindo sobre a problemática da fixação pela criança da representação da mulher com pênis. Horror e recusa à castração começam a se delinear como gênese das perversões sexuais na teoria psicanalítica. Retomaremos este conceito mais adiante quando aprofundarmos a leitura sobre a tese da mulher fálica. Por ora, cabe ressaltar a máxima freudiana de que todas as perversões se constituem na dialética edipiana, apoiando-se principalmente no mecanismo de recusa à castração. Como expõe Valas:

A perversão não fica isolada na vida sexual da criança, e faz parte do contexto de seus desenvolvimentos típicos. Ela é relacionada com os objetos de amor incestuoso da criança, com seu complexo de Édipo. “Ela se mostra a nós, pela primeira vez, no terreno deste complexo” e, mesmo que a constituição inata lhe tenha dado uma direção particular, vai permanecer como testemunha disso, “herdeira de sua carga libidinal” (VALAS, 1994, p. 72).

Todos os autores apresentados ao longo do texto que se debruçaram sobre o estudo da perversão seguindo as trilhas de Freud apontam as origens deste funcionamento psíquico abrigado nas fantasias sexuais da primeira infância, com todas as complexidades das vivências edípicas e as consequentes ambivalências da criança em relação às figuras parentais. À vista disso, analisar o lugar do outro na trama relacional do perverso a partir dos primeiros outros significativos na vida de todo indivíduo—sua mãe e seu pai ou substitutos—ganha relevância para o entendimento e disseminação de como se desenvolve e se expressa a ação perversa, ou sobre qual seria, do ponto de vista psicanalítico, o arcabouço que constitui a perversão como estrutura.

2.7.2 A perversão como estrutura

Iniciamos este tópico esclarecendo que, tendo como referência a incidência majoritária nos serviços de atendimento, nos casos relatados nas supervisões ou mesmo em nossa clínica particular, do agressor do sexo masculino (adolescentes, jovens, adultos ou idosos), o presente estudo acaba privilegiando este recorte. Isso não significa que não acreditemos na perversão feminina, afinal, as perversões femininas permeiam nossos imaginários desde as histórias infantis, quando somos apresentados a personagens que, narcisas e perversas, ao sentirem-se feridas em situações de rivalidade e ciúmes, são capazes de maldades e atrocidades que se misturam em suas manifestações histriônicas de prazer com o sofrimento e flagelo alheios (citamos as mais famosas madrastas da Branca de Neve e Cinderela, entre muitas outras que recheiam os contos de fadas).

Nessa mesma linha, na teledramaturgia brasileira proliferam as vilãs que, ao mesmo tempo em que indignam, exercem inegável fascínio no imaginário dos telespectadores (Nice, personagem de Gloria Pires em *Anjo mau*, em recente *remake* (2015), Carminha, interpretada

por Adriana Esteves em *Avenida Brasil*, 2012, ou a mais antiga Odete Roitman, encarnada por Beatriz Segal na novela *Vale Tudo*, 1988).

A questão que aqui se traduz é que, apesar de um campo ainda extremamente enigmático se tomarmos em consideração que os indicativos de incidência, principalmente circunscritos na área jurídica, evidenciam a agressora sexual, imersa em contextos de cuidados e maternagem, o cenário de produção acadêmica e bibliografia é esparso e cheio de lacunas. Deixamos então, como desafio aos pesquisadores da área, a premência de enfrentarmos esse imaginário do feminino protetor e cuidador para desvendar as incógnitas que nos cercam neste contexto, como nos traz França (2014).

Se a perversidade das mulheres que leva à morte alguma criança causa tanta indignação, o esperado seria que a pedofilia feminina (presente em 10% dos casos de pedofilia), tivesse o mesmo destino. Entretanto, estranhamente a reação é bem diferente: **há uma tendência a não denunciá-la**, afinal trata-se de uma afirmação considerada fora de propósito, uma vez que as mulheres é que cuidam das crianças, seja como mães, avós, babás, professoras, psicólogas, fonoaudiólogas... (FRANÇA, 2014, p. 211, grifos nossos).

Voltamos, então, ao agressor sexual masculino e, ao procurar entendê-lo do ponto de vista do estudo das perversões, é instigante perceber que, paradoxalmente, é exatamente sobre este sujeito que, como veremos no discorrer da discussão, recusa o real da diferença dos sexos, que se “faz indispensável, quando se fala dele, dizer que se trata de seu sexo real” (AULAGNIER, 1967, p. 44).

Boris Cyrulnik (1994), ao estudar o sentimento incestuoso, utiliza o termo “predador psíquico” para nomear aquele que, por ter sérias falhas no desenvolvimento de sua personalidade, não consegue sentir empatia. Empatia, no sentido freudiano, nos lembra Cromberg (2010/ 2012), “seria a capacidade de se ressentir, ou seja, a aptidão de um ser vivente de se representar as representações do outro, suas ações, suas emoções e seus pensamentos” (p. 35). Assim, o pai pode tornar-se um predador psíquico de seu(a) filho(a) ao coisificá-lo como objeto sexual, ao levar em conta na relação apenas e tão somente seu próprio cenário interno, permeado por seus fantasmas e suas verdades.

O discurso, racional e fortemente argumentativo do perverso promulga a égide do desejo. Ele justifica suas ações, valorizando um suprassaber sobre a verdade do que possa ser o bem ou o mal numa estreita ligação com a falta de razão do desejo.

Para melhor entender o funcionamento perverso e identificá-lo na trama incestuosa, tomamos também como referencial o estudo da perversão como estrutura.

Serge André (1999), ao propor, em conferência realizada em Lausanne, uma psicopatologia psicanalítica do pedófilo, afirma que, “a perversão é perfeitamente estrutural, mesmo se incomoda o mundo, ou todo mundo” (p. 4). Piera Aulagnier (1967) sustenta, em contraposição à *noção de perversidade normal* proposta por Henry Ey em seu compêndio *Estudos Psiquiátricos*, a perversão como estrutura, exatamente com os mesmos argumentos que a psiquiatria ressalta, para rejeitá-la no campo da patologia.

Dizer que o perverso é aquele que está consciente de ter escolhido o “mal” porque é perfeitamente capaz de conhecer o que a ética do mundo onde vive designa sob o termo “bem”, que ele decide desafiar toda lei e que ele sabe que, por seu agir, que ultraja a lei do seu semelhante, o que significa que ele reconhece que ela se opõe à sua, que ele insulta através do que, dentro de uma dada ordem, social, é julgamento e ordem moral, tudo isso não só é verdadeiro, mas resta como eco fiel do que o perverso fala e [...] constitui a razão principal que me autoriza a falar de estrutura perversa para tal sujeito (AULAGNIER, 1967, p. 46).

A autora ainda enfatiza que não considerar, no campo da psicopatologia, a própria fundamentação do discurso perverso indicaria aridez reflexiva diante de sujeitos que “tem o poder de transformar dor em prazer, o horror da castração em motivo de gozo, desaprovação e degradação em valorização narcísica” (p. 47). Desenvolve como eixos para pensar a organização perversa, a *lógica da recusa*, a *clivagem do ego* e o *mecanismo de desafio* implicado com as leis de filiação e do desejo.

- **A lógica da recusa**

Para Aulagnier, a lógica perversa se forja como resposta do sujeito ao que Freud designou como *horror* para elucidar a reação emocional da criança quando é confrontada com a realidade da diferença dos sexos.

Ao seu olhar fascinado, essa diferença se apresenta como a confirmação de estar condenado a perder o objeto do desejo (a mãe) e o instrumento do prazer (o pênis), em lugar de ter podido reconhecer a Lei, que apenas ela poderia ter lhe garantido seu estatuto de sujeito desejante (AULAGNIER, 1967, p. 44).

Lembremos que já em 1927, quando analisa pacientes fetichistas, Freud enfatiza o caráter traumático do momento em que o menino constata a falta de pênis em sua mãe

[...] quando o fetiche é instituído, ocorre certo processo que faz lembrar a interrupção da memória na amnésia traumática. Como neste último caso o interesse do indivíduo se interrompe a meio caminho, por assim dizer, é como se a última impressão antes da estranha e traumática fosse retida como fetiche. Assim como o pé e o sapato devem sua preferência como fetiche ou parte dela—à circunstância de o menino inquisitivo espiar os órgãos genitais da mulher a partir de baixo [...]; peles e veludo [...] constituem uma fixação da visão dos pelos púbicos que deveria ter sido seguida pela ansiada visão do membro feminino (FREUD, 1927, p. 153).

O autor, a partir de sua experiência clínica, argumenta que o fetiche vai funcionar como substituto do pênis, numa reação sintomática ao repúdio desta falta. A recusa, como mecanismo que se opõe à angustia de castração, surge como parte do desenvolvimento do sujeito no momento em que este precisaria fazer o remanejamento estrutural de assumir a castração. Entretanto, para que esse processo se realize a contento, é preciso que este sujeito encontre, na figura paterna, a representação de um saber que, para além da renúncia que lhe é posta, garanta-lhe, em um tempo futuro, o lugar de sujeito desejante. É assim que, por meio do nome do Pai, pela lei da filiação, como veremos mais adiante, se realiza a dissolução do complexo de Édipo. Encontra-se aqui uma importante falha na formação psíquica do perverso—o discurso sedutor materno envolve o sujeito e o pai permanece como o terceiro excluído. André (1999) nos fala: “é um pai ‘para cena’. O resultado para o filho é que a lei, a autoridade e a proibição estão presentes e são reconhecidas teoricamente, mas ficando reduzidas a puras condições formais” (p. 13, livre tradução).

É importante ressaltar que o fundamental para a consonância deste processo é que a mãe faça uma aliança com o pai, de modo que este possa introduzir-se na dialética infantil que, sustentada na recusa da falta, tende a conceber a mãe como o próprio objeto que preencherá a falta. O pai, presentificando-se como eleito da mãe e confirmado nesta preferência por ela, pode liberar a criança deste fascínio pelo desejo materno, encaminhando o processo de simbolização desta falta. O reverso disso, ou seja, quando não se estabelece um pacto da mãe com o pai na comunhão de seus desejos, desvela-se os princípios perversos de menosprezo à lei. Como assinala Queiroz (2004):

Por falta de uma direção única—do desejo materno ao pai—, a lei perde seu princípio nodal—de ser para todos—, deslocando-se para os imperativos das regras e quanto maior for o rigor da regra, mais prova a inconsistência da fragilidade simbólica do pai (QUEIROZ, 2004, p. 94).

Segundo Fuks (2014), a não dissolução do Complexo de Édipo traduz-se, assim, como uma obstrução à castração simbólica que teria a função de inserir a criança no “real da diferença dos sexos como **causa do desejo** para o sujeito” (p. 228, grifos nossos).

A simbolização da falta do pênis, não como a castração que o pai perpetrou à mãe, mas como percepção da diferença dos sexos, que incita o desejo entre os dois, fica inacessível ao perverso.

Fuks avulta a função do pai simbólico na estruturação do psiquismo infantil:

Na medida em que o pai aparece à criança como aquele que supostamente detém o falo que a mãe deseja; esta atribuição fálica que investe o pai na posição de *pai simbólico* confere-lhe a autoridade de representante da lei. Por esta razão, a mediação da interdição do incesto institui uma função estruturante para a criança (FUKS, 2014, p. 228–229, grifos da autora).

Nesta interface entendemos porque, em um número significativo de crianças que vivenciaram um contexto de não interdição do incesto, propiciado exatamente por aquele que deveria funcionar como instituinte da Lei, constatamos inúmeras queixas de familiares e da escola sobre estas apresentarem dificuldades para assimilar regras, cumprir combinados e até mesmo manter uma postura que denote respeito às figuras de autoridade.

Assumir a castração pressupõe a transmutação do horror em fascinação, da consigna interna **a mãe foi castrada pelo pai** para a ideia de que **a mãe é desejada pelo pai e é desejante dele**—essa é a outra falha que encontramos na estrutura perversa. O sujeito fica fixado na elaboração fantasmática que procura preservar seu mundo dominado pelo princípio do prazer. Assim, como coloca Aulagnier:

Na proporção em que a mãe encarna o melhor possível [o] primeiro Outro²⁵ do desejo, é impossível para o sujeito acreditar que a onipotência que se lhe atribui seja um engodo, que haja uma diferença dos sexos que negue a auto-suficiência materna nesse mundo do desejo (AULAGNIER, 1967, p. 49).

O curso de um desenvolvimento saudável levaria a criança à ideia de que o que lhe demandam não é a renúncia ao desejo, mas ao que até então é o seu objeto de desejo, ou seja, a figura materna. Esta elaboração só é possível por meio da *lei da filiação*, processo por meio do qual o sujeito pode reconhecer-se como filho—**consequência** e não **causa** do desejo entre seus pais. É a partir da lei da filiação, no entrelaçamento com a figura paterna que lhe possa assegurar um lugar futuro de sujeito desejante, que a criança pode renunciar a este Outro investido de tanta idealização que é a mãe.

²⁵ Cabe esclarecer que não desenvolveremos, com o arcabouço da teoria lacaniana, alguns conceitos cunhados pelo autor, uma vez que partimos das referências de Piera Aulagnier, ou seja, da apropriação que a autora fez desses conceitos no engajamento com suas ideias.

Mas esta não é uma operação psíquica simples, pois envolve o complexo processo da *castração simbólica*, por meio de uma transmutação do que se enuncia como a *lei do desejo*.

A face mais significativa da castração simbólica traduz a assimilação pela criança de que a diferença dos sexos é o próprio significante do desejo. O pai é investido do poder fálico na medida em que é percebido como objeto do desejo e lugar do gozo materno. E a mãe, reconhecida como interdita ao desejo neste lugar materno, passa assim a representar, como mulher, o modelo do objeto de um desejo futuro. Então, como refere Aulagnier, o processo de castração simbólica

[...] implica que em nome dessa “diferença” dos sexos que remete ao conceito fundamental do não-idêntico, da alteridade inalienável do outro, se renuncie à onipotência de um desejo que vise fazer do outro e do seu desejo o que vem a preencher, saturar este ponto de falta que define o sujeito como sujeito desejante (ibid., p. 52).

Ampliando a compreensão da complexidade deste processo, desponta a tese sustentada por Rosa Jr. (2013) sobre a recusa à lei da filiação como posição subjetiva em relação à castração, própria do indivíduo perverso. Neste trabalho, já mencionado anteriormente, o autor traça um notável percurso de discussões vocacionado à argumentação de que é possível a clínica psicanalítica operar com a perversão. Seus eixos de reflexão abarcam, em Freud, a centralidade do corpo materno como propulsor da lógica fetichista em reconhecer e recusar a falta; e em Lacan, a matriz da recusa perversa à posição do pai, como marca no discurso do sujeito—elementos que, certamente, fortalecem os pressupostos deste estudo.

Rosa Jr. (2013) parte da premissa lacaniana de que “A *pai-versão* [...] será o único amor que poderemos qualificar de eterno, pois se trata do amor que um filho endereça ao pai pelo simples fato de ele ser o portador da castração” (p. 148). Com isso, trabalhamos a ideia da perversão como possibilidade de se dirigir ao pai.

Mais uma vez, a referência à *Totem e Tabu* ilumina um percurso reflexivo; neste momento sob o olhar de Lacan para os aspectos em que essa construção mítica entrelaça o relacionamento entre pai e filho. Segundo Rosa Jr. (2013), o autor sobreleva a excepcionalidade da obra freudiana por revelar que o homem se funda com a lei e com o crime, e focaliza o quanto lei e desejo se expressam no mesmo objeto: “na origem, o desejo como desejo do pai, e a lei são uma e a mesma coisa. A relação da lei com o desejo é tão estreita que somente a função da lei traça o caminho do desejo” (LACAN, 1962–1963, p. 120 apud ROSA JR., 2013, p. 163).

O que o mito do pai *primevo* violento de *Totem e Tabu* coloca em evidência é que o temor e inveja dos filhos desdobra-se, num primeiro momento, no assassinato da figura odiada para, logo em seguida, transformar-se em culpa que incita o ato de devorar o personagem amado com o qual buscavam se identificar. É nessa chave que Rosa Jr. traz as vicissitudes da identificação construída numa “incorporação canibalesca” (p. 164) e a hipótese lacaniana de que o perverso estaria identificado com o pai da horda. Para Rosa Jr., este pai, ao gozar do corpo de todas as mulheres da tribo, atribui-se o gozo pleno e, com isso, o anseio raivoso de seus filhos.

Endo (2005) refere que, em *Moisés e o monoteísmo* (1939), Freud sobreleva a ambivalência da horda fraterna em relação ao pai, associando-o ao termo *Sacer*, que se traduz como uma existência sagrada e, paradoxalmente, maldita. Este pai, odiado pelas cruéis renúncias pulsionais que ordenava aos seus varões e, ao mesmo tempo, depositário de amor e admiração, ao ser assassinado, transforma-se em ícone que perdura como representante da ambivalência amor/ ódio, fascínio/ horror, próprios da vida dita civilizada. Endo (2005) ancora-se em Agamben (1995) e em Bauman (1997) para explicar, no diálogo desses autores com *Totem e tabu*, os efeitos de uma civilidade fundada na ambivalência da fratria primitiva ao pai *Sacer*, presentes de forma inquestionável na figura do Estado contemporâneo.

Agamben ajuda a evidenciar em Freud [...] que essa norma que é instituída entre os irmãos assassinos [...] que funda a sociedade e a civilização, institui também o arbítrio e o preceito de que aqueles que mataram o soberano podem—por princípio—matar qualquer um (ENDO, 2005, p. 4).

O autor, então, sublinha os riscos da norma que se sustenta num princípio arbitrário, quando este assume o semblante do Estado. “Sob a forma Estado vê-se então restituída, segundo princípios muito semelhantes aos da tirania do pai da horda, a assimetria absoluta entre filhos e o Pai. Voltamos então ao exercício da soberania, de caráter incerto das normas e do direito a desrespeitá-las” (p. 5).

Outro aspecto que Endo salienta neste mesmo texto é a exigência compensatória da renúncia pulsional, também como herança maldita do pacto entre os irmãos quando assassinam o pai tirano. Relembra o que Bauman (1997) já havia ressaltado sobre as previsões freudianas de que a renúncia à sexualidade e à agressividade exigida pela civilização reclamaria desta mesma sociedade um encargo. Segundo Endo, não é difícil identificar as feições deste tributo, expressas no pensamento político moderno: a sociedade “será alvo da violência” (p. 4).

Desta feita, o autor nos convoca a uma atenção fundamental à complexidade deste processo, para constataremos que a normatização cultural, advinda do pacto edípico, configurado pelo Tabu do incesto e pela exigência exogâmica, reedita de forma inepta e inexata o arranjo déspota, onde a revivescência do pai assassinado demanda necessariamente um duplo recalque: “Recalque e denegação da autoria do assassinato do pai. O pai morto pelos filhos reincide como tirano a partir da culpa que ele enseja [...] [e] recalque de desejos (sexuais) de vida e de morte” (p. 6).

A repressão da lembrança do assassinato cometido, segundo Endo, estaria assentada numa “falha identitária útil” (p. 6), que traria um suposto estado de harmonia e tranquilidade entre os irmãos, entretanto, continuamente ameaçado pela possibilidade de um outro estranho, imprevisível e defeituoso no que se refere ao pactuado.

O recalque dos desejos sexuais, expresso também pelo interdicto aos desejos de vida e morte, responde à égide do tabu do incesto e da exogamia como regulador das pulsões. A proibição ao desejo de matar o semelhante, notória nas mais diferentes interpretações do mandamento *não matarás*, marca uma bondade nata ao homem que, desconsiderando a gênese assassina, não oferece nenhuma saída senão a regulação por regras, contratos e leis. Os desejos sexuais de vida e morte funcionando como instrumentos da maldade humana e também como oposição a ela. Mais uma vez, a ambivalência como problemática atemporal. Nas palavras de Endo:

São os desejos sexuais monopolistas do tirano que fundam e mantêm a tirania e são os desejos sexuais reprimidos dos irmãos que engendram a rebeldia contra ele. A ambivalência estaria então na base das proibições e desejos fundantes dos frágeis pactos grupais, coletivos e sociais, bem como fundamentando todas as formas transgressivas (ibid., p. 7).

Esta identificação com um pai fincado a uma época anterior à lei incita que o perverso se esquite à regra, na realidade, por um estado de assujeitamento à égide do pai primevo e não, como assinala Queiroz (2004), “à versão de uma lei consensualmente aceita” (p. 107).

Outra obra freudiana também referida por Rosa Jr. que analisa o afã do filho pela figura paterna engendrado a fantasias perversas é *Uma criança é espancada: uma contribuição ao estudo da origem das perversões* (1919). Neste trabalho, Freud compartilha com seus leitores a perplexidade diante da frequência com que os pacientes que ascendiam ao tratamento psicanalítico com sintomas histéricos ou obsessivos relatavam a fantasia em que uma criança era espancada. Analisando as referidas cenas, passa então a construir a hipótese

da existência de um traço primário perverso, inerente ao desenvolvimento psíquico de todo indivíduo. Segundo o autor, estas vivências primitivas poderiam equacionar-se através do recalque da formação reativa ou da sublimação, mecanismos já identificados em suas formulações teóricas anteriores, ou, por falhas nestes processos, conservar-se até a vida adulta, com base no funcionamento perverso.

Envolvido com as indagações acerca destas fantasias—“Quem era a criança espancada? A que estava criando a fantasia ou uma estranha? [...] quem estava batendo na criança? Uma pessoa adulta? Se era, quem?” (p. 197)—Freud organiza suas constatações em torno de três etapas diferentes. A primeira enuncia a demanda por um amor exclusivo do pai, pois a criança espancada aparece como uma possível rival e aquele que espanca é identificado como o pai. Na segunda, considerada por Freud mais importante pelo seu caráter revelador, a criança que apanha é aquela que produz a fantasia e o agressor, seu pai: “Estou sendo espancada pelo meu pai” (p. 201). O que o analista identifica neste relato é seu componente indubitavelmente masoquista, visto que a “fantasia é acompanhada por um alto grau de prazer” (p. 201). Na terceira etapa, circunscrevem-se aspectos que remetem à perversão: a fantasia continua carregada de excitação sexual, proporcionando a busca de satisfação masturbatória, mas a identidade dos protagonistas é indefinida e o paciente que relata a cena se situa no lugar de quem assiste ao espancamento. Ou seja, evidencia-se uma operação de dessubjetivação onde o indivíduo fica relegado ao prazer de espectador. E, como ressalta Rosa Jr. (2013), “tanto a dessubjetivação quanto a especularidade em causa nesta etapa irão situar certa proximidade com a posição perversa” (p. 168).

Ainda mantendo o debate sobre o texto freudiano, Rosa Jr. apresenta a leitura lacaniana das referidas etapas de análise da fantasia de espancamento, que tem como enfoque o grau de estrutura subjetiva presente em cada uma delas. De acordo com o autor, Lacan, na lição de 16 de janeiro de 1957, aponta que, na primeira etapa, está presente uma intersubjetividade tríplice, “onde o ciúme e o egoísmo se manifestam no amor incestuoso do suposto dito: ‘o pai ama somente a mim, por isso, ele bate na outra criança’” (p. 168). Na segunda etapa, Lacan aponta a configuração dual e a ambivalência própria da dinâmica sadomasoquista, onde “o sujeito estaria no lugar de objeto causa do desejo do outro: ‘o pai me bate’” (p. 168). Por fim, chega-se à referência de dessubjetivação radical, própria da terceira etapa, como indica a citação de Lacan presente no texto de Rosa Jr.:

Resta, com efeito, uma dessubjetivação radical de toda a estrutura em cujo nível o sujeito ali está reduzido ao estado de espectador, ou simplesmente de olho, isto é, daquilo que sempre caracteriza no limite, no ponto, da última redução, toda espécie de objeto. É preciso, para vê-lo, nem sempre um sujeito, mas ao menos um olho, que não pode passar de uma tela na qual o sujeito é instituído (LACAN, 1957, p. 120 apud ROSA JR., 2013, p. 169).

Subsidiado então por Freud e Lacan, Rosa Jr. situa “a gênese da perversão como algo que diz respeito à posição do sujeito em relação ao pai. Portanto, o gozo na relação com o pai irá se enunciar [...] na condição de agente, de vítima ou de espectador” (p. 169), enfatizando, como Freud, que a fixação na posição especular indicaria a formação perversa.

Endo (2005), ao analisar os componentes sadomasoquistas presentes no caso *O homem dos lobos* (1918)²⁶, vai ratificar a centralidade da relação com a figura paterna na gênese dos problemas psíquicos do paciente:

Diante dele [pai] Sergei procurava exibir condutas desordeiras que merecessem reprimendas, numa clara posição de sedução masoquista. O corretivo paterno lhe proporcionaria, ao mesmo tempo, um prazer masoquista e a satisfação de seu sentimento de culpa.

Sua sexualidade tornou-se, então, comprometida, “presa” numa identificação parcial e imperfeita com a figura paterna (sádica) e com o desejo de tornar-se objeto sexual dessa mesma figura paterna (ENDO, 2005, p. 170).

Ainda dentro dessa vertente de investigação sobre o ideal perverso de recusa à filiação, cabe apresentar as referências do clássico *A filosofia na alcova* (1795/ 2008) de Sade²⁷, debatidas por Roudinesco (2008) e Rosa Jr. (2011).

De acordo com Rosa Jr. (2011), o Marquês de Sade, ao escrever *A filosofia na alcova*, tinha a pretensão de propagar seus ideais libertinos através dos personagens que “são apresentados ao leitor como modelos a serem perseguidos em busca de uma paixão sem amarras” (p. 176). Logo na abertura do romance, Sade leva Dolmancé, um dos protagonistas libertinos, a ler o panfleto que escreveu em 1789: *Franceses, mais um esforço para serem republicanos*:

²⁶ Segundo Endo, “Sergei Pankejeff é, até hoje, um dos casos mais conhecidos atendidos por Freud” (ibid., p. 166).

²⁷ Segundo Rosa Jr., Donatien Alphonse-François, o marquês de Sade (1740–1814) ficou conhecido na história da literatura como alguém que testou os limites do homem através da busca frenética de um gozo ilimitado. Pode-se dizer que seus romances, escritos no decorrer de quase 30 anos, passando por 11 prisões e três regimes políticos distintos, evidenciam o desejo implacável da abolição de regras e costumes religiosos através da libertação plena do sujeito (ibid., p. 171).

[...] e vós, amáveis devassos, que, desde a juventude, não tendes outros freios que vossos desejos e outras leis que vossos caprichos, que o cínico Dolmancé vos sirva de exemplo; ide tão longe quanto ele, se, como ele, desejardes trilhar os caminhos de flores que a lubricidade vos prepara. Convençei-vos em sua escola que, só entendendo a esfera de seus gostos e de suas fantasias, só sacrificando tudo à volúpia, o infeliz indivíduo denominado homem e jogado à contragosto neste triste universo conseguirá semear algumas rosas sobre os espinhos da vida (SADE, 1795/2008, p. 11).

A partir do panfleto-dedicatória, desenrola-se no enredo de Sade toda a sorte de cenas em que a jovem Eugénie, a pedido do pai libertino e contra os princípios da mãe religiosa, é entregue à alcova de Madame de Saint-Ange para o aprendizado sobre os princípios da libertinagem. Seus professores, Dolmancé, Augustin e o Cavaleiro de Mistival, três experientes libertinos, nada poupam para perverter a menina.

Segundo Roudinesco (2008), o ideal libertino propagado na alcova sadiana propunha um modelo de funcionamento social que tinha como égide a perversão:

Nem interdito ao incesto, nem separação entre o monstruoso e o ilícito, nem delimitação entre loucura e razão, nem divisão anatômica entre homens e mulheres: “Para conciliar o incesto, o adultério, a sodomia e o sacrilégio”, diz ele, “o pai deve enrabar sua filha casada com uma hóstia” (ROUDINESCO, 2008, p. 53).

Rosa Jr. (2011) chama-nos a atenção para a recorrência no texto sadiano do “ideal de fazer do outro a sua imagem e semelhança, através do engodo imaginário de amá-lo como a si mesmo”, e interroga-se, “seria essa a aposta perversa de que há equivalência sexual?” (p. 177). Essa é uma indagação muito presente entre os profissionais que atendem os pais, padrastos ou avós incestuosos: *“O que os fazem desconsiderar totalmente a diferença de idade, de maturidade, de interesse entre eles e as crianças?”*. Apesar das discussões já pautadas ao longo do texto e que oferecem algumas chaves para entendermos esta questão, no grupo de supervisão aparecem algumas falas destes sujeitos que enunciam a nuance indicada por Rosa Jr.: *“Meu paciente fala frequentemente que o neto sempre foi muito parecido com ele, fisicamente e no jeito de ser e por isso sempre foram muito próximos, sempre se gostaram muito. Chegou a me trazer fotos, do neto e dele quando era pequeno para confirmar a semelhança. Neste dia eu percebi como, em alguns momentos, ele fala como se tivesse a mesma idade do neto”*—Uma impressão muito comum: que os autores da agressão sexual parecem não circunscrever a infância de suas vítimas, considerando-as “parceiras” na interação sexual.

Dentro desta perspectiva, insere-se também o ideal sadiano de subtrair de todo o ser humano o valor da filiação. A teoria da alcova é rica em ensinamentos que evidenciam a

recusa à reprodução. A sodomia é preconizada como transgressão à possibilidade de concepção. A condição para que filhos sejam gerados é que se exclua qualquer prazer sexual e que seja através de múltiplas cópulas para que se evite o reconhecimento da paternidade. Sade sentenciava ainda que as crianças sejam afastadas de suas mães logo após o nascimento para serem entregues como propriedade da República e transformadas em objetos de prazer. Como retrata Roudinesco (2008):

A alcova sadiana repousa então na abolição da instituição do pai e na exclusão da função materna: “Aprenda, Madame”, diz Dolmancé à mãe de Eugénie, “que não há nada mais ilusório que os sentimentos do pai ou da mãe pelos filhos, e destes pelos autores de seus dias...Não devemos nada a nossos pais porque os direitos de nascença não estabelecem nada, não fundamentam nada” (ROUDINESCO, 2008, p. 52).

Alcançamos nesta formulação sadiana o cativo imaginário do qual o perverso é refém: a recusa à filiação desdobrando-se no não-reconhecimento da dívida humana com a transmissão do legado simbólico familiar. Isso por vez, como ressalta Rosa Jr. (2011), “evidencia a fragilidade da eficácia da castração, pois, para Lacan, na castração há uma falta fundamental, que se situa como dívida na cadeia simbólica” (p. 188). Percebemos, assim, um estado psíquico que não aceita o encargo de transmissão de uma herança simbólica a gerações futuras, em detrimento da expressão plena e ilimitada de sua sexualidade.

Ocorre-nos aqui remeter esta discussão, que ilumina os conflitos em relação à filiação como elemento constituinte do funcionamento perverso, à casuística dos atendimentos que temos supervisionado. Quando aderem ao vínculo com seus terapeutas, os autores de agressão sexual, ao trazerem elementos mais íntimos em seus relatos, com relativa frequência localizam ambivalência afetiva ou franco rechaço em relação à figura paterna. É o caso de José Luiz, cuja história abordaremos como referencial de discussão mais aprofundada no capítulo que circunscreve a metodologia da pesquisa. Foi encaminhado para tratamento psicoterápico pelo poder judiciário por ter abusado sexualmente das duas filhas. Nas sessões iniciais, falou sobre a separação dos pais quando tinha 2 anos de idade e que passou a viver com parentes porque o pai foi morar em outra cidade e proibiu que os filhos ficassem com a mãe.

Contou ainda que aos 14 anos o pai convidou-o para morar com ele, com a nova e esposa e com a filha desse casamento, então com 4 anos. Aceitou prontamente e veio para São Paulo. Depois de um período de seis meses em terapia, ao profundar as lembranças de sua infância, José Luiz retrata um pai violento com sua mãe e com todos os filhos. Refere que

sempre tiveram uma relação destrutiva, pois o pai usava de violência física e psicológica dizendo que ele não deveria ter nascido, que nunca gostaria de José Luiz. A terapeuta, ao indagar sobre ele ter aceito morar com esse pai aos 14 anos, recebe a resposta de que inicialmente só havia pensado em melhorar a vida material, mas, depois, percebeu que talvez quisesse vingança pois “*dos 14 aos 16 anos eu azucrinei a vida dele, aprontei muito, só queria saber de farra, garotas e bebida*”. A terapeuta questionou-se se a busca de José Luiz era por vingança ou por prazer, com características sadomasoquistas, pelo olhar “*azucrinado*” do pai. Veremos como esta hipótese ganha outras matizes um pouco mais adiante. Por ora, apenas alguns fragmentos dos densos questionamentos que permeiam a terapia de José Luiz.

Neste momento do texto, estamos em pleno terreno de discussão do que possam ser os aspectos que retratam as perturbações psíquicas do indivíduo perverso²⁸ e, como é possível apreender, as dinâmicas ligadas à castração ganham centralidade nas reflexões.

Como já mencionado, Freud (1927) apresenta o ego perverso fetichista como aquele fixado na crença de um pênis materno, investido de um valor onipotente que circunscreve seu próprio narcisismo. Fuks (2010) reafirma a posição freudiana de que “a organização perversa enraíza-se na angústia de castração e na mobilização permanente de dispositivos defensores destinados a contorná-la” (p. 228).

Ao apresentar o trauma sexual na perspectiva ferencziana, discutimos a *desautorização* ou o *desmentido* e suas tramitações intersubjetivas, principalmente ao que se refere à revelação do abuso sexual de crianças e adolescentes. Retomamos agora a gênese da construção conceitual da *Verleugnung*, quando Freud (1925, 1927) cunhou o termo para explicar o mecanismo que engendra a recusa da castração da mãe à constituição do fetichismo.

O maior desígnio da recusa é “a percepção de uma realidade traumatizante, essencialmente a da ausência de pênis na mulher” (LAPLANCHE; PONTALIS, 1986, p. 562). Na metapsicologia psicanalítica, a palavra *Verleugnung* é correntemente traduzida para o português como *desautorização* ou *desmentido* e comporta esta ideia de retroceder sobre algo anteriormente admitido.

---

²⁸ Achamos oportuno ressaltar que, a despeito de não ser propósito deste estudo focalizar o debate sobre a categorização da perversão como doença, sobre a qual incidiram protocolos da medicina preditiva, compartilhamos com a posição de Roudinesco (2008), quando nos diz que “é mais do que sabido que é caso a caso que esses sujeitos devem ser tratados, **não porque sofreriam de uma doença, mas porque sua subjetividade é pervertida**” (p. 205, grifos nossos). Para aqueles que se interessam por entender melhor esta posição, sugerimos a leitura na íntegra da obra: *A parte obscura de nós mesmos*—Editora Zahar.

No artigo *Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos* (1925), Freud aponta que a *Verleugnung*, sendo um recurso sem riscos para a vida psíquica infantil, torna-se perigoso se perpetuado no adulto, uma vez que incidiria sobre a realidade externa. Em *O fetichismo* (1927), explica o caráter de fixidez da atitude infantil no funcionamento do adulto fetichista: fazer coexistir em seu mundo psíquico duas posições que não se conciliam—o reconhecimento da castração feminina e a mulher que possui um pênis. O sucesso dessa operação psíquica vale-se da repulsa à ideia da falta e de uma formação de compromisso pelo retorno do falo, substituído pelo objeto do fetiche. Assim, Freud sublinha:

[...] o horror da castração ergueu um monumento a si próprio na criação desse substituto. Ademais, uma versão, que nunca se acha ausente em fetichista algum, aos órgãos genitais femininos reais, permanece um stigma indeleble da repressão que se efetuou (FREUD, 1927, pp. 95–96).

Percebemos então que, com esta manobra de desmentir a falta do falo, na medida em que o substitui pelo objeto do fetiche, subverte o próprio sentido simbólico da castração.

Valas (1994) retrata fetichismo como matriz originária das perversões, iniciado pelas próprias condições de sua emergência na constituição psicosexual do sujeito. Escreve o autor:

Pelo desmentido da castração, o sujeito é conduzido a construir o fantasma da mulher fálica. Ele mantém sua consistência diante de e contra tudo, através de um fetiche que vem preencher a função do falo faltoso na mãe e que vela a sua ausência (VALAS, 1994, p. 100).

Abrimos aqui um parêntese para tangenciar a discussão de Bernard Penot (1992), no minucioso trabalho *As figuras da recusa*, sobre a “armadilha terminológica” que envolve este conceito freudiano, justificando sua pesquisa de revisão dos significados atribuídos à palavra, com o seguinte assinalamento: “Freud parece não conseguir alcançar verdadeiramente as implicações deste novo conceito no conjunto de sua teoria, o que é tão excepcional em sua obra, que merece ser sublinhado” (p. 14). Mesmo não tendo um propósito específico de aprofundamento desta celeuma que envolve terminologia e tradução como Penot, consideramos as reverberações que as ponderações do autor tem em nossas construções teóricas sobre o tema bastante oportunas. Em primeiro lugar, o autor enfatiza que “para Freud, a recusa é sempre recusa da realidade” (p. 15), na medida em que a questão que inquieta e perturba, com a qual se instaura um nexo de recusa, está referida ao núcleo perceptual do sistema psíquico, dependendo, pois, “à primeira vista, do registro da realidade exterior, mas

este se encontrará afetado por uma recusa da existência psíquica” (p. 15). A partir desta referência inicial, Penot (1992) assume sua inclinação a sugerir a utilização, na língua francesa, do verbo *desabouer* (não-admitir) ao invés de *dénier* (recusar), “sempre que se trate de designar a não tomada em consideração de um dado factual da realidade, e a significação que pode comportar” (p. 15), e traz um significativo alerta sobre a escolha equivocada do termo *renegação*: “Renegar não é só rejeitar um conteúdo que antes fora admitido, mas que teria sido uma crença ideológica ou artigo de fé! Seria a antítese do *Verleugnung* freudiano” (p. 14). Muitos certamente não concordam com esta interpretação.

A nosso ver, porém, ela comporta um elemento essencial do pensamento freudiano sobre a função da recusa, ou seja, a operação de negar, desmentindo uma evidência perceptiva, liga-se diretamente aos impactos que esta assunção não deixaria de causar à organização anterior das referências que asseguram o equilíbrio psíquico do indivíduo.

Ampliando o entendimento deste sofisticado subterfúgio psíquico, Bleichmar (1984) propõe a análise de alguns pressupostos, indicando contrapontos em sua acepção. O primeiro deles é que o desmentido não se articula como uma distorção da percepção e sim da crença. O autor ancora sua proposição retomando a crítica de Freud a Lafforgue quando este propõe o termo *escotomização* para descrever o mesmo mecanismo.

Escotomização parece-me particularmente inapropriado porque sugere que a percepção é inteiramente eliminada, de modo que o resultado é o mesmo que quando uma impressão cai no ponto cego da retina. Na situação que nós estamos considerando, pelo contrário, a percepção persistiu e se realizou numa reação muito enérgica para manter a renegação. Não é certo que, depois que um menino fez sua observação da mulher, ele preservou inalterada a sua *crença* de que a uma mulher tem um falo. Ele reteve essa *crença*, mas também a abandonou (FREUD, 1925 apud BLEICHMAR, 1984, p. 73).

O enfoque freudiano sobre o funcionamento perverso, então, parte da premissa de que a constatação visual da castração feminina tem, para a criança, uma repercussão traumática que se desdobra num duplo registro psíquico: observa a existência desta castração, ao mesmo tempo em que se recusa a afirmá-la.

Com este esclarecimento, o autor reforça que o desmentido não incide sobre a percepção e sim sobre um vestígio da memória da mesma. “Se ele fala de renegação é porque o menino percebeu a diferença, tirou a conclusão de que, então, pode faltar-lhe o pênis—angústia de castração—e só então substituiu o vestígio mnésico do genital sem pênis pelo do que o possui” (p. 73).

O outro elemento significativo que o autor nos traz para o melhor entendimento do desmentido fala sobre o caráter opositivo na operação de substituição da crença que é rechaçada. A crença que substitui é a imagem em negativo da crença que o sujeito quis substituir. Nas palavras de Bleichmar,

A renegação consiste no rechaço de uma representação através da afirmação oposta. Não se trata de um rechaço da percepção e logo o suplantá-la por outra. O próprio fenômeno da substituição é a renegação (BLEICHMAR, 1984, p. 76).

Bleichmar discute, neste mesmo trabalho, o trânsito das impressões sobre presença/ausência do falo na mulher, marcando a diferença entre as vivências próprias do desenvolvimento infantil e a expressão do desmentido na vida adulta. Afirma que o desmentido no menino se expressa quando este rechaça da consciência o dado de que falta o pênis na mãe, ao mesmo tempo em que mantém o registro da castração no inconsciente. No adulto perverso, temos um funcionamento ao revés do infantil, ou seja, o fetichista aceita a percepção da falta do pênis na consciência, mas trata de desmenti-la no nível inconsciente. E assim, ressalta:

A defesa não consiste aqui no ocultamento do dado à consciência. A consciência sabe do dado, mas não da significação do mesmo, significação que é a de que a castração é possível, daí que o fetichista não se encontre preocupado, conscientemente, pela possibilidade de sua castração (ibid., p. 77).

Com esta reflexão, o autor assinala o mecanismo de clivagem entre consciente e inconsciente próprio da construção psíquica do fetichista: por um lado ele registra que a mulher não tem pênis, por outro, não atribui a este registro o significado de que a castração é factível. Contudo, sempre referido à obra freudiana, Bleichmar acrescenta às suas reflexões que também temos um outro tipo de clivagem—a que acontece no seio mesmo do conteúdo que se quer rechaçar: “crê e não crê na castração; o não crer é a renegação da crença provocadora de angústia” (p. 78). Bleichmar segue sua explanação procurando dar contornos à afirmação de Freud de que, mesmo com conteúdos opostos, as crenças coexistem lado a lado, sem se influenciarem. De fato, quando Freud diz, em *Esboço de Psicanálise* (1939), “A criação do fetiche foi devida a uma intenção de destruir a prova da possibilidade de castração, de maneira a que o temor desta possa ser evitado” (FREUD, 1939, p. 132), indica que uma crença é a condição da outra, ou seja, a crença no fetiche (substituto do falo) tende a paliar o efeito da crença na castração; donde Bleichmar conclui “que ambas as correntes coexistam

[...] sem se influenciarem mutuamente, só pode entender-se no sentido de que nenhuma *pode anular totalmente* a coexistência da outra” (p. 78).

Nesta altura de suas colocações, o autor enfoca uma nuance muito valiosa para pensar o desmentido nos casos de incesto. Ele nos chama a atenção, tomando os estudos de Octave Mannoni sobre, por exemplo, a dupla atitude que há frente à superstição ou frente à religião, a partir do mecanismo que incita duas crenças que se opõem, à convivência no plano da consciência: o sujeito não crê no que possa se configurar como ideia supersticiosa, mas ideias conscientes de que algo indesejado possa acontecer em determinadas condições estão ali nele presentes. Por sua vez, o ateu refere não acreditar em Deus, mas, pelas dúvidas, acaba rezando. Bleichmar pondera:

O momento da dúvida é aquele que nos aparece como propício para por a descoberta o mecanismo da renegação [...]. No momento da dúvida religiosa, as duas crenças estão simultaneamente na consciência. O seu oscilar de uma posição para outra, trazendo argumentos que inclinem a balança para uma ou outra posição, é uma tentativa de sair da angústia que causa o **não crer naquilo em que se deveria crer**, através da renegação da posição oposta (BLEICHMAR, 1984, p. 80, grifos nossos).

A angústia de não crer, naquilo em que se deveria crer—este mecanismo retrata sobremaneira o desmentido compartilhado da família incestuosa, tanto na posição da criança como na de sua mãe no que se refere à crença de que o genitor foi capaz de abusar sexualmente da filha. O sofrimento de encarar a crença no abuso convive lado a lado com o sofrimento de sustentar a crença de que nada aconteceu. A clivagem não é entre ideias conscientes e inconscientes, afirma-nos Bleichmar; nem entre crença inconsciente da castração e seu desmentido também inconsciente. “A clivagem [...] é entre ideias conscientes, *ainda que isto não queira dizer que o mecanismo de renegação e as causas que o impulsionam sejam conscientes para o sujeito*” (p. 81, grifos do autor).

Neste ponto, ocorre-nos a transposição deste mecanismo para o universo psíquico da criança que, envolvida pelo agressor na trama abusiva, expressa como o elemento mais traumatizante da vivência incestuosa, exatamente este jogo do desmentido, da desautorização, quando a ela é imputado o desejo pelas carícias e incitações sexuais. Mais sério ainda, quando é acusada de mentirosa por aquele com quem vivenciou a troca erótica, sente-se compelida a “voltar atrás sobre algo que foi confessado” (FRANÇA, 2010). A autora enfatiza que

[...] a criança fica seduzida em compartilhar um segredo com um adulto importante em sua vida, mas, por outro lado, também fica coagida pelo medo de revelar seu segredo—afinal, ninguém da família dará mais crédito às suas palavras do que às palavras de um adulto que, ela bem sabe, negará ou minimizará o acontecido (FRANÇA, 2010, p. 13).

Resta ainda considerar os desdobramentos evidentes no atendimento do autor de agressão sexual da perpetuação do emblema da mãe fálica na vida destes indivíduos. Se nos determos no exame de como simbolizam a relação com a figura materna, constatamos que não passa pelo eixo sublimatório. Ao invés disso, há um processo de idealização e adoração que mantém uma instância suprema, representante de sua própria onipotência. As observações clínicas de Aulagnier também apontam esta configuração:

[...] o que me parecia essencial da relação do perverso com a mãe era um elo de *cumplicidade* [...] cumplicidade com uma mãe sedutora—e no caso do perverso não se trata de um puro fantasma de sedução forjado pelo sujeito—que mostram essa indução maternal *vis a vis* com a demanda pulsional do menino e a aceitação da homenagem que ele lhe faz (AULAGNIER, 1967, p. 54).

Este elo hedonista com uma mãe sedutora que, acobertada pela aura de ternura e cuidados, estimula um erotismo cuja referência fantasmática é ela própria, evidencia-se como recorrente nos contextos de atendimento a situações de abuso sexual infantil. A mãe é sempre defensora e protetora daquele que é apontado como o agressor e essa circunstância é referida pelo próprio, pelas crianças que figuram como netos vítimas, pelas noras indignadas e, quando a dinâmica familiar permite, por essa mãe que interpela os profissionais sobre a injustiça que acomete a vida do filho inocente.

Por este processo de idealização, o perverso mantém a mãe como imagem fálica, cuja cumplicidade no olhar e na escuta confirmam o fundamento de suas ações e asseguram sua impunidade. Enfim, não há sublimação, não há dissolução do complexo de Édipo, e para ter acesso à sexualidade, ele precisa submeter-se a uma clivagem do objeto.

Já trabalhamos este dispositivo psíquico como repercussão do trauma sexual descrito por Ferenczi. Enfocamos agora a clivagem do ego (*spaltung*) como a operação através da qual a recusa evidencia a estrutura perversa.

“A mãe foi castrada por um pai”—“A mulher tem um pênis” são [...] as duas afirmações contraditórias que sustentam o “ego” ao perverso. Clivagem que, segundo Freud, resulta de um conflito entre a demanda pulsional e a proibição que lhe é imposta pela realidade (AULAGNIER, 1967, p. 53).

Este é um mecanismo mais complexo do que a negação da castração no âmbito inconsciente e sua aceitação no plano do consciente. Trata-se da dupla e concomitante enunciação de afirmações que, mesmo percebidas como contraditórias pelo perverso, expressam-se de forma impecável no seu agir e cumprem o propósito de confirmar sua verdade a respeito do gozo: “o perverso consegue fazer do outro e do seu gozo, conjunta e paradoxalmente, a prova da não existência da castração e a prova de que a própria castração é em seu horror uma prova de gozo” (ibid., p. 45).

Segundo França (2010), é a clivagem do ego que nos faz entender comportamentos tão contraditórios convivendo numa mesma estrutura psíquica, aparentemente sem que um influencie e desconforme o outro—“atitudes que persistem lado a lado, ao longo de toda a vida e que tornam extremamente intrigante a compreensão de como e por que o sujeito consciente se separou de uma parte de suas representações” (p. 42). Fato é que se proliferam as ilustrações deste cenário quando a temática é pedofilia e incesto: indivíduos pacatos, exemplos de honestidade, que gozam da simpatia e confiança da comunidade onde vivem, eclodem como protagonistas de escabrosas histórias de sequestro, cárcere privado e escravidão sexual de suas filhas. Ou ainda, líderes religiosos, vistos como cidadãos acima de qualquer suspeita, são denunciados por sevícias de crianças e adolescentes sob sua tutela com o propósito de catequese (tomamos aqui o referencial mais recente que evidencia de forma dramática e aclamada as proporções inimagináveis da rede de pedofilia na Igreja Católica: *Spotlight: segredos revelados*, do diretor Tom McCarthy, vencedor do Oscar de melhor filme em 2016).

É estabelecido aqui outro paralelo com as vivências da criança envolvida na cena incestuosa: cisão e clivagem do ego. Como vimos, Ferenczi (1933) descreveu esta operação psíquica como um sintoma comum diante da sujeição à violência sexual: “Se a criança que se restabelece de uma tal agressão, sofre uma enorme confusão, a bem da verdade, já é uma clivagem, ela ao mesmo tempo é inocente e culpada” (p. 352).

Cromberg (2010/ 2012) corrobora com a posição de Ferenczi a respeito das consequências traumáticas, para o psiquismo infantil, de um investimento excessivo e prematuro de formas eróticas adultas:

O ato sexual [...] para a criança [...] se torna um acontecimento traumático intrusivo e atacante, não encontrando formas de integração, ligação, transcrição e representação no psiquismo [...]. O trauma deixa marcas irrepresentáveis inscritas no corpo. Seu impacto insuportável cinde e fragmenta o ego e isola o acontecimento e a dor a ele associada (CROMBERG, 2010/ 2012, p. 37).

Passamos então a entender as dimensões que o mecanismo da clivagem do ego alcança na criança e no adulto envolvidos na circunstância abusiva.

Pela ótica da perversão como estrutura, vemos então que é por meio da clivagem que o sujeito mantém a fantasia do feminino poderoso, fálico (mãe), convivendo lado a lado com a imagem do feminino que, porque castrado, é frágil e, às vezes, desprezível. Essa última, ou seja, a imagem de uma mulher destituída de poder, é o que o perverso vai projetar em sua parceria erótica, independente do que esta apresenta, de fato, como referência de maturidade sexual. É neste cenário que se evidencia uma das facetas mais desconcertantes e, por que não dizer, alvitantes, do funcionamento perverso—o erotismo que se alicerça na castração vivida como rito de sacrifício. O sujeito promulga um contrato no qual articula lei e gozo num contexto permeado por fantasmatisações, culpa e hostilidade e impõe como desafio seu discurso de saber e de verdade.

Sacrifício, contrato, lei e gozo, fantasmatisação, culpa, hostilidade e desafio, todos densos significantes que se entrelaçam nas dinâmicas sexuais perversas, entre elas a pedofilia e o incesto. Este é o panorama que nos dificulta, como cidadãos comuns e profissionais da área, o adensamento do olhar para os elementos viscerais dessa trama. Assim, como numa maldição paralisante, repetimos de alguma forma a égide perversa do ver como se não tivéssemos visto, saber como se não soubéssemos.

“*Desconforto*”, “*indignação*”, “*perplexidade*”—são expressões recorrentes na fala dos profissionais diante dos relatos que traduzem o estilo de vida sexual dos personagens que compõem a história do incesto. O rigor ritualístico, marcado por sujeição e sofrimento, garantido por um contrato que pouco ou nada enuncia amor, paixão ou desejo, evidencia-se como a base constitutiva desses relacionamentos. Assim, descreve Aulagnier:

Trata-se, para os dois parceiros, de se engajar mutuamente e da maneira mais rigorosa, a respeitar e a aplicar cegamente uma série de regras que, de maneira imutável, definirão o seu agir erótico [...]. O imperativo imposto ao sujeito não é outro senão o gozo, o gozo conhecido não como direito ou como um extremo prazer [...], mas sim como um dever, como uma dívida sacrificial oferecida a um Outro (AULAGNIER, 1967, p. 56).

A participação da figura materna, por ação ou omissão, no próprio desenrolar da interação abusiva entre sua filha e seu parceiro sexual (esposo, companheiro, pai ou padrasto da criança) é uma situação muito comum nos serviços de atendimento à família incestuosa. Os roteiros dessas histórias desenvolvem-se com nuances que vão desde a ausência da mãe

nos momentos do dia em que a criança já relatou que os abusos acontecem, a participação em cenas libidinosas debaixo do cobertor quando, de forma aconchegada, todos assistem a um filme, até a sujeição da filha, oferecida como objeto sexual ao parceiro, como garantia de seu momento posterior de gozo. O filme *Preciosa—uma história de esperança* (Lee Daniels, 2009) retrata de maneira tocante esta cruel trama familiar.

Mesmo quando a criança ou a adolescente não está diretamente envolvida na troca erótica, depreciação, mensagens de insuficiência e menos valia, imposição de práticas constrangedoras e agressivas fazem parte do relato dessas mulheres, que se autodenominam refêns do que o parceiro determina.

O que tais comportamentos descortinam é a imposição, por meio de rituais repetitivos, que o perverso faz de sua cena imaginária, ou seja, sua necessidade de sobrepor ao real a fantasmática da castração para que chegue, de alguma forma, ao gozo. É assim que, fazendo do outro o elemento que dá base ao seu fantasma, ele anula esse outro como sujeito.

No lugar do real, investido pela libido do sujeito, ele coloca este outro imaginário forjado pelo seu desejo, puro objeto à sua mercê, totalmente submisso à sua vontade e portanto recusado, seja como sujeito da palavra, seja como sujeito do desejo (AULAGNIER, 1967, pp. 60–61).

Para André (1999), o uso público do conteúdo fantasmático, sua expressão a partir do que é imposto deste conteúdo ao outro, é o que marca a dinâmica perversa. Segundo o autor, só existe sentido e função na fantasmática perversa se o outro é incluído, com ou sem anuência, na trama proposta. E aqui entram todas as referências do perverso como sedutor, manipulador ou violento. Essa cumplicidade do outro com sua cena fantasmática precisa ser conseguida a qualquer custo, pois “o perverso só pode se assegurar de sua subjetividade com a condição de se fazer aparecer como sujeito positivado no outro [...]. Trata-se de um sujeito para o qual é essencial, vital, afirmar que há continuidade entre desejo e gozo” (ANDRÉ, 1999, p. 14, livre tradução).

Seguindo a linha de análise de André, Fuks (2014) aponta a diferenciação entre neurose e perversão no que se refere ao gozo, delimitando que o valor supremo para o perverso é o próprio gozo enquanto o neurótico estabelece como valor o desejo. Para a autora, o indivíduo perverso preconiza a soberania do gozo sobre o desejo, uma vez que “para ele, o desejo não pode ser outra coisa que o desejo de gozar” (p. 232).

Esta aceção é corroborada por Jorge (2010), quando enfoca a distinção entre as lógicas que ordenam as fantasias sexuais na neurose e na perversão. Segundo o autor, o

neurótico busca a completude pelo viés do amor e, o perverso, porque capturado na demanda transbordante do gozo, anularia sua capacidade de amar (p. 84).

Rosa Jr. (2011) alude à mesma posição de Lacan quando este comenta seus intentos ao escrever *Kant com Sade* [1966, 1988] e nos adverte sobre a

[...] potência do imperativo categórico que ordena o desejo perverso, pois a busca do gozo em questão é tão avassaladora a ponto de requerer o sacrifício de princípios fundamentais para a valorização da condição humana, tais como: amor e ternura. Nesse caso, o despudor perverso, ao odiar a diferença, não reconhece limites. Portanto, caso for necessário, ele irá aniquilar o outro como sujeito para colocar em cena as imagens que capturam suas modalidades de gozo (LACAN, [1962–1963] 1997, p. 184 apud ROSA JR., 2011, p. 186).

Estas inflexões teóricas, mais uma vez, aguçam minhas memórias clínicas—Giovane, um jovem de 18 anos, procura tratamento psicológico para sua “*fissura por sexo*”. Na realidade, fora uma imposição da namorada que retratava a “*gana e forma selvagem como ele procurava fazer sexo*” como doença. Lembramo-nos com nitidez dos momentos em que o rapaz admitia, sem denotar qualquer consternação, que a namorada tinha razão sobre a falta de carinho ou amorosidade dele quando transavam: “*O que eu gosto mesmo é ficar excitado e gozar. Nunca fui chegado nessas besteiras melosas. Isso é problema?*”, indagou certa vez. Devolvemos sua questão: “*Sua namorada diz que sim. E você? Como sente isso?*”. A resposta foi categórica: “*Não vejo nenhum problema nisso e se ela continuar me enchendo o saco, procuro outra!*”. Vale salientar que Giovane fora abusado sexualmente por uma irmã mais velha desde os 6 anos de idade, e que esta relação incestuosa se manteve até que o rapaz tivesse 13 anos, ocasião em que a moça casou e foi morar em outro país.

Vemos então, com as palavras dos autores supracitados, que o registro do gozo, a partir da repetição ritualística de seu fantasma erótico, mantém para o perverso a crença na onipotência deste polo do desejo, onipotência essa que tem o caráter mortífero para o outro como sujeito.

Resgatamos aqui uma das origens do mecanismo de identificação perpetrado à criança por seu agressor, assunto que já abordamos anteriormente. Retomemos as palavras de Ferenczi

[...] quando atinge seu ponto culminante, obriga-se automaticamente a se submeter à vontade do agressor, a adivinhar o menor de seus desejos, a obedecer, esquecendo-se completamente de si e a se identificar totalmente com o agressor. Por identificação, digamos por introjeção do agressor, ele desaparece enquanto realidade exterior, e torna-se intrapsíquico [...] (FERENCZI, 1933, p. 352).

A força desta intrusão psíquica faz com que os conteúdos mentais e as atitudes do agressor, em dado momento, não sejam mais sentidos como estranhos à vítima. É neste entrelaçamento que a criança se perde e reconhece como seu o que na verdade é de seu ofensor.

Uma outra marca no jogo de sujeição, típica da sexualidade perversa é a hostilidade. Cromberg (2001/ 2012) refere a concepção de Robert Stoller que “define a perversão como um interjogo entre hostilidade e desejo sexual” (p. 36). Na visão deste autor, o prazer e o corpo servem muito mais à expressão de um poder, que tem como propósito expiar a raiva do trauma sofrido na infância, do que à expressão do erotismo. Neste sentido, a desumanização do objeto sexual seria a transmutação do trauma em triunfo. Nas palavras de Cromberg:

Com maior ou menor consciência da raiva contra o objeto sexual, o propósito essencial para o perverso, é ser superior a, triunfante sobre causar dano a outro [...]. A excitação sexual é produzida por uma operação da cena traumática infantil (portanto vivida passivamente, em triunfo vingativo adulto, imaginando ativamente) (CROMBERG, 2001/ 2012, p. 37).

Mesmo diante de todo um cenário que redundava em repugnância e distanciamento da figura do perverso, não é possível desconsiderar que algo de muito fundamental lhe foi negado por suas figuras parentais e que seu funcionamento responde a falhas significativas em sua constituição psíquica. Como nos ensina Aulagnier:

O desejo da mãe [...] primeiro crime do desejo de que ela é responsável [...], e lhe demandado em seguida de se reconhecer como cúmplice do seu desejo, desejo pesadamente culposos porque pago com a exclusão do pai enquanto sujeito desejado, o fixou neste lugar que é o seu, onde o seu prazer, objeto de silenciosa demanda materna, vem fechar o caminho a toda sublimação que, apenas ela, poderia permitir-lhe assumir o desejo como outra coisa que não armadilha de alienação ou armadilha de culpa (AULAGNIER, 1967, p. 59).

A culpa, pela aliança que se estabelece entre gozo e pecado, é uma das expressões mais fortes da já descrita identificação da criança com o seu agressor. Funciona como um poderoso elemento que mantém em segredo as experiências abusivas, muitas vezes, por anos a fio.

Nas histórias das crianças aparecem as ambivalências que se traduzem quando expressam ora medo e raiva, ora saudade e preocupação com o destino do pai denunciado. Sentem-se culpadas, afinal, têm o registro do prazer na interação abusiva e isso se contrapõe às vozes uníssonas sobre o mal que tais experiências lhe causaram. Aquilo que sentiram como afeto, como bom, nomeado como feio e errado. Este sentimento de culpa, que em algumas

situações leva a sintomas depressivos e de automutilação, é ainda mais cruel no contexto da violência sexual intrafamiliar, pois a experiência do real suscita e se entrelaça com as fantasias arcaicas incestuosas da criança—quem deveria interditar é aquele que incita a cena proibida.

Se pensamos na sexualidade do perverso como refém de uma armadilha de culpa entrelaçada à culpa da criança por participar da realização de suas fantasias incestuosas, passamos a dimensionar de forma mais acurada a potência deste encontro, ou seja, a criança interna do agressor conecta-se e propõe uma estreita aliança com a criança que se vicia.

Segundo Fuks (2014), a organização perversa reedita vários elementos da sexualidade infantil. “Isso quer dizer que as perversões resultam de uma regressão a um estágio anterior da evolução libidinal, estágio em que o sujeito permanece eletivamente fixado” (p. 227).

A autora refere Dunaigre (1999) para explicar os infortúnios deste encontro.

A criança interna “representa o lado infantil do adulto que permaneceu no limbo [...] uma criança que, no passado foi atormentada por desejos contraditórios e ambíguos em relação às figuras dos pais. Uma criança que decidiu calar para sempre sobre uma angústia. Quando se torna adulta, espera que a criança externa dê voz ao silêncio que fora sepultado na infância” (FUKS, 2014, p. 22).

Ela ainda enfatiza que o perverso pedófilo, que tem como alvo uma criança que ainda não atingiu maturidade sexual, na verdade procura nessa criança o que, na sua história pregressa, não foi desenvolvido. Busca as reminiscências da recusa da castração: “O pedófilo procura achar a si mesmo, fazer-se aparecer na figura infantil. Nisso se evidencia como ele permanece fixado (ou convertido) em uma eterna criança imaginável” (p. 233).

Na conjugação reflexiva sobre a problemática em questão, resta ainda adentrar um terreno igualmente permeado por obscurantismos, que é a relação do indivíduo perverso com a lei. É sem dúvida uma matéria essencial neste estudo, tendo em vista que a interdição e a responsabilização do agressor nos casos de abuso sexual de crianças e adolescentes é premissa inalienável.

- **Perversão e desafio**

Para Aulagnier este é outro pilar que sustenta a caracterização da perversão como estrutura, na medida em que esta relação do perverso com a lei se dá pela marca do desafio. A autora nos coloca que, se a recusa remete ao entendimento de mecanismos inconscientes, o

desafio aparece de forma clara e explícita nas atitudes do perverso, traduzidas pelo objetivo de escandalizar.

O meio pelo qual ele escandaliza e pelo qual ele se singulariza para o espectador ou o ouvinte, remete a um duplo composto:

- A verbalização do seu fantasma do desejo que ele impõe.
  - Esse mesmo fantasma proposto como discurso de saber e de verdade.
- (AULAGNIER, 1967, p. 60).

Fuks (2014), referindo-se à posição de André (1999) sobre a relação que o perverso tem com a lei e o gozo, indica que simplesmente colocá-lo como um contraventor não esclarece o que está intrínseco em seu comportamento—quando infringe nossos referenciais de lei e bons costumes, na verdade está sujeito a uma lei mais cruel do que a posta pela sociedade: a obrigação de gozar (p. 233).

Para sustentar-se num regime próprio de verdade e legalidade, o universo subjetivo do perverso responde a referências de lugares e discursos que, mesmo contraditórios, coexistem sem grandes tensões: na cena pública cumpre um *script* caricatural e zeloso de usos e convenções sociais. Na cena privada, o lugar do segredo e da verdade onipotente, prevalecem aos contrapontos do que vive na *performance* pública. Como esclarece Fuks:

Entre a mãe e a criança, depois entre o perverso e seu *partenaire*, realiza-se o ritual (sempre teatral) que demonstra que o sujeito tem suas razões para se eximir das leis comuns porque atribui a si conhecimentos privilegiados sobre os quais funda sua singularidade (FUKS, 2014, p. 321).

Vemos então que é o desafio do real a grande motivação da existência perversa. Desafia a lei, enquanto instrumento que procura estabelecer e codificar a realidade. A legalidade, seja ela de dimensões éticas ou penais, ancora-se em premissas que se pretendem como saber de verdades que encontram suas fontes no real. Aulagnier nos diz:

É a esse saber que o desafio do perverso se dirige [...]. À chamada realidade do afeto que coloca uma equivalência entre o bem o belo, a exigência moral e boa consciência, o crime e a culpabilidade, ele opera seu desafio que vem inverter os signos e colocar em questão o bom funcionamento do suporte ético (AULAGNIER, 1967, p. 62).

Para completar o delineamento argumentativo sobre o sujeito que enseja, na dinâmica familiar abusiva, a autoria da agressão sexual, voltemos nosso olhar para um ponto nodal que se fez evidente em muitas passagens do texto. Referimo-nos aos férteis questionamentos

sobre ser o indivíduo incestuoso um perverso pedófilo ou um neurótico que atua uma, ou numa dinâmica perversa, esta francamente inteirada pelo contexto familiar e pela figuração social mais ampla. Poderíamos neste momento do texto já afirmar um posicionamento a este respeito, tendo em vista os argumentos já circunscritos. Contudo, insistimos no sobrelevo desta questão, considerando sua pertinência quando pensamos a escuta e o manejo terapêutico desses casos. Sigamos então, um pouco mais, nossa reflexão.

Serge André (1999) denuncia como equivocada a ideia de que pedofilia e incesto têm o mesmo significado. Considera que existem pedófilos que abusam de seus filhos e filhas, mas afirma que, em sua experiência como psicanalista, este tipo de situação não se traduz como principal incidência. Indica ainda que, de forma análoga, os sujeitos que protagonizam a cena incestuosa dificilmente se sentem excitados com outras crianças ou adolescentes, sendo que “o que lhes interessa, o que lhes cria problema, o que lhes põe fora de si, é seu próprio filho, sua descendência”²⁹ (p. 18). O que de fato observa nos pais incestuosos é que demonstram não suportar a paternidade e sentir imensa necessidade de se livrarem do encargo parental. Em contrapartida, os pedófilos apresentam uma imensa valorização da paternidade e, segundo o autor, para eles “os pais no sentido legal, limitados em seu papel de censores, são por essência, incapazes de amar, [e postulam que] o ‘verdadeiro’ amor paterno tem que vir portanto de um lugar diferente do que aqueles que estão ligados à criança por laços de sangue” (p. 18).

André esclarece que a concepção de amor paterno do indivíduo pedófilo traduz-se como paixão e sensualidade. Um amor que se situa numa profunda rivalidade com o amor materno. Uma paixão que não rechaça nem reprime o que pode haver de sensualidade e erotismo na relação. O pedófilo, menciona o autor, clamaria pelo erotismo na interação com a criança por acreditar que a sensualidade paterna é uma necessidade do(a) filho(a). Por isso, “restaurar a paixão de ser pai e fazer desta o modelo da paixão amorosa, isso é o que está radicalmente em jogo na pedofilia” (p. 18).

As colocações de André ressoam com muita pertinência quando consideramos as experiências trazidas em supervisões pelos profissionais que atuam com a problemática da violência sexual contra crianças e adolescentes. É raro, no material que apresentam, o indivíduo que abusa de seus filhos abusar de outras crianças com as quais não tem laços parentais. A grande incidência é o pai incestuoso. Contudo, as observações do autor a respeito do comportamento de rechaço à paternidade por parte deste pai que abusa de seus filhos não

---

²⁹ As citações aqui apresentadas tiveram livre tradução.

se confirmam como característica marcante. Ao contrário, uma parcela significativa dos que chegam para atendimento apresentam-se como pais cumpridores de seu papel.

Já com relação aos assinalamentos de André sobre como o indivíduo pedófilo retrata suas intenções amorosas para com as crianças, é notável esta confluência entre cuidados paternos e busca passional. E, certamente, são essas as demandas que mais mobilizam constrangimento, indignação e, às vezes, furor nos profissionais que, com frequência, referem sua dificuldade no manejo destas situações.

Logicamente, a distinção entre o neurótico incestuoso e o perverso pedófilo não se atém à caracterização do tipo de vínculo que cada um estabelece com a criança seviciada. Até porque, mesmo não aparecendo como maior incidência, existem aqueles que abusam de seus filhos e de crianças com quem não têm laços parentais. Uma gama de outros elementos precisa ser observada conforme os debates propostos por este estudo.

Há que se confirmar a complexidade desta tarefa. Valas (1994) salienta que, do ponto de vista fenomenológico, distinguir neurose de perversão é um propósito quase impossível. Aponta que um referencial digno de atenção é a observação de que, nos neuróticos, a atuação dos fantasmas perversos acontece de forma ocasional, isolada, ao passo que nos perversos os fantasmas se manifestam em condutas sexualmente estereotipadas que, por seu caráter de fixidez e repetição, indicam uma estrutura subjacente que as determinam. O autor nos diz que:

A fórmula freudiana “a neurose é o negativo da perversão” só pode ser mantida se se considerar, como verifica a observação, que o neurótico passa ao ato realmente para sustentar um desejo desfalecente, ao passo que o perverso finge, em suas encenações, para realizar um desejo decidido, senão advertido, e obter assim um gozo inconfessável (VALAS, 1994, p. 105).

Por fim, mais uma vez recorrendo às palavras de Freud, encaminho o que possa ser um mobilizador para a escuta desses sujeitos, também como campo e pretensões terapêuticas deste estudo:

Talvez justamente nas perversões mais abjetas é que devemos reconhecer a mais abundante participação psíquica na transformação da pulsão sexual. Eis aí a obra de um trabalho anímico, ao qual não se pode negar, a despeito de seu resultado atroz, o valor de uma idealização da pulsão. A onipotência do amor talvez nunca se mostre com maior intensidade do que nessas aberrações. O mais nobre e o mais vil, por toda parte da sexualidade, parecem na mais íntima dependência mútua (FREUD, 1905, p. 100).

Imbuídos desta motivação, ou seja, a escuta destes sujeitos que figuravam como autores da agressão sexual, para além das reflexões sobre a perversão como estrutura, importa

uma maior compreensão a respeito da expressão ou comportamento perverso no sujeito neurótico. Considerando a casuística das situações que trabalhamos em supervisão, este, sem dúvida, torna-se um foco primordial, principalmente porque traremos como foco de análise as inquietações sobre os elementos do ambiente, sejam eles inscritos na dinâmica social próxima que é a família ou mais ampla (comunidade, cultura contemporânea), que incitam esses sujeitos à consumação do ato abusivo.

2.7.3 A montagem perversa e a atualidade do desmentido

O percurso de estudos até aqui empreendido nos trouxe elementos contundentes para a identificação dos mecanismos que engendram a perversão como estrutura. Consideramos este estofo fundamental quando intencionamos deslocar a discussão para além da substantivação que reduz a perversão a um sentido estritamente sexual, imerso num universo de análise predominantemente moral.

Nossa referência capital para a construção do corpo teórico desta tese foram os elementos da práxis, ou seja, os emblemas que expressam as inquietações, as incertezas e as constatações nos contextos de atendimento aos sujeitos envolvidos na trama incestuosa. Desta forma, definimos como pertinente para a finalização do percurso de discussões conceituais o campo que contempla exatamente um dos aspectos que aparece com insistência na análise dos casos atendidos, qual seja, a dinâmica social que favorece as relações abusivas. Pensamos, com isso, favorecer a consistência da observação sobre as interfaces entre neurose e perversão e, assim, instrumentalizar o discernimento que incide sobre as possibilidades de intervenção. Tomamos como premissa introdutória a proposição de Lebrun (2008), que afirma:

[...] ao abordar a perversão a título de uma estrutura clínica que tem seu “valor”, aliviada de toda conotação pejorativa, talvez seja possível entender de outro modo os sujeitos que se viram convidados pelo discurso social a funcionar na prevalência do regime da relação com a mãe. Em particular, é possível entender melhor como para os neo-sujeitos com os quais lidamos hoje, não estamos diante de uma perversão que se constitui como um desafio ao regime paterno, mas diante de uma pseudoperversão, que resulta da ausência de confronto com o regime paterno [...] uma “perversão comum” (LEBRUN, 2008, p. 274).

Assim como Lebrun (2008), vários autores tem se debruçado neste campo reflexivo (Calligaris, 1986, 1991; Peixoto Junior, 1999; Queiroz, 2004; entre outros). Todavia, legítimo

se faz começar nossos apontamentos retomando brevemente as lições freudianas que, à sua época, já procuravam enfrentar a noção de perversão como desvio, anormalidade, fenômeno moralmente desaprovado, como a própria etimologia da palavra indica³⁰. As construções teóricas desenvolvidas nas correspondências com Fliess (especialmente a escrita em 6 de dezembro de 1896, como vimos), em *A interpretação dos sonhos* (1900), *Caso Dora* (1905), *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905), *Pulsões e os destinos das pulsões* (1915), *O homem dos lobos* (1917), *Espanca-se uma criança* (1919), *Além do princípio do prazer* (1920), *Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos* (1925), *Fetichismo* (1927), *O mal-estar na civilização* (1929), *A clivagem do eu no processo de defesa* (1938), citando as principais, formulam o pensamento de Freud sobre a perversão como uma propensão inerente à sexualidade infantil rumo à organização adulta—as pulsões sexuais, dispostas a objetos parciais, manifestam-se por meio do que o autor conceituou como autoerotismo e perversão polimorfa. O autor acrescenta, ainda numa análise mais ampla desta forma de refletir o desenvolvimento sexual do homem, que o *mal-estar da civilização* estaria atrelado à repressão destas pulsões perverso-polimorfas e, mantendo seus esforços no sentido de contestar a premissa de anormalidade posta nas concepções vigentes, sublinha que somente quando estas pulsões se manifestavam como excessivas, expressas em padrões de exclusividade e fixação, poderiam significar anomalias.

Mesmo quando formula a concepção de neurose como negativo da perversão, Freud não intenciona anular a existência de fantasias perversas no neurótico, e sim reconhece-las pelo modo contrário. A este respeito, Lacan (1956-57) nos atenta para um equívoco comum:

Ainda existem pessoas que sustentam que a perversão é algo de fundamentalmente tendencial, instintual [...]. Pensam, assim, interpretar a noção freudiana de que a perversão é o negativo da neurose, como se a perversão fosse em si mesma a satisfação recalcada da neurose, como se esta fosse o seu positivo. O que diz Freud é exatamente o contrário. O negativo de uma negação não é, de modo algum, forçosamente seu positivo, como demonstra o fato de Freud afirmar [...] [que] a perversão tem sempre alguma relação [...] com o complexo de castração. Em consequência, do ponto de vista genético, ela está no mesmo nível da neurose. Ela pode estar estruturada de maneira a ser seu negativo, ou mais exatamente seu inverso, mas é tão estruturada quanto aquela (LACAN, 1956-7, 1995, p. 256).

---

³⁰ Queiroz (2004) traz as referências de Latéri-Laura (1979) para discutir o termo *perversão*: seu sentido deriva da palavra latina *perversio*, do verbo *pervertere*, cujo registro data de 1444. Significa “voltar-se para o outro lado”, “retornar”, “reverter”. Indica também “o que está às avessas”, “o que está fora da ordem, desordenado”, “desregrado”, “contrário ao que deve ser”, “defeituoso”, “vicioso”. *Pervertere* significa também “perverter”, “corromper”, “destruir” e “subverter”.

Dentre os autores contemporâneos que procuram circunscrever a perversão nos liames da neurose e do laço social, destaca-se Contardo Calligaris que, desenvolvendo sua tese de doutoramento sobre a temática, entrelaça ideias que mobilizam e instigam nosso campo de pesquisa.

Em conferência proferida na Bahia no ano de 1986, o autor declara que seu maior interesse no estudo das perversões nunca foi a estrutura perversa, até mesmo por sua incidência pouco comum³¹. Sua atenção é então focalizada em refletir a engrenagem pela qual o neurótico é facilmente tomado por “formações perversas” (p. 68). Enfatiza ainda, nesta mesma ocasião, que a formação perversa está enraizada na vida social do neurótico, em nossa vida social e que este mecanismo é efeito da incessante busca humana em escapar do sofrimento neurótico banal, dito—“banal”—, mas nem por isso menos dramático. Desta feita, Calligaris desenvolve a concepção da saída neurótica pela perversão como um mecanismo que leva a pessoa comum a se engajar numa montagem perversa pelo benefício de não ter mais que oscilar em conflitos de consciência—é a *paixão pela instrumentalidade*, ideia que o autor estrutura em texto de 1991, *A sedução totalitária*.

Neste artigo, Calligaris faz seu percurso reflexivo tomando como base os escritos de Albert Speer, ministro dos armamentos do Terceiro Reich, que dirigiu o arsenal bélico alemão nos últimos anos da Segunda Guerra Mundial, escritos estes que o nazista usou como base de sua autodefesa do nazista no julgamento de Nuremberg. Calligaris ressalta aspectos psicológicos da pessoa de Speer que o apresentam como um homem de família aristocrática da burguesia alemã, francesa e italiana (opositores do fascismo), culto, sensível e excelente pai de família, ou seja, em nada um sujeito que se pensaria, a priori, adepto às ideias que geraram os horrores do qual participou. Calligaris analisa, assim, essa aparente incongruência, buscando no discurso do criminoso os argumentos que ligam a perversão à fenomenologia da vida cotidiana e, portanto, pensada numa dimensão completamente distinta daquela que a confina ao universo das normas e da moral sexual.

Duas afirmações de Speer norteiam as reflexões de Calligaris: a primeira é que “a guerra seria inevitável porque havia meios técnicos para fazê-la” (p. 108–109) e a segunda é assim resumida pelo autor: “[...] A pergunta de vocês está mal formulada, pois meu gozo não

---

³¹ É interessante ressaltar o quanto esta constatação do autor se atualiza na análise que temos feito a respeito dos casos supervisionados, cuja queixa indica a autoria da agressão sexual contra uma criança ou adolescente. Sejam nos serviços que integram a política pública de enfrentamento da questão, sejam nas circunstâncias que chegam na clínica privada, a grande maioria dos sujeitos não respondem a uma configuração estrutural perversa.

era matar pessoas, o **meu gozo era ser um funcionário exemplar** e, eventualmente, para ser um funcionário exemplar, eu estava disposto a matar pessoas” (p.114, grifos do autor).

À proposição de que o desenvolvimento técnico por si só teria tal poder alienante, Calligaris contrapõe a concepção de uma forma peculiar de alienação do sujeito que é o “triunfo da instrumentalidade”. Ou seja, onde Speer enaltece o poderio da técnica, Calligaris preconiza a *paixão humana por ser instrumento*: “[...] Em outras palavras, onde fala da técnica, do desenvolvimento da técnica, acho que poderíamos falar do **efeito do interesse e da paixão humana em sair do sofrimento neurótico banal, alienando a sua própria subjetividade a uma instrumentalidade**” (p.110–111, grifos do autor).

Ramos (2004) também aborda a problemática da instrumentalidade em seu trabalho *A dominação do corpo no mundo administrado*, onde aponta, tomando como referência os estudos de Adorno e Horkheimer (1991), a intrínseca relação entre cultura e barbárie e a “destruição implícita na racionalidade instrumental ratificada pelos totalitarismos e que cada vez mais se afirma como a *ratio* conveniente ao mundo administrado” (p. 34).

Ao discorrer sobre como se constitui essa paixão pela instrumentalidade, Calligaris vai, também, tecendo a interpretação sobre o “gozo em ser um funcionário exemplar” de Speer. Toma como exemplos do que se possa considerar infelicidades neuróticas banais, a incerteza do querer e a relação sexual fracassada, para esclarecer como a evitação desses sofrimentos faz o sujeito pagar o preço da perda de sua singularidade, por imaginar que tal equação lhe possibilitaria uma vida social bem-sucedida.

“O neurótico se organiza ao redor da tentativa de se proteger desesperadamente de um impossível” (p. 111), diz o psicanalista. Daí essa inconveniente incerteza do querer, que o sujeito tenta aplacar pela incessante busca de um suposto saber, localizado na função paterna, como instância que circunscreve o impossível com interdição. Ou seja, “se o neurótico é sujeito e deseja graças à referência paterna, por isso mesmo ele é condenado a uma ignorância sobre o que quer e à perplexidade sobre o que fazer” (p. 111).

Esta é uma dinâmica deveras frequente quando o sujeito chega em busca de análise: resolvem adiar atitudes e decisões importantes até que o processo de análise em si possa indicar um conhecimento do que genuinamente querem para suas vidas. A esse respeito, Calligaris é enfático: “poderia ser-lhes dito que esta esperança é completamente vã, pois o desejo é um exercício no qual o sujeito não se introduz pelo caminho de um saber” (p. 111).

Este mesmo anseio se ilustra na procura do parceiro erótico. A angústia de que a cena sexual acontece a partir dos fantasmas singulares, organizados pelo mesmo saber suposto,

ignorado e por isso não-compartilhável, nos faz buscar “o consolo em uma teoria do amor genital que nos prometeria o harmonioso desenredo do nosso desenvolvimento sexual até o encontro com o semelhante” (pp. 111–112).

É assim que o saber suposto ao pai se organiza no que o autor chamou de milagre da saída perversa da neurose, numa tentativa de solucionar a angústia das incertezas. Uma complexa operação que assegura como recompensa a possibilidade de fantasias e atos compartilhados. Como nos diz o autor:

É este milagre que persegue o que chamo de saída perversa da neurose. Sendo impossível chegar a conhecer o saber paterno suposto, a opção é abdicar à própria singularidade de sujeito, aliená-la construindo—de preferência—um **semblante** de saber paterno que por isso mesmo seja sabido e compartilhado. [...]. O seu custo é a transformação do sujeito em **instrumento** do saber assim estabelecido. (CALLIGARIS, 1991, p. 112, grifos do autor).

Abrimos aqui um parêntese para traçarmos um paralelo com uma circunstância muito recorrente no cenário do campo de atuação desta pesquisa: o conluio incestuoso. Causa sempre muita inquietação e indignação nos profissionais as nuances em que estes conluíes se expressam. A mãe que inicialmente denuncia o abuso sexual de seus filhos perpetrado por seu marido ou companheiro e busca o acompanhamento terapêutico é aquela que, depois de um tempo, parece sucumbir ao desejo de retorno deste abusador e passa a tecer a “coberta” que, mais uma vez, irá mascarar a circunstância incestuosa: a criança ou adolescente volta atrás em seu relato sobre o abuso, a família abandona o atendimento e mudam a residência de bairro ou estado. No investimento dos profissionais para que o “caso não se perca”, aparece a frustração quando percebem nas esquivas e manipulações dessa mãe a autoria do abandono ao tratamento. Pensamos, a partir das formulações de Calligaris, que a necessidade de compartilhamento de um saber, mesmo que seja um saber perverso, no caso em que o convívio com o abusador não oferece ameaça ou prejuízo para os filhos, vale, para esta mãe, o custo de transformar-se em instrumento desse saber estabelecido na dinâmica incestuosa. Muitas assim resolvem a angústia das incertezas. Junta-se a essa compreensão a problemática da comunhão dos fantasmas, muito presente na conjugalidade desses pais abusivos, que se sustenta na atualidade do desmentido.

Mais uma vez a *Verleugnung* freudiana ganha destaque em nossa discussão. Nem poderia ser diferente pela centralidade que assume este conceito quando o campo de conhecimento analisado é a perversão, seja em sua vertente estrutural ou, como enfocamos agora, pela sua expressão no laço social.

Voltando ao semblante de saber paterno como uma autêntica saída do sofrimento neurótico pela via da perversão, Calligaris adverte que não podemos considerá-la uma articulação propriamente de sucesso, uma vez que o semblante “sempre e necessariamente persegue a difícil tarefa de demonstrar que não é semblante” (p. 112).

Uma outra observação do psicanalista a respeito da questão do semblante enfatiza que o que importa é a manutenção e extensão dessa forma de funcionamento, e não o conteúdo que promulga.

Para quem escolhe sair da neurose pelo lado da perversão, o semblante de saber construído pode ser qualquer: o essencial é que seja “sabido” e compartilhável e que de repente nós fiquemos funcionando, sabendo o que temos que fazer, como instrumentos desse saber. Isto é essencial: o “conteúdo” deste saber não tem a mínima importância [...]. Além disso, esse semblante de saber [...] tem que se estender, porque sujeitos que não reconheçam o saber que estamos compartilhando, que então não aceitam funcionar como seus instrumentos, comprometem intoleravelmente o nosso semblante (ibid., p. 112).

Essas referências reflexivas, a nosso ver, incidem diretamente sobre a dificuldade, também frequentemente retratada nos encontros de supervisão, para se colocar em análise as nuances da situação abusiva, seja na contextualização dos relatos sobre o que aconteceu ou sobre o que possa ser a discussão simbólica do porquê aconteceu. Os profissionais sabem que não podem assumir a postura de investigadores policiais ou de críticos morais, mesmo que, muitas vezes, se sintam convocados a este lugar pelos autores da agressão sexual.

Contudo, à proposta sutil ou explícita de cumplicidade sobre os “*exageros na interpretação do que aconteceu*”, muitas vezes expressos nas falas dos pais da criança vitimizada, geralmente declaram seu constrangimento e inabilidade para lidar com o que seria o manejo clínico da situação. Em certa ocasião, uma psicóloga que, em seu primeiro emprego, atuava como terapeuta infantil numa Unidade Básica de Saúde, trouxe seu dilema ao lidar com a pergunta da mãe de sua paciente, uma adolescente de 12 anos que fora abusada sexualmente pelo padrasto: “*Que mal tem ele [o padrasto] ter transado com ela? Ela transa com outros caras do bairro, da escola...*”. A terapeuta ainda arrisca questionar se esses “*caras*” eram homens adultos, tão mais velhos que a menina quanto o padrasto, e se ela, a mãe, não via que a função que ele deveria ter na vida da adolescente, ou seja, a função de pai, não estava a contento. Ouve a resposta: “*Não me diga que você, psicóloga, tem a mente tão fechada que acha que tem que ter idade próxima para transar? Eu tinha mais de 15 anos de diferença com o pai dela quando me casei... E depois, tem pai que ensina as filhas sobre sexo...*”. A terapeuta refere então ter sido “*invadida por uma indignação*”, que redundou num

acordo tácito de interromper o que poderia desdobrar-se numa discussão moral. Os desdobramentos debatidos no grupo de supervisão denotaram um viés muito complexo neste cenário que é o preparo dos profissionais para a escuta do discurso próprio da montagem perversa. Conseguir não recusar a escuta da recusa, no sentido de desmentido, mecanismo próprio da defesa perversa, é o grande desafio para a clínica do incesto.

Para finalizar suas formulações sobre a perversão na vida social, Calligaris aponta a paixão pela instrumentalidade como ordinária em nosso cotidiano, uma vez que entrelaçada na inércia totalitária do laço associativo. Observa que, sendo o princípio básico de toda engrenagem totalitária a “**gestão total** da vida cotidiana” (p. 116, grifos do autor), o resultado de extensão e alienação a um saber “sabido” é implacável: “a inércia normal do laço social é duplamente totalitária—que **todos** os sujeitos acabam sendo **nada mais** do que o instrumento do funcionamento do laço” (p. 116, grifos do autor).

Retomando a premissa inicial desta sessão sobre a “perversão comum” em que Jean Pierre Lebrun (2008) nos incita à percepção do comportamento contemporâneo não ligado ao desafio do regime paterno, mas sim à ausência de confronto com este regime, vejamos agora como o autor desenvolve suas ideias.

Com esta contraposição—desafio/ ausência de confronto com o regime paterno, Lebrun diferencia claramente o que seria a caracterização de uma perversão estrutural (a que desafia) e aquela construída no ou como laço social (a que se esquia ao confronto) com a representação de lei, interdição, ou melhor dizendo, com a castração.

O autor parte desta diferenciação para descrever os impactos na constituição subjetiva do indivíduo, provocados por uma franca mutação do laço social que assistimos em nossas sociedades avançadas.

Lebrun (2008) nos fala sobre a *crise de legitimidade* que começa no seio da família, comprometendo assim o próprio locus onde se forjam os futuros sujeitos, e se estende para as relações que permeiam todo o campo social. O âmago desta crise, segundo o autor, estaria na invalidação da necessidade de existência de um lugar de *exceção*, de um lugar de *transcendência*, de onde se emanariam as autênticas interdições. Desta feita, pais, professores, chefes e governantes estariam desacreditados em sua função de “prescrever um consentimento na perda do ‘tudo é possível’”, e em sua tarefa de “transmitir às gerações seguintes a necessidade de uma perda—a do todo-poder—como dado irredutível da condição humana” (p. 27).

O autor lança mão do preceito freudiano para nos advertir sobre as consequências nefastas deste tipo de alteração no pacto social.

Quando uma comunidade humana sente se agitar nela um surto de liberdade, isso pode corresponder a um movimento de revolta contra uma injustiça patente, tornar-se assim favorável a um novo progresso cultural e permanecer compatível com ele. Mas também pode ser o efeito da persistência de um resto de um individualismo indomado e, então, formar a base de tendências hostis à civilização (FREUD, 1971, p. 45 apud LEBRUN, 2008, p. 24).

Não resta dúvida de que a tese de Lebrun sustenta a segunda configuração apresentada por Freud, ou seja, os efeitos hostis à vida civilizada impostos pela evitação ou *renegação* do regime paterno. E é exatamente este conceito—*comunidade de renegações*—que o autor utiliza para embasar seu ponto de vista. Destituídos de um lugar de transcendência, os pais, porque hoje estão concentrados principalmente em serem amados por seus filhos ou em protege-los da sociedade violenta, negligenciam sua função educadora, sua responsabilidade em significar interdições. Com isso, o aprendizado de se sustentar no vazio como ser pensante e, por isso, adulto, fica seriamente prejudicado.

Evitar a dor e desconsiderar limites parecem ser consignas norteadoras do viver atual—filhos que se valem da negligência educativa dos pais para se autorizarem, eles também, a negligenciar aquilo que lhe é demandado como exercício de crescimento.

No âmbito coletivo, esta circunstância fica ainda mais complexa, visto que é pouco provável que esta geração assuma o desafio de restaurar a legitimidade, pois, segundo Lebrun, não teriam se formado como sujeitos em sua integralidade, mas sim

[...] indivíduos que se tornaram adultos sem terem sido obrigados a deixar a infância... e sem até saber disso. Nada será mais difícil que obter deles que reinventem a legitimidade. Dar novamente existência ao lugar de transcendência via lugar do pai, do chefe, em resumo da exceção, equivaleria precisamente a aceitar enfrentar o que eles, até aí, conseguiram evitar (ibid., p. 31).

Com efeito, este cenário evidencia a total evitação em se lidar com a incompletude, com a falha, com o hiato, com aquilo que não é recíproco, com o que não se comunica, com aquilo que nem nos preocupamos em olhar em nós mesmos, com a negatividade. De acordo com o autor, a própria explicitação de que a negatividade existe, “hoje nos parece incongruente, ofensa a nossas competências, traumatismo a ser apagado, [...] déficit a ser preenchido, vazio a ser esvaziado [...]” (p. 40).

A inversão na lógica é nítida: se antes o laço social se fundava na negatividade ou na castração, hoje, ao contrário, esses são os parâmetros que todos se unem para renegar. Como já vimos, a exclusão da castração incita o sujeito à passagem de uma economia neurótica para uma economia perversa. Nesta linha de reflexão, Lebrun adere ao preceito de Calligaris sobre a montagem perversa, utilizando o neologismo *entodamento*. Vejamos como coloca o autor:

Tudo se passa então como se, no nível coletivo, não estivéssemos mais às voltas com um *todos* incompleto que se sustentava pela falta, pela negatividade, mas com um *todos* completo e, portanto, aparentemente sem lugar algum para a negatividade [...]. Por conseguinte, estamos sem lugar de exceção para podermos existir como sujeitos gregários, capturados na massa, capturados no “todos”, num “entodamento”, “entodados”, diremos (ibid., pp. 37–38, grifos do autor).

Trabalhar com violação de direitos, ou mesmo na clínica privada, nos coloca cotidianamente diante do cenário descortinado por Lebrun, daí fica patente o pensamento de que esta contingência é disseminada de forma ampla no tecido social, a despeito de classe socioeconômica, nível intelectual ou parâmetros culturais. Talvez as formas como se expressam esses mecanismos de *entodamento*, segundo Lebrun, ou *paixão pela instrumentalidade*, como refere Calligaris, ganhem contornos diferentes de acordo com a situação socioeconômica dos indivíduos. Mas, como vemos neste debate, dizem respeito à mesma raiz.

Especificamente no que se refere à família incestuosa, objeto de nosso estudo, muitas são as facetas que se relacionam com as reflexões propostas, principalmente pela centralidade da questão da castração e as diferentes formas de apresentação de sua recusa.

É bastante comum as atitudes ditas “delinquentes” ou “desviantes” em crianças e adolescentes frutos do ambiente familiar disfuncional e abusivo. Abro um pequeno parêntese aqui para a ressalva de que, como Velho (1999), preferimos a concepção *divergente* para nomear tais comportamentos, exatamente na direção que vimos enunciando ao longo do texto, qual seja, a não-patologização de reações desordenadas a ambientes potencialmente aniquiladores da identidade individual. Na verdade, esses meninos e meninas expressam através da rebeldia ou da apatia a incontinência e inconsistência de seus lares. Como divergentes, aventuram-se no mundo em busca das provisões, materiais e afetivas, negadas. Envolvem-se em toda sorte de situações que os vulnerabilizam cada vez mais—exploração sexual e tráfico de drogas são as mais comuns. Por vezes, depositam num “pai de rua” o semblante do suposto saber, como já discutimos. Encontram a norma perversa: desafiar a lei e gozar!

As mães destes meninos e meninas, exatamente por não terem propiciado a pertinência do regime paterno ou participando do complô incestuoso, incitando a égide do desmentido, são as primeiras a recorrerem aos órgãos de proteção à infância e juventude solicitando que assumam a tutela de seus filhos “*perdidos para as drogas*” ou para “*a vida de puta*”. Esta situação configura-se como mais um dos inúmeros desafios enfrentados pelos profissionais: a escuta da proliferação de predicados pejorativos e depreciativos com que essas mães se referem a seus filhos, sem a menor disponibilidade para a conversa que contextualize as circunstâncias que favoreceram aquele cenário ou para questionamentos sobre sua responsabilidade materna—“*Parece que a vontade é apenas se livrar do estorvo*”, como referiu a assistente social que acompanhava um desses casos.

No revés dessa situação, encontram-se os pequenos ou pequenas que chegam para atendimento quase que destituídos de si próprios. Inseguros e desvitalizados, repetem mecanicamente uma fala, que, às vezes, parece ensaiada: “*O papai mexeu comigo/ a mamãe brigou com ele*”. Nesta seara, fica evidente a propriedade da ludoterapia: resgatar, num primeiro momento, o que é fundamentalmente inerente à infância, ou seja, o brincar!

Tais cenários ilustram de forma contundente a leitura de Lebrun (2008) sobre os impactos da manutenção do desmentido no processo de amadurecimento de uma criança. O autor aponta que:

[...] é preciso que a criança percorra um trajeto para não ficar em sua posição de perverso polimorfo. Supomos que a *Verleugnung* inicial—normal na infância segundo Freud—vai progressivamente ceder o lugar ao levar em conta a realidade [...]. Essa obrigação, o laço social de ontem a suportava, e até mesmo a impunha, [...] ao passo que o de hoje deixa-a como que em suspenso (LEBRUN, 2008, p. 258).

Esse estado contínuo em suspensão, causado, como vimos, pela falta de confronto com aquele que, na função paterna e legitimado no lugar de exceção, vetorizaria todo o campo pulsional na direção de que a *Verleugnung* primitiva pudesse ser transmutada em assunção da realidade, certamente nos dá base para entender os danos emocionais que circunscrevem as situações acima descritas.

O funcionamento psíquico a que essas crianças e adolescentes são instigados a recorrer é, como percebemos, o tão conhecido desmentido do início de suas existências. São envolvidos na cumplicidade de renegação sustentada pelo regime materno. Se, na cena social, a renegação materna encontra perfeita harmonia, estamos em condições de entender que estes sujeitos terão alimento garantido para sua própria recusa à castração, fechando-se na crença

de que a instância paterna é perfeitamente dispensável. Um tênue tratado entre o regime materno, que evita o regime paterno e o respaldo social, desdobrando-se no que Lebrun chamou de *comunidade de renegações*.

Também a este respeito, Penot (1992) retoma as reflexões que tecemos no início deste estudo sobre o lugar da mãe na dinâmica de assunção da castração. O autor sublinha que aquilo que marca o início da existência de um sujeito é a afirmação pela própria mãe de sua falta.

[...] o sucesso dessa operação—sobre a qual está fundado o próprio acesso à simbolização—irá depender da capacidade da mãe de reconhecer sua própria falta, tornando-a um pouco correspondente à pessoa do pai de seu filho (e não exclusivamente aos objetos parentais internos a ela). Esta é a condição mínima necessária para que ela seja “marcada” eficazmente pela castração, aos olhos da criança (PENOT, 1992, p. 40).

Retomamos aqui a figura da mãe que, ao fetichizar o filho, prejudica seriamente seu trajeto de subjetivação, na medida em que não permite que ele identifique a realidade de que ela está e estava, antes mesmo de sua vinda ao mundo, destinada a outro homem.

Em outros termos, como assevera Lebrun (2008)

[...] fim do todo-poder infantil e consentimento no real caminham juntos. E vão marcar o sujeito conforme este for reconhecendo que a ausência da mãe—e portanto a subtração de gozo que isso acarreta para ele—é causada pelo desejo sexual, pela presença sexual de um homem, no caso, o pai (LEBRUN, 2008, p. 271).

Vemos então ratificada a ideia de que a via preponderante, através do qual a realidade se instala, transmitindo à criança o que ela necessita para operar da melhor forma no mundo, é a sexual. Daí também dimensionarmos as proporções nefastas dos reveses da incestualidade.

Outro pesquisador que dimensiona o universo social no estudo das perversões é Carlos Augusto Peixoto Junior. Em sua tese de doutorado, que publicou sob o título *Metamorfoses entre o sexual e o social, uma leitura da teoria psicanalítica sobre a perversão* (1999), recorre a uma contundente fortuna bibliográfica para corroborar seus pontos de vista. Piera Aulagnier é uma das autoras elencadas, trazendo seu alerta sobre a importância de que os psicanalistas considerassem os laços sociais para um melhor entendimento das engrenagens psíquicas presentes no ato perverso.

Se quisermos restringir o diagnóstico de perversão somente aos perversos sexuais, não somente chegaremos a coisa alguma—pois um diagnóstico puramente sintomático nunca quis dizer nada—mas ainda seremos obrigados a reconhecer que

há bem poucos neuróticos que escaparão de tal diagnóstico. A solução tão pouco pode ser encontrada ao nível de uma culpabilidade da qual o perverso estaria isento: não há, ao menos segundo meu conhecimento, ser humano feliz o bastante para ignorar o que é a culpabilidade. A única maneira de se aproximar da perversão é tentar defini-la onde ela está, ou seja, no nível de um **comportamento relacional** (AULAGNIER, P., 1999, pp. 10–11 apud PEIXOTO JR., 1999, p. 269, grifos da autora).

Peixoto Jr. também chama a atenção sobre a problemática da estereotipia em relação à caracterização da perversão, ressaltando que o imaginário dominante inscreve o perverso como “um personagem submetido a um exercício sexual particular, como uma encenação específica sem a qual ele não goza”, mas que não podemos deixar de considerar a possibilidade dessa “encenação numa situação não sexual, ou seja, no contexto dos vínculos sociais” (p. 271).

O autor também ressalta a instrumentalização dos sujeitos, trazida por Calligaris, e refere o artigo de Marcel Czermak (1982), que enfoca este fenômeno na relação da perversão com os grupos. “Basta um mínimo de instrumentalização dos sujeitos, com a conseqüente redução de suas possibilidades simbólicas, para que a relação perversa se instale, na medida em que eles passam a emprestar seus bens (seus corpos e seus nomes) para o gozo de um outro” (p. 270).

Emprestar bens, corpos e nomes para o gozo de um outro me remete à circunstância do fanatismo religioso, tão presente nas famílias que chegam para atendimento por situações de violência, por mais dissonante que essa incidência possa parecer. Muitos buscam na igreja o apoio para o desequilíbrio emocional que o desvelar do incesto traz à família. Passam a ser instrumentalizados pelo suposto saber de um pai-pastor, como nos ensinou Calligaris (1991).

Embora não seja intenção deste estudo aprofundar o campo de análise sobre as religiões e os dispositivos de alienação, consideramos relevante o alerta de Peixoto Jr. sobre os elementos perversos presentes na ilusão religiosa.

A religião é [...] um reforço ou consolo narcísico que visa a compensar os sacrifícios impostos aos indivíduos pelo fato de viverem em sociedade [...]. [Seu] conteúdo passa a se ater tanto a um relato das origens quanto a uma doutrina da recompensa e do castigo, onde o sofrimento humano faz parte de um programa universal transcendente [...]. É assim que o sofrimento implícito no ideal ascético da religiosidade, notadamente masoquista, torna-se o preço da felicidade eterna no futuro. É assim que a religião constrói o modelo sobre o qual vai se edificar a figura protetora do pai [...] (PEIXOTO JR., 1999, p. 129).

Típica saída do conflito neurótico pela perversão, ou melhor, pela perda do lugar de sujeito para ser instrumento de um semblante de saber compartilhado. São recorrentes as

inquietações dos profissionais diante dos discursos repetitivos e defendidos dos autores de agressão quando referem “*ter fé na proteção do Senhor, que irá livrá-los dos males da Justiça dos homens*”. Mais um desafio na seara do atendimento a esta população.

Edilene Freire Queiroz é, também, uma autora que sobreleva a tendência recente de não relacionar, necessariamente, a perversão ao desvio sexual ou à estrutura psíquica. Tem o mérito de respaldar suas formulações na casuística da prática psicanalítica, concebendo a experiência clínica como uma área de investigação que nos permite acesso a fenômenos sociais e a discursos dominantes. Para a autora, a clínica psicanalítica, fundada na transferência entre o paciente e o analista, propicia a emergência de conteúdos que se encontram difusos na esfera social.

Queiroz (2004) analisa a economia desejante do mundo atual que traz o constante apelo por consumo e mudanças como o pano de fundo que instiga a quebra de limites e a transgressão como ato corriqueiro e, a partir dessa análise, questiona sobre o enredamento da contemporaneidade na perversão.

[...] comportamento de desafio à lei, impulsionado a transgressões constantes, traços fundamentais na definição de uma estrutura perversa [...] passam a aparecer mais e mais nos discursos ouvidos na clínica privada, nos noticiários veiculados pela mídia, nas cenas da vida cotidiana, levando-me, com frequência, a interrogar a implicação da contemporaneidade na perversão (QUEIROZ, 2004, pp. 17–18).

Joel Birman (1999) endossa as observações da autora ao escrever na notável apresentação que fez ao livro de Peixoto Jr., anteriormente citado:

Com efeito, da instrumentalização do sujeito, à sua coisificação brutal, passando pelas formas impessoais assumidas pelo funcionamento da burocracia contemporânea, a perversão faz sempre seu caminho silencioso e se inscreve cada vez mais na posição de prima-dona na cena tragicômica atual (BIRMAN, J., 1999 in PEIXOTO JR., 1999, *apresentação*).

Com esta colocação, Birman assinala uma outra dimensão perversa que se tece na intersubjetividade social e que coaduna sobremaneira com nosso estudo. Trata-se da burocratização das relações institucionais.

Tendo em vista que a principal fonte de mobilização e motivação desta pesquisa tem origem em nossa experiência profissional com a temática e que boa parte deste percurso foi e é construído na interface com as políticas públicas direcionadas para o enfrentamento desta questão, não poderíamos nos furtar à análise de uma vertente muito presente nas referências dos profissionais que executam essas políticas públicas. Referimo-nos às inúmeras situações

onde a matéria da supervisão circunscreve os impasses dos trabalhadores diante de exigências burocráticas que não se mostravam, aos seus olhos, pertinentes às necessidades das pessoas atendidas e às vezes até mesmo funcionavam como entraves à eficácia da intervenção terapêutica. Trabalham imersos num campo de contradições que neste momento ousou nomear de perversas, no sentido mesmo do que estamos estudando: ideias que se contrapõem convivendo num mesmo universo afirmativo, ou seja, atualizações do desmentido no cenário institucional. Citamos alguns emblemas:

- Promulga-se o PIA (Plano Individual de Atendimento) ao mesmo tempo em que se propõe que as intervenções sejam prioritariamente em grupo e que cada profissional seja referência para o atendimento de 40³² casos; sendo que cada caso desdobra-se na intervenção junto a todos os membros da família que apresentarem necessidade.
- Solicita-se o parecer do profissional sobre os benefícios ou riscos do desacolhimento institucional de uma criança para, depois, este mesmo profissional receber a notícia de que, a despeito de sua indicação, a criança retornou para casa (onde, muitas vezes, o agressor ainda tem acesso ou convívio), pelo seu “direito à convivência familiar e comunitária”.
- Delimita-se o número de famílias a serem atendidas em cada Serviço e se pressiona para que recebam as “urgências”, mesmo quando esta meta esteja com um excedente que chega à casa dos 80%.
- Pressupõe-se o atendimento do adulto, autor da agressão, quando o Serviço é referenciado para crianças e adolescentes. Se existe uma interdição judicial ou risco emocional pelo contato, este indivíduo não poderá ser atendido no mesmo Serviço que a criança. Nem em outro Serviço (também tipicamente especializado), pois a entrada do caso é condicionada ao atendimento da criança ou adolescente vítimas.
- Proclama-se a intervenção inter ou transdisciplinar, em rede interinstitucional, quando a insistência é o corporativismo profissional e as incertezas sobre quais são as ações próprias de cada setor que compõe a Rede de Proteção à Infância e Juventude em Situação de Violência.

Como mencionamos, são apenas alguns emblemas. Os profissionais se veem constantemente mobilizados por muitos questionamentos: como garantir a eficiência e

---

³² Estes dados, colhidos informalmente em relatos de supervisão, não tem caráter oficial.

eficácia da intervenção em circunstâncias tão complexas, num contexto tão massificado? Por que tanto investimento nas relações em rede, se seus pareceres são tão desconsiderados? Como lidar com a angústia de deixar casos sem atendimento para garantir a qualidade da intervenção? Como construir um fazer profissional que seja realmente transdisciplinar?

Tais incongruências levam os profissionais à desmotivação e, às vezes, até ao adoecimento. Lutam arduamente para não sucumbir ao que Jurandir Freire Costa (1991) chamou de “exercício burocrático da profissão [...] [que] insere os sujeitos num tipo de ‘montagem perversa’ das relações sociais” (p. 42). Aludindo ao termo cunhado por Calligaris (1986), Costa ressalta:

Essa montagem possui uma economia e dinâmica própria, desvinculada da hierarquia de valores, hegemônica no imaginário social: ideias de lei; de produtividade; de excelência de trabalho; de utilidade das ações; de não desperdício de recursos, etc. [...] **O apelo ao que é consensualmente admitido como funcional, racional, útil, legítimo, responsável, competente, solidário ou simplesmente como respeito ao elementarmente humano cai no vazio** (COSTA, 1991, p. 42, grifos nossos).

Nos dizeres de Costa, grifo o que não quer calar no clamor dos trabalhadores. Não querem sentir-se “indivíduos supérfluos” (ARENDT, 1976, 2012). Não querem transgredir pura e simplesmente as normas que os amarram. Não querem a obediência acrítica. Querem, e muitas vezes fazem, a despeito deste contexto, a diferença na vida dessas famílias que atendem. Daí nosso imenso respeito e admiração pelo seu potencial de resistência e inventividade.

Quando Lebrun (2008) estende sua análise sobre a crise de legitimidade que promove, como vimos, o advento da *comunidade de renegações* ao campo do trabalho social, é categórico em enfatizar as dificuldades inerentes a este fazer profissional diante das vicissitudes que esta crise traz. Segundo o autor, as profissões que, de alguma forma, interagem com as formulações sociais vigentes, tem suportado o ônus das incongruências entre este modelo que promulga a desconsideração do “não!” e a essencialidade do gozo e as condições imperativas que importam a um genuíno encontro. Desta feita, fatalmente experimentarão um intenso desprazer ao se verem impotentes por não encontrar soluções adequadas para muitas situações. Estas circunstâncias ficam ainda mais aflitivas porque como estão sujeitos à tirania da eficácia/ dos “resultados”, são eles que tem que carregar o fardo do insucesso.

Das marcas significativas em meu percurso como supervisora, lembramo-nos da ocasião em que foi imprescindível acolher, com o respaldo do grupo, a angústia e a dor de uma das profissionais no relato das circunstâncias dramáticas em que um paciente havia falecido. Um rapaz de 25 anos que vivia em condições socioeconômicas muito precárias com sua mãe esquizofrênica. Era portador de uma diabetes grave. A profissional, assistente social que fazia o acompanhamento domiciliar do caso, recebera o telefonema aflito desta mãe, que, ao ver o filho desmaiado, lembrou dela e foi até a geladeira onde o rapaz costumava deixar o número de telefone do Serviço onde ela trabalhava. Ela logo procura entender se a mãe havia acionado o SAMU (Serviço de Atendimento Móvel a Urgências, do Município).

Por seu quadro perturbado, a senhora não consegue responder. Imediatamente pensa em pegar o carro do Serviço para ir em direção à moradia do paciente. É interditada por seu chefe, que alega não poder dispor do veículo para o transporte do paciente até o pronto-socorro, pois esta não seria a função do motorista, nem dela. Não poderia inclusive se responsabilizar se o paciente falecesse no caminho. Segue-se uma discussão e ela é convencida a ligar para o SAMU e acionar o socorro. Volta aos atendimentos, mas assim que seu expediente termina, vai até o lugar onde o rapaz morava e os vizinhos dizem que havia sido levado para o hospital acompanhado da mãe. Retorna para casa tranquila, para no dia seguinte receber a notícia, através de outro paciente, que o rapaz havia falecido algumas horas depois de ter chegado ao pronto-socorro. Desolada, vai até a mãe do paciente que, muito triste, fala sobre a demora do SAMU e que os médicos lhe disseram que se o filho tivesse sido socorrido prontamente, não teria morrido. A profissional, visivelmente abalada, comiserava-se em culpa. Neste encontro, a condução do trabalho procurou abarcar o compartilhamento dos impactos emocionais que situações de impotência e fatalidade como aquela traziam para a vida de cada um.

Outro cenário que também elucida esta dinâmica perversa na qual, para o trabalhador do social, “sobram” as contradições insolúveis deste sistema renegador, envolve as interfaces entre a Assistência Social e o Poder Judiciário na administração de *medidas socioeducativas* para os *adolescentes em conflito com a lei*. É demandado, geralmente, a um assistente social ou psicólogo, que sustente no encontro com esse jovem a assunção da lei, a concordância com o gozo subtraído e a legitimação deste técnico como referência de autoridade, para que suas orientações sejam minimamente aceitas—todas estas circunstâncias que, como vimos, o laço social tem renegado. O profissional aconselha, negocia, estimula o vínculo, a confiança, mas nada disso se efetiva em direção à transformação na vida desse jovem se o trabalhador não se

sustentar neste lugar diferenciado. Caso contrário, teremos o paradoxo em que o técnico oferece oportunidades e clama por mudanças, quando o adolescente sequer formulou qualquer pedido com o qual estivesse realmente implicado.

Diante deste horizonte, cabe-nos concordar plenamente com a posição de Lebrun (2008) ao lamentar a perda da modalidade de laço social que se sustentava pela existência do lugar de exceção—época em que os trabalhadores sociais, como representantes desse lugar, mantinham um limiar de funcionamento que lhes permitia certo sucesso em ações de reintegração das margens da sociedade. A mutação radical deste panorama, como acompanhamos nestas reflexões, instiga-nos a mobilizar o leitor com os questionamentos de Lebrun:

Quem [...] melhor do que eles [os trabalhadores sociais]—para além do concreto de suas intervenções—poderia medir o tamanho do fato de que um problema social só pode pretender encontrar uma solução se for primeiramente reconhecido com o caso de um sujeito? Mas de onde poderiam eles daqui por diante tirar a legitimidade que permite comunica-lo e reconhece-lo a fim de poder engrenar uma dinâmica “virtuosa”? (ibid., p. 148).

A legitimidade para reconhecer e comunicar o sujeito: eis o giro que nos propõe o autor. Para tanto, pautado na experiência como supervisor de equipes profissionais inseridas no campo social, preconiza como crucial a visibilidade, a leitura e o manejo de todos os imperativos, por sua pena, aqui elencados. Desafia-nos então a empreender resistência a esta mutação social que desconfia do ato do sujeito, novamente ocupando um lugar implicado com a posição ética que enuncia com propriedade que “ao se tirar do sujeito singular a possibilidade de cometer atos, estamos no modelo característico das sociedades totalitárias” (p. 154).

Vemos aqui que a maior contribuição desse estudo possa ser subsidiar os profissionais que atuam junto às famílias incestuosas, a despeito de sua inscrição em um dado setor (assistência social, saúde, judiciário...), na empreitada proposta por Lebrun. Para tanto, além de reiterar o valor da Psicanálise em seu arcabouço teórico, presentificado no percurso do estudo, os argumentos que ora localizamos são os que evidenciam o alcance da práxis, no campo epistemológico psicanalítico.

Antes mesmo de passar à apresentação metodológica do estudo, gostaríamos de aquilatar a discussão, focalizando as reflexões sobre uma experiência, que já apontam destinos de transformação. Barbosa e Lang (2017) ao discorrerem sobre a perversão no

trabalho institucional do PROVITA³³, propõem o desafio de se criar dispositivos que propiciem a recondução dos indivíduos neuróticos, aprisionados em montagens perversas (característica muito própria das situações que acompanham no Programa), por trilhas que apontem outras configurações de laço social. Os autores lançam mão do trabalho de Elia (2010), que versa sobre psicanálise em instituições para sedimentar sua proposição.

“Nessas instituições, pode ser trilhado o eixo de um trabalho analítico, desde que este seja orientado pela escuta daquilo que, nele, precisamente o faz advir como sujeito, sem desconsiderar todos os fatores sociais presentes na realidade concreta desses sujeitos” (p. 8). A “escuta daquilo que, nele, precisamente o faz advir como sujeito”—premissa que informa e reforça a vocação de nosso estudo e, como passo fundamental no sentido de se criar condições de possibilidades para que essa escuta aconteça, tomamos a provocação de Calligaris (1991) sobre a premência de quebrarmos esta lógica que continua interrogando as circunstâncias abusivas “na linha do que se chamaria uma perversão, como se a constituição singular dos sujeitos determinasse o fato de que eles acabem sendo criminosos” (p. 114), perversos sexuais.

Reverberando tal provocação, passamos à apresentação do que se configurou como o campo de realização prática da pesquisa.

---

³³ PROVITA—Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas, vinculado ao Sistema Nacional de Proteção a Vítimas e Testemunhas, da Secretaria Especial de Direitos Humanos do Governo Federal, cuja missão é proteger vítimas ou testemunhas que estejam sofrendo ameaças em virtude de colaboração em inquérito policial ou processo criminal.

3. A experiência de intervenção supervisionada: entrelaçamento entre teoria e prática

A metodologia que embasou este estudo pautou-se fundamentalmente numa profícua interlocução entre teoria e prática.

Desde o seu desenho inicial, a pesquisa procurou focalizar as questões e inquietações trazidas pelos profissionais que atuam na área, e aqui nos incluímos, que clamavam por investigação.

Desta forma, privilegiamos a teorização flutuante em que as hipóteses e argumentos foram construídos e reconstruídos no diálogo estabelecido entre o material empírico e as referências conceituais.

A prática supervisionada já é reconhecida nos meios profissionais que lidam com o sofrimento psíquico e com o desamparo social, constituindo-se como estratégia de formação continuada. Desta feita, em nosso entendimento, configura-se como um *locus* privilegiado onde a atuação e o saber sobre determinada temática podem efetivamente ser analisados.

E, assim, organizou-se todo o percurso deste estudo. Partiu de nossa bagagem como professora-supervisora, consubstanciado com um vasto material que retratava as constatações, dúvidas e dificuldades dos trabalhadores em seu cotidiano de atuação e procurou aprofundar, com respaldo teórico, as discussões e reflexões sobre os questionamentos mais evidentes.

Cabe ressaltar que o cerne do método foi o relato e a sistematização dos atendimentos feitos pelos profissionais, efetivos sujeitos deste estudo. Não tivemos como pretensão ouvir diretamente os pacientes, mas sim as narrativas elaboradas/ tratadas pela escuta dos terapeutas que os atenderam. Desta forma, entendemos que a anuência com a utilização do material analisado ficou estritamente referida aos profissionais.

Outro aspecto relevante a esclarecer é que, a despeito da referência apresentada ao longo do trabalho sobre nossa atuação como coordenadora da área de ensino do CNRVV (Centro de Referência a Vítimas de Violência do Instituto Sedes Sapientiae), os profissionais que participaram do grupo de supervisão, caracterizado como campo desta pesquisa, não foram selecionados nesta ou em qualquer outra instituição. O critério considerado foi a experiência de trabalho com situações incestuosas, desenvolvida em contexto institucional ou privado. A adesão dos profissionais à proposta se deu de forma voluntária e espontânea, considerando principalmente o interesse de cada um na ampliação do campo como subsídio para uma práxis mais assertiva.

Os casos selecionados para o estudo circunscreveram a prática de atendimentos realizada em consultório particular, na medida em que propiciava aos terapeutas maior liberdade na condução dos casos, segundo as reflexões e discussões que orientavam a escuta. Ou seja, não precisariam ficar cerceados pelos parâmetros norteadores da intervenção, inscritos na normatização institucional.

Por fim, cabe salientar que todos os cuidados éticos foram considerados de forma a preservar a identidade tanto dos pacientes como dos profissionais que os atenderam. Assim, o uso de pseudônimos, modificação de dados a respeito da realidade de vida dos pacientes, bem como a transmutação de falas, de forma a resguardar a autoria do discurso sem perder a pertinência do conteúdo, foram estratégias utilizadas na construção e apresentação dos casos.

A análise e discussão dos casos, evidentemente, não teve a pretensão de esgotar as possibilidades de leituras, interpretações e correlações teóricas a respeito dos determinantes psíquicos e sociais presentes nas cenas retratadas. Este é, inclusive, um dos anseios de nosso estudo, ou seja, instigar a ampliação do olhar e do entendimento da cena incestuosa que se apresenta.

Nossas reflexões procuraram contemplar principalmente as interrogações e demandas dos próprios profissionais. Foram eleitos dois casos: o de uma criança vitimizada pelo padrasto e o de um pai incestuoso que engravida a filha.

3.1 Alice: os efeitos do desmentido

A história da pequena Alice, como protagonista de uma trama incestuosa, começa a circunscrever-se como um caso clínico e jurídico quando ela revela, ao ouvido de sua avó, que o padrasto a beijava na boca e, quando a mãe não estava presente, *“colocava o pipi no meu bumbum e na minha periquita”*. Segue-se, a partir desta confidência, uma série de desdobramentos e procedimentos: Boletim de Ocorrência, notificação ao conselho tutelar, avaliação pericial médica e psicossocial pelos órgãos da Justiça, psicodiagnóstico de uma assistente técnica contratada pela família e seu processo terapêutico.

Alice enfrentou e vem enfrentando, hoje apenas em sua terapia, todos esses momentos sempre com uma postura assertiva e resoluta, sem, contudo, deixar de manifestar reações e sintomas bastante complexos, como discutiremos ao abordar nuances do processo

psicoterapêutico. Seu relato, nos diferentes contextos em que foi entrevistada, manteve-se coeso e consistente e, a nosso ver, este foi o elemento mais significativo para o desfecho de sua história. Apesar do laudo negativo para conjunção carnal do Instituto Médico Legal e de um relatório da equipe técnica do judiciário indicando a possibilidade de alienação parental³⁴ por parte da avó e tia, seu agressor foi condenado a 14 anos de reclusão em regime fechado, sua avó conseguiu sua guarda por tempo indeterminado e Alice segue seu processo terapêutico por quase três anos, investindo arduamente na superação das sequelas traumáticas em relação às experiências sexualmente abusivas que sofreu.

Decerto que a exposição a todos estes procedimentos também trouxeram perturbações emocionais para a pequena Alice, como já foi relatado neste trabalho quando discutimos o momento em que a menina fez seu depoimento ao juiz e, também, em relação a todos os trâmites que regulamentavam seu lugar de vida. Como veremos nas passagens de alguns conteúdos de terapia que elegemos para reflexão, Alice viveu situações extremamente tensas nas visitas de sua mãe, judicialmente determinadas para acontecerem na casa e sob o monitoramento da avó; ocasiões em que explicitava seu medo de ter que voltar a viver com a genitora.

Vemos então que a história de Alice retrata ainda o podemos considerar como nocivo ao psiquismo infantil, dentro dos procedimentos de proteção, interface que certamente também será objeto de nossa análise.

- **Histórico familiar**

Consideramos relevante esclarecer que o retrato histórico ora apresentado foi construído com informações prestadas pela avó e pela tia de Alice, uma vez que sua terapeuta define que só faria contato com os pais mediante demanda explícita da menina, o que, até o momento, não ocorreu.

Alice é filha única de Silvana e Moisés que, por ser casado e possuir outros filhos desta relação, nunca se dispôs a viver com Silvana. Assumiu a paternidade de Alice, mas limitou-se ao fomento financeiro através de pensão alimentícia. Sempre foi distante e omissa em relação às necessidades afetivas da filha. Os contatos entre os dois sempre acontecem a

---

³⁴ Alienação parental: Segundo Gardner (1998), a alienação parental acontece quando um dos genitores programa mentalmente a criança para que odeie, desmoralize ou se afaste do outro genitor.

partir da “*pressão*” da avó. Salientaremos, mais adiante, os desdobramentos desta ausência paterna para a dinâmica de relacionamento da menina e sua mãe.

Até os três anos de idade, Alice morou na casa da avó materna D. Norma (viúva há 12 anos), junto com sua mãe e tia Sônia (divorciada e sem filhos).

O panorama retratado é que Silvana trabalhava fora, “*enchia a filha de presentes*”, segundo o olhar da tia Sônia, mas todos os cuidados necessários à criança eram feitos por D. Norma.

Após o rompimento com o pai de Alice (que aconteceu quando ainda era bebê), Silvana passou a buscar, pela visão de sua mãe e irmã, “*compulsivamente*”, um homem para formar uma família e dar “*um pai para a filha*”.

Neste movimento, Silvana conheceu Arnaldo. Quatro meses depois, casam e levam Alice para a viagem de lua de mel.

Como Arnaldo morava numa cidade no interior do estado, Silvana pediu demissão de seu emprego e mudou-se com Alice para a casa do marido. A menina tinha, à época, 3 anos e meio.

D. Norma fica muito preocupada com toda a situação, pois além dos antecedentes criminais por participação em um assalto, havia também informações, fornecidas por uma amiga de Silvana, de que Arnaldo era usuário de álcool e drogas. Juntou-se a isso a forma abrupta como Silvana deixou de frequentar a casa da mãe, alegando que não aceitava sua hostilidade com relação ao marido. Os contatos tornaram-se escassos e, ao telefone, D. Norma sentia a esquiva da filha.

Em função deste cenário, a avó e tia de Alice passaram a viajar quinzenalmente para a cidade onde a menina morava, buscando manter, nas palavras de Sônia, “*um mínimo de convivência*”.

D. Norma refere que o contexto que lá encontravam era cheio de fragilidades: Silvana e Alice adoeciam com frequência e passavam restrições econômicas. A filha não permitia que entrassem em sua casa, mas consentia que Alice passasse o dia com elas no hotel onde se hospedavam.

Foi numa dessas visitas que Alice começou a relatar que o “*o pai Arnaldo (segundo D. Norma, Silvana obrigada a filha a chamar o padrasto de pai) recomendava que ela não deveria falar mal dele para a avó e para a tia*”. Sônia resolve perguntar o que ele não gostaria que ela contasse. Alice diz ter vergonha de falar e que só conseguiria se fosse no ouvido da avó. D. Norma fica impactada com a revelação e estimula a neta a contar também

para a tia. As palavras de Alice, conforme já foi mencionado, mantiveram-se coerentes e coesas durante todo o percurso disparado a partir daí: o padrasto aproveitava circunstâncias em que estavam sozinhos em casa para beijar sua boca, encostar seu “*piu-piu*” no “*bumbum*” e na “*periquita*”. Não tinha coragem de olhar o pênis do padrasto, mas sentia que era redondo e que quando ele forçava no seu “*bumbum*”, doía. Pedia para ele parar, ao que respondia que continuaria fazendo, e proibia, com ameaças, que ela contasse para qualquer pessoa. Alice diz que, mesmo assim, contou para sua mãe e que esta, num primeiro momento, acreditou nela, mas depois ouviu a mãe conversando com Arnaldo, que negou toda a história. A partir daí, a mãe passou a repetir que Alice inventara toda esta circunstância porque sempre fora uma “*criança mentirosa*”.

Imediatamente após escutarem este relato, D. Norma e Sônia fizeram o Boletim de Ocorrência e notificação no Conselho Tutelar. Conseguem a guarda provisória de Alice e todas voltam para São Paulo.

É Sônia quem tem a iniciativa de procurar ajuda psicológica para a sobrinha. Ao perceber a criança agitada, com dificuldade para dormir, com enurese noturna, verbalizando constantemente seu medo de que a mãe e o padrasto viessem ao seu encalço, pede a indicação de um profissional à uma colega de trabalho em quem confiava muito porque achava “*que não teria coragem de falar sobre isso com ninguém além dela, tamanha náusea e vergonha*” que sentia quando pensava nessa história.

E, assim, Alice chega ao consultório de sua terapeuta.

- **Alice e seu processo terapêutico**

São quase três anos que Alice frequenta semanalmente suas sessões de terapia. Um vasto material, descrito, discutido em supervisão, somado às produções da criança, compõem seu prontuário. Para nossa análise, alguns recortes foram eleitos. Os critérios usados nesta eleição retrataram a densidade emocional e insistência com que Alice expressava determinada temática, os comportamentos e sintomas que se manifestam como provas vivas da experiência incestuosa que viveu e também momentos em que a terapeuta foi acintosamente convocada ao lugar transferencial das dores de sua pequena paciente.

- **Os efeitos da erotização precoce**

Como já foi comentado na vinheta apresentada anteriormente, Alice traz em seu corpo marcas visíveis da estimulação sexual precoce que viveu na relação com sua mãe e padrasto. Apresenta um desenvolvimento físico condizente com a puberdade no momento em que ainda vive a primeira infância. Logo nas primeiras sessões, a terapeuta, por que não dizer, impactada com tamanha discrepância entre a prematuração deste corpo e a expressão emocional infantil de Alice, solicitou à família a avaliação de um endocrinologista. Exames feitos, nenhuma anomalia hormonal foi constatada. Estávamos diante de um exemplo vivo do que Ferenczi (1933) chamou de progressão traumática ou prematuração, quando enfatiza “a importância do traumatismo, principalmente do traumatismo sexual como fator patogênico” (p. 101). A menina, ao ser capturada na cena sexual adulta, é invadida por um montante de excitação para o qual seu aparato bio-psíquico não está amadurecido. Sua fisiologia é, então, incitada a levar este corpo a corresponder ao que é demandado: Alice cresceu (sua estatura é maior do que a de qualquer um de seus ascendentes), desenvolveu mamilos e quadril. Em quase todas as sessões traz sua boneca bebê no colo e, como uma verdadeira mãe, porta a sacola com todos os apetrechos para os cuidados com seu filho: fraldas para trocar, chupeta, mamadeira e manta para abrigá-lo do frio, se necessário.

A menina ilustra com seus comportamentos as formulações de Ferenczi;

A criança que sofreu uma agressão sexual pode, de súbito, sob a pressão da urgência traumática, manifestar todas as emoções de um adulto maduro, as faculdades potenciais para o casamento, a paternidade, a maternidade, faculdades virtualmente formadas nela. Nesse caso, pode-se falar simplesmente, para opô-la à regressão de que falamos de hábito, de progressão traumática (**patológica**) ou de prematuração (**patológica**) (FERENCZI, 1993, p. 104—grifos nossos).

Sublinhamos, na citação acima, a atribuição de patologia que Ferenczi oferece ao refletir sobre estas circunstâncias para destacar que, pelo nosso olhar, os comportamentos de Alice não estão principalmente ligados ao fenômeno de erotização precoce da infância que assistimos nos modelos culturais contemporâneos. Apesar de não ser objetivo deste estudo aprofundar esta discussão, vale diferenciar o que aconteceu com Alice como algo que se localiza na esfera do que possa ter sido traumático na constituição desta precocidade.

O autor supracitado enfatiza que o sofrimento físico ou emocional na infância se desdobra na aquisição prematura de traços “fisionômicos da idade e da sabedoria” (ibid., p. 89). Para neutralizar os efeitos do abandono, diante de uma situação que sente como

ameaçadora, a criança funciona de uma forma clivada, ou seja, uma parte de sua pessoa passa a desempenhar a função de proteção materna ou paterna em relação à outra parte, considerada em apuro. Como nos diz Ferenczi (1931/ 2011) sobre a gênese desse mecanismo de clivagem narcísica: “Tudo se passa verdadeiramente como se, sob a pressão de um perigo iminente, um fragmento de nós mesmos se cindisse sob a forma de instância autoperceptiva que quer acudir em ajuda” (p. 89).

Como já afirmamos, a criança traz seus conteúdos associativos por meio de desenhos, esculturas feitas com argila, massinha e, principalmente, como no caso de Alice, através do lúdico e do ficcional. A maior parte da interação com sua terapeuta acontece pelo jogo dramático onde a menina conta sua história, expressa seus sentimentos e confusões psíquicas através de cenas onde atribui papéis a si própria e à terapeuta ou aos bonecos de pano, que configuram os personagens de uma família. É na interação com os protagonistas destas cenas que a terapeuta procura estimular em Alice na “reprodução real dos processos traumáticos do recalçamento originário” (p. 84), ou seja, que ela tenha afluência a acontecimentos cuja lembrança possa estar dissimulada atrás de verbalizações que tem por função manter inacessível a dor pressentida como insuportável. De outra feita, a eclosão desse material fundamentalmente pautado em impressões e emoções interiores, possibilitam as interpretações que questionando, confirmando ou contrapondo-se aos posicionamentos da pequena paciente, tendem a fortalece-la em direção a simbolizações possíveis.

Muitas das cenas de Alice caracterizam os anseios de uma vida própria de outra etapa do desenvolvimento que não a sua: a personagem principal já tem ou almeja ter 12, 14 ou 18 anos para vivenciar legitimamente trocas afetivas e sexuais e, na especificidade de seu drama, o destino destas cenas é marcado por contextos de transgressões e violência. Vejamos algumas delas.

No jogo dramático com bonecos, Alice atribui 15 anos à personagem que conta para a mãe sobre seu namoro: “*Vamos ao motel para comemorar o dia dos namorados*”. No decorrer do jogo, relata sua terapeuta, Alice tem vários namorados, foge de casa e envolve-se em circunstâncias de traição.

Em outra sessão, no jogo lúdico com os bonecos Barbie e Ken (na indústria de brinquedos, um é claramente par amoroso do outro), a história traduz novamente uma circunstância de traição, roubo e flagrante entre duas amigas, que envolve parceiros amorosos e filhos: eram duas amigas, uma casada e com filho e outra com filho e sem marido: “*Minha amiga roubou meu namorado e casou com ele*”, diz a personagem que tem o filho, mas não o

marido. “*E como você se sentiu com isso? O que fez?* ”, questiona de fora da cena a terapeuta. Alice, de forma muito ansiosa, tira a roupa dos bonecos e dá vez ao personagem masculino da cena: “*Vou chupar seu peito*”. Sem falar, dramatiza um jogo sexual, com gestos que traduzem um coito, permeado por suspiros e gemidos. Fita a terapeuta, procurando observar sua reação. A terapeuta resolve permanecer calada (“*Até mesmo porque não sabia o que dizer*”). Alice segue com a cena, onde a amiga flagra a alcova sexual daquele casal. Segue-se uma briga entre os três que culmina com o assassinato da protagonista pelo marido traidor. “*Pronto, acabou!* ”, diz Alice repentinamente, guardando os bonecos na caixa. A terapeuta pergunta: “*Você quer conversar sobre esta história que acabou de representar?* ”. Alice reage hostilmente, levantando-se em direção à porta de saída dizendo: “*Não tem mais nada pra conversar*”. Sai da sala sem participar da arrumação dos brinquedos conforme o combinado.

Ao refletirmos sobre o propósito da terapeuta em conversar sobre a história representada e a consequente resistência de Alice, nos deparamos com as formulações teóricas a respeito dos processos próprios à memorização do traumático e dos cuidados necessários no manejo clínico dessas situações. Se, por um lado, como orienta Ferenczi, o terapeuta precisa submeter o material lúdico, atuado ou repetido de qualquer outra forma, a uma análise mais aprofundada com o paciente, tendo como premissa os ensinamentos freudianos sobre a eficácia do tratamento que consegue substituir o agir pela memorização, é ele mesmo quem nos adverte quando pondera sobre o que chamou de técnica de *relaxamento*³⁵ no setting analítico:

[...] minhas perguntas e respostas vinham, por vezes, perturbar a espontaneidade da produção fantasística. Eu deveria limitar a minha ajuda, no que se refere a essa produção, a incitar as forças debilitantes do paciente a prosseguir o trabalho, a superar as inibições devidas à angústia. A formulação teórica que daí decorre, e a qual devo tantas compreensões novas, diz que a sugestão, que se pode permitir mesmo em análise, deve ser mais um encorajamento geral do que uma orientação particular (FERENCZI, 1931/ 2011, p. 86).

Ainda sobre a expressão do traumático no contexto terapêutico, Bollas (1992) profere que, por necessidade de cerrar sua mente e recusar a análise, os pacientes vítimas do trauma incestuoso delimitam-se a apenas relatar os acontecimentos que traduzem a violação sofrida, como se isso fosse suficiente para a simbolização de tal experiência. Mas, afirma o autor, “a

³⁵ Ferenczi (1931/ 2011) nomeou como *relaxamento* a técnica que, em contraposição a uma seleção consciente de pensamentos proposta pela associação livre, estimulasse através de um jogo de perguntas e respostas que o paciente mergulhasse num “abandono mais total às impressões, tendências e emoções interiores” (pp. 81–82).

verdadeira representação do trauma, do efeito de destruição da lei do falo pelo pai, está nos estados de espírito confusos da vítima” (p. 198).

Estimular que o conteúdo traumático se manifeste, com toda a riqueza ou requintes de crueldade, oferecer-se como um *container* para as percepções e emoções reprimidas. Administrar os impactos que podem redundar na esquina da escuta dos “horrores do incesto”—eis um dos maiores desafios para os terapeutas que se enveredam por esta área de trabalho. A terapeuta de Alice se vê invariavelmente demandada a visitar a cena abusiva. Sabe que precisa entrar e perscrutar com a paciente as feridas que ali foram originadas. Sabe também que, dentro ou fora deste cenário, precisa ajudar a menina a se diferenciar de seus referenciais adoecidos. Questiona-se constantemente sobre o “*quanto aguentam*”, ela mesma e sua pequena paciente, o montante de tensões presentes nestas dramatizações.

Suzana Toporosi (2014), ao discorrer sobre sua experiência clínica com crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, enfoca o trabalho do analista nas construções transitórias a partir do material que geralmente se apresenta como fragmentado na expressão do que possa ter sido traumático para seus pacientes. A autora esclarece:

No menino ou menina que viveu uma situação de abuso como traumática, existem restos que estão presentes sob modos desarticulados. Isto nos leva a algo muito importante com respeito ao diagnóstico: a maioria das vezes não podemos fazê-lo a partir do relato, do desenho ou do jogo, mas a partir das fraturas do relato, do desenho ou do jogo. É notável como pode haver atividade sem que se trate de jogo, ou **muitas vezes se observa que o jogo se interrompe bruscamente ao aproximar-se do traumático** (TOPOROSI, 2014, p. 81, grifos nossos).

Destacamos nas observações acima, precisamente, um parecer que se aplica sobremaneira às manifestações de Alice em suas sessões terapêuticas. Chega já anunciando o roteiro do jogo que pretende encenar. O desenrolar das dramatizações direciona-se num crescente de situações atravessadas por entrelaçamento de sexualidade e hostilidade. O desfecho, quase sempre, é marcado por uma interrupção abrupta, quando refere, de forma autoritária, que o jogo acabou e sai sem se despedir da terapeuta, ou quando expressa, de um jeito tenso, que precisa usar o banheiro. Nestes momentos, sugere Toporosi, o terapeuta deve proceder a uma construção transitória que assinalaria à paciente o possível significado da tensão ali presente; “uma pequena construção inicial que pudesse dar sentido ao que ela [a paciente] trazia e que ajudasse a aliviar a tremenda angústia, encontrando algum modo de ir alinhavando e tecendo os lugares [psíquicos] esburacados” (p. 87).

Sim, era evidente que para a menina era muito difícil nomear estas histórias como suas. Durante meses, a temática se repete com nuances da vida adulta, permeada por erotismo e violência. Não havia espaço para crianças, brincadeira, alegria em seus enredos. O espaço terapêutico, como nos ensina Ferenczi, fornecendo à paciente “a ocasião de desenvolver mais amplamente sua tendência à repetição” (ibid., p. 82).

Na relação com a psicóloga também projetava este viés da prematuração. Alice foi cooptada por um universo feminino adulto e hipersexualizado, tentando seduzir e, às vezes, até coagir sua terapeuta a participar disso: trazia maquiagens, colares, insistia para que os usasse e, quando esta respondia que, mesmo sendo uma mulher adulta, não gostava de usar maquiagem, Alice reagia de forma impositiva. Num momento limite em relação a esta questão, a terapeuta precisa intervir, oferecendo à paciente recursos para lidar com a frustração do “desejo de transformar a situação de transferência numa relação real e duradoura” (FERENCZI, 1931/ 2011) e, quiçá, a vivência da castração que favoreça seus processos de simbolização (DOLTO, 2015). Vejamos no recorte que se segue.

A criança chega à sessão e logo vai anunciando: *“Hoje vamos brincar de salão de beleza. Você será minha cliente que veio se embelezar para encontrar com seu namorado”*. A terapeuta questiona: *“Como será isso de me embelezar?”*. Alice responde hostilmente: *“Senta, senta na cadeira que você vai ver”*. A terapeuta interpola: *“Não, não vou sentar na cadeira sem saber o que você pretende comigo”*. A menina reage com fúria, tirando seu sapato e ameaçando agredir a terapeuta. Segue-se uma contenção física em que, após segurar o braço de Alice, sua psicóloga a leva até o sofá, convida-a a sentarem uma ao lado da outra e explica: *“Alice, eu sei que você deve ter sido obrigada a fazer coisas que não queria fazer, aliás, coisas que você nem sabia por que estava fazendo; só fazia porque te mandavam, porque tinha medo de se recusar e ser agredida. Então eu preciso te dizer que, mesmo entendendo isso, não vou aceitar que faça o mesmo comigo. Não vou aceitar que me agrida quando não topo fazer o que você quer”*. A menina, meio sem-graça, diz: *“Não, eu não ia te agredir, era só de brincadeira”*. O diálogo continua: *“Certo, mas mesmo em nossos jogos, vamos procurar não agredir quando as coisas não saem do jeito que se queira”*.

Segue-se a este momento relatos de Alice sobre as brigas que acontecem em sua casa, quando ela não quer tomar banho, fazer lição, ou sair vestida como *periguete*³⁶. Ela refere que sua avó fica brava, mas nunca bateu nela. A terapeuta aproveita para abordar a temática do

---

³⁶ *Periguete* é um termo da linguagem coloquial que significa um jeito de apresentação feminina, visivelmente sexualizado (roupas justas, decotes, maquiagem exagerada). Mais adiante veremos como esta expressão se liga, para Alice, à imagem materna.

que é próprio para sua idade (resistir ao banho, ter preguiça de fazer lição) e o que aparece como um excesso de caracterização do feminino, inapropriado para uma menina de 6 anos (saltos e maquiagem chamativa).

Na sessão seguinte, Alice chega dizendo ter colocado “*só um batonzinho*” e a terapeuta elogia que a menina tem um lindo rosto, sem as sombras fortes que costuma usar.

Interessante, ainda, que nesta sessão a menina traz para a conversa direta com a terapeuta a pergunta: “*Sou obrigada a falar no telefone com minha mãe?*”. Abre, assim, espaço para a discussão de uma das angústias que permeiam seu cotidiano, ou seja, a ambivalência em relação à presença da mãe em sua vida.

Se tomarmos o referencial de Dolto (2015), podemos inferir que as atitudes de Alice expressam significativas falhas em seu processo de estruturação psíquica pela via da castração. Discutimos anteriormente que uma das importantes aquisições de efeito humanizante da castração anal é a proibição de fazer a outro algum mal que não deseja para si. O recorte de seu processo terapêutico acima apresentado é apenas uma de muitas manifestações em que a menina revelou dificuldades neste agir ético que não lhe foi estimulado. Segundo sua terapeuta, é uma demanda frequente nos enredos que dramatiza a transgressão, a traição, o ludibriar o personagem com quem contracenava. Demanda por proibição, como forma de equacionar o desejo e assim construir pontes sublimatórias. Retomando Dolto (2015),

[...] É portanto, por proibição, que o sujeito desejante é iniciado na potência de seu desejo, que é um valor, ao mesmo tempo em que ele se inicia, assim, na Lei, a qual lhe dá outras vias de identificação, com outros humanos, também marcados pela Lei (DOLTO, 2015, p. 63).

Ferenczi também destaca a importância do momento em que o terapeuta sustenta frustrar seu paciente nas exigências transferenciais advindas de situações traumáticas, como aporte que possa promover outros destinos aos conteúdos que se repetem. O autor nos fala:

O paciente envolve-se então na situação de frustração que conhecemos tão bem, que reproduz primeiro, a partir do passado, a raiva impotente e a paralisia que se segue, e são precisos muitos esforços e uma compreensão cheia de tato para obter a reconciliação nessas condições, em vez da alienação que persistia (FERENCZI, 1931/ 2011, p. 90).

O processo terapêutico de Alice tem o constante desafio de oferecer outros destinos a essas pulsões arcaicas não simbolizadas. Como vimos nas pequenas transformações que se

expressam no exemplo que ora discutimos, a presença ativa da terapeuta, oferecendo-se como uma pessoa sujeita à mesma lei cultural que interpela, certamente tem ajudado a paciente neste árduo processo de superação das sequelas desta primeira infância vivida num contexto permissivo e incestuoso.

- **A “des-estruturação” da função paterna**

Mais uma vez tomando como referenciais de análise as formulações de Françoise Dolto (2015) já discutidas no texto, percebemos que tanto o esquema corporal quanto a imagem de corpo de Alice trazem vestígios de um excesso pulsional não metabolizado. Um corpo com aspirações adultizadas e, como discutiremos mais adiante, alienadamente identificado com a figura materna. Para adensar o entendimento da constituição deste caso, retomemos um dos aspectos que Bollas (1992) considerou na análise do traumático nas relações incestuosas, a saber: “a mãe como parceira crucial no caminho do abuso da criança” (p. 192).

Já assinalamos no histórico do caso que a mãe de Alice, segundo a avó, vivia à procura de um marido, para oferecer à filha a experiência do convívio familiar convencional (mãe, pai e filha). Neste afã, conheceu Arnaldo e, num curto prazo de 4 meses já estavam casados e morando na casa dele, a despeito dos alertas familiares sobre seus antecedentes criminais. Considerando os elementos relatados pela avó e tia de Alice e, principalmente, as situações retratadas pela menina em suas sessões de terapia, é possível pensar que, obnubilada pelo sonho de ter um homem que a assumisse como esposa e à Alice como filha, Silvana, como nos diz Bollas, “falhou em relação às necessidades infantis primitivas da criança e despercebidamente empurrou pai e filha para o encontro de prazeres secretos e furtivos” (p. 192). Os efeitos dessa experiência são funestos. O homem que deveria, como padrasto, exercer a função paterna na vida de Alice, viola a lei do *Nome do Pai* (LACAN, 1977) e impõe-se ao corpo da criança, agindo, segundo Bollas, “em nome da mãe” (p. 192).

Assim, o padrasto de Alice, ao cometer o incesto, representou à pequena a intimidade corpo-a-corpo materno primitivo, da fase pré-edípica. Bollas nos fala de um trauma temporal, uma vez que há uma distorção do tempo em que a criança é transportada para uma fase de vida passada. O autor nos explica:

Quando o pai comete o incesto, ele penetra na pele psíquica da mãe. Deitar com o bebê, amamenta-lo, nina-lo contra seu corpo, ser o primeiro travesseiro no qual ele dorme, tem sido a atribuição dela. Sob esse aspecto, então, a mãe é inconscientemente vista como uma parceira criminosa na violação [...] E a criança se sente muito confusa e culpada, porque permite o pai em sua cama por meio da autorização da mãe (BOLLAS, 1992, p. 193).

Não só Alice, mas um considerável número de crianças e adolescentes que sofreram o abuso incestuoso, apresentam em seus espaços de terapia a centralidade conflitiva com a figura materna. A expressão sintomática pode variar: ressentimento, raiva, apego quase obsessivo, medo de abandono, personificação, idolatria..., contudo, a fixação é clara. Se, numa primeira análise, atribuímos esta necessidade às questões ligadas ao binômio proteção/desproteção, ou seja, o ressentimento da criança por não ter sido protegida pela mãe, ou, ao contrário, uma visão idealizada desta mãe como figura protetiva, com as reflexões de Bollas podemos perceber a complexidade dos danos mentais que a intrusão incestuosa traz para a vida de uma criança. Mais do que a violação do corpo, é a violação de um curso natural de seu desenvolvimento psíquico. O que deveria ser castrado, ou seja, o desejo de permanência no corpo-a-corpo materno (DOLTO, 2015), é aviltantemente reapresentado, impactando os esforços da criança rumo à autonomia.

- **A identificação narcísica alienante**

Ainda analisando as expressões do traumático que se referem à relação de Alice com sua genitora, a tendência à repetição que marcadamente se manifesta nas histórias dramatizadas pela paciente nos faz pensar que a criança pode estar aprisionada a uma identificação narcísica alienante (Faimberg, 2005) com a figura materna.

Já vimos ao longo da discussão teórica proposta no texto o valor dos processos de identificação na constituição do psiquismo humano quando tomamos de Aulagnier (2001) que “a primeira representação psíquica de si mesmo se realiza através do que é posto em relação e dos efeitos originados no duplo encontro com o corpo e com as produções da psique materna” (p. 31).

Talledo (2017) discorre sobre o conceito cunhado por Faimberg (2005), “identificação inconsciente narcísica alienante”, quando reflete sobre a conflitiva identificatória e os processos de subjetivação. “[...] o narcisismo parental se insere no psiquismo da criança através [...] de identificações necessariamente alienantes, porque capturam, submetem o sujeito aos aspectos narcisistas dos pais” (p. 145).

A autora supracitada, para exemplificar a problemática do sentir, em um corpo fixado na experiência originária do corpo-a-corpo materno, traz a análise do filme peruano *A teta assustada*, dirigido por Cláudio Llosa (2009), que narra a história de uma mulher, fruto de um estupro sofrido por sua mãe, na época da violência política que viveu o Peru entre os anos 1980 e 1992. A protagonista desenvolve uma estranha enfermidade psíquica que o desenrolar da fita mostra como consequência da interiorização, através do leite materno, do sofrimento e medo vividos por sua mãe. Além de impactante, o filme traz à tona as infames consequências da violência sexual, a despeito da etapa de vida em que se encontra a vítima.

Na história de Alice e nas vinhetas das sessões terapêuticas que se seguem, o ponto em evidência são seus conflitos e ressentimentos com a mãe que a insere na cena incestuosa. Claramente a paciente vive a ambivalência entre querer perpetuar e matar o objeto narcísico perdido. Contudo, é patente o quanto este luto está distante, constituindo-se, por isso, como um importante investimento terapêutico no sentido de se evitar que estas perdas narcísicas tenham como destino a incorporação (Abraham e Torok, 1995) ou a identificação com o agressor (Ferenczi, 1993).

Vejamos como Alice tem expressado esta problemática.

O personagem feminino protagonista dos enredos de Alice caracteriza-se como uma adolescente, ou adulta-jovem, com idade entre 12 e 18 anos, sempre envolvida em tramas amorosas e sexuais. Ela própria descreve esta personagem como instável e leviana.

Na sessão, começa o jogo dramático determinando para si a personagem mãe e para a terapeuta a personagem avó: *“eu sou uma periguetete que fica tirando fotos de biquíni e fazendo biquinho com batom vermelho, gosto também de fazer umas filmagens desfilando assim (passeia pela sala, com jeito e olhares sensuais, para demonstrar à terapeuta) e colocar no facebook”*. A história que se desenrola ilustra seu drama na vida real. Ela encena o papel da mãe e, quando atribui à terapeuta o papel da avó, representa o conflito que se passa na diáde entre sua mãe e sua avó: *“A mãe tem um filho do namorado, que não se casou com ela. Aí ela conheceu o John, que a avó chamava de bandido porque já tinha assaltado. A mãe briga com a avó por causa disso e ela pega sua filha, Ana Carolina (insere-se na história como filha) e vai morar com este outro namorado. Eles se casam escondido e tem mais cinco filhos. A mãe e a avó brigam porque a mãe não deixa a avó ver as netas nem atende o telefone porque o marido não gosta da avó. Quando Ana Carolina vê a avó, quer ficar com ela e a mãe diz que ela é uma mentirosa, que inventa histórias. O marido acaba traindo a*

mãe e ela volta a morar com a avó e a filha". Ao acabar de recitar o enredo, interpela sua terapeuta: *"Você entendeu? É essa a historinha que vamos fazer hoje"*.

Em outra sessão, *"John"* volta à cena. Alice propõe à terapeuta: *"Hoje vamos brincar que você é minha mãe e que eu namoro o John. E você já tinha namorado ele primeiro e no dia do meu casamento você rasga o meu vestido"*.

As sessões de terapia vão se estabelecendo assim, como um espaço onde Alice revive seus dramas e, desta vez no lugar da filha incestuosa e sua terapeuta no papel da mãe, a menina traz o tema do interdito. Na cena, a mãe sai para trabalhar e quando chega em casa encontra a filha beijando seu marido. A mãe questiona de forma exasperada: *"O que é isso? O que está acontecendo aqui?"*; a filha responde em tom irônico: *"Ah, você não sabia? Eu e o papai estamos namorando!"*. A terapeuta, no lugar de mãe, interpela: *"Isso não pode acontecer. Você é uma criança e ele um adulto. Além do mais, é seu pai!"*. A menina responde agressivamente: *"Sou como você, traio porque aprendi com você desde pequena. Pode ficar falando o que quiser que não vou te ouvir!"*.

Mais uma vez Alice interrompe o jogo abruptamente e quando a psicóloga inicia a interpretação desses conteúdos, recusa-se a ouvir. A terapeuta arrisca interpolar essa resistência: *"O que você acha do que a menina e seu pai estavam fazendo?"*. Ela responde, impacientemente: *"O que eu acho? Não tá certo, né?"*. E, antes que a terapeuta possa complementar, sai pela porta afora.

Tomando as palavras da terapeuta no compartilhar da supervisão: *"Alice abre e fecha a porta, ou melhor, abre a porta e, quando tento entrar, bate a porta na minha cara, principalmente para analisar o que essas histórias que traz frequentemente se articulam com a participação da mãe dela na cena incestuosa"*. Esse tem sido um ponto que desafia manejo nas sessões. A menina fala do abuso, de forma fluida e direta, no que se refere a figura do padrasto. A mãe, em suas cenas oficiais, aparece como a que não estava presente, sua convivência é referida por Alice apenas no âmbito de não ter acreditado quando ela lhe relatou o que o padrasto fazia. Contudo, a temática da maior parte dos conteúdos que traz no jogo lúdico circunscreve-se principalmente ao relacionamento de uma mãe e uma filha que disputam ou dividem o namorado.

Vemos então a tendência à repetição que enuncia as entranhas do traumático na experiência de Alice. E, mais uma vez, o alerta aos cuidados necessários para adentrar neste terreno. A terapeuta, respeitando o movimento da menina em *"abrir e fechar a porta"* e, compreendendo que os elementos de *"malevolência, de arrebatamento passional e de*

perversão aberta” (FERENCZI, 1931, p. 85) são manifestações de um psiquismo que não teve os substratos narcísicos, por parte do ambiente, para um desenvolvimento saudável, evidencia sua tendência a seguir os ensinamentos de Ferenczi:

É uma vantagem para a análise quando o analista consegue, graças a uma paciência, uma compreensão, uma benevolência e uma amabilidade quase ilimitadas, ir o quanto possível ao encontro do paciente [...] [que] ficará então impressionado com o nosso comportamento, contrastante com os eventos vividos em sua própria família, e [...] atravessar-se-á a mergulhar na reprodução do passado desagradável (ibid., p. 85).

Lembremos que, na vinheta apresentada na fundamentação teórica deste texto, Alice encenou a situação em que, na cama do casal, debaixo das cobertas, a mãe propunha à filha dividirem o marido. Este talvez seja o terreno da experiência abusiva que a menina ainda não pode pisar. Podemos imaginar o porquê. Alice viveu, no período dos 3 aos 5 anos, a concretização de seu imaginário edípico: chamar a atenção do homem totalmente libidinizado por sua mãe e ter com ele o mesmo padrão de relacionamento que o casal adulto. E se, como cogitamos, a mãe participava da interação incestuosa, Alice correspondeu ao lugar de fetiche materno. O psiquismo e o corpo desta criança certamente viveram um turbilhão de sentimentos e sensações contraditórias: medo, desconforto, mas também vaidade e prazer. Estas ambivalências permanecem: ao mesmo tempo em que afirma categoricamente querer continuar morando com a avó, por outro lado, frequentemente suas cenas apontam um desfecho que enuncia o retorno à casa materna (desde que tenha “*muitas câmeras de segurança*”) ou que a vida familiar da mãe fracassa e esta volta a morar com a filha e com a avó.

Chama-nos atenção também a caracterização das mulheres protagonistas de suas narrativas—como mãe ou como filha assumem imagem ou comportamentos libidinosos (“*periguete*”, “*ir ao motel*”, beijando vários homens e tirando a roupa quando dança em uma festa). Segundo a terapeuta, Alice desempenha com desenvoltura estes papéis. Informações e fotos trazidas por Alice quando trabalhavam em seu genograma, somados às referências de D. Norma sobre sua filha Silvana, revelam a semelhança entre as atividades das personagens femininas e a mãe retratada por Alice e sua avó.

Certa feita, numa sessão familiar, D. Norma relata suas dificuldades em lidar com a instabilidade emocional de Silvana, referindo que a filha tinha uma preocupação obsessiva com sua aparência e que despendia quase todo o dinheiro que ganhava com cirurgia plástica,

roupas e adereços femininos. Conta também que, quando Alice nasceu, Silvana transferiu essa “*vaidade exagerada*” para a filha, tratando a criança como um “*verdadeiro bibelô*”.

Todos estes dados evidenciam a ideia de que Alice se mantém alienadamente identificada com sua mãe. A menina critica-a, esquiva-se de encontrá-la, mas, em suas dramatizações, parece reaver-se com o que viveu ao lado de Silvana.

Hartmann e Schestatsky (2011) também se utilizam do referencial de Faimberg (2005) sobre a “identificação narcisista inconsciente alienante” para descrever o sujeito submetido a uma forma de regulação narcísica que, mantendo a ideia de circularidade do tempo, onde não se considera diferenças geracionais, esquiva-se das marcas de uma castração edípica que não aconteceu. Os autores destacam:

Neste processo, é característica a função de apropriação-intrusão, e por solidariedade aos pais, o sujeito não tem permissão para existir psiquicamente em nenhum outro registro, sendo portador de uma história que, em parte, não é sua. Nesses pacientes, os “pais internos” estão inscritos em seu psiquismo como pais que consideram o filho parte deles mesmos [...] (HARTMANN e SCHESTATSKY, 2011, p. 98).

Outras circunstâncias que relataremos a seguir, quando abordarmos a angústia de Alice pelo *desmentido* do abuso, proferido não só pelo padrasto, mas principalmente por sua mãe, ilustram os movimentos de Silvana, nas visitas monitoradas concedidas pelo juiz, para recuperar a aliança com Alice, pela via da negação da situação incestuosa. É como se Silvana realmente não aceitasse a existência psíquica da filha fora de sua égide.

A necessidade da menina ser como sua mãe, manter-se como objeto de sua atenção e amor e, no advento do Édipo, ter para si o objeto de amor desta, completam o cenário em que foi envolvida. Tomada pelo medo de perder seu objeto pulsional e pelo desejo incestuoso, a criança identifica-se, como nos diz Ferenczi (1933), com seus algozes.

[...] esse medo, quando atinge seu ponto culminante, obriga-as a submeter-se automaticamente à vontade do agressor, a adivinhar o menor de seus desejos, a obedecer, esquecendo-se de si mesmas e a identificar-se totalmente com o agressor. Por identificação, digamos, por introjeção do agressor, esse desaparece enquanto realidade exterior e torna-se intrapsíquico (FERENCZI, 1933, p. 102).

Dolto (2015) refere que a culpa pelo desejo incestuoso “faz com que a criança sonhe em trucidar seu objeto de amor” (p. 299). Isso explica porque as histórias que Alice dramatiza em terapia sejam repletas de figurações agressivas em que os personagens são mortos de maneira macabra. Conta-nos sua terapeuta:

“No jogo dramático, escolheu o tema em que duas amigas, uma rica e outra pobre, interagem. A pobre rouba a bolsa e o celular da rica e, quando esta sente falta, mente que não sabe de nada.

A rica vai até a mãe da pobre que confessa o roubo da filha e faz com que ela devolva a bolsa e o celular. Mesmo a pobre devolvendo tudo, a mãe chama a polícia. A polícia prende-a com os braços para trás e manda cortar seus braços, suas mãos, suas pernas, os peitos, a barriga, o pescoço, a bunda e a ‘periquita’. Tendo, no papel da amiga rica, interceder para questionar por que um castigo tão grande pelo roubo de uma bolsa e um celular que foram devolvidos. Muito agitada e agressiva, Alice diz: ‘Não consigo parar de pensar em coisas ruins [...]. Quando se conta para a polícia, não tem mais jeito [...] Tem que matar todo mundo’ ”.

A partir dessas passagens da história de Alice, é possível antever todo o desafio que sua terapia anuncia. Pulsões genitais que não se sublimaram por um edípico não-castrado, relacionamentos sociais truncados por estar fixada narcisicamente no objeto materno, dificuldade em circunscrever-se nos parâmetros da Lei. Todos esses são fatores que expressam, segundo Dolto (2015), uma adolescência que pode atualizar os “conflitos das castrações malsucedidas do sujeito e de seus modelos arcaicos [...]” (p. 61).

É, portanto, na direção da aceitação das castrações que a análise deve trabalhar, porque, como enfatiza a autora,

[...] são [as castrações] preço a ser pago pela eclosão das potencialidades sensuais e criativas, sem descompensações patogênicas, os adolescentes tornam-se responsáveis por sua palavra simbólica, sua pessoa, seus atos, plenamente assumidos na vida amorosa e social, fazem-se adultos (ibid., p. 61).

- **“Mãe, agora você acredita em mim? ”: o desmentido como traumático**

Com esta frase Alice inicia a conversa telefônica com a mãe, logo que soube da sentença que condenou Arnaldo a 14 anos de reclusão. A resposta, como sempre, não atende o anseio da menina por confirmação. A mãe esquiva-se, dizendo que a história era passado e que logo estariam unidas novamente numa nova vida, referindo-se a seus propósitos de retomar a guarda da filha para, então, morarem juntas com seu atual companheiro.

Este é o retrato que ilustra o que densamente discutimos sobre o potencial traumático da *desautorização*, ou *desmentido*. O incesto aconteceu e não aconteceu—são as ideias que se contrapõem e ao mesmo tempo parecem conviver sem menções de conflito nas formulações

de Silvana à filha. A menina, por outro lado, tem procurado arduamente escapar ao investimento da mãe que busca cooptá-la neste registro perverso. Vejamos seu relato à terapeuta.

“Ontem, minha mãe foi me visitar na casa da minha avó. Teve bolo, refrigerante. Minha mãe quis ir ao banheiro e pediu para eu ir junto. Eu olhei para minha avó, que disse que tudo bem. Quando a gente estava lá, ela veio de novo com a história de por que eu inventei tudo isso. Eu fiquei brava e disse que ela sabia de tudo o que tinha acontecido! ”. Segundo a psicóloga, Alice fica exaltada—*“Ela continua dizendo que às vezes as crianças imaginam coisas e pensam que é verdade! ”.* De cabeça baixa, agora em tom entristecido, a menina insiste: *“Eu não inventei nada disso, aconteceu mesmo”,* mas solicita uma confirmação: *“Você acredita em mim, né? ”.* A terapeuta intui uma entrada para a análise de uma possível cumplicidade da menina com a mãe: *“Por que você me pergunta isso, Alice? ”.* A menina permanece calada, mas com movimentos da cabeça e dos ombros comunica não saber o porquê da pergunta. A psicóloga então circunscreve o questionamento de outra forma: *“Vamos pensar juntas, desde que você chegou aqui para o tratamento psicológico, suas histórias não mudam, você sempre falou de um jeito firme sobre o que aconteceu entre você e o Arnaldo. Foi firme quando contou às psicólogas do judiciário, à Dra. Fernanda (assistente técnica) e até ao juiz, que acabou condenando seu padrasto porque acreditou em sua história. Não foi? ”.* A menina ergue a cabeça e assente, já com uma expressão facial menos fechada. A terapeuta continua: *“Me parece que sua mãe é quem não aceita que o abuso possa ter realmente acontecido. Você imagina o porquê disso? ”.* Alice imediatamente levanta-se e, reativa ao que lhe foi interrogado, muda a expressão afetiva para uma tonalidade hostil: *“Agora chega de reclamação e tristeza. Não estou nem aí se ela não acredita. Ela que fique com o novo marido e a nova filha (referindo-se à enteada da mãe) ”.*

É possível perceber o quão difícil é para a menina apresentar, por meio de palavras, os registros da participação da mãe nas cenas abusivas. Por outro lado, manifesta de forma clara, principalmente no jogo dramático, sua angústia quando “encontra o abandono, na forma da desautorização da sua tentativa de produzir uma versão própria para aquilo que foi vivido como injúria” (KUPERMANN, 2017, p. 52).

Alice ainda não tinha 4 anos quando viveu a interação sexualmente abusiva com seu padrasto. As cenas, possivelmente envoltas num clima que alimentava suas fantasias incestuosas, trouxeram um primeiro registro traumático—o primeiro tempo do trauma, como nos ensina Ferenczi (1931), onde o movimento passional do padrasto, cego à dissimetria

geracional, viola e deturpa as necessidades de afeto terno de Alice. Contudo, o que ganha proeminência no enredo da criança, como efeito traumático *a posteriori*, certamente é a *desautorização* perpetrada pela figura materna. Silvana, praticamente em todos os contatos que manteve com a filha, desde que a história do abuso eclodiu, investe para que ela “volte atrás sobre algo que foi confessado” (FRANÇA, 2010, p. 13), usando diferentes estratégias de persuasão: sedução, presentes, chantagens e até ameaças. Os efeitos nefastos desta situação são confirmados por Ferenczi (1931), como vimos no corpo teórico do estudo, quando formula que “a afirmação de que não aconteceu nada, de que não houve sofrimento [...], é isso, sobretudo, o que torna o trauma patogênico” (p. 91).

Pensamos que aí esteja um dos nexos fundamentais para entendermos a centralidade que o relacionamento entre mãe e filha ganha nas cenas impregnadas por ressentimento e hostilidade, com desfecho trágico, que Alice traz no setting terapêutico. A menina tem procurado, na atuação de seus dramas, outro destino que não a reprodução de um modelo perverso. Vejamos como tem se dado este caminho.

Esta é uma sessão onde traz claramente a armadilha perversa traduzida em intenções desmentidas: duas personagens, “*irmãs ricas*”, que, oferecendo comida, roupas e conforto a uma “*menina pobre*”, levam-na a uma alcova sadiana: “*Também compramos homens para você. Tire a roupa e entre nesta banheira cheia de flores que eles já estão aqui*”. A terapeuta tenta interferir, questionando a reação da menina pobre. Alice ignora e continua a história, agora como narradora: “*Elas pegam nos peitos dela e colocam a boca. As irmãs predem a menina pobre, ela esperneia, dão-lhe champanhe e outras bebidas, a menina fica zozza e os homens abusam dela, segurando e dizendo no ouvido dela: ‘Agora abra a boca que você vai tomar o meu leiteinho’*. A menina pobre resiste dizendo que não quer leite”. A paciente vira-se para a terapeuta e sussurra: “*Não é leite, é aquilo lá*”. Mais uma tentativa de interpolação da psicóloga: “*Aquilo lá o que?*”, Alice esquiva-se da pergunta, tomada por um frenesi narrativo: “*Depois elas vão para a balada e as meninas más chamam os homens para abusar dela novamente. Quando voltam para casa a menina pobre pede para que as irmãs ricas a deixem ir embora. Elas dão risadas e dizem que não vão deixa-la ir embora porque já foram abusadas por mais de 10 anos*”.

A reprodução do modelo perverso por identificação com o agressor, como vimos, é patente nos conteúdos trazidos por Alice. Em outra sessão, a caracterização da mãe como um modelo que compete e se torna conivente com a cena abusiva é inquestionável.

A menina instaura seu cruel enredo ora como narradora, ora assumindo a fala de um dos personagens (bonecos de pano): *“A filha já é adolescente, e conta pra mãe que está namorando com o jardineiro, mas o pai não pode saber. No dia do casamento, a filha conta pra mãe que está grávida e a mãe diz que também está. A filha pergunta: ‘o teu filho vai ser tio do meu?’ , a mãe responde: ‘Sim!’ . Ai, a filha diz: ‘Não, eles vão ser irmãos! Estou grávida do papai. Toda noite depois que você dormia, ele vinha no meu quarto, meia noite, e às vezes também às duas da manhã’. A mãe pergunta por que não contou antes e a filha diz que o pai não deixava. Combinam de pegar ele na hora que ele ia no quarto da adolescente. Quando a mãe vê, discute com o marido e diz nervosa: ‘Por que você fez isso comigo? Por que não estupra a mim?’ . Ele diz que não quer ela, quer a filha”*.

O desfecho da história, como sempre, é sombrio. Alice segue narrando: *“A mãe toma algo para ficar jovem como a filha e diz: ‘Quero sentir o sofrimento que você sentiu. Eu também passei por isso muitas vezes. Já estou acostumada. Eu não me importo!’ . Ainda assim o marido prefere a filha. Então a mãe combina com ele, permite que ele estupra a filha. A mãe diz para o marido: ‘Agora vai lá!’ , a menina pergunta: ‘Você vai ficar olhando?’ , ‘Sim!’ , responde a mãe. A filha então chora, dizendo: ‘Ele é mau, eu tenho nojo dele’. A mãe não dá bola e logo depois diz: ‘Agora é minha vez e você vai ficar olhando!’ . A menina, muito triste, pergunta: ‘Você é má como ele?’ , e a resposta é triste: ‘Sim, eu também estupro, só que meninos’”*.

A terapeuta, que acompanhava a história com a escuta atenta, vale-se deste momento em que o tom afetivo de Alice denota certa tristeza, e interpreta: *“Alice, você está tentando me dizer que talvez sua mãe seja tão má quanto seu padrasto? Ela continuou calada e me olhou de um jeito que parecia um misto de alívio e de raiva por eu ter adentrado um terreno pantanoso”*.

Ao compartilhar esta impressão do final da sessão, a psicóloga instigou o grupo à discussão sobre posturas e impactos para o terapeuta no acompanhamento de dramas tão intensos. Acompanhemos seu generoso e franco relato.

“Muitas vezes, são conteúdos densos e perversos projetados em suas dramatizações que me fazem refletir se ela estaria tentando elaborar questões internas ou estaria diante do gozo dela por atitudes perversas. Com frequência eu me espanto com as cenas dramáticas marcadas por erotismo e violência, principalmente com a expressão de frieza e com o comportamento sexual em cena, fragmentos do abuso real vivido.

Logo após as cenas dramáticas apresentadas por Alice nas sessões, me pergunto como uma criança de apenas 8 anos pode apresentar conteúdos tão adultos, excessivos e sexuais? Essas cenas se colocam ali no atendimento como excessivamente intrusivas e vivas, ameaçando muito a minha possibilidade de suportar, pensar e continuar na função de analista.

Minhas tentativas de devolver a ela o que estou percebendo muitas vezes parecem cair no vazio. Alice mostra-se impaciente e evasiva. Tenho procurado colocar as interpretações em forma de delicados questionamentos.

Em muitos momentos, saio das sessões impregnada pelos excessos de Alice, ao mesmo tempo querendo fazer o registro escrito, mas tomada de uma inquietação que perturba minha concentração.

Quero acreditar em sua evolução, a família me confirma que seus sintomas iniciais não existem mais, que interage socialmente de um jeito mais fluido, mas guardo certa preocupação com a chegada da puberdade, que ela se exponha e fique vulnerável a outros abusos”.

O grupo reage de forma acolhedora ao sincero depoimento da colega, confirmando a legitimidade dos desconfortos e incertezas que o acompanhamento de histórias como a de Alice traz. Discute-se o quanto a preocupação com a reversão de marcas tão profundas, que se apresentam, repetidamente, nas dramatizações da pequena paciente, francamente identificadas com o funcionamento perverso de seus algozes, paira como um fardo na condição do caso. Pontua-se, então, que a repetição temática presente nas sessões de Alice já indicam a evolução de seu quadro, na medida em que retrata a confiança da menina na relação transferencial com a terapeuta. Este é o elemento precípua através do qual a paciente encontra um terreno seguro para, como ensinou Ferenczi (1931), “um abandono mais profundo às impressões, tendências e emoções interiores que surgem de um modo inteiramente espontâneo” (pp. 81–82). Alice, nos encontros terapêuticos, entra numa espécie de transe em que atua, de uma forma desvairada, os registros da experiência traumática que precocemente viveu. A presença sensível da terapeuta, ao mesmo tempo que oferece a continência para a exposição de seus conteúdos, procura acessá-la na direção representativa do que a assombra, reafirmando assim os propósitos do tratamento.

Ferenczi (1931), com sua *técnica de relaxamento*, preconizou a importância de uma postura mais ativa por parte do analista, no sentido de favorecer a superação das consequências perniciosas do trauma sexual. A analista de Alice tem procurado esse caminho,

ora num envolvimento mais efetivo, quando a menina a convoca ao desempenho de determinados papéis nas cenas propostas, ora como observadora atenta que, com palavras apaziguadoras ou questionamentos ao mesmo tempo delicados e incisivos que procuram ajudar a menina a se conectar simbolicamente com o que expressa, e, ainda, em alguns momentos, com uma interação física que procura dar contornos aos movimentos descontrolados de sua paciente.

Desta forma, as reflexões no contexto da supervisão referendam as lições ferenczianas de que:

A única ponte entre o mundo real e o paciente em transe é a pessoa do analista, que, em vez de uma simples repetição gesticulatória e emotiva, leva o paciente, mergulhado no afeto, a um trabalho intelectual [...] [e] nesse novo combate traumático o paciente não está inteiramente só. Talvez não lhe possamos oferecer tudo que lhe caberia [...], mas só o fato de que possamos vir em sua ajuda já proporciona o impulso para uma nova vida (ibid., pp. 134–135).

3.2 José Luiz: a recusa à filiação

- **A queixa pelo viés jurídico**

José Luiz, 38 anos, chega ao consultório da terapeuta para a primeira entrevista em maio de 2016 e traz consigo uma carta do Poder Judiciário com a “prescrição do atendimento psicológico”. Na ocasião, respondia a um processo na Vara da Família por agressão física à esposa, um segundo processo na Vara Criminal pelo abuso sexual perpetrado às filhas Laura, 14 anos, e Joana, 11 anos, e um terceiro processo na Vara de Infância e Juventude pela perda da guarda das filhas pelo desdobramento da revelação da situação incestuosa.

Quando a terapeuta solicita que fale um pouco sobre a circunstância que traz ao consultório, refere que sabe que precisa “*colaborar com a Justiça*” e que se o Juiz disse que ele “*precisava de psicóloga*”, então ali estava ele. Diz que preferia que a psicóloga lesse o relatório que trouxe junto com a carta de encaminhamento porque neste documento “*estava tudo explicado*”. A terapeuta procura estimulá-lo a contar ele mesmo sua história, a partir do que considerava importante. José Luiz insiste que a terapeuta lesse o documento. As informações retratavam José Luiz como agressor sexual de suas filhas desde que tinham 6 e 9 anos, respectivamente. O incesto foi revelado à mãe por Joana em função de Laura ter

descoberto que estava grávida do pai. Foi concedido o direito ao aborto legal à adolescente, ocasião em que foram coletadas amostras de DNA do feto e as duas meninas foram encaminhadas para uma instituição de acolhimento.

É casado com Glória, 34 anos, com quem tem mais dois filhos, Jorge, 9 anos, e Josimar, 5 anos. A revelação do abuso determinou seu afastamento da família e à época do primeiro atendimento estava morando com uma irmã.

José Luiz é mecânico e trabalha em duas oficinas diferentes para manter o sustento da casa, da qual é o único provedor.

Desta forma se apresenta à terapeuta, como um sujeito atravessado pelo olhar do Judiciário. No que restou de tempo, após a leitura do relatório, José Luiz reclama das medidas jurídicas que o afastavam de sua família e determinaram a “*internação*” suas filhas. Diz ainda estar “*cansado de tantas conversas com psicólogas e assistentes sociais*”.

- **Histórico familiar**

Quase seis meses após ter iniciado o acompanhamento psicológico, José Luiz, ao falar de sua relação com a irmã mais velha, que o acolheu em sua casa quando a situação incestuosa eclodiu, responde ao estímulo da terapeuta para trazer sua história pregressa.

Seu pai era um homem muito violento, “*mandava em tudo e agredia a mulher e os filhos. Isso quem conta é minha irmã, porque eu era muito pequeno e não lembro de nada*”. Os pais se separaram quando ele tinha 2 anos e a irmã 7. A mãe, por não aguentar os maus tratos do marido, volta a morar com a mãe. O pai não permite que ela leve os filhos, mas também não fica com eles. Vão morar com a família paterna, ele com os avós e a irmã com a tia. Neste momento de sua vida é, então, separado de todos. Pouco via a mãe, porque o pai havia proibido o contato. A irmã passou a morar em outro estado e só se reencontraram quando José Luiz tinha 14 anos. O pai, quando o visitava, demonstrava hostilidade: “*era sempre muito tenso, ele dizia que não gostava de mim, que eu não devia ter nascido, isso eu lembro...*”.

Quando José Luiz tinha 14 anos de idade, o pai, que já estava casado novamente e com uma filha de 6 anos desta nova união, o convidou para morar com ele. Aceita, pela oportunidade de “*ir morar num lugar melhor, mas me arrependi porque minha madrasta só dava atenção para a filha, que também tinha muito ciúme de mim com meu pai*”. Começou então a trabalhar e, por isso, passava a maior parte do tempo fora de casa.

Descreve sua adolescência como *“inconsequente, gastava todo o dinheiro com besteira, com bebida e farra. Aos 16 anos, precisei sair da casa do meu pai, não estava dando, muito conflito...”*. Revela também, neste momento, que no tempo em que viveu em sua cidade de origem, não morou sempre com os avós. *“Vivia mudando de casa de parentes porque eles diziam que eu dava muito trabalho”*.

Aos 18 anos vem morar em São Paulo, começa a trabalhar como mecânico e, dois anos depois, quando volta para sua cidade natal para visitar a mãe, conhece Glória. Ela tinha apenas 15 anos, mas aceita vir com ele, *“mesmo contra a vontade da mãe dela, que foi até no Juiz para tentar impedir”*. A vida em São Paulo sempre foi *“muito dura, sempre tive que trabalhar muito para sustentar os quatro filhos e a mulher”*.

Por fim, conta que a mãe havia falecido há cerca de 5 anos e que ele lamentava não ter podido ficar mais perto dela em seu final de vida. Tem pouco contato com o pai, e a irmã é a pessoa da família *“com quem sinto que posso contar”*.

O que marcou este relato, segundo as impressões da terapeuta, foi uma enorme resistência de José Luiz em aprofundar qualquer uma das situações que trouxe. Reagia com esquiva às perguntas e continuava com seu relato, *“como se tivesse que cumprir um roteiro que já estava pronto”*, retratou a psicóloga.

• **Fragmentos do percurso terapêutico**

Começamos esta discussão assinalando que o percurso de atendimento de José Luiz é marcado pelo absenteísmo. Cabe esclarecer, contudo, que esta é uma característica muito comum à intervenção junto a autores de agressão sexual. No caso deste paciente, algumas questões podem ser levantadas a esse respeito: intercorrências de um cotidiano marcado por demandas de ter que prover à família, ter que responder às convocações e trâmites do Judiciário (essas são suas mais frequentes justificativas), resistência em aprofundar as questões relativas à própria incestualidade, pouco interesse ou mobilização para o trabalho de construir ou reconstruir a significação da experiência, que é a vocação de uma análise.... Enfim, várias hipóteses podem ser consideradas nesta discussão. Não obstante, o que importa ao nosso estudo são as ponderações a partir da singularidade das expressões de José Luiz. Elegemos então, como ponto inicial de reflexão, o que marcou sua apresentação: o sujeito atravessado pelos ditames da Justiça.

- **A demanda “prescrita” pelo Poder Judiciário**

Essa é, talvez, uma das maiores inquietações apresentadas pelos profissionais que se dispõem ao atendimento terapêutico dos autores da agressão sexual, e não é diferente no caso da psicóloga que atende José Luiz. Logo no início, traz na supervisão seu incômodo: *“já vem tudo escrito no relatório e ele também não quis me contar por ele mesmo a história”*. O atendimento de José Luiz é permeado pelas requisições dos processos jurídicos, e sua terapeuta, ao mesmo tempo em que não se furta à escuta de suas inquietações sobre seu *“cansaço em colaborar com a Justiça e nada se resolver”*, compartilha com a supervisora e colegas de grupo sua sensação de que ele *“não consegue vê-la num outro lugar que não o de delegada”*, e que quando o paciente diz: *“não vejo a hora de tudo isso acabar e minha vida voltar ao normal”*, mesmo que o contexto aponte para que o paciente esteja se referindo às questões jurídicas, sabe que seus comentários dizem respeito ao *“nada muda”* do acompanhamento psicológico.

Neste contexto, evidencia-se um questionamento a respeito da demanda do sujeito para a análise como condição essencial para que esta se realize. É possível uma análise quando o sujeito não formula sua demanda nesta direção? É a interrogação que incita o debate no grupo de supervisão.

Já abordamos anteriormente este debate e cabe aqui retomá-lo na medida em que ilustra a tensão que se instala entre José Luiz e sua terapeuta. Ele, *“cansado de tantas conversas com psicóloga”*, ela incomodada com o imaginário de estar no lugar de delegada.

Hachet (2005), como vimos, ao debater a exequibilidade de uma análise para sujeitos envolvidos pela lógica do Poder Judiciário, que buscam tratamento psicológico como “alternativa” ao encarceramento, nos convoca ao enfrentamento do paradoxo de “inscrever uma lógica sem objeto, nem sujeito, nem demanda” (p. 48). E explica sua visão:

A evolução dos papéis da psiquiatria e do Judiciário, deslocando-se de uma delimitação a uma confusão e depois a uma inversão (o **magistrado prescreve** o tratamento como pena e o **médico aplica a pena** de tratamento), foi feita [...] tendo, por um lado, a imagem do sujeito situado na interseção desses dois campos, passando de um culpado criminoso e delinquente marginal porá um doente que convém tratar quando normalizar e, por outro, a prisão moderna que se pretende de um lugar de vocação terapêutica ou preventiva, depois de ter sido outrora um lugar de expiação de uma falta, de sanção, de neutralização e de controle social (HACHET, 2005, p. 48).

Com esta crítica, a autora nos mobiliza na direção de encontrar dispositivos que nos auxiliem no enfrentamento do impasse à ética clínica que, ao se contrapor à lógica da normalização, não aceita a redução do sujeito a uma prática administrada por coação. Reposicionar José Luiz na especificidade do encontro terapêutico, acolhendo inclusive esta expressão de mortificação da singularidade que ele lhe traz, é a árdua tarefa de sua analista. Vejamos como esta atuação implicada acontece na relação terapêutica.

José Luiz traz mais um documento. Dessa vez é uma citação do Judiciário onde consta um relatório do Ministério Público pedindo a prisão preventiva dele pelo crime de abuso sexual das filhas e acusa também Glória pela convivência com a situação. O documento tem a finalidade de informar que o pedido de prisão foi inicialmente negado pelo Juiz, estabelecendo um prazo para que ele e a esposa se defendam da acusação. José Luiz pergunta à terapeuta o que significa tudo aquilo. Diante da resposta de que ele teria 10 dias para apresentar argumentos que o defendesse da acusação de abuso, se não seria preso, José Luiz, nas palavras de sua terapeuta, *“emudece, fica pálido e, pela primeira vez, expressa desespero com sua situação”*.

A psicóloga questiona sobre a advogada da Justiça gratuita, que estava acompanhando seu caso. Cabisbaixo, com meneio repetitivo de cabeça, responde que, depois de uma primeira entrevista na defensoria, não teve mais contato com a profissional. Sua psicóloga orienta, então, sobre a importância de que ele assuma uma assertividade no acompanhamento deste processo, que procure sua advogada, o Juiz da Vara de Infância, com quem teve contato recentemente por ocasião do encerramento do processo nesta instância e, num movimento interpretativo, questiona: *“você acha que apenas sua fé é suficiente para evitar sua prisão?”*. Neste momento, a analista se propõe a um primeiro enfrentamento ao discurso defensivo e alienado de José Luiz a respeito de que *“nada de ruim vai acontecer comigo, tudo acabará bem porque o Senhor me protege”*. Ele reage dizendo que concorda sobre a necessidade de que *“os homens acreditem que ele é honesto, decente, não apenas Deus”*, e passa a relatar a conversa que teve com o Juiz que deliberou o encerramento do processo na Vara de Infância e Juventude, permitindo que as filhas voltassem para casa e todos morassem juntos. *“Acho que ele percebeu que um homem pode se arrepender e mudar”*. A terapeuta articula-se a partir desta fala: *“O que eu percebo é que você está buscando esta mudança, mas ainda precisa de uma lei que está fora de você: Deus, o Juiz, a psicóloga, enfim, alguém ou alguma entidade que te diga o que fazer e o que não fazer, que acredite que você é um homem bom. Mas, e você? Sabe mesmo o que é melhor para você? O que precisa mudar para ter uma vida*

sossegada? ”. José Luiz encara a psicóloga com ar surpreso e diz que ela tem razão, que muitas vezes não sabe o que quer e o que fazer em sua vida. Encerram a sessão com o compromisso de falarem um pouco mais a respeito disso na próxima consulta.

A certeza de que um outro movimento se estabeleceu a partir desta sessão vem no encontro seguinte. José Luiz começa, como das outras vezes, referindo-se ao que está fora. Conta sua conversa com a advogada: *“Ela me disse que não garante nada, mas vê que eu estou colaborando e não sou um marginal qualquer. Então pode ser que o Juiz entenda assim também. Disse que tenho sorte de poder responder em liberdade. Sinto que ela vai poder me ajudar”*. Na sequência, ele interroga a terapeuta sobre a eficácia do sistema prisional. *“Você acredita que a prisão pode ajudar um homem a se recuperar de qualquer coisa errada que tenha feito? Eu não acredito nisso, só vai conviver com bandido...”*.

A psicóloga oferece o enquadre: *“Também não entendo a prisão por si só como um método eficaz na recuperação das pessoas, que a prisão poderia ser uma das formas de responsabilizá-lo pelos seus atos, mas que não necessariamente o faria refletir e acessar as questões que o levaram a agir como agiu. Por isso, seria importante que você continuasse os atendimentos, independentemente do que acontecesse no decorrer do processo”*. Segundo a psicóloga, sua expressão é reticente, contudo, ainda nesta sessão, José Luiz traz duas temáticas que denotam construções internas, ao mencionar *“o inimigo que o acompanha”*, e o instiga a pensamentos e ações que ele próprio condena e quando refere lutar para *“não repetir o modelo de abandono”* de seu pai. Abordaremos mais detidamente estas formulações do paciente em outras linhas de análise.

Retomemos, pois, o disparador desta discussão: José Luiz estaria formulando uma demanda própria para análise? Quando esta questão é lançada no grupo de supervisão, os profissionais, inclusive a terapeuta de José Luiz, expressam sua ambivalência: apesar de perceberem elementos diferenciados no que se referia aos conteúdos trazidos pelo paciente, havia a forma discursiva, repetitiva, excessivamente descritiva, atravessada por frases prontas (*“sou um homem honesto e trabalhador, o Senhor me livrará de tudo isso, o Juiz percebeu que sou um homem bom...”*), onde o sujeito não aparecia.

Tais colocações estimulam a reflexão sobre o lugar do analista nesta díade: acreditar ou não na possibilidade da construção, em análise, da demanda própria ao paciente. A terapeuta, sem dúvida, manifestava sua disposição e implicação com o caso, valendo-se inclusive da premissa de Queiroz (2004) quando nos fala sobre como pensar a demanda diante do ato perverso. A autora reconhece ao menos três possibilidades de apresentação desta

demanda: de forma desmentida, como mecanismo próprio do funcionamento perverso; enganchada num sintoma neurótico ou, por meio de uma queixa externa, já que o comportamento perverso parece causar mais incômodo nos outros do que no próprio indivíduo. Seja como for, Queiroz sublinha que já aí temos um nó na análise do autor da agressão sexual.

Se a questão fundamental do perverso³⁷, como bem definiu Lacan, se situa na perturbação de sua relação com o Outro e se o sentido de desmentido leva em consideração o registro simultâneo no sistema perceptivo de, pelo menos, duas impressões antagônicas, podemos deduzir que as relações transferenciais e a **escuta da demanda, nesses casos, terão que tomar um outro rumo, um que considere o que o analisante pode dizer e mostrar** (QUEIROZ, 2004, pp.29–30, grifos nossos).

Outrossim, a dúvida dos profissionais, que acompanham a discussão do caso, permanece: *“é melhor não se animar muito...”*. O contraponto que surge, ainda nesta discussão, é que a relação transferencial começa a delinear-se na busca de José Luiz pelo lugar do “saber o que fazer” endereçado à terapeuta. Neste painel, ilustram-se muitas das nuances debatidas nas construções teóricas sobre a montagem perversa como saída ao sofrimento neurótico. José Luiz apresenta-se como um ser auto-destituído de sua subjetividade, apaixonado³⁸ por estar no lugar de uma instrumentalidade alienante—o fanatismo religioso, seu perfil de trabalhador *workaholic* ou mesmo comparecer ao atendimento psicológico por determinação do Juiz, denotam sua necessidade de estar ligado a um semblante compartilhado. Chegamos a nos interrogar se a amálgama da incestualidade também não responde a estes parâmetros. E aqui, quantos estão atrelados a este “saber coletivo”? —José Luiz que desde o início contava em ter a família de volta, Glória que o aceitou novamente no convívio com os filhos; as meninas, que chegaram a voltar atrás em seus depoimentos para não incriminar o pai e o Juiz da Vara de Infância e Juventude que restituiu a guarda dos filhos ao pai, antes mesmo da conclusão do processo criminal.

A despeito do caráter inconclusivo da discussão sobre José Luiz formular ou não uma demanda própria para a análise, ele continua comparecendo aos atendimentos mesmo que de forma inconstante: ora com frequência regular, ora com faltas justificadas, ora com ausências

³⁷ Por todas as discussões aqui elencadas, assumimos usar o termo perverso, a despeito de aparecer em nosso texto ou na citação dos autores, numa concepção que não o restringe à lógica estrutural.

³⁸ Calligaris (1991), como vimos, ao falar sobre a paixão pela instrumentalidade, atribui o termo paixão para justificar que o neurótico geralmente paga qualquer preço para tornar-se instrumento e, assim, escapar de seu sofrimento banal.

prolongadas, que demandam o contato por parte da terapeuta para que as sessões sejam retomadas.

- **O mecanismo do desmentido e o discurso perverso**

“Como é possível atender alguém que tem um discurso vazio de sentido próprio, onde tudo é explicado pela fé? De que maneira se constrói a narrativa entre o que ele vive, sente e faz? Se Jesus o completa hoje, o que antes o completava? Era vazio, era o demônio? Nomear é dar lugar de autoria para algo/ alguém. Seria esse o movimento de José Luiz quando trouxe para a sessão o ‘inimigo que estava com ele’? ”. Com essas indagações a terapeuta instiga o grupo no começo da supervisão já numa direção de estratégias de atendimento e não mais sobre a factibilidade do investimento terapêutico a casos como o de José Luiz. Nos traz o seguinte fragmento de sessão para analisarmos: *“Tento aprofundar sua ideia de que um homem pode se arrepender e mudar. Peço que fale um pouco mais sobre esse arrependimento. Ele começa a contar sobre o período logo após a revelação da gravidez de Laura. Duas vezes saiu de madrugada e foi para o interior de São Paulo de moto. Havia a voz do inimigo que falava para ele se jogar debaixo dos caminhões e ‘acabar logo com isso’. Ao mesmo tempo, havia uma outra voz que lembrava da família e sua fé, que foi o que o fez desistir do suicídio. Chora dizendo que foi o pior momento de sua vida, que se sentia fraco. Entende que essa voz era o ‘inimigo’ que estava com ele. Quando tento questioná-lo sobre o que possa ser a representação deste inimigo, José Luiz trava, abaixa a cabeça e repete de um jeito quase mecânico que não sabe me explicar o que acontece com ele, que esse inimigo tem o poder de levá-lo a fazer o que não quer. Fico com a impressão de que ele é realmente muito limitado em suas possibilidades de simbolização, ao mesmo tempo em que “entrega” e “não-entrega” seus conteúdos...”*

Com este relato e questionamentos, a terapeuta nos traz, de forma clara, dilemas próprios do que possa ser o trabalho clínico com estes sujeitos. Ela nos fala do discurso limitado em suas possibilidades de representação e pelo mecanismo do desmentido, onde duas impressões incompatíveis apresentam-se conciliadas no mesmo objeto ou situação: ser um homem honesto e decente e, ao mesmo tempo, marcado por um erro do qual diz-se arrependido. Note-se, contudo, que, pela expressão emocional do paciente, segundo sua terapeuta em nada parecida com uma performance teatral, esta conciliação de posições contraditórias parece mobilizar desgastes e desequilíbrios psíquicos, como os relatados na

cena em que o paciente pensou em suicídio, não considerados como próprios a uma estrutura perversa.

Já debatemos as construções teóricas sobre como se constitui o desmentido ou recusa, como modo de defesa arcaico no desenvolvimento infantil, diante do saber-ver da castração. Enfatizamos também como esse mecanismo se mantém como um apelo constante no funcionamento psíquico perverso. Desse modo, o que trazemos neste momento é a articulação do conceito com a formação discursiva perversa que, segundo Queiroz (2004), é um referencial bastante contundente para pensarmos o fazer clínico nestas situações.

Uma clínica pautada na escuta do discurso perverso, discurso este com fenomenologia peculiar pelo efeito da *Verleugnung* (desmentido), é a proposta da autora, que corrobora as impressões da terapeuta de José Luiz ao falar de sua experiência no atendimento de sujeitos com traços perversiformes.

[...] as palavras, no discurso perverso, tem menos função de representação e mais de “mostração” [...]. Nos discursos, os sujeitos encenam por meio de palavras, que deslizam metonimicamente [...]. Não há ponto de ancoragem numa significação, a linguagem parece ser meramente denotativa, carregada de descrições hiperbólicas que dão à narrativa uma textura singular (QUEIROZ, 2004, p.30).

Um discurso descritivo, imagético e denotativo, onde a palavra parece limitada em sua função de representar. Esta é a impressão frequentemente trazida pela terapeuta de José Luiz, como se a fala do paciente evidenciasse uma falha no mecanismo de representação que incidiria justamente nesta dificuldade em expressar as experiências com palavras. Quando a terapeuta instiga a reflexão que adentraria o campo das representações, o paciente “trava”, como se as palavras cumprissem apenas a função de apresentar e não representar o vivido. Ou ainda, como se o trabalho psíquico metafórico, que atribui sentido à existência, não fizesse parte do repertório de José Luiz.

Como a principal vocação do trabalho terapêutico incide exatamente sobre a possibilidade do sujeito construir ou reconstruir significação para suas vivências, fica patente a necessidade de revermos nosso posicionamento na escuta deste discurso eminentemente descritivo, ambivalente e metonímico e não tomá-lo, a priori, como impossibilidade terapêutica.

Pensamos que, talvez, esta seja uma chave fundamental para refletirmos que estes sujeitos, por chegarem para o atendimento com uma prescrição externa (jurídica ou social), precisam de um investimento inicial na construção de sua própria demanda para o tratamento

psicológico. Reforçamos o que já foi assinalado: o grande desafio é estarmos constantemente atentos, pois a asserção de que estes indivíduos resistem e recusam o atendimento pode, na verdade, significar a resistência e a recusa dos terapeutas em escutá-los. Não se recusar a escutar a recusa—essa é a premissa que deve orientar a intervenção terapêutica, visto que é essa a expressão discursiva destes pacientes.

A partir desta postura, acreditamos ser possível nos aproximar do universo circunstancial a partir do qual este modo de funcionamento psíquico foi se construindo, localizando os restos indizíveis que levaram o paciente à passagem ao ato e, quem sabe, auxiliá-lo no reconhecimento e ressignificação de experiências excessivas. Assim, num primeiro momento, o trabalho precisa assisti-lo na atribuição de sentido a estas experiências para, depois, buscar as transformações que lhe sejam possíveis. Para isso, é imprescindível estarmos sensíveis a este embrutecimento das possibilidades de simbolização, entendendo-o como consequência de fardos psíquicos que permaneceram inscritos apenas na discussão sensorial. Seria então nosso trabalho apoiar o paciente no processo de realocar os referidos registros, desta vez, no plano de representações.

José Luiz retratou, mesmo que de forma apenas descritiva, uma infância marcada por excessos—a hostilidade e agressividade do pai, a ruptura e afastamento abrupto da mãe e irmã, a inconstância de vínculos de cuidados parentais. Todas situações que, provavelmente, deixaram fortes marcas na constituição de seu psiquismo. Sua vida foi e continua marcada por cenários desmentidos, efeitos da clivagem de seu ego: homem religioso, trabalhador, responsável pelo prover material da família e pai licencioso e incestuoso; indivíduo que conclama sua retidão com a Justiça e sujeito indiciado em três processos judiciais; pessoa que aceita o tratamento psicológico e refere entender que aquele não é um espaço de julgamento e sim de acolhimento e paciente que constantemente falta ao compromisso assumido com a terapeuta; filho que perdoou o pai e filho ressentido que assume não ter vontade de visitar a figura paterna.

Lidar com todas estas matizes realmente exige muito discernimento e disponibilidade por parte dos profissionais. Caso contrário, a possibilidade de atuar posicionamentos indignados e condenatórios está posta. José Luiz compartilha com a terapeuta uma experiência anterior:

“Eu lembro quando te conheci, pensei que você ia me tratar como aquela psicóloga que atendia minha filha (referindo-se à profissional de um serviço de referência, onde tinham sido atendidos logo após a denúncia da história incestuosa). Ela falou tudo que falou pra mim,

acabou comigo e ainda teve coragem de deixar um cartão com o telefone dela caso eu precisasse conversar. Fiquei muito bravo, joguei o cartão no lixo, nunca mais voltei. Daí, quando cheguei aqui já não foi assim. Eu gosto de vir aqui, você não tem esse jeito de tratar os outros". A terapeuta questiona: "*Você está me falando do quão difícil é ser julgado pelo que fez?*" ". O paciente anui com um movimento de cabeça e a profissional reafirma a delimitação de seu papel: "*A questão aqui realmente não é julgar suas atitudes, mas ajudá-lo a encontrar seus motivos, sua compreensão da história, seus medos, inseguranças, o que o fortalece*". No término do encontro, José Luiz faz questão de afirmar que tem procurado reconfortar as pessoas em seus momentos de dificuldade, pois entende que isso é o melhor a se fazer. A profissional faz um gracejo com os colegas de supervisão: "*Captei a mensagem*". Brincadeiras à parte, a mensagem muito bem captada fala da necessidade explicitamente colocada pelo paciente de um ambiente que ofereça aceitação e não julgamento.

Sigamos um pouco mais discutindo os indícios do que possa se configurar como recusa à castração no discurso de José Luiz e os investimentos de sua terapeuta na direção de estimulá-lo à subjetivação das experiências que relata.

O começo da sessão retrata mais uma vez um jeito esquivo em relação a qualquer tônica pessoal, com o paciente limitando-se a repetir um monótono "*está tudo bem*". A terapeuta direciona então a pergunta para um assunto "*que ele gosta de falar: seu trabalho*". Logo, o relato se envereda pela temática da criminalidade quando conta o cenário de seu trabalho extra, "bico", como manobrista numa casa noturna: "*o lugar é pesado, cheio de gente que não presta, bandidos dos grandes, com aqueles carrões, armas, correntes de ouro*". Segue falando sobre a constância de brigas, mortes, pessoas que saem do lugar sangrando. Empolga-se nestes relatos dando detalhes das cenas violentas. A terapeuta, percebendo um certo gozo nestas descrições, interpela questionando como era para ele trabalhar neste contexto, para estas pessoas. José Luiz reage dizendo que nunca tinha pensado que trabalhava para "*essa gente*", e que ali, naquele mundo, ele se mantinha afastado daqueles que "*representam o crime*"—mais um emblema de seu funcionamento clivado: trabalha **no** submundo ao mesmo tempo que nunca se viu trabalhando **para** o submundo.

A continuidade desta mesma sessão ilustra de forma mais evidente este mecanismo. José Luiz explica os cuidados necessários para se proteger de "*confusões*" neste ambiente de trabalho. Como sabe que os clientes deixam dinheiro, joia, drogas e armas dentro do carro, procura alertá-los sobre isso, solicitando que se apossem de seus pertences. Além disso, não devolve os carros que foram estacionados por outros manobristas: "*Não confio em ninguém,*

só em Deus. Vai saber se o cara (que estacionou o carro) não pegou alguma coisa de dentro do carro. Se eu devolver pro cliente e ele sentir falta de algo vai achar que fui eu, com razão". A terapeuta instiga: *"Por que ele teria razão em pensar que foi você? "*, *"Porque eu não teria como provar que não peguei nada"*, foi a resposta. Segue-se uma interpretação: *"Me parece que você não está falando de qualquer confusão, mas sim de ser acusado injustamente por algum crime que não cometeu"*. José Luiz assente com a cabeça, mas imediatamente alega: *"Graças a Deus isso nunca aconteceu comigo"*. O paciente segue contando a situação em que uma amiga veio compartilhar com ele que o filho havia sido preso por tráfico de drogas e ele, mais uma vez, posiciona-se afirmando e desafirmando sua crença em Deus: *"Ao invés de dizer pra ela que o filho está perdido, que o caso é grave e que ele pode ficar preso por anos, eu prefiro dizer que ela precisa ter fé, se aproximar de Deus, acreditar que uma transformação desse menino é possível"*.

Em supervisão, a terapeuta compartilha sua perplexidade: *"Percebo que ele fala de si através das histórias de outros, mas o nível de negação é tão forte...Como ele pode dizer que ser acusado por um crime nunca aconteceu com ele? Está respondendo a um processo por abusar sexualmente da filha. Não encara essa situação como um crime? "*.

A discussão no grupo enfatiza este aspecto do funcionamento psíquico do paciente, pela égide do desmentido: acredita na salvação divina ao mesmo tempo que sabe que *"pode ficar preso por anos"*. Em várias ocasiões falou da injustiça daqueles que o acusaram em relação à situação incestuosa, para depois afirmar que *"Graças a Deus isso [ser acusado injustamente] nunca aconteceu comigo"*. Temos aqui um tipo de clivagem que incide diretamente sobre o conteúdo que se quer rechaçar, como vimos em Bleichmar (1984): *"crê e não crê na castração; o não crer é a renegação da crença provocadora de angústia"* (p. 78). José Luiz se angustia com sua crença sobre ser condenado pelo abuso que cometeu. Defende-se dessa angústia renegando a condenação e, portanto, a crença de que abusou da filha.

Lebrun também contribui com nossa leitura do caso:

É precisamente a especificidade do desmentido produzir uma organização psíquica que, por uma de suas vertentes, reconhece a realidade e, pela outra, não a reconhece. O efeito obtido será que o significante fálico vai de fato estar instalado no sujeito, mas que, ao mesmo tempo, tudo se passará como se não dispusesse dele (LEBRUN, 2008, p. 263).

Outra autora que ratifica esta posição, tendo como referência seus estudos clínicos na área, é Queiroz (2004). A autora assinala:

A fantasia de um pai severo capaz de castrá-los no real é aquela que, inconsistente e frágil, vacila na sua formação simbólica. Tais analisantes viveram, durante a infância, com figura parentais, duas atitudes contraditórias: por um lado o rigor das punições e, por outro, a manutenção de comportamentos licenciosos. A presença do desmentido (*Verleugnung*) pela coexistência de duas ações tão antagônicas, com certeza, deixavam-nos siderados (QUEIROZ, 2004, p.71).

Cabe ressaltar, referendando o percurso de nosso estudo, que a lógica do desmentido não é uma prerrogativa exclusiva do perverso. Ela também se apresenta em outras organizações psíquicas e até como modalidade de laço social.

Freud, em *Esboço da Psicanálise* (1940 [1938]), referenda a negação como um mecanismo que evidencia a divisão do ego como forma de esquivar-se de alguma exigência do ambiente que se apresente ameaçadora. O autor nos diz:

[...] o ego com bastante frequência se encontra em posição de desviar alguma exigência do mundo externo que acha aflitiva e que isso é feito por meio de uma *negação* das percepções que trazem ao conhecimento essa exigência oriunda da realidade. Negações deste tipo ocorrem com muita frequência e não apenas com fetichistas [...]. A negação é sempre suplementada por um reconhecimento: duas atitudes contrárias e independentes sempre surgem e resultam na situação de haver uma divisão do ego (FREUD, 1940 [1938], p. 217).

Esta parece ser a circunstância que envolve José Luiz. Diferente de uma organização psíquica pautada no desmentido como tal, que retrataria uma estrutura perversa, o paciente expressa a angústia em ter que lidar com o “*inimigo que tem o poder de levá-lo a fazer o que não quer*”. Assim, ao nosso olhar, suas atitudes responderiam mais à análise de Lebrun sobre o retrato do neo-sujeito que responde a um aspecto perverso comum. Retomemos o autor:

[...] trata-se sobretudo de uma manutenção à distância do falo, talvez até de imunizar-se contra ele, ainda que arriscando um dia ver uma “crise” acontecer. No dispositivo que estamos descrevendo, tudo parece se passar, de modo bem concreto, como se o objetivo fosse evitar o encontro com o falo via evitação da relação com o pai (LEBRUN, 2008, p. 273).

A revelação da incestualidade instaurou a “crise” na vida de José Luiz. Dentro do que preconiza Lebrun, o investimento terapêutico talvez tenha como desígnio favorecer ao paciente movimentar-se em direção à lógica fálica, no encontro com a representatividade da figura paterna.

A história de José Luiz, sem dúvida, apresenta lacunas cujas experiências podem enunciar cenários abusivos. Mencionou sobre as possíveis traições do pai como motivação

para sua mãe ter saído de casa. Em outro momento comentou sobre um clima sexualizado na casa dos parentes paternos com os quais morou, mas nenhuma dessas cenas puderam ser exploradas por sua terapeuta, pelo menos até o momento, pelo mesmo mecanismo de esquiva que marca o percurso de seus atendimentos.

A terapeuta persiste então na busca de um trabalho de perlaboração que localize na metáfora paterna um ponto de ancoragem, tendo em vista a hipótese de que o significado fálico no paciente é precariamente instalado ou não pode ser acessado. Movimento ainda muito incipiente, é claro. Entrementes, José Luiz passa a incluir em seus relatos a história com a figura paterna e sua determinação em não repetir o modelo de abandono que *“me fez tão mal”*.

- **A subtração da filiação como legado**

José Luiz mostra-se, aos poucos, menos tenso na presença da psicóloga. Conta de suas dificuldades no início do casamento porque trouxe Glória para morar em São Paulo, quando ela ainda tinha 15 anos: *“ela era muito nova, nunca tinha feito nada de serviço de casa, era a mãe que fazia tudo. Então, como eu já me virava sozinho desde cedo, fui ensinando ela”*. A terapeuta instiga: *“Uma mãe que mimava a filha, como permitiu que ela viesse com você para São Paulo, com tão pouco tempo de relacionamento?”* (José Luiz já havia contado que quando conheceu Glória, em apenas 4 meses resolvera voltar para São Paulo e ela quis vir com ele). O paciente responde prontamente: *“Não foi fácil! A mãe dela fez de tudo pra impedir, foi até conversar com o juiz da cidade. Me xingava, não queria de jeito nenhum. Achava que eu ia largar ela aqui, que eu ia abandonar a filha dela”*. *“Você tem ideia do porque a mãe dela pensava isso de você?”*, interroga a psicóloga. A resposta dispara a temática do abandono paterno: *“Deve ser porque ela achou que eu era que nem meu pai, que num momento de fraqueza abandonou a família. Mas graças a Deus sou diferente. Estamos juntos há 17 anos, apoiando o outro nos momentos difíceis. Outro dia ela até falou: ‘bem que você disse que não ia abandonar a gente, né?’*. *Quando todo mundo ficou sabendo dessa história da gravidez da Laura, me aconselharam a fugir, me ofereceram até dinheiro porque se eu ficasse, só teria dois destinos: ou ser morto pelo PCC (referindo-se ao sistema de justiça paralelo da facção criminosa Primeiro Comando da Capital, que sentencia à morte estupradores, principalmente de crianças ou adolescentes), ou ser preso. Preferi confiar em Deus e não abandonar minha família como meu pai fez”*.

A terapeuta procura investir nesta temática, assinalando que toda vez que José Luiz fala do pai, faz questão de ressaltar que é diferente dele, que parece insuportável a ele qualquer semelhança com o pai. O paciente desta vez não se esquivava: *“Deus que me livre, fez o que fez e agora tá aí, de vez em quando liga pra minha irmã e fala que tá lá sozinho, sem ninguém do lado, pergunta quando a gente vai visitar. Ligou pra mim uns tempos atrás falando a mesma coisa. Mas eu disse que não tem como, com o aluguel, dívidas, as crianças...”*. A analista instiga: *“É isso mesmo ou você não tem o desejo de vê-lo? Suas referências a seu pai são sempre ligadas à hostilidade, abandono, covardia. Talvez seja difícil desejar visitá-lo, dar atenção, carinho”*. José Luiz assume um tom enfático em sua fala: *“É isso mesmo! Ele escolheu ir embora. Eu cresci sem pai nem mãe, porque mesmo quando vim morar com ele em São Paulo, com sua nova família, eu pedia carinho, pedia alguma coisa que precisava e ele não dava. Só dava pra filha nova. Até a esposa dele na época falava que ele tinha que dar mais atenção pra mim, conversar, orientar...Vi muita droga, assassinato, vi vida fácil com o dinheiro do tráfico, e não sei até hoje como não escolhi nada disso”*.

Todo esse ressentimento do paciente em relação à falta da função paterna em sua vida nos remete a várias passagens do texto em que discutimos o funcionamento perverso. José Luiz não foi introduzido à lei da filiação através da qual pudesse se reconhecer como filho e, no entrelaçamento com a figura paterna, almejassem um lugar futuro de sujeito desejante. Quando tinha apenas 2 anos, foi abruptamente apartado de sua mãe, primeira relação objetual significativa, e, no percurso de sua vida, não refere ninguém que tenha figurado neste lugar idealizado e primeiro desejo infantil, ao contrário, *“fui criado por todos e por ninguém”*.

A dificuldade de José Luiz em se relacionar com a figura paterna já desponta em seus conteúdos de análise como evidente. Vimos na discussão teórica a ideia do funcionamento perverso com uma possibilidade de se dirigir ao pai, pautada, como nos refere Rosa Jr. (2013), sobre os ensinamentos de Lacan, num *“único amor que poderemos chamar de eterno, pois se trata do amor que um filho endereça ao pai pelo simples fato de ele ser o portador da castração”* (p. 148).

A despeito de toda esquivas e reticências do paciente em adentrar em terrenos de seu mundo interno, é patente o protagonismo do pai no enredo traumático de sua vida. Assim, poderíamos pensar que seu rechaço consciente a qualquer tipo de semelhança com a figura paterna pode, na verdade, significar uma identificação com o pai, construída numa *“incorporação canibalesca”* (ROSA JR., p. 164), no mesmo padrão dos filhos com o pai da

horda, descrito por Freud em *Totem e Tabu* (1913). Uma identificação com um pai circunscrito a uma época anterior à lei, incitando José Luiz a esquivar-se à regra da proibição ao incesto—aqui aparece a incongruência que pode referendar esta identificação: critica e condena o pai por não ter cumprido a função de esteio material e afetivo de seus filhos, ao mesmo tempo em que ele próprio impõe seu afã sexual à imaturidade da filha, desconsiderando drasticamente o interdicto social.

O clássico texto *Uma criança é espancada* (1919), onde Freud postula a origem do comportamento perverso, indica a ânsia da criança pela figura do pai, carregada de erotismo nas cenas das fantasias em que alguém bate numa criança. Como apresentamos, um percurso que evidencia o desejo de exclusividade do amor do pai, depois uma manifestação francamente masoquista de excitar-se em ser espancado por ele e, por fim, o gozo de assistir a um espancamento, numa cena onde não existem mais sujeitos. Dessubjetivação e especularidade como funcionamentos que se aproximam da posição perversa.

Na análise deste caso, vemos que a atenção da terapeuta se volta em determinado momento para o relato de José Luiz sobre ter aceito prontamente o convite para morar com o pai que, em seus registros, sempre foi hostil e omissor. Apesar do alegado pelo paciente como motivação para este encontro, podemos pensar que uma busca latente estava anunciada: a confirmação dos maus-tratos paternos. O que José Luiz rememora desta época nos remete às reflexões de Endo (2005) sobre o caso *O homem dos lobos*, descrito por Freud em 1918. O paciente Sergei provocava os castigos paternos com comportamentos indisciplinados, numa clara manifestação de sedução masoquista. José Luiz admite que na fase adolescente em que morou com o pai se envolveu em muitas confusões e transgressões para receber deste o mesmo olhar e palavras de menos-valia. Endo nos explica que o comportamento de Sergei criança desdobrou-se no aprisionamento de sua sexualidade “numa identificação parcial e imperfeita com a figura paterna (sádica) e com o desejo de tornar-se objeto sexual dessa mesma figura paterna” (ibid., p. 170). É bem factível cotejarmos esta reflexão para entender a sexualidade incestuosa de José Luiz, ratificando também as concepções que enfocam a identificação do autor da agressão sexual com o corpo ou com aquilo que imagina ser a necessidade da criança abusada, ou seja, uma aposta na equivalência sexual.

Muitas outras vertentes poderiam ser consideradas no estudo do caso José Luiz. Aspiramos, contudo, que a história e as reflexões apresentadas instiguem novas leituras e contribuições daqueles que se interessam pela ampliação do campo de conhecimento nesta área.

Gostaríamos que o desfecho desta discussão focalizasse o olhar da terapeuta de José Luiz ao retomar a interrogação pela qual iniciamos estas reflexões, isto é: como desenvolver um trabalho terapêutico com pessoas que, a priori, não manifestam um desejo pelo atendimento? Vejamos o que formula a profissional:

“Minha hipótese é de que o investimento maciço do profissional em aproximar o sujeito do universo da análise, desejar por eles que estejam ali, derrubar algumas defesas e acessar possíveis demandas, produz grande efeito de vinculação terapêutica. Penso então que o terapeuta possa emprestar seu mundo psíquico ao paciente, e que seu desejo tenha, num primeiro momento, função de ‘disparador’ do desejo do paciente, e a partir daí demandas mais claras e próprias possam aparecer”.

É inegável que o desejo desta terapeuta se oferece como sustentação para que as demandas de José Luiz desponham e seu tratamento se efetive. Algumas sutilezas do atendimento já acenam nesta direção quando o paciente, mesmo com um discurso marcado pelo desmentido, admite sua falta: *“Gostaria muito que ele [pai] tivesse feito diferente. Que tivesse me dado um carinho, uma orientação, porque foi mesmo muito difícil. Por isso tento estar próximo o quanto posso dos meus filhos e tento orientar, dizer sobre o valor do trabalho, dos estudos, das boas amizades. Claro que ninguém é livre do erro, mas a gente ensina outros caminhos melhores”.*

A terapeuta, mesmo percebendo a necessidade de José Luiz ressignificar a lei da filiação para que seus propósitos de paternagem tenham efetividade, sabe que a intervenção do terapeuta não pode partir do regime paterno que instaura fundamentalmente a castração, mas sim que é preciso, como recomenda Lebrun (2008),

[...] consentir em passar pela proximidade com o regime materno, aceitar remeter em espelho o que organiza o sujeito, refazer com ele o caminho que leva aos impasses que ele encontrou com suas derivas e suas errâncias, fazer com que tenha uma dimensão de tudo o que ele evita e recusa. E assim progressivamente permitir que o sujeito sinta que a impossibilidade de encontrar uma saída diante de suas questões, deve-se a ele ter desmentido, a ele não ter querido passar [...] pelo regime da relação com o pai, em outras palavras, pelas leis que a linguagem nos prescreve (ibid., p. 281).

4. Considerações finais

Ao longo de todo o percurso de formulação desta tese acreditamos ter tecido um caminho que, sempre partindo das afirmações e questionamentos da práxis, buscou no universo teórico e conceitual relativo ao tema, considerações e reconsiderações que apontassem um adensamento sobre a compreensão das dinâmicas psíquicas que constituem e mantêm a trama incestuosa. Nossa pretensão sempre esteve circunscrita à crença de que este arcabouço de conhecimento favorece o trabalho de escuta aos sujeitos envolvidos no cenário familiar abusivo, apurando assim a eficácia da transformação que se intenciona.

Comungamos com a premissa de Ferenczi de que “a profundidade de nossa compreensão do funcionamento do psiquismo humano, saudável ou doente e a esperança justificada de que o resultado terapêutico, o qual repousa nessas bases mais profundas [...] terá maiores probabilidades de se manter” (p.94) sejam os motores propulsores inesgotáveis de nosso crescimento profissional.

Desta feita, o que se impõe como essencial neste momento de conclusão, é o compartilhar do que experienciamos neste processo de leituras, construções elaborações e escuta, caracterizado por um intenso movimento entre os saberes que se constituem no campo acadêmico e no campo empírico, e que, insistentemente impôs transformações em nossa atuação como terapeuta, como professora e como supervisora neste âmbito de trabalho.

Reafirmamos o que já se considera uma máxima no meio acadêmico: de modo algum seremos os mesmos após o trabalho de construção de uma tese, e, talvez este seja o primeiro propósito da produção acadêmica—transformar o próprio autor. O que almejamos verdadeiramente é que esta transformação, por um efeito de sinergia se estenda ao universo ao qual se destina, ou seja, a todos os profissionais que se dedicam ao enfrentamento desta circunstância tão aviltante que é o abuso sexual de crianças e adolescentes no seio de suas famílias.

Como já retratado, começamos a trajetória desta pesquisa, com uma bagagem acumulada em quase vinte e cinco anos de trabalho e como referência de ensino na área. Contudo, a imersão pelo domínio da metapsicologia do incesto, abriu nosso olhar para muitas nuances que, apesar de sempre terem estado ali, não puderam ser vistas; talvez pelo fato de que a militância e a premência da intervenção, muitas vezes, nos impõem uma visão

obnubilada. Assim, como as crianças, adolescentes e adultos que atendemos, nos furtamos a enxergar o que está evidente, também como forma de negar os limites de nossa atuação.

Diante do “saber que dói”, o que não podemos é nos proteger numa lógica contrária à que propomos aos nossos pacientes, ou seja, é preciso que enfrentemos o desafio de perscrutar regiões que se apresentem obscuras e apuremos nosso olhar para aquilo que precisa ser transformado, não só nos sujeitos com os quais trabalhamos, mas também, e principalmente em nossas práticas profissionais.

O intuito de transmitir os efeitos de transformação deste percurso de estudos sobre nossa atuação profissional, direciona as recomendações do que consideramos como princípios cruciais, se temos como intenção a escuta atenta e criteriosa aos sujeitos envolvidos na trama incestuosa que gere mudanças neste complexo cenário.

No que se refere ao atendimento da criança ou do adolescente vitimizados é preciso que circunscrevamos, com o máximo de clareza, os aspectos que possam denotar a traumatogênese da experiência abusiva; antes de qualquer encaminhamento ou proposta de intervenção, antes que se indique, inclusive, que possam estar aptos para o testemunho das injúrias que lhes foram perpetradas, seja no contexto jurídico ou terapêutico.

Acreditamos que o estudo evidenciou elementos fundamentais para que discriminemos no sujeito singular, os impactos psíquicos da vivência incestuosa. A intervenção terapêutica deve ter como base inalienável esta investigação. Parece-nos uma conclusão óbvia, mas infelizmente não é o que temos assistido nas práticas vigentes, porque a condição essencial que orienta esta postura é a consecução do tempo.

Freud nos ensinou que nossa mente supõe, na função de representar, de simbolizar, principalmente uma vivência traumática, inscrições e reinscrições de impressões, até que possam ser formuladas em palavras—uma operação que requer tempo. O brincar repetitivo de uma criança ou a reincidência do comportamento transgressor de um adolescente ilustram o interstício necessário para que ressignifiquem a comoção psíquica inicialmente expressa em sintomas. Queiroz (2004) nos faz um importante alerta sobre a questão:

Se, como nos ensina Freud, o excesso de conteúdo sensorio produz um efeito traumático pela impossibilidade de o ego representar, as exigências da sociedade contemporânea, com a prevalência da imagem, podem ser responsáveis [...] [por] novas formas de sintoma que podem ser identificadas a partir de um denominador comum—a incapacidade de representação psíquica (QUEIROZ, 2004, pp. 154–155).

Consideramos primordial que, diante das solicitações sempre imperativas por respostas, pareceres ou absorção quantitativa da demanda, não desviemos o olhar das necessidades singulares de cada sujeito que nos chega para atendimento. Algumas crianças não viveram o incesto como traumático, outras explicitaram, nos primeiros encontros, os efeitos nefastos de sua experiência, outras ainda se encontram num estado de negação ou recalçamento, aparentando uma pseudo-tranquilidade. Que estejamos sempre atentos a estas diferenciações e não nos escondamos atrás do “jargão da revitimização”, para evitar considerar os impactos perniciosos para a criança quando não é respeitada em seu tempo psíquico.

O processo de acompanhamento psicológico de Alice tem mostrado de maneira inquestionável o poder da intervenção terapêutica frente ao traumatismo, garantindo que a menina não perca seu potencial de produção simbólica, em função do sofrimento psíquico que viveu.

No que se refere à intervenção junto àquele que figura no lugar de agressor sexual, o estudo procurou encampar um debate que, para além da já difundida necessidade em se enfrentar os preconceitos que circundam o pai incestuoso, pudesse oferecer subsídios para conhecermos os fundamentos de sua constituição psíquica.

Considerando a casuística dos atendimentos efetivamente realizados, seja nos serviços de referência da política pública, seja na clínica privada dos profissionais que participam do grupo de supervisão, a prevalência majoritária não indica sujeitos estruturalmente perversos, mas indivíduos capturados numa montagem social perversa, como destacaram Calligaris (1991) e Lebrun (2008). A discriminação destes quadros não é simples. Daí a premência de contarmos com a riqueza dos estudos aqui elencados, como mobilizadores da ampliação de conhecimentos nesta área, ainda cheia de obscuridades e resistências.

Lebrun (2008) nos oferece formulações sobre a perversão comum, que coadunam sobremaneira com o que temos constatado no funcionamento do indivíduo incestuoso. Referindo-se ao sujeito atravessado pela marca do laço social perverso, o autor sublinha:

[...] o neo-sujeito e o perverso *stricto-sensu* tem em comum importantes proximidades de funcionamento, mas nem por isso podem, e de longe, ser assimilados um ao outro. Seus objetos, aliás, são bem diferentes: o primeiro usa o desmentido para evitar subjetivação, o segundo ao contrário, faz dele seu fundamento. **Uma economia perversa pode engajar sujeitos num laço em que funcione a renegação da falta sem que por isso os sujeitos sejam eles mesmos perversos** (ibid., p. 272).

Procuramos enfatizar, ao longo do corpo teórico da tese, as discussões sobre os elementos que caracterizam a perversão como estrutura e o indivíduo neurótico capturado numa dinâmica perversa, também com o intuito de desmistificar as estratégias de intervenção junto a este público que tem se apresentado para atendimento.

A ideia de que os autores de agressão sexual são perversos a priori, intimida os profissionais que alegam não conhecer estratégias para enfrentar um psiquismo estruturado para aniquilar a alteridade e desafiar a lei. Oferecemos alguns elementos e caminhos para se pensar a terapêutica do indivíduo perverso, uma vez que, em algum momento, podemos nos ver diante dele e precisamos, no mínimo, reconhecê-lo. Contudo, o investimento que se apresenta preponderante neste momento é que apuremos as estratégias para intervir junto ao indivíduo que, para escapar do sofrimento neurótico banal, aceita pagar o preço da passagem ao ato de suas fantasias sexuais perversas, com todos os desdobramentos que isso traz para ele e sua família—como acompanhamos no caso de José Luiz.

Ademais, ainda sobre esta vertente, não podemos nos furtar a pensar em nosso papel diante desta “comunidade de renegações”, como referiu Lebrun, da qual fazemos parte. Principalmente quando percebemos o funcionamento perverso instalado na instituição ao se abrir para receber estes sujeitos e, ao mesmo tempo, cria normas que dificultam sua entrada, como já apontamos.

Diante deste cenário, percebemos que a atuação junto à trama incestuosa nos convoca a apurar as estratégias que abordem as singularidades dos sujeitos envolvidos nesta dinâmica, bem como à assunção de responsabilidade em intervir junto aos elementos que configuram a perversão como uma perturbação social. Uma tarefa, sem sombra de dúvidas, colossal.

Abrimos então o espaço conclusivo para legitimar os ecos dos trabalhadores no que se refere à inquestionável necessidade de espaços de formação continuada que sustente seu fazer profissional, e aqui ressaltando a prática supervisionada pautada na discussão de casos³⁹.

O que nos compete no lugar de supervisora é mais uma vez externalizar nossa imensa admiração pelo dinamismo e potencial criativo desses profissionais.

A despeito das inúmeras dificuldades inerentes a este campo de atuação, lutam arduamente para não se fechar em queixas, e procuram de forma incansável ferramentas e

---

³⁹ Cabe esclarecer que o enfoque metodológico da supervisão abarca, a partir do dispositivo de discussão de casos, os aspectos psicodinâmicos e os trâmites institucionais envolvidos em cada situação. Procura também oferecer um espaço de cuidado dos impactos emocionais a que estão sujeitos os profissionais que atuam junto à problemática da violência sexual.

estratégias para abrir portas e construir pontes em direção ao bem-estar das pessoas que atendem.

Foram nossos interlocutores durante todo o período de construção desta tese, por isso nossa profunda gratidão pela oportunidade de, junto deles, crescer como profissional e como pessoa.

Agregamos aqui recortes de seus depoimentos.

“Ao meu ver, ser terapeuta, seja de vítima ou de autor de agressão sexual exige ética, disponibilidade e formação. É necessário se aproximar suficientemente do paciente para vincula-lo ao Serviço, com o cuidado de não misturar papeis e afetar a relação transferencial. É preciso manter a ética do sigilo profissional, mas também saber quando e o que falar quando temos alguém em risco. É essencial podermos, acima de tudo, refletir sobre a prática profissional. Para isso, lançamos mão de algumas importantes “estratégias de sobrevivência”: supervisões clínicas semanais, supervisões institucionais, inúmeras discussões de casos em equipe e com a rede de serviços que acompanham as famílias, terapia pessoal, cursos, grupos de estudo... Poder contar com a “supervisão” de um profissional de fora da relação terapêutica e refletir teoricamente sobre o que se faz e como se faz é o que dá o suporte necessário para a continuidade de um trabalho de qualidade, que é sempre aliado a saúde mental do trabalhador. Por fim, gostaria de dizer em poucas palavras o que, para mim, é a grande gratificação deste trabalho: poder contribuir para devolver ao outro o que é dele, o que o faz SUJEITO, nem vítima, nem agressor. Não há dicotomia bruta, nem generalização nenhuma que dê conta de entender o psiquismo humano”. (B. L. D.)

“Considero a supervisão e grupo de estudo um espaço imprescindível para o compartilhamento de casos, das nossas dificuldades, angústia, impasses e, principalmente um espaço de suporte, busca de orientação e estratégias para lidar com demandas complexas e desafiadoras que vão surgindo, para a devida condução dos casos, para que as intervenções sejam mais acertadas, éticas, críticas e sensível às questões que envolvem esse complexo fenômeno, mantendo a qualidade do trabalho realizado. A supervisão é o local onde eu me nutro para poder suportar projeções intensas e para identificar aspectos que no atendimento escaparam. As reflexões teóricas têm contribuído significativamente para a análise dos casos, porém gostaria que tivesse momentos no grupo para discutir os textos indicados. Acredito que este ano, aproveitarei ainda mais os conteúdos teóricos com o curso de expansão, pois pretendo além de participar como membro do grupo, quero ser aluna-ouvinte

para um melhor aprimoramento da temática e para lidar com os desafios que é atender autores de violência sexual. Me sinto grata por participar desse grupo”. (L. A.)

“Para mim, atender vítimas de violência é um desafio constante, principalmente no sentido de não institucionalizá-las e não estigmatizá-las. As vítimas que vem para atendimento em um serviço especializado requer dos profissionais permanente vigilância de si próprios para enxergar essas pessoas para além do que lhes aconteceu. Como aponta Basaglia, “colocar a doença entre parênteses, e não o sujeito”. Assim como procuramos olhar para aqueles que cometeram a violência como pessoas capazes de diversas outras coisas, inclusive da violência (deixando até mesmo de chamá-los de agressores e passando ao termo autores de violência), as vítimas também carecem desse mesmo olhar. Caímos facilmente, e de maneira sutil, no erro de pensar que se a criança não estiver falando, ou manifestando algum comportamento que evidencie a violência sofrida, não estamos fazendo direito nosso trabalho, como se a criança se resumisse aquilo. Essa pressão é maior quando há processo judicial, fazendo com que a atmosfera de investigação criminal tome conta do atendimento como um todo. No que se refere aos autores, aqueles que vem para o atendimento devido a processo também são um gigantesco desafio para mim, pois o clima de desconfiança e de que estão prestando contas numa delegacia é evidente. As supervisões e o espaço do grupo de estudo têm sido riquíssimos para olhá-los além: o que essa pessoa é, além de uma acusada de cometer violência? Porém, mesmo com essa orientação, pelo fato do motivo do atendimento ser pela suposta violência cometida, é muito difícil se desprender dessa linha investigativa. Como pano de fundo, fica a busca por aspectos que conectem à suposta autoria da violência, mesmo o sujeito dizendo que não fez. E se ele realmente não cometeu tal violência? Tomá-los, a priori, como alguém que está negando, com resistência, ou como perverso, é muito difícil para mim. Tem sido importantíssimo as reflexões feitas no grupo para o desenvolvimento do raciocínio clínico no atendimento dessas pessoas”. (A. R. L.)

“O caminhar do atendimento a autores de violência é muitas vezes incerto e inseguro, ter apoio de outros profissionais, bem como a possibilidade de supervisão é o que mantém uma qualidade e a possibilidade de ressignificação do ato cometido. Outro grande desafio é alocar o saber do Serviço Social dentro dessa dinâmica de atendimento que a partir de um senso comum que nomeia a psicologia como o saber responsável por esse cuidado, entendo que a supervisão tem sido um espaço de desconstrução no que tange a interseção dos saberes. A trajetória da construção do atendimento psicossocial é uma discussão arraigada

dentro dos nossos campos de atuação. O grupo tem tomado para si o desafio de compreender a produção dessa violência não apenas com seus fatores internos, mas também quais os impactos que a sociedade causa dentro da produção da violência. Compreender a construção dialética desse autor de violência, é um objeto basilar para o trabalho do Assistente Social. Percebo um avanço nessa compreensão dentro do grupo, isso faz com que o trabalho tenha maior possibilidade de abrangência no que tange a integralidade do sujeito. Enquanto profissional sigo entendendo a supervisão é a interlocução necessária para continuar os atendimentos aos autores de violência”. (M. B.)

Por fim, gostaríamos de ressaltar nosso desejo de que este estudo, para além da valência que nos cabe, como já ressaltamos, consiga alcançar uma dimensão reflexiva que contribua com as práticas institucionais ou privadas voltadas para a temática do incesto. Almejamos que as ideias aqui apresentadas incitem um profícuo e constante debate que nos afaste de dogmatismos e do falso conforto dos conceitos pré-estabelecidos.

A Psicanálise, alicerce de todo este estudo, preconiza a construção do conhecimento pautada no dilema freudiano: teorizar e, com a perplexidade do que emerge em cada caso, reformular o que teorizou. Assim, deixamos em destaque que a consigna de um saber absoluto, que se encerre em si mesmo, não foi o que norteou nossa pesquisa. Ao contrário, perseguimos elucidar inquietações e lacunas e apresentar referenciais reflexivos com possibilidades de transformação da práxis. “Teorizar para se aproximar do enigma, evitando-se cair na sedutora saturação prévia de sentidos”, como nos ensina Ferreira (2011).

Sabemos de antemão que alguns temas, ao longo do texto, foram apenas tangenciados. Consideraremos como êxito de nosso empreendimento se instigarem o desejo de aprofundamento de outros pesquisadores. Sob nosso olhar, duas questões emergem como interesse de continuidade de estudos e pesquisa: a crise de legitimidade nas instituições, instaurada, segundo Lebrun (2008), pela modalidade contemporânea do laço social perverso e seus impactos no cotidiano dos profissionais que trabalham com a família incestuosa; e, partindo do que a prática comunica, a criança que chega para o atendimento figurando o lugar não mais de vítima, mas de autor da agressão sexual.

Iniciamos a composição do trabalho compartilhando a cena de uma pequena menina de 8 anos que, no espaço público, dramatiza uma cena de sedução erótica com a irmã mais nova, tabulando a fala própria de um agressor sexual. Relatamos também a perplexidade da profissional que assistiu a referida cena. Mobilização que abre o estudo e, no momento de finalização, retomamos como tradução de um cenário recorrente que tem inquietado os

terapeutas: crianças pequenas que trazem no jogo dramático detalhes de uma alcova sexual perversa, ou em atitudes concretas, o descontrole de uma sexualidade sádica.

Na primeira situação, a profissional relata que não conseguia mais ouvir o pequeno Miguel, de apenas 7 anos, contar os pormenores de como fazia sexo com a namorada, no caso, a prima de 9 anos. *“Contou que amarrou ela na cama, sem roupa, e com o elástico da moto do irmão, batia na ‘xana’ e na ‘bunda’ dela. Depois era a vez dele que pedia para a menina morder seu ‘pinto’. Contava isso me olhando fixo e com um sorriso no canto da boca. Saí do atendimento com náusea, sem saber o que fazer”.*

A outra cena traz Gustavo, um garoto de 10 anos que já responde a três processos por abusar sexualmente de crianças mais novas. Depois que estuprou o cachorro da avó, sua mãe pede à psicóloga que o interne. Nas palavras de Gustavo, a égide de gozar, própria da estrutura perversa: *“Eu só queria parar de ter vontade, porque quando a vontade vem, eu tenho que fazer, nem penso no que vai acontecer depois”.*

Imagens que impactam ao mesmo tempo que nos instigam a aprofundar o entendimento das situações: estaríamos diante de processos de identificação com o agressor (ambos os meninos foram abusados sexualmente em idade precoce) ou uma configuração psíquica já fixada numa sexualidade perversa polimorfa?

Terminamos então nosso percurso, inspirada e procurando inspirar novas possibilidades de estudo.

Referências Bibliográficas

- ABRAHAM, N. e TOROK, M. *A casca e o núcleo*. São Paulo: Editora Escuta, 1995.
- ALVAREZ, A. *Abuso sexual de crianças: a necessidade de lembrar e a necessidade de esquecer*. in ALVAREZ, A. *Psicoterapia psicanalítica com crianças autistas, borderlines, carentes e maltratadas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- ANDRÉ, S. *La significación de la pedofilia*. Conferência em Lausana, 1999. Disponível em: <<http://www.users.skynet.be/polis/index.html>>. Acesso em 16/03/2013.
- ARENDT, H. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- AULAGNIER, P. *A violência da interpretação*. Rio de Janeiro, Imago, 1979.
- _____. *O direito ao segredo: condição para poder pensar*. in AULAGNIER, P. *Um intérprete em busca de sentido I*. São Paulo: Escuta, 1990.
- _____. *A Perversão como estrutura*. Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, Vol. 3 (pp. 43–69).
- _____. *Um intérprete em busca de sentido—II*. São Paulo: Escuta, 1990.
- AZEVEDO, M. A. *Violência sexual na infância e na adolescência*. São Paulo: Robe Editorial, 1995.
- BARBOSA, J.; LANG, C. E. *Vidas secretadas: notas sobre a perversão no Programa de Proteção a Testemunhas*. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0103-656420140105>>. Acesso em 12/06/2017.
- BARUS-MICHEL, J. *A psicologia social clínica*. in BARUS-MICHEL, J., GIUST-DESPRARIÉS, F. e RIDEL, L. *Crises approche psychosociale clinique*. Paris: Desclée de Brauwier, coll. Reconnaissances (Tradução), 1996.
- BENGHOZI, P. *Malhagem, filiação e afiliação—Psicanálise dos vínculos: casal, família, grupo, instituição e campo social*. São Paulo: Vetor, 2010.
- BEZERRA JUNIOR, B. *A clínica e a reabilitação social*. in PITTA, A. (Org.) *Reabilitação social no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001.
- BIRMAN, J. *Freud e a interpretação psicanalítica*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1991.
- BLEICHMAR, H. *Clínica psicanalítica e neogênese*. São Paulo: Annablume, 2005.
- _____. *Introdução ao estudo das perversões: a teoria do Édipo em Freud e Lacan*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.
- BOLLAS, C. *O trauma do incesto* in BOLLAS, C. *Forças do destino*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o *Estatuto da Criança e do Adolescente*, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, Seção 1, 16/07/1990, página 13.563.
- BRASIL. *Plano nacional de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil*. Brasília: SEDH/DCA, 2002.
- BUTLER, J.P. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CALDEIRA, T. P. R. *Cidade de Muros—crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: 34/ EDUSP, 2000.
- CALLIGARIS, C. *A sedução totalitária* in ARAGÃO, L. T.; CALLIGARIS, C.; COSTA, J. F.; SOUZA, O. *Clínica social: ensaios*. São Paulo: Escuta, 1991.
- _____. *O laço social, sua produção e a psicanálise*. Che vuoi? Psicanálise e Cultura, Ano I, nº 1. Porto Alegre: Cooperativa Cultural Jacques Lacan, 1986.
- _____. *Perversão—um laço social? Introdução a uma clínica psicanalítica*. Conferência, DREYER, A.; LIMA, D.; MATTOS, S.; CARDOSO, V., tradução, transcrição e revisão. Salvador: Cooperativa Cultural Jacques Lacan, 1986.
- CERRUTI, M. Q.; DEBIEUX ROSA, M. *Em busca de novas abordagens para a violência de gênero: a desconstrução da vítima*. Revista Mal-Estar e Subjetividade, vol. VIII, nº 4, pp. 1047–1076 dez/2008.
- CFP – CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA; SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL A CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA, ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL E SUAS FAMÍLIAS. *Referências para a atuação do psicólogo*. Brasília: CFP/CREPOP, 2009.
- COIMBRA, C. M. B.; LOBO, L. F.; NASCIMENTO, M. L. *Por uma invenção ética para os direitos humanos*. Rio de Janeiro: Ed. Companhia de Freud, 2008.
- COSTA, J. F. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- _____. *Psiquiatria burocrática: duas ou três coisas que sei dela* in ARAGÃO [et. al.]. *Clínica do social*. São Paulo: Escuta, 1991.
- CROCHIK, J. L. *Preconceito, indivíduo e cultura*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.
- CROMBERG, R. U. *Cena incestuosa: abuso e violência sexual*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001/2012.
- CYRULNIK, B. *Le sentiment incestueux*. in HÉRITIER, E. (Org.) *De l'inceste*. Paris: Odile Jacob, 1994.
- DOLTO, F. *A imagem inconsciente do corpo*. São Paulo: Perspectiva, 2015.

- DOR, J. *Estrutura e perversões*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- DUNKER, C. *A perversão nossa de cada dia*. Revista Cult. Dossiê Perversão, São Paulo, ano 13, nº 144, pp. 26–42, março 2010.
- ENDO, P. C. *A ambivalência como problemática particular no debate entre psicanálise e política*. Revista Latinoamericana de psicopatologia fundamental [online], 2006, vol. 9, nº3, pp. 423–432. ISSN 1415–4714. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1415-47142006003004>. Acesso em 20/10/2017.
- _____. *A violência no coração da cidade*. São Paulo: Escuta/ Fapesp, 2005.
- _____. *O sujeito imaculado na sociedade privatizada: psicanálise e política em torno de Totem e Tabu*. Textura—Revista de Psicanálise, 5ª edição, 2005.
- _____. *Partilha, testemunho e formas contemporâneas do excessivo*. São Paulo: IDE psicanalítica e cultura, 2008. pp. 41–50.
- FAIMBERG, H. *The telescoping of generations: listening to the narcissistic links between generations*. The New Library of Psychoanalysis: New York, 2005.
- FERENCZI, S. (1933) *Confusão de línguas entre adultos e crianças*. Obras Completas Psicanálise IV, São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- FERRARI, D. C. A. *Definição de abuso na infância e na adolescência*. in FERRARI, D. C. A.; VECINA, T. C. C. (Orgs.) *O fim do silêncio na violência familiar*. São Paulo: Ágora, 2002, pp. 81–94.
- FERRAZ, F. C. *A recusa do tempo*. in FRANÇA, C.P. *Perversão: variações clínicas em torno de uma nota só*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.
- FERREIRA, M. P. *Traumas não elaboráveis—clínica psicanalítica com crianças*. São Paulo: Zagodoni, 2011.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade 1: a vontade do saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- FRANÇA, C. P e LACERDA, R. *Ilhas e trilhas do segredo*. in FRANÇA, C. P (Org.) *Tramas da perversão—a violência sexual intrafamiliar*. São Paulo: Escuta, 2014.
- FRANÇA, C. P. (Org.) *Perversão: as engrenagens da violência sexual infanto-juvenil*. Rio de Janeiro: Imago, 2010.
- _____. (Org.) *Tramas da perversão: a violência sexual intrafamiliar*. São Paulo: Escuta, 2014.
- FRAYSE-PEREIRA, J. A. *Áreas secretas: uma questão de modernidade*. Psicologia-USP, São Paulo 1 (2): 105–112, 1990.

- FREUD, S. (1897–1902). *As origens da Psicanálise—obras psicológicas completas vol.3*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. (1900). *A Interpretação dos Sonhos—obras psicológicas completas vol.5*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. (1901–1905) *Três ensaios sobre a sexualidade—obras psicológicas completas vol.7*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. (1908). *Sobre as teorias sexuais das crianças—obras psicológicas completas vol.9*. Rio de Janeiro: Imago, 1980.
- _____. (1913). *Totem e tabu—obras psicológicas completas vol.13*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. (1918 [1914]). *Historia de uma neurose infantil—obras psicológicas completas vol.13*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. (1919). *Uma criança é espancada: uma contribuição ao estudo da origem das perversões sexuais—obras psicológicas completas vol.13*. Rio de Janeiro: Imago, 1980.
- _____. (1920). *Além do princípio do prazer—obras psicológicas completas vol.18*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. (1921). *Psicologia de grupo e análise do ego—obras psicológicas completas vol.18*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. (1923). *O Eu e o Id—obras psicológicas completas vol.2*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. (1925). *Algumas consequências psíquicas das diferenças anatômicas entre os sexos—obras psicológicas completas vol.19*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. (1927). *Fetichismo—obras psicológicas completas vol.21*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. (1930). *O mal-estar na civilização—obras psicológicas completas vol.21*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. (1939 [1934-38]). *Moisés e Monoteísmo—obras psicológicas completas vol.23*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FUKS, L. B. *Pedofilia: considerações atuais*. in FRANÇA, C. P. *Tramas da Perversão: a violência sexual intrafamiliar*. São Paulo: Escuta, 2014.
- FURNISS, T. *Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar, manejo, terapia e intervenção legal integrados*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

- GABEL, M. *Crianças vítimas de abuso sexual*. São Paulo: Summus Editorial, 1997.
- GARDNER, R. *Recommendations for dealing with parents who induce a parental alienation syndrome in their children*. Journal of Divorce and Remarriage, n° 28 (3/4), pp. 1–23, 1998.
- GAULEJAC, V. *Psicossociologia e sociologia clínica*. in ARAÚJO, J. N. G. de e CARRETEIRO, C. T. (Orgs). *Cenários sociais e abordagem clínica*. São Paulo: Escuta, 2001.
- GIUST-DESPRARIES, F. *O acesso à subjetividade, uma necessidade social*. in ARAÚJO, J. N. G. de e CARRETEIRO, C. T. (Orgs). *Cenários sociais e abordagem clínica*. São Paulo: Escuta, 2001.
- GOLDBERG, T. *A incestualidade como amálgama de indiferenciações: a visão de Pierre Benghozi*. in BENGHOZI, P. *Malhagem, filiação e afiliação—Psicanálise dos vínculos: casal, família, grupo, instituição e campo social*. São Paulo, Vetor, 2010.
- _____. *A incestualidade como amálgama de indiferenciações: a visão de Pierre Benghozi*. in FRANÇA, C. P. (Org.). *Tramas de perversão—a violência sexual intrafamiliar*. São Paulo: Escuta, 2014.
- GONÇALVES, C. R. *Direito civil brasileiro, vol.6: direito de família*. São Paulo: Saraiva, 8ª edição, 2011.
- GUERRA, V. N. A. *Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada*. São Paulo: Cortez, 1995.
- HIRIGOYEN, M. *Assédio moral: a violência perversa no cotidiano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- HATCHET, A. *Agressores sexuais: é possível um tratamento psicanalítico, sob prescrição judicial?* Rio de Janeiro: Ágora, 2005.
- INGLEZ -MAZZARELLA, T. *Fazer-se herdeiro: a transmissão psíquica entre gerações*. São Paulo: Escuta, 2006.
- JORGE, M. A. C. *A clínica da fantasia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.
- KAËS, R. *Espaços psíquicos comuns e partilhados—transmissão e negatividade*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.
- KESSELMAN, H.; PAVLOVSKY, E. *A multiplicação dramática*. Tradução de Ângela Tijiwa, revisão técnica de Antonio Lancetti e Luiz Antonio Fuganti. São Paulo: Ed. Hucitec, 1991.
- KUPERMANN, D. *A “desautorização” em Ferenczi: do trauma sexual ao trauma social*. *Revista Cult*, 2015, n° 25 pp. 39–45

- LACAN, J. *Escritos [1966]*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. *Kant em Sade [1966]* in LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. *O seminário, livro 4: a relação de objeto [1956–57]*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- _____. *O seminário, livro 5: as formações inconscientes [1957–58]*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- _____. *Outros escritos [1966–1973]*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- LANDINI, T. S. *Horror, honra e direitos: violência sexual contra crianças e adolescentes no século XX*. Tese de doutoramento—Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- LAPLANCHE, J. *Teoria da sedução generalizada*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.
- _____; PONTALIS, J. B. *Vocabulário de Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- LEBRUN, J. *A perversão comum*. Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 2008.
- LÉVY, A. *Ciências clínicas e organizações sociais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- MACEDO, L. *Reflexões sobre a violência, o sexual e o testemunho* in MACEDO, L. *A escuta de crianças e adolescentes envolvidos em situação de violência e a rede de proteção/ Conselho Federal de Psicologia*. Brasília: CFP, 2010.
- McDOUGALL, J. *A cena sexual e o espectador anônimo*. in McDOUGALL, J. *Em defesa de uma certa anormalidade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.
- MELLO, E. R. *Direito e norma no campo da sexualidade na infância e na adolescência*. in ABMP; WCF BRASIL. (Orgs.). *Criança e adolescente: direitos e sexualidade*. São Paulo, 2008, pp.16–26.
- MÉLLO, R. P. *A construção da noção de abuso sexual infantil*. Belém: EDUFPA, 2006.
- MELLO NETO, A. P. *O poder familiar*. Via Jus, disponível em: <<http://www.viajus.com.br>>. Acesso em 07/05/2017.
- MENDES, A.P.N. e FRANÇA, C.P. *Contribuições de Sándor Ferenczi para a compreensão dos efeitos psíquicos da violência sexual*. in FRANÇA, C.P. *Tramas da Perversão— a violência sexual intrafamiliar*. São Paulo: Ed. Escuta, 2014
- MILLER, D. (1994). *Incesto: o centro da escuridão*. in: IMBER-BLACK, E. e colaboradores. *Os Segredos na família e na terapia familiar*, pp. 185–199. Porto Alegre: Artes Médicas.

- MIYAHARA, R. P. *Trabalhando com violência sexual contra a criança e o adolescente: a perspectiva do Psicodrama na formação dos profissionais da rede de proteção*. Dissertação de Mestrado, PUC-SP, 2011.
- OBERG, L.P.; VILHENA, J. *Psicologia comunitária: a clínica ampliada na localidade de Muzema*. Revista Eletrônica PUC-RJ, acesso em 16/04/2013.
- OLIVEIRA, I.; ARRUDA, J. S.; SANTOS, S.; BRAHIM, V. *Atendimento a crianças e adolescentes em situação de violência sexual*. Curso online de disseminação da Metodologia PAIR, 2012.
- PAES, F. F; RUDGE, A. M. “*Está no sangue*”: transmissão e Psicanálise. Revista ASEPHALLUS, Rio de Janeiro, Vol. 6, nº 12, mai-out 2011—Disponível em: <www.isepol.com/asephallus>. Acesso em 05/04/2016.
- PENOT, B. *Figuras da recusa—aquém do negativo*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
- PEIXOTO JR., C. A. *Metamorfoses entre o sexual e o social: uma leitura da teoria psicanalítica sobre a perversão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- QUEIROZ, E. F. *A clínica da perversão*. São Paulo: Escuta, 2004.
- RECAMIER, P. C. *L'inceste et l'incestuel*. Paris, Éditions du Collège de Psychanalyse Groupale et Familiale, 1995.
- RIZZINI, I. *Salvar a criança é salvar a nação: raízes históricas da assistência à infância no Brasil*. s/d. Disponível em <http://www.acaoprotecao.org.br>. Acesso em: 27/02/2011.
- ROSA JR.; N.C.D.F. *Alcova sadiana: a perversão enquanto subtração da filiação*. Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre: Porto Alegre, nº 40, pp. 170–191, jan/jun. 2011.
- ROUDINESCO, E. *A parte obscura de nós mesmos: uma história dos perversos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- SADE, M. *A filosofia na alcova, ou, os preceptores imorais* [1795]. São Paulo: Iluminuras, 2008.
- SAFRA, G. *A poética na clínica contemporânea*. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2004.
- SANCHES, C. (Orgs.) *A violação de direitos de crianças e adolescentes – perspectivas de enfrentamento*. São Paulo: Summus editorial, 2014.
- SANDERSON, C. *Abuso sexual em crianças*. São Paulo: M. Books, 2005.
- SÃO PAULO. *Plano municipal de enfrentamento à violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes*. PMSP: SMADS, 2008.

- SÉVIGNY, R. *Abordagem clínica nas ciências humanas*. in ARAÚJO, J. N. G. de; CARRETEIRO, C. T. (Orgs). *Cenários sociais e abordagem clínica*. São Paulo: Escuta, 2001.
- SOUZA, S. J. *Criança e adolescente: construção histórica e social nas concepções de proteção, direitos e participação*. in ABMP/WCF BRASIL (Orgs.). *Criança e adolescente: direitos e sexualidade*. São Paulo, 2008, pp. 7–15.
- VALAS, P. *Freud e a perversão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- VELHO, G. (Org.). *Desvio e divergência: uma crítica da patologia social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.